

Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 69 Nº 23153

DIRECTOR MÁRIO MESQUITA DIRECTORA ADJUNTA DIANA ANDRINGA

SEGUNDA-FEIRA 8 JANEIRO 90 60\$00

O caso Taveira ressuscitou a polémica sobre a censura

Sondagem Euroteste/«DL» revela que os portugueses privilegiam o direito à informação

As repercussões do caso Taveira em termos de opinião pública foram o objectivo de mais uma sondagem Euroteste/«DL», realizada de Norte a Sul do País, a revelar que 60,2 por cento dos portugueses conhecem a polémica

figura e que 37,2 por cento dos inquiridos considera importante para a vida nacional o escândalo que o arquitecto protagonizou.

A sondagem, que também auscultava os portugueses sobre o risco para a liberdade de im-

prensa resultante da proibição de alguns títulos se referirem ao caso e, ainda, sobre o facto das figuras públicas não terem o direito à privacidade quando o direito à informação e a ser informado se lhe sobrepõe, regista 48,9 por

cento das respostas a encararem como uma forma de defesa tal proibição e 39,2 por cento dos inquiridos a admitirem que o direito à informação deve sobrepor-se à vida privada.

Págs. 2, 3 e 4



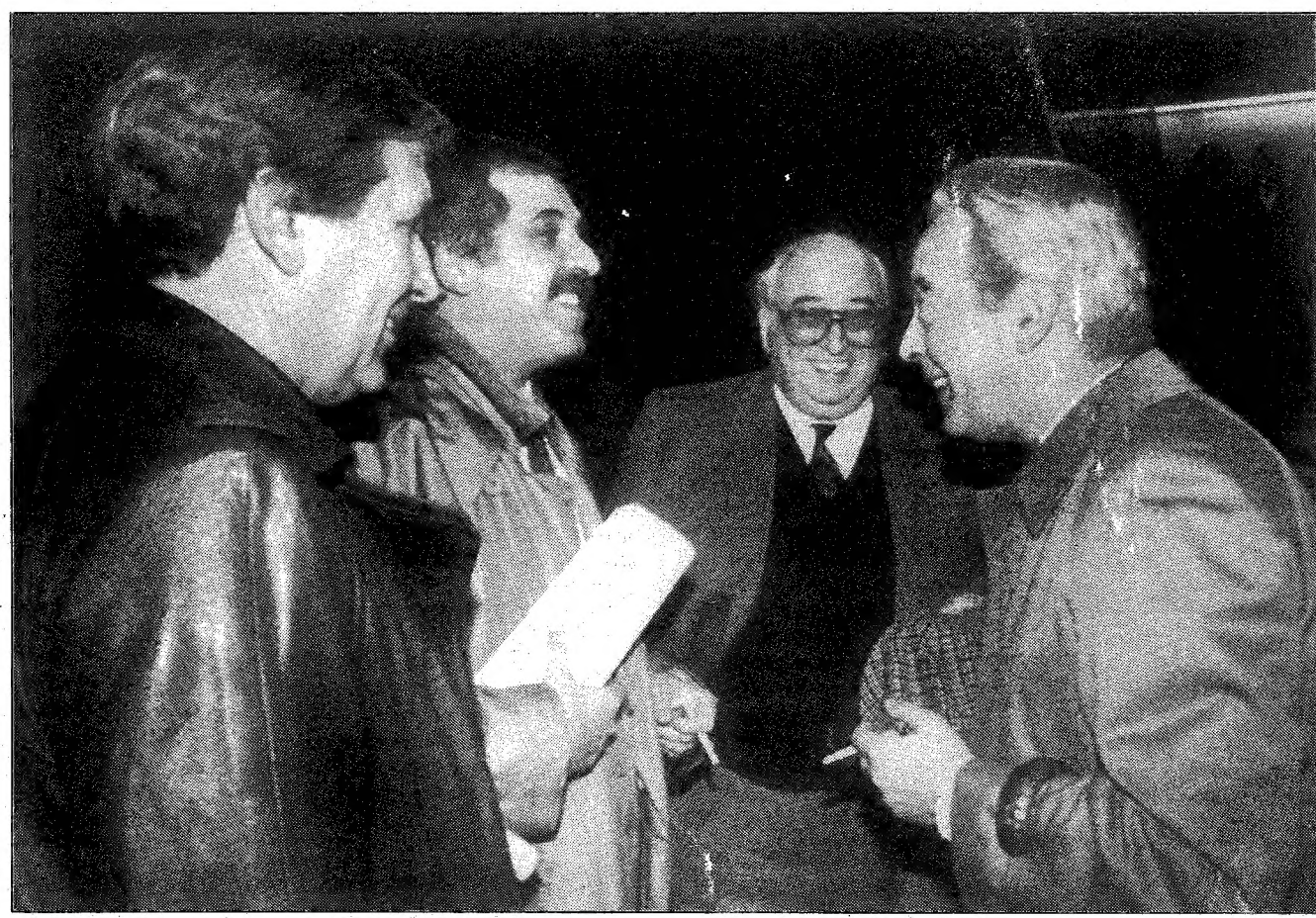
Eduardo dos Santos,
Presidente angolano

Angola convida Cavaco a mediar a paz

Do nosso enviado especial
Pereira de Almeida

Depois de amanhã, quando chegar aos EUA, Cavaco Silva será «portavoz» do Governo de Luanda e das suas novas propostas para a paz em Angola. Num comunicado recebido no «DL» no momento do fecho desta edição, Savimbi rejeita, no entanto, essas propostas.

Pág. 13



Eurico reapareceu

Eurico de Melo, ex-número 2 do Governo, reapareceu em público. Fazendo questão de faltar às reuniões partidárias e à posse dos novos ministros, Eurico esteve anteontem na Maia, na posse de Vieira de Carvalho. E, pelo que se vê (na foto, com Belmiro de Azevedo, o ministro Silva Peneda e o autarca empossado) não faltaram a Eurico de Melo motivos para rir e fazer rir os seus companheiros



José Brandão
faz ultimato
a Torres Couto
Pág. 19

Roménia:
Criados
tribunais
militares
de excepção
Pág. 12

Morreu Thomaz
de Mello (Tom)
Pág. 14

Nacional
de Futebol
continua
com fome
de golos
Pág. 21

Fisco só descobriu 9 ricos em Portugal

70% dos portugueses pensam que há fuga aos impostos

Os ricos não pagam a crise, nem pagam impostos.

Dos 1 435 000 contribuintes que apresentaram declaração de imposto complementar há dois anos só nove confessaram ter rendimentos superiores a 50 000 contos.

Num país onde tanta riqueza se ostenta, os agentes do fisco não descobriram os outros.

Esta uma das revelações do quinto capítulo do nosso inquérito-sondagem "Os Portugueses e o Dinheiro", na qual se apura que 70 por cento de cidadãos pensam que os outros fogem quanto podem ao pagamento de impostos, e nós revelamos quanto fogem as profissões liberais e as sociedades.

Págs. 16 e 17

Anos 90: Sociologia da Mudança

Suplemento com 16 páginas



VÁ COM A **MELO** E A **AMSTRAD**
A **TAILÂNDIA**
ATÉ 15-01-1990

- 1.º PRÉMIO — 1 viagem à Tailândia,
- 2.º PRÉMIO — 1 micro Amstrad PC 200
- 3.º PRÉMIO — 1 impressora Amstrad DMP 3160

PELO MESMO PREÇO QUE PODERIA ADQUIRIR NOUTRO LOCAL, TEM AGORA O DIREITO DE, POR CADA EQUIPAMENTO **AMSTRAD** ADQUIRIDO, A UM NÚMERO PARA CONCURSO. **HABILITE-SE!**

CONDIÇÕES: — PRONTO PAGAMENTO — CRÉDITO
— ALUGUER 36 MESES — CASH & CARRY

SORTEIO A REALIZAR NA LOJA **MELO**, SÁBADO, DIA 20 DE JANEIRO DE 1990, ÀS 11.30 HORAS COM A PRESENÇA DE UM RESPONSÁVEL DO GOVERNO CIVIL DE LISBOA

(VÁLIDO TAMBÉM PARA CLIENTES **MELO**, QUE JÁ ADQUIRIRAM)

A DIFERENÇA ESTÁ NA QUALIDADE!



ESCRITÓRIO: RUA BERNARDIM RIBEIRO, 15 — 1100 LISBOA — Telefones 54 99 04 — 52 56 69 — Telefax 52 46 37
— Horário: De segunda a sexta-feira, das 9.30 às 19.30. Sábados, das 9.30 às 12 horas

Os tribunais impuseram medidas cautelares à Imprensa. Considerando embora que o dever de informar se sobrepõe ao de privacidade, a maioria dos portugueses parece tê-los compreendido

Portugueses defendem direito à privacidade

As repercussões do caso Taveira estão à vista. Se lhe perguntassem se sabe quem é o arquitecto, daria ou não uma resposta positiva? Foi o que o «DL» pretendeu saber, entre muitas outras questões suscitadas pelo escândalo do ano. Surgiu, assim, mais uma sondagem Euroteste/«DL» que revela, preto no branco, que 60,2 por cento dos portugueses conhecem a polémica figura. Ou, ainda, que 37,2 por cento dos inquiridos diz considerar importante para a vida do país o escândalo que Taveira protagonizou, enquanto 48,9 por cento das respostas defendem que a

proibição judicial de referências pela imprensa ao escândalo é uma forma de defesa da vida privada do cidadão.

O caso Taveira foi, aparentemente, o mais badalado dos escândalos ocorridos em Portugal no ano passado. De facto, a história da divulgação das cassetes-vídeo que registavam o polémico arquitecto em intimidades sexuais com várias *partenaires* agitou o País como uma bomba. Um folhetim agitado, com os tribunais a proibirem previamente algumas publicações de se referirem à figura do seu principal protagonista.

Entretanto, o primeiro-ministro Cavaco Silva, numa intervenção em que não se referiu explicitamente ao caso Taveira, veio à Televisão defender a honra dos membros da sua equipa que a onda de boatos que se seguiu estaria a pôr em causa.

Foi esse o pano de fundo para mais esta sondagem Euroteste/«DL», que pretendeu auscultar a opinião dos portugueses sobre o significado genérico do caso Taveira em termos da sua importância nacional, sobre o risco para a liberdade de imprensa resultante da proibição de alguns títulos se referirem ao caso e, ainda,

sobre o facto das figuras públicas não terem o direito à privacidade quando o direito à informação e a ser informado se lhe sobrepõe, por manifesto interesse público.

Os resultados aí estão, parte deles surpreendentes. Por exemplo, enquanto 81,9 por cento da população da Grande Lisboa diz saber quem é Tomás Taveira, apenas 49,8 por cento dos residentes no Grande Porto admite conhecer o arquitecto. Uma discrepância ainda maior entre o Interior Norte, com 39,9 por cento dos inquiridos a reconhecerem Taveira, por contraponto aos 69,2 por cento que o fazem no Interior Sul. Curiosamente, tal discrepância entre o Litoral Norte e o Litoral Sul é muito inferior, ou seja, uma diferença de apenas 10 pontos.

Contudo, o resultado mais surpreendente prende-se com o desconhecimento de Taveira por parte de muitas pessoas. Na verdade, 39,1 por cento dos inquiridos

disse não saber quem é o arquitecto, enquanto apenas 0,7 por cento se recusou a responder à pergunta. Registe-se que 56,9 por cento dos inquiridos no Litoral Norte afirmaram não saber quem é Tomás Taveira.

Escândalo evidente

Interrogados sobre se estavam ou não a par do escândalo que envolveu o arquitecto, 87,1 por cento dos inquiridos respondeu que sim, enquanto apenas 10,1 por cento disse desconhecer o caso. Os mais bem informados foram os residentes no Litoral Sul, com 92 por cento de respostas afirmativas, por contraponto com os 7,1 por cento de «ignorantes» no Litoral Norte, que nunca ouviram falar no escândalo.

Por classes sociais, a mais bem informada é a superior, com 95,6 por cento de respostas afirmativas, enquanto apenas 79,8 por cento dos inquiridos pertencentes ao estrato social inferior admitiu ter tido

conhecimento do caso. Porém, também aqui há surpresas, com 11,1 por cento dos residentes no Interior Norte a não responderem à pergunta e 8,2 por cento a admitirem não conhecer o escândalo.

Importante para o País

A opinião dos portugueses sobre a importância do caso Taveira para a vida do País resulta num quase empate. Enquanto 37,2 por cento dos inquiridos reconhece essa importância, 32,8 por cento afirma não a admitir e 19,1 por cento diz que o caso não é nem de ser importante. Indecisos, apenas 9,1 por cento.

Dos 1,8 por cento de pessoas que se recusaram a responder a esta pergunta, 10,7 por cento pertence ao Litoral Norte. No Grande Porto, 50,2 por cento nega a referida importância, posição que apenas tomam 12,9 por cento dos inquiridos no Litoral Sul. Por estratos sociais, 49,8 por cento da classe superior também não reconhece im-

Quadro de resultados

	REGIÃO							CLASSE		
	TOTAL	Gr. Lisboa	Gr. Porto	Lit. Norte	Lit. Sul	Int. Norte	Int. Sul	A/B	C1	C2/D
TOTAL	300	119	55	114	76	73	63	75	145	280
P.1. - TOMÁS TAVEIRA: CONHECIMENTO DA PERSONALIDADE										
Sim	60,2	81,9	49,8	43,1	54,0	39,9	90,1	69,2	79,9	47,6
Não	39,1	18,1	50,2	56,9	46,0	55,1	9,9	30,8	20,1	51,1
NR	0,7	-	-	-	-	5,0	-	-	-	1,3
P.1A. - TOMÁS TAVEIRA: CONHECIMENTO DO ESCÂNDALO										
B: Conhec. Taveira	305	97	27	49	41	33	57	52	116	137
Sim	87,1	89,5	88,9	83,0	92,0	80,7	85,7	95,6	91,9	79,8
Não	10,1	10,5	11,1	7,1	8,0	8,2	14,3	4,4	8,1	14,0
NR	2,8	-	-	9,9	-	11,1	-	-	-	6,2
P.1B. - IMPORTÂNCIA DESSE ESCÂNDALO PARA A VIDA DO PAÍS										
B: Conhec. Escândalo	274	87	24	46	38	30	49	50	106	118
Importante	37,2	37,8	40,6	46,0	15,3	39,3	41,9	39,6	35,0	38,2
Não é importante	32,8	47,1	50,2	33,8	12,9	31,2	14,2	49,8	27,0	30,9
Né, N. deixa ser	19,1	8,6	4,0	5,8	70,1	2,5	28,5	5,9	30,0	14,9
Não Sabem	9,1	6,6	5,3	3,6	1,6	27,1	15,4	4,7	8,0	12,0
NR	1,8	-	-	10,7	-	-	-	-	-	4,1
P.1C. - A PROIBIÇÃO JUDICIAL DE REFERÊNCIAS PELA IMPRENSA AO ESCÂNDALO										
Acto de censura	32,0	34,9	31,8	34,8	10,6	51,6	29,1	33,1	29,2	34,2
Forma de Defesa	48,9	51,7	60,8	56,1	40,4	33,9	46,7	49,8	57,8	40,4
Uma Coisa N/outra	10,2	4,1	5,4	7,8	43,8	1,6	4,9	12,1	8,6	10,8
Não Sabem	5,5	8,8	-	1,3	5,2	0,9	9,5	4,0	3,0	8,5
NR	3,4	0,4	2,1	-	-	12,1	9,7	1,0	1,5	6,1
P.2. - DIREITO À INFOR. E O INTERESSE PÚBLICO DEVEM SOBREPOR-SE À VIDA PRIVADA										
TOTAL	500	119	55	114	76	73	63	75	145	280
Sim, devem	39,2	36,2	35,6	56,6	21,4	48,2	27,4	38,3	36,6	40,7
Não, não devem	23,5	33,6	24,4	14,0	26,1	15,7	26,4	31,4	36,6	14,5
Talvez, depende	16,7	14,1	14,4	16,0	22,0	12,3	23,2	21,6	16,9	15,2
Não sabem	18,3	16,0	25,6	13,4	30,5	20,7	8,1	7,1	5,1	28,2
NR	2,4	-	-	-	-	3,1	14,9	1,6	4,8	1,3

Bastava a Lei de Imprensa

Durante algum tempo entendi que a história da «cassete» do arquitecto era coisa que não me dizia respeito.

Negócio entre duas pessoas que não me interessam - e que suponho não interessarem a ninguém de bem - sobre um tema que, enquanto associado a tais personagens, não me suscita qualquer curiosidade, julgava que era assunto que não merecia consideração.

Mas o que de início não passava de uma história de mau gosto, acabou transformando-se num «caso». Porque o poder se meteu pelo meio. O poder político, numa desastrada comunicação ao País do sr. Primeiro-Ministro. O poder judicial, em não menos desastradas decisões. Em ambos os casos impressiona a falta de sensibilidade democrática. A incapacidade de perceber a função estruturante da liberdade de Imprensa, de entender como ela é indispensável à democracia, e

como dela dependem, em larga medida, as outras liberdades.

Lembro o que fizeram os tribunais.

O fadado arquitecto viu a sua privacidade grosseiramente violada por certa publicação, o que teve algum eco noutros jornais. Vai daí, alegando que receava que a violação se repetisse, dirigiu-se ao tribunal de Lisboa e pediu-lhe que ordenasse àquela publicação, e às outras, que se abstivessem de voltar a publicar textos ou fotografias que tivessem a ver consigo.

O tribunal assim fez. Chama-se ao procedimento seguido uma providência cautelar. A essa primeira decisão, que eu conheça, seguiu-se outra, muito semelhante, abrangendo outro jornal.

Para quem leia as decisões em causa fica imediatamente chocado com a sua amplitude. Não se limitam a proibir que se escreva sobre a vida privada do arquitecto,

vai-se muito mais longe. Proíbe-se que se refira directa ou indirectamente o seu nome ou imagem ou que se possa «sugerir o tema da cassete-porno» (sentença do 15º Juízo), ou determina-se que o jornal se abstenha de publicar quaisquer imagens do arquitecto desde que sejam relacionadas com tal cassete (sentença do 12º Juízo).

A largueza destas sentenças conduz a que, por exemplo, não seja legítimo aos jornais visados relatarem que alguém intentou um processo contra o arquitecto por causa da cassete, acompanhando essa possível notícia com uma fotografia «tipo passe» do visado. Ou que, comentando-se as declarações do sr. Primeiro-Ministro, as relacionem com a questão do vídeo.

Os termos da proibição tornam-na apenas mais impressionantes, revelam o absurdo a que se chegou. Mas o mal começa logo com a simples existência de tal

O CASO DA PORNO-CASSETTE

TAVEIRA DESABAFA

COM «O DIABO»:

«SÓ ME
FALTAVA
MAIS
ESTA!»■ «TAMBÉM SEI DE HISTÓRIAS
SUJAS QUE PODEREI CONTAR»
■ «NÃO DEI UM 'CHAVO'
AOS CHANTAGISTAS»

* PAG. 3

A entrevista em que Taveira se assumiu

portância ao escândalo, mas apenas 27 por cento da classe média toma idêntica posição.

Defesa mais que censura

Uma outra pergunta, sobre a proibição judicial de alguns jornais se referirem ao caso Taveira é vista como um acto de censura à imprensa ou como uma forma de defender a vida privada dos cidadãos, registou 48,9 por cento de respostas que a viram como uma forma de defesa contra 32 por cento que a encaram como um acto de censura e 10,2 por cento a

considerarem que a proibição não é nem uma coisa nem outra.

No Grande Porto, 60,8 por cento das respostas aderiram à forma de defesa, enquanto apenas 33,9 por cento dos residentes no Interior Norte tomou idêntica posição.

Por estratos sociais, a defesa sobrepõe-se à censura para 57,8 por cento da classe média, mas apenas 40,4 por cento da classe inferior defende essa posição.

Não souberam pronunciar-se sobre esta questão 5,5 por cento do total de inquiridos. Na Grande Lis-

boa, 8,8 por cento dos residentes disse não saber responder e, em todo o País, 3,4 por cento das pessoas recusou-se a responder.

Privacidade não é absoluta

Interrogados sobre se o direito à informação e o interesse público devem ou não sobrepor-se à vida privada, 39,2 por cento dos inquiridos responderam afirmativamente, contra 23,5 por cento de respostas negativas e 16,7 por cento a considerarem que isso depende dos casos.

A pergunta mais difícil desta sondagem Euroteste/

GRANDE
ANGULAR

«DL», registando 18,3 por cento de respostas de pessoas que afirmaram não saber pronunciar-se.

Entre os que entendem que o direito à informação se deve sobrepor à privacidade, 48,2 por cento reside no Interior Norte, por contraponto com os 21,4 por cento de residentes no Litoral Sul que defendem a mesma posição.

Por seu turno, os que maior valor dão à privacidade residem no Grande Porto (33,6 por cento). No Litoral Norte, idêntica posição é apenas tomada por 14 por cento dos inquiridos.

De registar, por último, que 30,5 por cento dos inquiridos residentes no Litoral Sul não soube pronunciar-se sobre esta questão, enquanto 14,9 por cento dos inquiridos no Interior Sul se recusou a responder.

Ficha técnica:

Amostra: Constituída por 502 entrevistas telefónicas a maiores de 18 anos residentes no Continente, recolhidas por 11 entrevistadores nos dias 3 e 4 deste mês;

Margem de erro: De mais ou menos 4,4 por cento, a 95 por cento de probabilidade;

Quadro de resultados: Percentagens verticais;

Estratos sociais: A/B (Superior); C1 (Médio); e C2/D (Inferior).

COMENTÁRIO

Liberdade de Imprensa?

O caso começa como tantos outros: uma história sórdida, cuja importância deriva sobretudo da fama do seu protagonista, lançando uma luz menos agradável sobre os homens de quem se fala. Nada de mais, suficiente apenas para fomentar o voyeurismo e o anedotário nacional, modo antigo de um povo ainda incerto sobre os seus direitos criticar os poderosos.

Teria ficado talvez assim, se os tribunais, normalmente distraídos sobre as violações da privacidade dos cidadãos, não tivessem acordado para o assunto, a pedido do seu protagonista, e não tivessem ordenado "providências cautelares" impedindo certos jornais de se referirem ao tema - e deixando pender a ameaça sobre todos os restantes.

A partir daí, o que era o "caso Taveira", coisa de rir ou de encolher os ombros, piada pouco fina para animar o dia a dia nos empregos, adquiriu uma nova gravidade: em causa estava a liberdade de imprensa, a limitação ao direito de informar.

Proibidos certos jornais de escreverem sobre o caso, apreendida a revista que publicara as fotos interditas, impedida a distribuição em Portugal da revista espanhola que dera ao tema honras de internacionalidade, veio o primeiro-ministro à televisão dar razão a tudo isto - e fazer de um caso típico de liberdade de imprensa um complot contra o seu governo, como se fôra a oposição, com quem toda a imprensa estaria, claro! mancomunada, a obrigar, sabe-se lá sob que ameaças, o arquitecto Taveira à realização dos famosos vídeos...

E eis que defender o direito a escrever sobre o "caso Taveira" se torna uma obrigação para todos os que defendem a liberdade de Imprensa (aliás, garantida pelo nº 1 do artº 38 da Constituição Portuguesa) - mesmo se lhes repugnam e condenam alguns desses escritos.

E que, como aliás o assinala o Conselho de Imprensa, na sua tomada de posição a 11 de Dezembro de 89: "O recurso facilitado a este tipo de procedimento cautelar, nesta matéria, leva a que se aja como se fosse crime uma coisa que ainda não é, nem se sabe se virá a ser." e, ainda: "É tal a amplitude da proibição determinada que não fica em aberto qualquer possibilidade de se abordar o assunto. Será mesmo uma situação a poder ser entendida como uma aproximação excessiva à Censura prévia."

E nós, jornalistas obrigados pelo próprio Código Deontológico a "respeitar e lutar pelo direito do povo a ser informado" não podemos senão solidarizar-nos com o mesmo Conselho de Imprensa quando declara que "o mais sublime da liberdade de imprensa é exactamente a defesa dessa imprensa de menor qualidade, desde logo porque passa por aí a liberdade da restante. Aceitar como procedimento correcto a qualificação da Imprensa em boa ou má pelo Poder político é, antes de mais e desde logo, colocar-lhe nas mãos o poder de decidir qual é a boa e qual é a má e agir nessa conformidade."

O resto é, para nós, motivo de opção deontológica entre o predomínio da privacidade ou do direito/dever de informar. E, para o leitor, direito de escolha, entre uma imprensa variada e livre.

O Conselho de Imprensa não gostou das providências cautelares, agora suspensas. Miguel Lobo Antunes, membro do CI, explica o que é que foi posto em causa

decisão, seja qual for a sua amplitude. Dir-se-á que não tenho razão. Que o tribunal fez apenas aquilo que se impunha. A liberdade de Imprensa não é um direito ilimitado.

Os jornalistas não podem escrever tudo o que lhes vier à cabeça, os jornais não podem publicar as fotografias que muito bem entenderem. As pessoas têm o direito de se defenderem, e que as defendam, quando são ameaçadas pela Imprensa. E mais vale prevenir do que remediar.

Estou, é claro, de acordo com a afirmação segundo a qual a liberdade de Imprensa tem limites. Como os têm quaisquer outros direitos. Como facilmente reconheço que alguns desses limites decorrem do respeito por direitos das pessoas como o da privacidade, o da imagem, o do bom nome e reputação.

Mas não concordo, definitivamente não concordo, que nesta matéria valha mais

prevenir do que remediar.

É que prevenir, aqui, conduz rapidamente a uma qualquer forma de censura prévia.

Não será a censura de um órgão administrativo, mas de um tribunal judicial, em todo o caso com outra independência face aos poderes. De qualquer modo há sempre uma pessoa que decide previamente o que pode ou não ser publicado. E já temos obrigação de saber as devastadoras consequências que um sistema destes tem, quer do ponto de vista político quer cultural.

Em nome de um direito, sem dúvida merecedor de protecção, como o é o direito à privacidade, elimina-se um outro, o de informar e ser informado, porventura digno de maior tutela, pois que dele afinal dependem, pelo menos em parte, diversos direitos e liberdades.

E bem vistas as coisas, bem pode proteger-se o direito à intimidade e ao bom nome

de maneira tanto ou mais eficaz e sem que se limite tão drasticamente a liberdade de Imprensa.

A lei portuguesa vigente tem a solução. Quando a violação da privacidade ou do bom nome for tal que constitua um crime (e nem em todas as circunstâncias isso acontece) permite-se que o tribunal apreenda a publicação, mesmo à porta da tipografia.

Não se trata, pois, de uma proibição anterior à consumação do facto, mas que só opera depois de ele realizado e que depende do modo como é realizado.

Isto é, só quando as violações são especialmente graves. Não se impede as pessoas de escreverem ou publicarem, mas se fazendo-o cometerem um crime, então é possível pedir ao tribunal que apreenda o jornal antes de ser distribuído.

O que quero dizer é que as providências cautelares determinadas pelo tribunal

de Lisboa são, para além de violadoras da liberdade de Imprensa, manifestamente desnecessárias para defender os direitos da pessoa que devem ser defendidos. Os mecanismos previstos na Lei de Imprensa são bastantes para tal defesa, sem eliminar ou comprimir o direito a informar e a ser informado.

Entendam-me. A publicação que divulgou a cassette cometeu uma grosseiríssima infracção. Não a estou a defender por isso.

Insurjo-me apenas contra decisões que constituem precedentes que, se fossem escola, conduziram a limitações gravíssimas da liberdade de Imprensa. E dessa liberdade tanto devem gozar os jornais e revistas que leio, como o mais horrível pasquim que se venda por aí. Todos devem ser medidos pela mesma medida. A liberdade de Imprensa passa pelo direito à existência dos maus jornais.

Miguel Lobo Antunes



Diana Andringa

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: **António Ruella Ramos.**
Administradores: **Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Montelero e António Gomes da Costa.**
Secretário-geral: **Jorge Galamba.**

Director: **Mário Mesquita**
Directora-adjunta: **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção: **Acácio Barradas**
Chefes de redacção-adjuntos: **José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho**

Redactor-principal: **João Paulo de Oliveira**
Coordenadores de Secção: **Adelino Cardoso, Eurico Vasconcelos, João Galamba de Oliveira, José Luís Feronha, Maria Gulomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão**

Redactor-paginador: **António Ribeiro Ferreira**

Redacção e reportagem fotográfica: **Almeida Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, António José Teixeira, Augusto Vilela, Carlos Camponez, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Braderode Santos, F. Dias de Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), José Tavares, Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Féria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tadeu, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa, Rui Nunes e Rui Pacheco**

Colaboradores permanentes da Redacção: **Alves Henriques, Daniel Oliveira, Francisco Paraiso, Isabel Joyce e Roby Amorim.**

Cartoonistas: **António Alfredo e José Bandedira**

Grafistas: **Ribeiro da Silva (coordenador), Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro**

Paginadores: **José António Carvalho, Jorge Santos, Nuno Teixeira e Óscar Figueiredo**

Secretária de Direcção: **Maria Eduarda Soutello**
Secretaria de Redacção: **José Agostinho (coordenador), António Lima e Maria Helena Matos**

Chefe de Publicidade: **Luísa Valadas**

Gestor de Informática: **Luís Cantelero**

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP - Telefax 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 60\$00; na Madeira, 75\$00; nos Açores, 85\$00.



PORTE PAGO

Acção cível rejeitada liminarmente

Taveira não conseguiu eternizar proibição de referência às cassetes

O arquitecto Tomás Taveira viu rejeitada pelo sétimo juízo cível do Tribunal de Lisboa a pretensão de tornar «permanente e definitiva» a proibição de cinco jornais se referirem às cassetes-vídeo que o mostram em plena prática de actos sexuais no seu gabinete.

As repercussões do caso que agitou os meios da Imprensa e motivou, até, uma comunicação televisiva de Cavaco Silva ao País, tinham sido travadas por uma providência cautelar interposta pelo arquitecto. Essa providência abrangeu à partida a apreensão de uma edição inteira da revista *Semana Ilustrada* que publicara as fotos do arquitecto em «cenas eventualmente chocantes» com algumas jovens.

Taveira tinha o prazo de 30 dias para apresentar em tribunal a acção cível correspondente à providência cautelar e fê-lo dentro do prazo. Simplesmente pretendia transformar as providências em proibição definitiva o que foi indeferido liminarmente pelo juiz da terceira secção do sétimo juízo do Tribunal de Lisboa a quem o caso foi distribuído.

A oposição do director da publicação apreendida, à providência cautelar foi subscrita pelo advogado Francisco Sousa Tavares, director do semanário *Liberal*, que funcionou neste processo como assistente, para a parte cível, do patrono de André Neves, o advogado J. Grácio Ribeiro.

O arquitecto recorreu do despacho de indeferimento na primeira instância. Mas como esse recurso para a Relação de Lisboa não tem efeitos suspensivos, a providência foi dada por extinta. Logo, os jornais que o arquitecto conseguira calar durante um mês podem voltar ao assunto até que a Relação se pronuncie. Fontes forenses dão, no entanto, como votado a escassas possibilidades de êxito o recurso de Tomás Taveira.

A justificação vertida no despacho do tribunal de primeira instância para considerar ilegal a pretensão de Taveira («É inadmissível que o Tribunal decrete, a título definitivo, restrições à liberdade de Imprensa») deixa reduzido espaço de manobra aos seus advogados.

A defesa do editor da revista alegou o facto de as publicações de índole pornográfica não serem proibidas pela lei portuguesa e, «não interessando o juízo moral que dela possa ser feito», a publicação da chamada pornografia constitui, de facto, uma actividade profissional dos requeridos em processo. Para essas publicações, a generalidade das que André Neves produz, as fotos pornográficas do arquitecto eram um evidente furo jornalístico, tanto mais que o seu protagonista é uma figura pública.

«Em memória e glória das próprias façanhas»

Segundo nos declarou o dr. Sousa Tavares (que acentuou não implicar a sua colaboração com o dr. Grácio Ribeiro, neste processo, qualquer juízo de valor sobre a natureza e carácter da revista *Semana Ilustrada*), Tomás Taveira não conseguiu explicar ao tribunal como foram divulgadas as cassetes nem sequer indicar o autor da divulgação.

Oa adversários de Taveira neste processo dizem desconhecer se as fotografias publicadas «integram ou não uma cassette de vídeo, da autoria do requerente, tendo por objecto a perpetuação, em memória e glória, das suas próprias façanhas».

Para a defesa, o primeiro e principal divulgador destes actos praticados num escritório privado foi o próprio Taveira. A não ser para divulgação posterior, «por vaidade ou autopropaganda», não se compreendia a instalação de câmaras de vídeo no escritório e a filmagem das cenas sexuais assumida pelo arquitecto.

Escreveu o dr. Sousa Tavares, em oposição à providência cautelar, que «essas façanhas, não sendo individuais, ao serem objecto de filmagem secreta por parte do autor (Tomás Taveira) representam um inadmissível atentado à integridade moral, ao bom nome e à situação social e familiar das co-participantes nos actos sexuais de Taveira».

«É estranho-continua-que tão zeloso na defesa da sua fachada pública e da densidade numérica dos convites para refeições de que é objecto, o arq. Taveira não recorde nem por uma palavra o atentado cometido contra a honra e o direito à privacidade das suas companheiras de cama...ou de cadeira». Taveira não terá manifestado vergonha pelo seu comportamento «mas apenas receia a repercussão pública, prejudicial aos seus negócios ou às suas refeições».

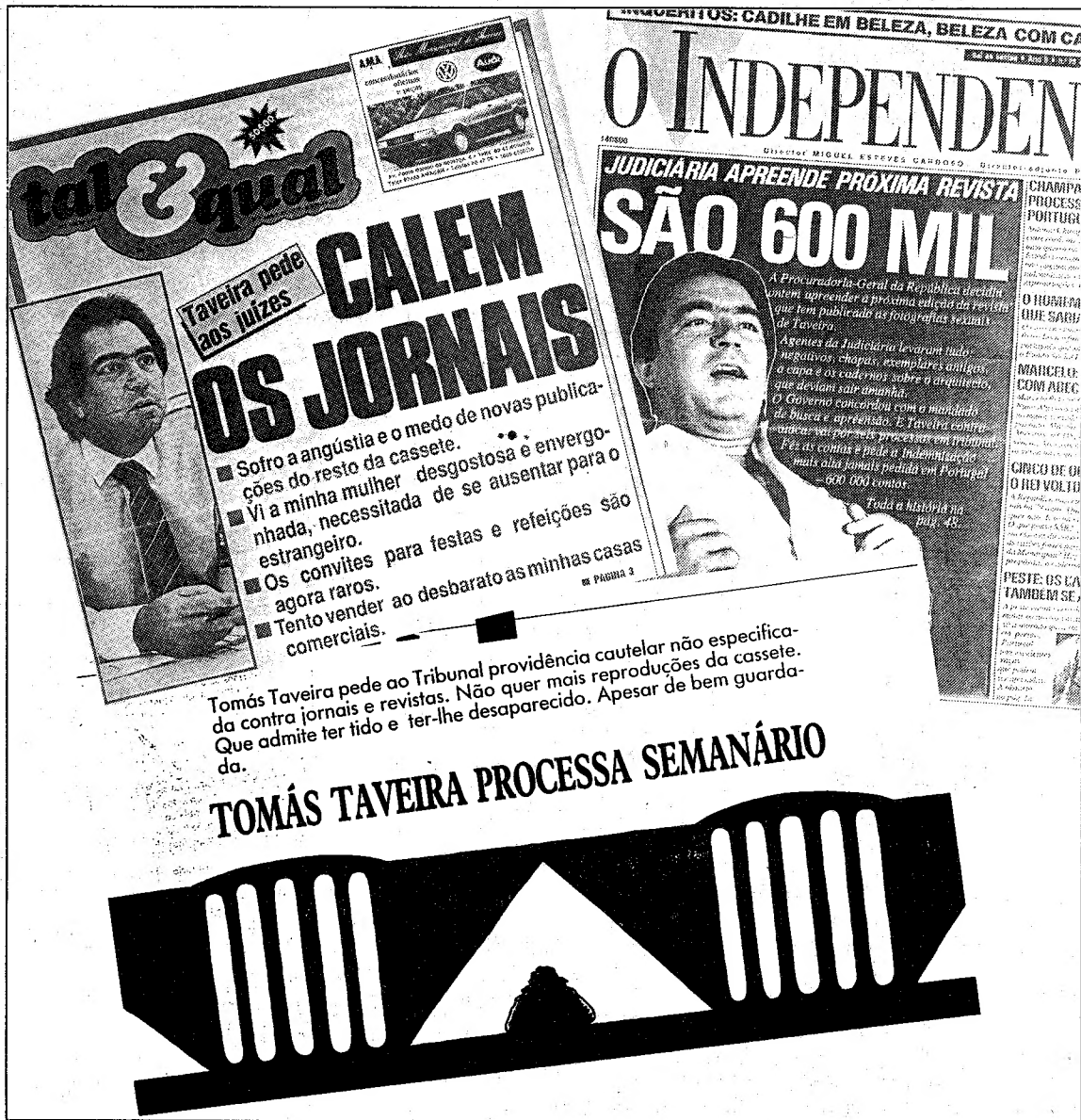
Até hoje, continua por explicar em tribunal como é que as cassetes saíram da custódia do arquitecto e quem as divulgou. E os advogados de André Neves escreveram até que este ignora «se quem lhe facultou as fotografias as obteve, como Taveira afirma, por subtração indevida, ou por publicidade voluntária».

Há notícia de que elas teriam sido primeiro mostradas a jornalistas do *Tal & Qual* e do

cautelares, os advogados de André Neves dizem ter sido o próprio Taveira a atentar contra ela «quando a documenta, facultando ou fornecendo a divulgação: e quer através da documentação audio-visual, quer das suas próprias palavras, no requerimento *sub judice*, transparece um conceito moral em que se defende ou pretende defender, simultaneamente, o direito à pouca vergonha e

publicação propiciada pelo próprio interessado das cenas chocantes duma figura pública».

Concluem os advogados do director da *Semana Ilustrada* que «nenhum tribunal seria capaz de proibir em Espanha a exibição de *taveiradas* de Alfonso Guerra, ou em França de delírios de Giscard d'Estaing, ou em Inglaterra da forma como ficou agora grávida a prima da rainha



Semanário. Nenhum destes jornais arriscou a publicação até as fotos correspondentes caírem nas mãos de André Neves, que pagou por elas o preço correspondente a um furo jornalístico para as publicações de que é proprietário e director.

O direito à privacidade e à pouca vergonha

Quanto ao direito à privacidade, um dos motivos principais invocados pelo requerente das providências

à privacidade».

Se é verdade que Taveira não exerce cargos políticos-situação em que a privacidade perde a sua reserva absoluta-ele assumiu, garantem os opositores do arquitecto neste processo, «uma estatuta social de personagem pública, com obrigatoriedade de exemplaridade social, e não é concebível num regime de liberdade em que, oficialmente, se autoriza a imprensa pornográfica, que se queira vedar ou proibir a

Isabel, mormente se a sua reprodução fosse cuidadosamente documentada pelos próprios».

Por tudo isto, defenderam perante o tribunal que «a limitação ao direito de publicar essas fotografias, da autoria do próprio Taveira e cujos canais de divulgação são desconhecidos, não parece ter sustentação legal».

O tribunal de primeira instância deu-lhes razão e a acção cível foi indeferida liminarmente.

As razões do tribunal

A decisão do sétimo juízo cível de Lisboa refere que o arquitecto «pretende, na prática, que o tribunal decrete a proibição, em definitivo e para sempre, de publicação/distribuição nos órgãos de Imprensa, de qualquer referência ao melindroso assunto que está no fulcro da questão». Segundo o juiz, Taveira tem outros meios legais de requerer a reparação pelos danos sofridos. E acrescenta ser «inadmissível que o Tribunal decrete, a título definitivo, tais restrições à liberdade de Imprensa».

A proibição provisória tinha sido conseguida no final de Outubro, o que constituiu uma decisão inédita na Imprensa portuguesa.

O magistrado considera, agora, que atender a pretensão de Tomás Taveira corresponderia «a uma medida legislativa especial só da competência dos órgãos legislativos e não dos tribunais» e significa «uma intolerável intromissão judicial no domínio da liberdade de Imprensa, para cujas infrações a respectiva lei prevê sanções específicas».

FORUM

A CARTA DE EURICO

A carta que o sr. eng. Eurico de Melo entregou ao sr. primeiro-ministro pedindo a sua demissão coloca um problema talvez não suficientemente sopesado.

Que é o de se saber a que *abrandamento de confiança e apoio político para o exercício dos cargos* se refere o sr. eng. Eurico de Melo.

De confiança política - *de quem*.

E - *em quem*.

Se do sr. primeiro-ministro no sr. vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa.

Se do sr. vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa no sr. primeiro-ministro.

Se do sr. vice-presidente do PSD no sr. primeiro-ministro e presidente do PSD.

Se do PSD no sr. primeiro-ministro.

Se do País no sr. primeiro-ministro.

Não será, com efeito, indiferente saber a que se refere, de facto, o sr. eng. Eurico de Melo.

Em rigor, uma coisa será a avulsa falta de confiança de um chefe do Governo

num dos seus ministros, outra coisa será a falta de confiança de um vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, que é ao mesmo tempo vice-presidente de um partido maioritário que exclusivamente integra um governo, num primeiro-ministro.

E sendo outra coisa a falta de confiança do partido maioritário que exclusivamente integra um governo num primeiro-ministro.

E sendo ainda outra coisa a falta de confiança da maioria de um país no seu primeiro-ministro.

Por tudo isto, parece crucial dizer o sr. eng. Eurico de Melo, este abrandamento de confiança política - *de quem é*.

Em quem é.

E para o exercício - *de que cargos*.

Esta uma tese.

Há, no entanto, outra tese.

A de que o sr. eng. Eurico de Melo já disse politicamente o bastante.

No sentido de que, diga *formalmente* a carta de demissão do sr. eng. Eurico de Melo o que disser, o que diz o pouco que dela se conhece é - muito.

O sr. eng. Eurico de Melo não é um ministro qualquer. Politicamente, ele é sobretudo a personalidade partidária, sociológica e moral que se sabe. Os cargos que este homem desempenhou neste Governo eram acessórios. Não foi o sr. eng. Eurico de Melo que foi nomeado vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, foram os srs. vice-primeiro-ministros e ministro da Defesa que foram nomeados engs. Eurico de Melo. Pelo que este homem não deixa de ser o que é, o que fundamentalmente é, deixando de ser o que formalmente era. Pelo contrário, deixando de ser o que formalmente era, este homem reassume, na totalidade, o que fundamentalmente é. A sua capacidade de manobra. A sua influência. A logística potenciadora da já expressa vontade de mudança de um partido o que pode significar que, quando um homem assim se demite, em rigor, não se demite. Eventualmente, demite, *de si*, o estabelecimento de que era esteio, a circun-

stância governamental de que era ali-cerce.

Pelo que, mesmo admitindo a tese mais relativamente amável para o sr. primeiro-ministro, a de que o «abrandamento de confiança e apoio político» a que a carta de demissão do sr. eng. Eurico de Melo se refere é a do sr. primeiro-ministro no sr. vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, ela não deixa de ser politicamente muito grave.

Por outras palavras.

Diga a carta de demissão do sr. eng. Eurico de Melo formalmente o que disser, ela tem o peso do epitáfio.

No mínimo, de uma política.

No médio, de um governo.

No máximo, do cavaquismo.

O sr. primeiro-ministro acaba de receber - o seu próprio pedido de demissão.

O sr. presidente do PSD acaba de receber uma carta do - sr. presidente do PSD.

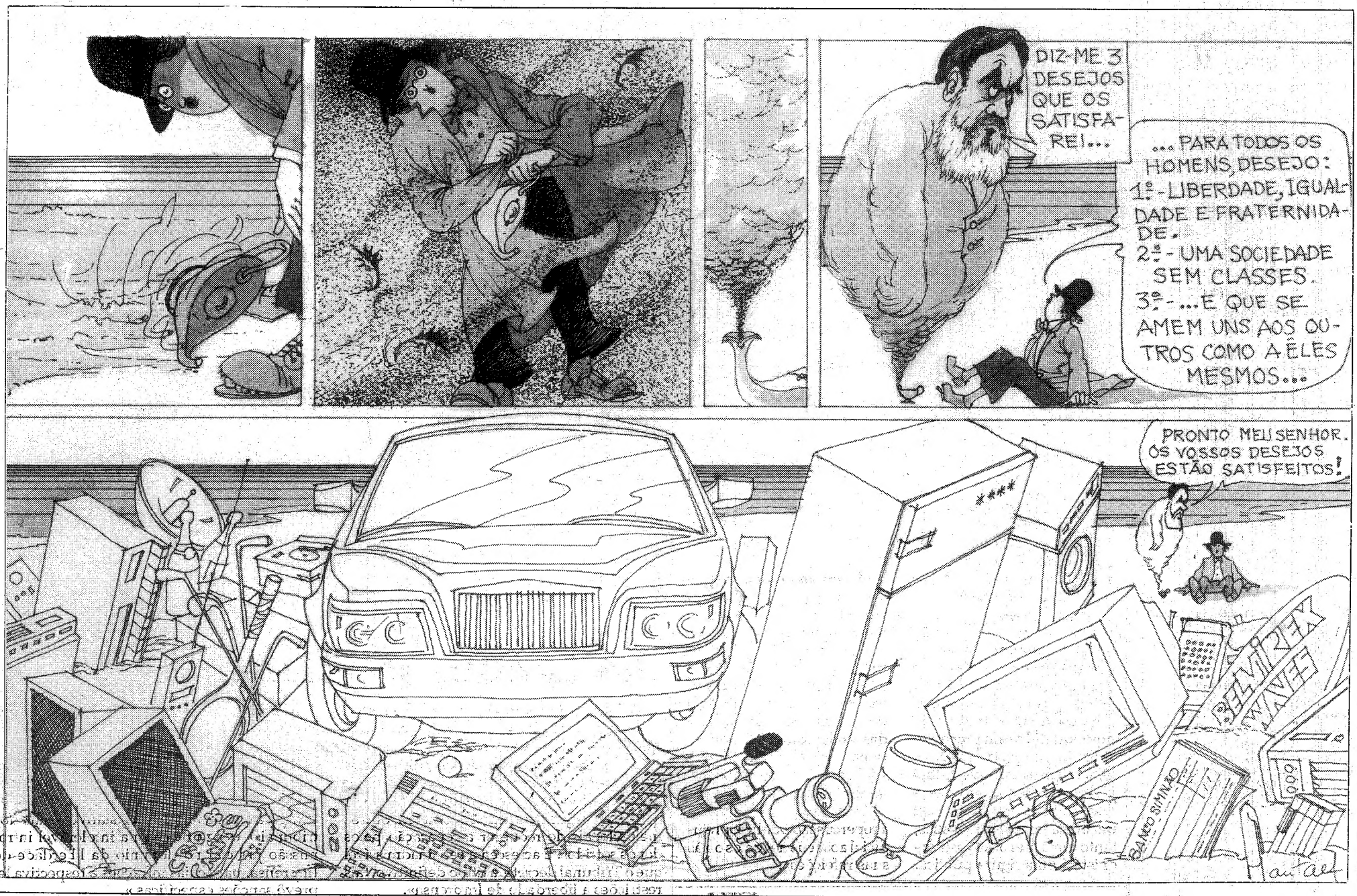
Restando agora saber se o sr. prof. Cavaco Silva sabe - politicamente ler.



Artur Portela

CARTOON de António Alfredo

«D. COISO DE SÃO PARLAPITO»



FORUM

A NOVA APOSTA DA IMPRENSA

Os diferentes ciclos da vida da Imprensa portuguesa têm sido marcados por uma constante: muitos títulos e poucos leitores.

Tradicionalmente entendida, sobretudo, como importante «instrumento doutrinário», «arma política» e «meio de pressão» a Imprensa portuguesa viveu ao longo dos anos mais ou menos divorciada das grandes estratégias de empresa industrial e comercial. Nesta condição, era uma Imprensa normalmente caracterizada por uma deficiente estrutura organizacional, pelo uso de tecnologias rudimentares e emprego de jornalistas não profissionalizados, mal pagos e mal preparados e com fraca interacção com o público leitor. Dois períodos, na sua história, podem ter representado de algum modo fases de tentativas para ultrapassar essa situação: os anos 60 do século dezanove e os anos 60 deste século.

O primeiro vem analisado por José Tengarrinha na «História da Imprensa Periódica Portuguesa» e coincide com o aparecimento do anúncio pago (a publicidade), o surgimento do telégrafo e a entrada em Portugal das primeiras impressoras a vapor. Tem um marco na fundação do «Diário de Notícias» de Eduardo Coelho (1864), um jornal com anúncios a tostão com o projecto «ambicioso» de «ser acessível a todas as inteligências e a todas as bolsas». É nesta fase que vão surgir os principais jornais históricos portugueses: «Jornal do Comércio» (1853), «Comércio do Porto» (1856), «Primeiro de Janeiro» (1864), e um pouco mais tarde «O Seculo» (1881), o «Novidades» do Patriarcado de Lisboa (1885) e o «Jornal de Notícias» (1888).

O segundo corresponde a um momento favorável no desenvolvimento técnico-industrial do País e a um primeiro ímpeto do investimento de grandes grupos financeiros, nomeadamente a banca, nas empresas de imprensa. Não fosse a existência da censura a imprimir a esta imprensa um carácter monocórdico, estilo «voz do dono», acrítico e sem

imaginação e este poderia ter sido o período «dourado» da Imprensa.

Porém, estes dois momentos não foram suficientes para ultrapassar o estado de «mendicidade» crónica que tem marcado a Imprensa portuguesa. Aliás, essa característica não terá sido uma especificidade da Imprensa portuguesa, mas também extensiva a grande parte da Imprensa europeia, a qual, como diz Bernard Voyenne, sempre teve dificuldade em «harmonizar a industrialização com a liberdade de informação».

A liberdade trazida pelo 25 de Abril, numa primeira fase, não veio modificar este estado de coisas. No imediato houve, de facto, uma explosão de títulos - repete-se a situação de 1910 -, jornais marcadamente político-ideológicos. Mas esse «boom» é um outro surto da imprensa «doutrinária» e «política» na cronicidade da história da Imprensa portuguesa que continuou, por via de regra, sem estruturar-se em empresas de imprensa, com dimensão económico-financeira, técnico-industrial, com recursos físicos e humanos, organizacionalmente dispostos a «lidar» com uma das indústrias mais pesadas e dispendiosas do mundo moderno. Por isso, passados que foram os ventos da liberdade, mais ou menos por volta de 78, a crise económico-financeira instalou-se. Os novos títulos foram morrendo e os «históricos» definhando no seu impacto e expressividade.

Tem-se configurado a pertinência desta constante histórica aos jornais diários, o que nem é correcto. No pós-25 de Abril, o primeiro grande «boom» de semanários foi em 1976, ano em que surgem, à escala nacional, 12 novos semanários, hoje todos desaparecidos. Desses só «O Diabo» continua em publicação, já que «O Jornal» e o «Tempo» haviam aparecido em 1975. «O Expresso», um projecto de empresa de imprensa, iniciou a sua publicação em 1973, constituindo por este e obviamente outros motivos uma autêntica

«pedrada no charco». É o «Expresso», nos semanários, e o «Correio da Manhã» (1979), nos diários, que prefiguram no espaço português a fase da imprensa empresarial que vai conhecer nos anos 80 um ciclo de «forte intensidade». Empresários e investidores dos mais diferentes ramos de actividade aparecem a investir em empresas de imprensa e a informação em geral. A sua primeira aposta foi em jornais semanários. «Tal & Qual» (1980), «Semanário» (1983), «Independente» e «Sábado» (ambos 1988), embora jornalisticamente projectos diferentes, sinalizam essa aposta. Todavia, esta aposta em semanários não deixa ainda de constituir um argumento comprovativo das dificuldades ou falta de confiança (industrial) de viabilizar unidades de empresa de imprensa diária. As estruturas e meios necessários para produzir um semanário são de longe mais simples e menos onerosas do que um sistema organizacional para fazer um bom jornal diário. Esgotado que parece o «público» dos semanários que têm sabido praticar um outro «milagre de multiplicação» - oferecer sempre mais títulos aos mesmos compradores e leitores - eis que surge a nova grande aposta na Imprensa diária, onde se inserem o novo projecto do «histórico» «Diário de Lisboa» e o «Público». Abre-se assim uma nova era para a Imprensa portuguesa.

É evidente que as razões que têm feito persistir a característica crónica da Imprensa portuguesa - resistente a entrar na era industrial - não podem ser vistas só do lado das instituições produtoras de informação. Razões atribuíveis à sociedade portuguesa e aos potenciais consumidores dos jornais, em geral, com poucos hábitos de leitura, radicados em factores de ordem económica, política, cultural e social concorrem para consolidar essa situação. Uma situação que tem laborado num autêntico círculo vicioso: uma grande oferta sem compensadora procura. Praticamente este círculo vi-

cioso só o têm quebrado os semanários. Entre os vários títulos de jornais diários apenas o «Correio da Manhã», o «Jornal de Notícias» e o «Diário de Notícias» o têm conseguido.

Numa sociedade de economia de livre mercado, mercado de «mercadorias», de «ideias», de «valores simbólicos», de mensagens, em forte competição e «jogo» de competências, o acto comercial é um processo indispensável à própria garantia das liberdades. A liberdade de opinião pode ser expressa em qualquer esquina da rua do nosso bairro. Mas ter liberdade de opinião ou até a liberdade de ter um jornal não é a mesma coisa do que ter um meio de comunicação com expressão e impacto numa sociedade. Em democracia a liberdade mede-se em função da sua possibilidade. Um jornal é um «bem cultural» mas é «produto» que se vende. Para subsistir precisa de público que o leia, o compre, de publicidade que o «sustente». Fazer jornais custa dinheiro. É utopia querer ter jornais sem ter condições para mantê-los. É utopia querer ter jornais sem organização empresarial estruturada para competir neste complexo mundo da informação. Face à momentaneidade da actualidade oferecida sobre a hora e a todas as horas pela rádio e pela televisão a Imprensa escrita terá de especificar e dar qualidade à sua informação. Ou a Imprensa escrita ganha esta aposta ou perde o seu lugar na sociedade mediática.

O novo desafio que se impõe à liberdade de opinião é o da superação entre a propriedade da empresa e a propriedade da autoria responsável da informação produzida. Em boa verdade o jornal mais independente é sempre aquele que depende de si próprio. Dos seus meios, do seu dinheiro, do seu público. Defender a liberdade face à dependência de ser pago, ter dinheiro, não é uma problemática exclusiva da actividade ou profissão jornalística.

A questão coloca-se a tantas outras e porque não a todas. A grande aposta dos jornalistas e do público deveria ser ganhar a aposta aos empresários.



Paqueta de Oliveira



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA
DIRECÇÃO-GERAL DE ENERGIA
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL DE LISBOA
ÉDITOS

Arquivo 7037

Processo 1/1718

Faz-se público que, nos termos e para efeitos do art.º 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de Junho, e outros, estará patente o projecto apresentado pela EDP-Electricidade de Portugal, EP, CENTRO DISTRIBUIÇÃO DE SANTARÉM a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação eléctrica:

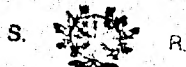
Linha aérea a 30 kv, com 53 metros, do apoio n.º 9 da linha, entre o PTC BNV 132 E e a SE 6808 ao PT BNV 125 C em Porto Alto, freguesia Samora Correia, concelho de Benavente na SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE, durante 15 dias, nas horas de expediente.

Estará também patente na DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL DE LISBOA, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo n.º 81, 3.º andar, tel. 548807, durante 15 dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República».

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes nesta DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL ou na SECRETARIA daquela CÂMARA MUNICIPAL, dentro do citado prazo.

Lisboa, 21 de Novembro de 1989

João Manuel F.C. Garcia
Director de Serviços



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA
DIRECÇÃO-GERAL DE ENERGIA
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL DE LISBOA
ÉDITOS

Arquivo 7037

Processo 1/1725

Faz-se público que, nos termos e para efeitos do art.º 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de Junho, e outros, estará patente o projecto apresentado pela EDP-Electricidade de Portugal, EP, CENTRO DISTRIBUIÇÃO DE SETÚBAL a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação eléctrica:

Linha aérea a 30 kv, com 1411 metros, do apoio n.º 12 da linha para o PT APC 19 no Mouchão do Inglês, ao PT APC 27 C, da Agro-Pecuária dos Evaristos - Sociedade Agrícola G. Ldª, na Alameda do Patacão, freguesia e concelho de Alpiarça.

na SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA durante 15 dias, nas horas de expediente.

Estará também patente na DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL DE LISBOA, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo n.º 81, 3.º andar, tel. 548807, durante 15 dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República».

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes nesta DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL ou na SECRETARIA daquela CÂMARA MUNICIPAL, dentro do citado prazo.

Lisboa, 21 de Novembro de 1989

João Manuel F.C. Garcia
Director de Serviços

renascença gráfica, s.a.
Rua Luz Soriano, 44 - 1200 LISBOA - Portugal
TELEF. 3474870/1/2 • Telex 12363 DIARIO P - Ed. Teleg. DIBOA

25 Países.
23 Moedas.
20 Idiomas.

ECONOMIA

Bandeira da GALP hasteada em Espanha

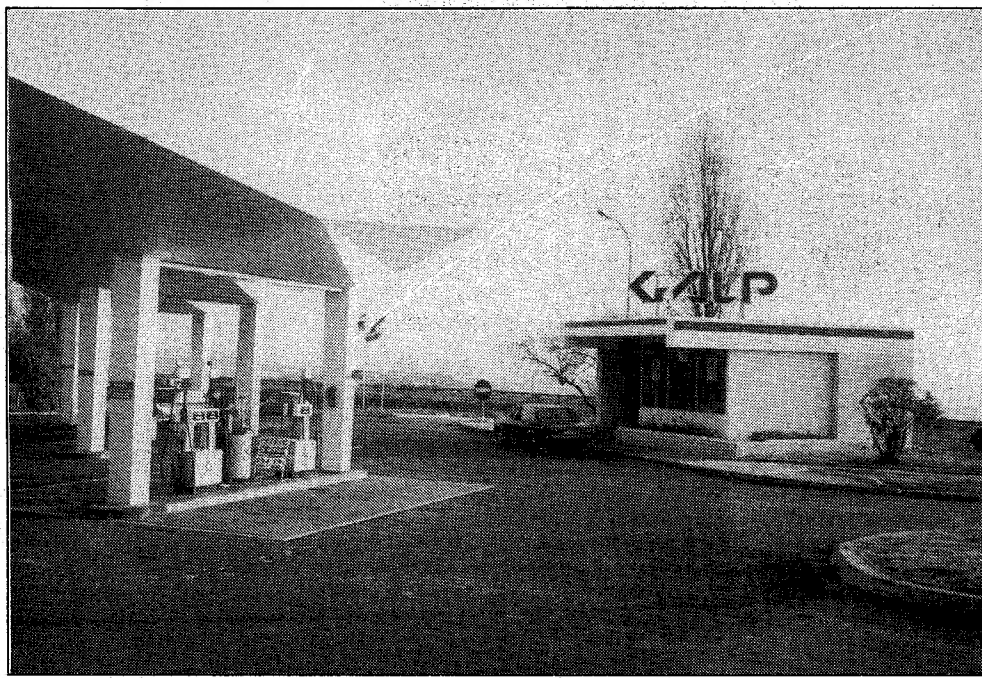
Petrolgal inaugura estação de serviço na província de Toledo

A bandeira da Galp é hoje hasteada pela primeira vez em Espanha, na localidade de Vina de Don Fradique, província de Toledo, sob a responsabilidade dos Irmãos Vela Pallares. Espera-se que, até final de 1990, sejam cinco os postos de venda.

Manuela Azevedo responsável pelas relações externas da Petrolgal, disse ao DL que se trata do «início da primeira fase de um acordo negociado com o país vizinho, o qual prevê a inauguração de outras quatro estações de serviço até ao fim do corrente ano».

A estratégia de desenvolvimento da Petrolgal portuguesa tem, neste momento, campo livre para desbravar pois a legislação espanhola, neste sector, é semelhante à do nosso país, deixando a Espanha de ter o monopólio para a comercialização de combustíveis.

A estação de serviço de Vina de Don Fradique, a 100 quilómetros de distância de Madrid, vai vender gasolina, gasóleo e outros materiais combustíveis. Recorde-se que, no mês passado, a Petrolgal aumentou o seu capital em 300 milhões de pesetas, ou seja, 400 mil contos,



Um dos 1.300 postos de abastecimento e estações de serviço da Galp em Portugal

destinados a novos investimentos no mercado espanhol.

Acordo sem problemas

«Não houve problemas neste acordo entre Portugal e o país vizinho, no que respeita aos pedidos de concessão para as estações de serviço, pois tudo ficou facilitado com a entrada do nosso país no Mercado

Comum», afirma Manuela Azevedo.

A Petrolgal espanhola é associada da portuguesa, embora mantenha as suas próprias características empresariais que têm a ver com o meio sócio-económico em que está inserida.

No entanto, é de salientar que alguns dos administradores da parte espanhola

pertencem à portuguesa e o mesmo se passando com a Companhia Petrolífera Portuguesa.

A Petrolgal espanhola, com sede em Madrid, foi constituída em 1979. Destinava-se, em princípio, à venda de produtos químicos, em especial aromáticos e solventes e óleos lubrificantes produzidos pela Petrolgal.

COTAÇÕES DE NOTAS E MOEDAS

Companhia Geral de
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

125 ANOS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	49\$90	55\$90
ALEMANHA FED. (marco)	87\$35	88\$55
ÁUSTRIA (xélim)	12\$35	12\$55
BÉLGICA (franco)	3\$967	4\$217
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	127\$25	129\$75
(notas de 5 a 1000)	127\$75	130\$25
DINAMARCA (coroa)	22\$45	22\$85
ESPAÑA (peseta)	1\$315	1\$435
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	147\$85	151\$35
(notas de 5 a 1000)	148\$35	151\$85
FINLÂNDIA (marka)	36\$55	37\$15
FRANÇA (franco)	25\$55	26\$25
HOLANDA (florim)	77\$40	78\$50
IRLÂNDIA (libra)	231\$25	235\$25
ITÁLIA (lira)	\$106	\$121
JAPÃO (iene)	\$983	\$1038
NORUEGA (coroa)	22\$45	22\$95
REINO UNIDO (libra)	242\$80	246\$50
SUÉCIA (coroa)	23\$80	24\$30
SUÍÇA (franco)	95\$45	96\$95
VENEZUELA (bolívar)	3\$335	4\$135

OBSERVAÇÕES:

- 1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
- 2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

Eurogabinetes apoiam empresas

Depois da abertura do primeiro Eurogabinete, em Évora, é agora a vez de Lisboa ter uma estrutura de informação comunitária. Vai ser inaugurado no próximo dia 12, com a presença do comissário Cardoso e Cunha, nas instalações do Pavilhão dos Congressos da Associação Industrial Portuguesa (AIP).

Depois deste, outros se seguirão, ainda em Janeiro. Segundo referido pela Comissão das Comunidades Europeias, no dia 15 será a vez do departamento instalado na Caixa Geral de Depósitos e a 19 a do que ficará a servir a região Centro, na Associação Industrial do Distrito de Aveiro.

Segundo afirma a AIP, o Eurogabinete a inaugurar tem como «grandes objectivos proporcionar informação sobre as empresas, acompanhá-las quanto aos seus projectos de desenvolvimento e criar uma rede de interlocutores que disponibilizem informações de natureza económico-social e jurídico-legal».

O Eurogabinete AIP passará a estar aberto a todas as empresas, associadas ou não,

havendo já a perspectiva de que seja montada em breve uma rede que englobe todos os Núcleos Empresariais Regionais (NER) da Associação, o que permitirá a obtenção directa de informações em 12 regiões do país.

A designada vocação europeia passa pelo papel activo destes gabinetes, de que são exemplos o apoio à adesão da Áustria à CEE e a visita de uma delegação da Confindustria, que entregou à AIP um «dossier» com mais de 50 nomes de empresas italianas interessadas em investir ou desenvolver relações industriais com o nosso país.

A partir da entrada em funcionamento do Eurogabinete AIP as empresas portuguesas passam a estar ligadas permanentemente a cerca de 200 congéneres que integram a rede europeia, com acesso a bases de dados que abarcam a legislação e jurisprudência, programas de investigação científica e técnica e de desenvolvimento comunitário, referências bibliográficas e concursos públicos.

B R E V E S

Actividade cambial tem nova legislação

A nova legislação sobre as normas reguladoras da actividade cambial começa a vigorar a partir do dia 10 de Março, após publicação do respectivo diploma no «Diário da República».

Este diploma, aprovado na reunião de Conselho de Ministros de 14 de Setembro passado, substitui um ordenamento jurídico datado de 1976 e aproxima o quadro legislativo português ao que está em vigor na CEE.

A questão da responsabilidade penal das infracções cambiais é uma das inovações. Segundo o articulado do diploma, «as infracções previstas na legislação agora revogada, passam a ser punidas como contra-ordenações, sem prejuízo da subsistência da responsabilidade penal eventualmente existente por concurso real ou ideal de infracções previstas em lei criminal geral ou especial».

O texto em causa contempla igualmente um capítulo sobre contra-ordenações cambiais, no qual são definidos vários tipos de coimas, consoante as infracções, que poderão ir dos mil aos 100 mil contos.

A nova legislação mantém, por outro lado, o princípio da «intermediação obrigatória», segundo o qual a actividade cambial só pode ser exercida pelas entidades autorizadas para o efeito.

A proibição da detenção, por residentes, de disponibilidades no exterior, e a obrigação de os mesmos residentes cederem a moeda estrangeira que obtiverem, a entidades autorizadas para exercer o comércio de câmbios, são outros dos princípios que se mantêm.

Portugal e URSS assinam acordos

Portugal deverá celebrar este ano, com a União Soviética, acordos bilaterais de protecção mútua de investimentos, com o objectivo de eliminar receios que potenciais investidores mostram acerca da instabilidade política naquele país e também para assegurar garantias de recuperação de meios.

Recentemente Ivo Cruz, das Relações Exteriores da Associação Industrial Portuguesa, disse ao «DL» que a AIP pretende apostar no mercado soviético e recordou que desde há dois anos têm sido firmados, com diversos países do Leste europeu, protocolos em regime de reciprocidade.

A receptividade de alguns sectores tem sido patente, nomeadamente naqueles que permitem a transferência de novas tecnologias, sendo este um processo que os industriais portugueses podem ter para diversificar mercados, disse também Ivo Cruz.

A União Soviética já assinou e pretende firmar outros acordos inter-estatais de protecção mútua que prevêem a remessa de lucros, formas de solução de litígios entre o investidor e o Estado e que delimitem a actividade dos empresários estrangeiros.

Avarias na Bolsa de Lisboa

Vai ser instalado um novo equipamento informático na Bolsa de Lisboa, em resultado do actual estar a prejudicar o funcionamento do mercado de capitais devido a avarias sucessivas.

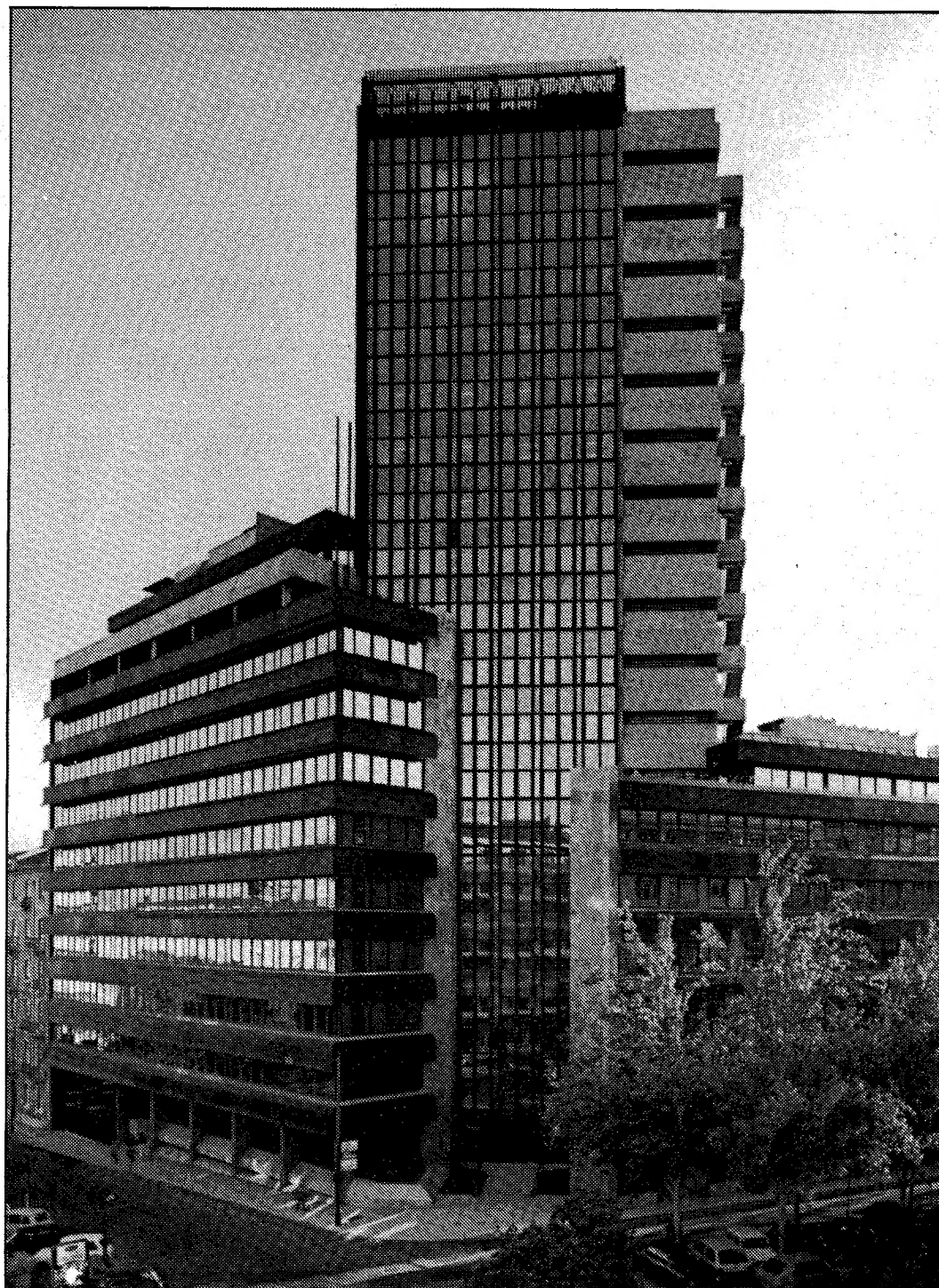
Na verdade, embora as sessões normais da Bolsa se efectuem com recurso a computadores pessoais, os operadores do mercado não podem acompanhar o desenrolar da negociação através de terminais, bem como deixam de receber as listagens em tempo oportuno.

O problema mostra-se de difícil resolução, pois que resulta de avaria do próprio equipamento (hardware), o que dificulta a actuação dos técnicos portugueses da empresa fornecedora do sistema.

Segundo informa a agência Lusa, os responsáveis da Bolsa decidiram já substituir o referido equipamento, tendo mandado elaborar um caderno de encargos para aquisição de um novo, o que deverá rondar os 70 mil contos.

O equipamento instalado é da Unisys, marca que concorre ao novo fornecimento a par com a Digital, a Data General, a Nixdorf e a Olivetti. Até ao final de Janeiro será decidida a escolha.

Entretanto, para atenuar os transtornos da situação, vai ser montado, no decorrer da próxima semana, na sala de sessões da Bolsa um computador pessoal compacto, com terminais nas três mesas de negociação, de forma a poder-se acompanhar a sessão à medida que ela decorre. Este serviço estará disponível aos operadores, comunicação social e público.

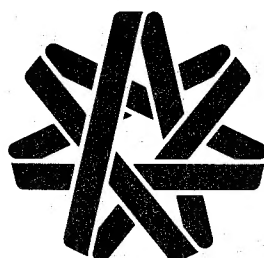


Banco de Fomento Nacional, EP

Nos termos do Decreto-Lei n.º 428/89, de 7 de Dezembro, o Banco de Fomento Nacional, EP foi transformado em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos e passa a designar-se BANCO DE FOMENTO E EXTERIOR, SA, tendo-se efectuado o registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 1055. O mesmo Decreto autoriza o aumento do capital social do Banco de 10.500.000.000\$ para 25.000.000.000\$.

O Banco de Fomento e Exterior **sucede automática e globalmente** ao Banco de Fomento Nacional, EP e continua a personalidade jurídica deste, conservando a universalidade dos direitos e obrigações integrantes do património de que este era titular no momento da transformação.

De acordo com o novo quadro estatutário, à vocação de banco de desenvolvimento, tradicionalmente assumida pelo Banco de Fomento Nacional ao longo dos seus trinta anos de existência, acresce uma vocação de banco exterior, em particular nas áreas do **investimento produtivo nacional**, no País e no estrangeiro, do **comércio externo** e da **cooperação**.



Banco de Fomento e Exterior, SA

Sede: Avenida Casal Ribeiro, 59 - 1000 LISBOA

POLÍTICA

Hilton passa para Sampaio

Afinal o caso do complexo do alto do Parque Eduardo VII ainda não está «arrumado». Por isso as alterações não estão postas de parte

O complexo urbanístico para o alto do Parque Eduardo VII, ainda na forma de ante-projecto, foi apreciado de forma positiva pela vereação do cessante executivo Municipal. Contudo, tal deliberação não significa a aprovação imediata e definitiva do trabalho já realizado pelos arquitectos.

Este desfecho para o caso Hilton traduz-se antes numa «margem de manobra» mais confortável que o novo presidente eleito, Jorge Sampaio, terá para contornar dificuldades que se venham interpôr no caminho do polémico empreendimento.

No rescaldo da sessão de Câmara em que foi votada a presente deliberação, Rui Godinho, um dos vereadores eleitos pela coligação «Por Lisboa», disse ao DL que «se se tem cumprido o regimento na anterior reunião já o assunto estaria resolvido há muito tempo».

De acordo com aquele vereador, trata-se de uma «decisão que não aprova nada de definitivo, apenas realça a necessidade de se aprofundarem os trabalhos do arquitectos, ainda em curso, bem como os estudos de impacto que são precisos e que incidem nomeadamente, nas áreas de urbanismo, tráfego e estacionamento». Os referidos estudos deverão incidir

na zona onde se localizarão os edifícios e também nas áreas envolventes.

Como nada de definitivo foi aprovado, os vereadores

apenas se pronunciaram sobre a informação relativa aos três edifícios do complexo. De facto, o empreendimento está dividido em três partes e rela-

tivamente à primeira - o Centro de Congressos - a vereação recomendou que «a equipa projectista inicie o desenvolvimento do projecto de

execução, tidas em conta as observações feitas, quer na comissão de acompanhamento, quer no plenário da Câmara e sempre acompanhado pelos técnicos municipais para o efeito designados».

O hotel Hilton, que constitui a segunda «fatia» do complexo, deverá recolher «todos os pareceres dos serviços municipais».

Quanto ao Centro Polivalente, da autoria de Tomás Taveira, o plenário municipal decidiu que «sem embargo de possíveis futuros acertos, designadamente de volumetria, sejam obtidos os pareceres do Regimento de Sapadores Bombeiros, da Direcção Regional de Saúde de Lisboa e dos Serviços de Trânsito da Câmara, antes que se proceda à sua aprovação».

Rui Godinho frisou, uma vez mais, o facto de esta decisão permitir ao novo executivo uma margem de manobra para eventuais alterações sem ferir, no entanto, os legítimos direitos do promotor. «Já antes das eleições e no decorrer da campanha, a coligação 'Por Lisboa' havia afirmado que os compromissos assumidos pela Câmara que implicassem direitos legalmente adquiridos seriam respeitados e é isso que vamos fazer», concluiu.



Sampaio terá a última palavra no caso Hilton

Em greve de fome

Presos do caso FUP correm risco de vida

José Ramos dos Santos, o preso do caso FUP/FP-25, que hoje entrou no 28º dia de greve de fome, corre o risco de sofrer uma paragem cardíaca «a todo o momento», anunciou uma fonte do Comité de Solidariedade Contra a Repressão.

De acordo com Elsa Sertório um outro detido também em greve de fome, Aldino Mendes Pinto, «está prestes a entrar em coma», devido ao baixo nível de glicémia. Ramos dos Santos e Aldino Pinto, que recusam tratamento médico, anunciaram já a possibilidade de entrar também em greve da sede.

Segundo a mulher de Ramos dos Santos, que ontem o visitou no Hospital-Prisão de Caxias, aquele detido encontrava-se na altura «lúcido mas muito cansado e com perturbações da visão».

Recorde-se que José Ramos dos Santos, completou já os três anos de prisão preventiva, e viu recusados pelo Supremo Tribunal de Justiça dois pedidos de «habeas corpus» que lhe permitiriam aguardar em liberdade a confirmação ou anulação da sentença de 16 anos de cadeia proferida por um tribunal de primeira instância.

Diz Mário Tomé:

Derrota eleitoral «isolou Cavaco»

A Comissão Política da UDP considerou que a derrota nas eleições autárquicas isolou e desacreditou Cavaco Silva, «desencadeando uma forte crise no PSD».

Mário Tomé, sublinhou que a partir de agora é possível derrotar os sociais-democratas e levar tal combate até ao fim.

Na reunião da Comissão Política da UDP que ontem terminou no Porto, Mário Tomé disse que as eleições de 17 de Dezembro foram «a segunda derrota de Cavaco Silva», e explicou que a primeira se registou nas eleições para o Parlamento Europeu.

Para a aquele dirigente a terceira derrota traduziu-se na necessidade que Cavaco Silva teve de remodelar o Governo.

De acordo com Mário Tomé, a remodelação foi um «trocadilho em beleza» e «mostrou fraqueza», da parte do primeiro-ministro «que já não tem mão de ferro no PSD».

A nomeação de Carlos Brito em substituição de Eurico de Melo, para o cargo de vice-

primeiro ministro foi, no entender de Mário Tomé «um remendo».

A conquista da Câmara de Machico, na Madeira, com maioria absoluta, e o aumento do número de autarcas do partido eleitos, que subiu de 43 para 11, constituem, para a UDP, «uma grande vitória».

Mário Tomé acrescentou que a votação na UDP «duplicou em quase todo o país», citando o exemplo dos concelhos do Seixal, Ovar, Funchal e Loures.

Os elementos da Comissão Política daquele partido criticaram duramente a actuação da RTP nas últimas eleições, acusando a sua Direcção de Informação de «não falar na UDP».

A UDP propôs ainda a realização de uma «discussão nacional» sobre a CEE, o Mercado Único e a União Monetária Europeia, salientando que «as pessoas não sabem e estão de olhos vendados» acerca daquelas questões.

Repetição das autárquicas

PSD domina segunda volta

O PSD impôs-se ao PS na repetição das eleições autárquicas para cinco assembleias de freguesia, ganhando em três delas. Na de Gondíães estava em causa a presidência da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, que a lista social-democrata confirmou.

O PS venceu decisivamente o PSD apenas na freguesia de Sub-Portela, concelho de Viana do Castelo, perdendo em Cornes, concelho de Vila Nova de Cerveira, Gondíães (Cabeceiras de Basto) e S. Paio do Mondego, concelho de Penacova. Ganhou ao PCP/PEV em Arcos, concelho de Estremoz.

A repetição das autárquicas naquelas cinco freguesias (três no Norte, uma no Centro e outra no Sul do País) permite duas conclusões: a de que a bipolarização PSD-PS se tornou ainda mais evidente e que, dos dois grandes perdedores, o CDS foi o mais lesado. O PSD bisou a vitória em Gondíães, numa eleição

que tinha sido mandada repetir pelo Tribunal Constitucional depois de queixa apresentada pelo PS de Cabeceiras de Basto, baseada em alegadas irregularidades verificadas nas mesas de voto. A decisão do Tribunal Constitucional assentou no «número exagerado de eleitores que votaram acompanhados no dia 17 de Dezembro, numa violação flagrante da lei eleitoral».

Nessa data o PSD obtivera 204 votos na freguesia de Gondíães, contra 145 do PS, subindo agora para 229, ao passo que os socialistas se ficaram pelos 138. Facto curioso: PCP/Verdes e CDS não obtiveram ontem qualquer voto, o que não acontecera em 17 de Dezembro.

O resultado da repetição das eleições de Gondíães foi determinante para a reeleição do candidato do PSD à Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, no distrito de Braga. Mário Campilho tomará posse pela quarta vez,

como presidente do município, enquanto Domingos Afonso Alves viu confirmada a escolha para a junta de freguesia.

O PSD repetiu ainda a sua vitória de São Paio do Mondego, concelho de Penacova, distrito de Coimbra. Estavam em questão sete lugares na assembleia de freguesia, quatro dos quais não foram atribuídos a 17 de Dezembro porque socialistas e democratas-cristãos empataram para o segundo lugar. Por essa razão se repetiram ontem as eleições, com a lista do PSD a obter vantagem e o PS a apoderar-se de três dos sete mandatos. O PS foi o grande derrotado de São Paio. Ali, o PSD obteve 106 votos (mais três que em 17 de Dezembro), o CDS 68, o PS 19 e o PCP/PEV um. Votaram 196 dos 265 eleitores inscritos.

O Partido Socialista ganhou em Arcos, Estremoz, ao PCP/PEV, apenas por um voto, e ao PSD em Sub-Portela, concelho de Viana do Cas-

telo, elegendo José Silva Costa para a presidência da Junta local.

O PS obteve ontem 301 votos na repetição do acto eleitoral em Arcos, distrito de Évora, mais um que o PCP/PEV. O PSD somou 145 votos. Registraram-se 14 boletins nulos e seis brancos. Em 17 de Dezembro, as listas apresentadas pelo PS e pelo PCP/PEV haviam obtido 273 votos cada. Ontem entraram nas urnas 766 votos dos 1202 eleitores inscritos.

Quanto à repetição das eleições em Sub-Portela, que em 17 de Dezembro se saldaram por um empate entre socialistas e social-democratas com 213 votos, PS e PSD subiram bastante agora, à custa do CDS e do PCP/PEV. Mais dos centristas, que desceram de 132 votos para 56, ao passo que a CDU baixou de 145 para 116. O PS averbrou ontem 307 votos, o PSD 253, a coligação PCP/PEV 116 e o CDS 56, num total de 1012 eleitores inscritos.

POLÍTICA

Dia de Reis dá aos autarcas PS programa de acção imediata

Em Outubro, quando os autarcas europeus chegarem aos Estados Gerais convocados para Portugal, o PS será o grande anfitrião e Jorge Lacão o seu profeta.

No Dia de Reis, os presidentes de Câmaras eleitos, os secretários-coordenadores das federações e o Secretariado Nacional do PS estiveram na sede do Largo do Rato para decidirem as formas de assumir «pública, notória e eficazmente» a liderança do poder local do País.

Menos de 24 horas depois da designação para o pelouro dos Assuntos Autárquicos e Regionais, no âmbito do Secretariado Nacional, Jorge Lacão disse aos jornalistas que o encontro também se destinava a «permitir o contacto humano com os novos autarcas que agora entram em funções», alguns dos quais independentes. O anterior titular do pelouro autárquico, Lopes Cardoso, transitou para a gestão administrativa e financeira, bem como para a coordenação dos delegados nacionais.

O ambiente era de festa, mas a reunião foi de trabalho.

ANMP em foco

A prioridade é, de momento, o relançamento da Associação Nacional de Autarcas PS, desde logo pela abertura do «processo de filiação aos autarcas recentemente eleitos» e preparar a eleição dos novos corpos directivos. Esta associação tem sido liderada pelo presidente da Câmara de Fafe, Parâcio Summaviele, que já teria manifestado interesse em ser substituído, de acordo com informação que circulava no Largo do Rato.

Assim que as hostes socialistas consigam marchar em boa ordem, o objectivo será a conquista da presidência da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Nos termos do comunicado final do encontro do Dia de Reis, trata-se de proceder à «valorização política da vontade dos portugueses nos futuros órgãos da Associação, tal como foi expressa nas últimas eleições autárquicas».

Em resumo: a substituição de Torres Pereira na presidência da ANMP passou a estar na ordem do dia, dado que o próximo congresso da



Os socialistas querem assumir «de forma pública e eficaz» a liderança do poder local

associação é já no princípio da Primavera.

Só no I Congresso da ANMP surgiram duas listas para a direcção. A partir daí, surgiu um consenso em torno do

autarca de Sousel, Torres Pereira, sendo pacífica a escolha de um militante do partido mais votado para as autarquias para a liderança da associação. Ora o PSD

deixou de ser o maior partido português, a nível local, legando ao PS a reivindicação da presidência.

Os autarcas socialistas receiam, porém, que um en-

Para enfrentar tarefas

Sampaio altera funções no executivo socialista

O líder do Partido Socialista introduziu alterações na estrutura de funcionamento do Secretariado Nacional do partido, ao fazer nova distribuição de responsabilidades pelos onze membros daquele órgão executivo dos socialistas. As mudanças foram ditadas depois de «ponderadas as tarefas a desenvolver prioritariamente no decurso do ano que agora se inicia» e tendo também em conta «a experiência e o novo quadro político e partidário».

Assim, com a nova distribuição de pelouros, Arons de Carvalho, anteriormente responsável pelo Associativismo, passa a ter sob a sua alçada também o Cooperativismo; Ana Maria Bettencourt fica responsável pela

Educação e Formação; António Costa, que anteriormente tratava dos Assuntos Eleitorais, fica agora com ligação às Federações.

O pelouro da ligação ao Grupo Parlamentar passa a caber a António Guterres; António Lopes Cardoso, que anteriormente detinha o pelouro dos Assuntos Autárquicos, recebe o cargo da Gestão Administrativa e Financeira, acumulando ainda a direcção do Gabinete de Apoio e Coordenação da Actividade dos Delegados Nacionais. Elisa Damitão fica com o pelouro do Trabalho; Ferro Rodrigues com o dos Assuntos Sociais e Questões Macroeconómicas; Marques da Costa, que antes das mudanças era responsável pela Comunicação Social,

recebe, agora, o pelouro das Relações Internacionais, acumulando com a tarefa de porta-voz do Secretariado Nacional.

Sob a responsabilidade de João Cravinho ficam os Assuntos Europeus. Jorge Lacão tratará, a partir de agora, dos Assuntos Autárquicos e Regionais. Finalmente, Manuel dos Santos ficará responsável pelas Questões das Empresas e Sectores Económicos.

Foi ainda decidido alargar o número de delegados nacionais a áreas como transportes, ambiente e agricultura.

Actualmente existem apenas três: Saúde, (Correia de Campos), Habitação e Urbanismo (Nuno Portas) e Justiça (Vera Jardim).

tendimento entre os seus congéneres do PSD e da CDU acabe por reconduzir Torres Pereira. O caso até nem seria virgem, depois de duas eleições na Região de Turismo do Algarve em que um tal entendimento retirou influência aos socialistas.

PDR na berlinda

O Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) vai ser objecto de análise aprofundada por parte dos autarcas eleitos nas listas do PS, que querem saber as condições de «participação das autarquias nos mecanismos de selecção dos projectos de candidatura ao FEDER, considerando insustentável a prática centralista do Governo de que as CCR são a verdadeira expressão», segundo o comunicado final saído da reunião.

Ao longo de todo o texto perpassam alusões ao receio que os socialistas têm que o Governo lhes faça a vida negra na secretaria, uma vez que não ganhou o campeonato eleitoral no terreno próprio. O PDR surge, assim, depois de críticas ao centralismo e de uma grande insistência no avanço do processo de regionalização.

A realização em Portugal dos Estados Gerais dos autarcas europeus, em Outubro, o entusiasmo pela regionalização e a necessidade de consolidar a vitória de 17 de Dezembro levam os responsáveis socialistas pelo poder local a não perderem tempo e procurar garantir uma posição de relevo na ANMP.

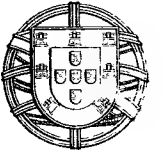
Congresso para breve

Durante uma curta conferência de Imprensa, Jorge Lacão anunciou para o próximo dia 20 a reunião da Comissão Nacional dos socialistas, que marcará o Congresso do partido, no primeiro semestre deste ano.

Notícias vindas a lume sobre a proposta de Jorge Sampaio no sentido de Almeida Santos vir a ser eleito presidente do PS, foram condenadas por Jorge Lacão e consideradas «especulação intempestiva».

JL

I Série
N.º 6
Dia 8
de
Janeiro



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Ministério das Finanças

Decreto-Lei n.º 13/90:

Altera as normas reguladoras do exercício do comércio de câmbios, das operações cambiais e das operações sobre o ouro

Portaria n.º 5/90:

Extingue os Postos Fiscais de Lapela, Nave de Haver e Torreira, situados na área de jurisdição da Alfândega do Porto, e Crespo, Penalva, Sacavém e Santa Luzia, situados na área de jurisdição da Alfândega de Lisboa

Ministério das Finanças e do Emprego e da Segurança Social

Portaria n.º 6/90:

Adita ao quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social de Portalegre um lugar de técnico de 1.ª classe

Ministério do Planeamento e da Administração do Território

Portaria n.º 7/90:

Institui dois prémios anuais denominados «O Ambiente na Literatura Infantil». Revoga a Portaria n.º 426/85, de 5 de Julho

Ministério da Administração Interna

Portaria n.º 8/90:

Fixa a taxa a cobrar por concessão de alvarás

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Decreto-Lei n.º 14/90:

Transpõe para a ordem jurídica interna portuguesa a Directiva n.º 85/384/CEE (aplicação do princípio do direito de estabelecimento e de livre prestação de serviços para as actividades do domínio da arquitectura)

Decreto-Lei n.º 15/90:

Altera o decreto-Lei n.º 415-A/86, de 17 de Dezembro, no sentido de liberalizar os preços dos transportes colectivos terrestres e fluviais de carácter turístico-recreativo

Novos secretários de Estado

A tomada de posse dos novos secretários de Estado que vão integrar o Governo está marcada para amanhã. O Presidente da República presidirá à cerimónia, que vai ter lugar no palácio de Belém antes do final da manhã. A

última novidade conhecida é a criação de uma nova secretaria de Estado, a da Juventude, no âmbito do ministério com o mesmo nome. Miguel Macedo vai ser o seu titular.

Não se conhece ainda a totalidade dos novos mem-

bros do Executivo, adiantando a agência Lusa que serão pelo menos treze os secretários de Estado que vão tomar posse. A saber: Santana Lopes (Cultura), Carlos Encarnação (Assuntos Parlamentares), Manuela Leite (Finanças), Luís

Madureira (Administração Interna), Luís Capoulas (adjunto do ministro da Agricultura), Salter Cid (adjunto do ministro das Obras Públicas), Conceição Rodrigues (Transportes Exteriores), Rui Vicente (Habitação e Trans-

portes Interiores), Carlos Loureiro (Construção e Vias Terrestres), Jorge Pires (Administração da Saúde), Vieira de Castro (Segurança Social), Miguel Sarmento (Turismo) e Miguel Macedo (Juventude).

INTERNACIONAL

Criados tribunais de excepção

A Roménia pretende julgar actos terroristas de membros da Securitate, alguns dos quais continuam a monte

A nova liderança romena anunciou a criação de tribunais militares de excepção para julgamento dos casos que envolvam "acções terroristas... por elementos ao serviço da ditadura", informou a rádio de Bucareste.

Num comunicado difundido por aquela emissora e captado em Londres pela BBC, a Frente de Salvação Nacional afirma que a criação dos tribunais sde deve à necessidade urgente de julgar e punir os culpados por tais acções.

O decreto emitido neste sentido refere que cada tribunal incluirá dois magistrados civis e três militares, à excepção dos casos de Bucareste, Timisoara, Cluj e Iasi, preside por dois juizes militares e mais três membros das forças armadas.

O documento adianta que os tribunais deverão julgar os crimes "cometidos com a intenção de suprimir o povo da revolução e desestabilizar o Estado, ameaçando a sua própria existência, e a vida, integridade física e saúde de pessoas".

São ainda contemplados os casos de encobrimento ou cumplicidade, bem como os crimes contra "bens públicos e privados e o património cultural do país".

Ontem o ministro romeno

da Defesa, Nicolae Militaru, "garantiu" que não houve um golpe de Estado para derrubar Ceausescu e que a Frente de Salvação Nacional surgiu em plena revolução.

A Frente foi criada no dia 22 de Dezembro, no edifício que fora sede do Partido Comunista romeno, e não havia um plano previamente organizado de tomada do poder - disse o ministro, em declarações publicadas pela Imprensa de Bucareste.

Militaru qualificou de "simples coincidência" o facto de a Frente de Salvação Nacional ter a mesma designação de outra, que, há meses, "fez um apelo emitido pela rádio Europa Livre ao boicote das votações no XIV Congresso do PC".

Iliescu vai a Moscovo

O novo líder da Roménia, Ion Iliescu, afirmou que espera visitar Moscovo brevemente, para conversações com o Presidente Mikhail Gorbachev, possivelmente antes do fim deste mês.

Iliescu, Presidente interino e chefe da Frente de Salvação Nacional, falava numa entrevista, à televisão moscovita, durante a breve visita a Bucareste do ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Shevardnadze.

Têm circulado rumores de que Iliescu, que fala bem a língua russa, e Gorbachev, estudaram juntos na Universidade de Moscovo, no princípio dos anos 50.

Shevardnadze levou a Bucareste o apoio de Moscovo "à causa da revolução e renovação da Roménia".

A visita, disse, fez-se "num clima purificado, numa atmosfera cheia de calor humano". Antes, comentou, saía dos contactos com o então Presidente Nicolae Ceausescu "sempre deprimido".

Milhares de pessoas assistiram-se nos dias do centro de Bucareste para honrar as pessoas mortas durante a insurreição que depôs o regime de Ceausescu.

A manifestação, convocada pelo Partido Camponês Nacional Cristão Democrata, deteve-se durante alguns minutos diante dos altares improvisados pelo povo nos locais dos maiores massacres feitos pela Securitate.

Também ontem, milhares de estudantes romenos reuniram-se no Instituto Politécnico de Bucareste, onde manifestaram a sua vontade de permanecer mobilizados até à instauração de uma verdadeira democracia no país.



Romenos homenageiam as vítimas do levantamento popular contra o regime de Ceausescu

Participaram estudantes vindos de diversas faculdades do país e delegações chec-

oslovacas, polacas e francesas, que lhes foram testemunhar a sua solidariedade.

A manifestação dos estudantes tinha sido convocada para a Praça da Vitória, na capital. Mas o receio do Governo de novas acções isoladas de membros desesperados da Securitate, levou à sua proibição.

O executivo considera aquela praça um lugar estratégico, que deve ser vigiado pelo exército, nomeadamente com meios blindados de transporte e de combate.

Eleições poderão ser adiadas

Os dirigentes romenos poderão adiar as eleições prometidas para Abril, depois de novos partidos políticos terem declarado que precisam de mais tempo para se organizarem.

O vice-Presidente Dumitru Mazilu disse aos jornalistas que o poder político está pronto a discutir um possível adiamento do primeiro acto eleitoral livre no país, "se isso for pedido pelo povo".

Entretanto a Frente de Salvação Nacional anunciou que a Roménia pretende estabelecer relações diplomáticas com a Comunidade Económica Europeia e nomear um embaixador junto dos Doze.

Redacção DL/Lusa

B R E V E S

Protestos contra aumentos na Hungria

Longas filas de pessoas formaram-se este fim-de-semana em Budapeste, perante lojas e montras semivazias, na véspera do aumento médio de 25 por cento nos preços dos géneros alimentícios. Em 1 de Fevereiro entrarão em vigor aumentos consideráveis nas tarifas da água e do aluguer de casas, falando-se já no aumento dos transportes. As autoridades suspenderam o controlo dos preços ao consumidor, à excepção do pão, farinha e leite, que têm, no entanto, aumentos controlados. A indignação da população face às novas dificuldades de vida foi frisada pelo líder sindical Sandor Nagy, numa carta aberta ao primeiro-ministro, Miklos Nemeth. Os sindicatos pretendem exigir aumentos salariais para fazer face à situação.

Tensão étnica no Cáucaso

Reforços militares soviéticos foram enviados para uma região remota nas montanhas da República do Cáucaso, onde a tensão se tem agravado entre as comunidades georgiana e ossetiana locais, foi anunciado em Moscovo. Não foi divulgada a dimensão dos efectivos deslocados para aquela região, no último de uma série de conflitos étnicos e nacionalistas surgidos em diversas repúblicas soviéticas, num avolumar de problemas para o Presidente Gorbachev.

Búlgaros contra minoria turca

Milhares de búlgaros, desafiando a liderança comunista, continuaram este fim-de-semana as manifestações contra o restabelecimento dos direitos religiosos da minoria turca. Os manifestantes procuram pressionar os governantes a não reconhecer os direitos dos turcos, por que receiam que o seu número esteja a aumentar demasiado rapidamente e venham a constituir uma ameaça para o país.

Redacção DL/Lusa

Mudanças no Leste europeu reforçam laços interárabes

As mudanças no Leste europeu estão a ajudar a reaproximação entre os Estados árabes, numa reacção defensiva perante uma nova ordem mundial e para proteger os seus interesses, disseram fontes árabes e do bloco de Leste. As transformações dos últimos meses no Leste aceleraram a tendência iniciada há alguns anos, quando a União Soviética mudou, ao concluir que não tinha condições económicas para manter a sua posição no Médio Oriente.

Muitos árabes encaram os Estados Unidos como um aliado estratégico de Israel no Médio Oriente e, por extensão, antiárabe. Fontes oficiais dizem que Washington tem obtido vantagens do alheamento soviético, alterando o tradicional equilíbrio de interesses na região.

"Infelizmente os EUA continuam a usar os desenhos de Leste para endurecer a sua política, disse à Reuter Adnan Omran, secretário-geral assistente da Liga Árabe.

Um porta-voz da OLP disse que os Estados Unidos

continuaram a ter voz activa na região, quando a União Soviética já lá não se encontrava há muito.

"Ao estreitar o seu envolvimento, os EUA aumentaram consideravelmente a sua hostilidade à causa palestina", acrescentou.

"Isso encorajou os Estados árabes a caminharem no sentido da sua reaproximação. As relações interárabes estão melhores do que já foram durante algum tempo", afirmou o porta-voz da OLP, especializado nas relações com a Europa de Leste.

"Os recentes desenvolvimentos (nas relações entre as superpotências) mostram que os Estados árabes estão em melhor posição para compreender a importância da unidade... eles podem entender que a unidade só os capacita a defenderem os seus próprios interesses", acrescentou Omran.

"A União Soviética já não se interessa. Ela cuida de si. Abandonou a si próprios esses povos... para enfrentarem sozinhos o seu destino. Esses povos unir-se-ão e formarão

uma plataforma internacional", disse em Outubro o líder líbio, Muammar Kadafi.

A mais dramática reaproximação verificada entre o Egito e a Síria no mês passado. Os dois países, que se opõem a Israel, estiveram de relações cortadas depois da assinatura de um acordo de paz separado entre o Egito e Israel. Fontes árabes dizem esperar que aconteçam mais reaproximações.

A OLP diz que espera enviar a Damasco uma delegação chefiada pelo seu responsável de Negócios Estrangeiros, Farouk Kaddoumi, numa viagem de reconciliação, num futuro próximo, possivelmente ainda este mês.

Uma nova preocupação

A somar aos receios já existentes, as mudanças a Leste trouxeram uma nova preocupação: a de que os novos Governos poderão deixarão de apoiar os árabes no seu conflito com Israel.

A Hungria já retomou as relações diplomáticas com Israel e outros Estados estão

prestes a seguir-lhe o exemplo. "Os povos libertados das ditaduras de partido único não querem manter as escolhas feitas pelos regimes opostos. É lógico que as "opções pró-árabes" desses regimes fossem postas em questão", disse Hamadi Essid, representante da Liga Árabe em Paris.

A sensibilidade dos árabes neste aspecto foi mais tocada quando os meios de Comunicação Social do Leste divulgaram rumores de que líbios, sírios e palestinos faziam parte, na Roménia, da Polícia secreta leal ao executado Presidente Nicolae Ceausescu. Fontes árabes disseram que os simpatizantes de Israel quiseram envenenar essas relações.

A União Soviética mostra-se pouco inclinada em fazer participar os árabes na resolução do seu dilema. "Os árabes sempre se disseram a Moscovo que os seus problemas eram os mais importantes do mundo. Infelizmente não é dessa forma que Moscovo os encara", disse um diplomata do bloco Leste.

Jonathan Wright, Reuter/DL

INTERNACIONAL

Luanda confia a Cavaco mediação junto de Bush

A iniciativa do Governo angolano não só atribui a Cavaco Silva lugar cimeiro na mediação com os EUA como parece colocar Mário Soares em posição delicada perante a visita de Savimbi a Portugal

Do nosso enviado especial

Cavaco Silva é o novo medianeiro para a paz em Angola. Fontes governamentais em Luanda disseram ao «DL» que Portugal assume agora uma função decisiva na batalha diplomática que se trava nas vésperas da cimeira dos oito Chefes de Estado africanos, que se inicia depois de amanhã, em Luanda.

De acordo com as mesmas fontes, «foi Angola a convidar o primeiro-ministro Cavaco Silva para servir de medianeiro, em paralelo com o processo de paz». As mesmas informações precisam que o governante português, que se desloca amanhã aos Estados Unidos, é portador da posição que o Presidente José Eduardo dos Santos vai apresentar, na próxima quarta-feira, aos Chefes de Estado do Congo, Gabão, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Zaire, Zâmbia e Zimbábue.

Durão Barroso «foi chamado a Luanda» para ser informado das novas propostas angolanas à Unita e aos Estados Unidos. Como se escreve no editorial publicado ontem pelo «Jornal de Angola», Luanda pretende «ultrapassar o impasse criado fundamentalmente pelo apoio político, diplomático, moral, militar e financeiro que continua a ser prestado à Unita pelos EUA, obstruindo assim a aplicação da solução africana encontrada em Gbadolite, pelos chefes de Estado africanos, para um

problema africano e esclarecer, de uma vez por todas, a contemporização de alguns países africanos em relação a essa ingerência norte-americana».

«Interesses concretos»

Segundo fontes governamentais, o Secretário de Estado português, que se reuniu a sós com o Presidente Eduardo dos Santos, na passada sexta-feira, durante cerca de duas horas e meia, «foi detalhadamente informado de todos os pormenores da nova posição angolana».

Nos mesmos círculos, sublinha-se que Portugal é preferido a outros potenciais medianeiros «por ser parte interessada, tal como é Mobutu». Do mesmo modo que, antes, a RPA evitou um medianeiro africano «amigo», como seria, por exemplo, o Presidente caboverdiano Aristides Pereira, «mais susceptível de exercer pressões», Luanda procura agora um interlocutor «com interesses concretos no processo».

A «promoção» de Cavaco Silva à posição de porta-voz de Angola junto dos EUA é vista, entre diplomatas e jornalistas acreditados em Luanda, como uma forma inteligente de Angola conseguir, simultaneamente, projectar Portugal no complexo jogo diplomático em curso e - salienta-se - colocar o Executivo português numa situação embaraçosa face à anunciada visita de

Savimbi a Lisboa.

Silêncio sobre batalhas

Acredita-se, nesses meios, que o líder da Unita visite Portugal «mesmo na pior posição militar possível, para colher efeitos de propaganda».

Mário Soares, cujas simpatias pessoais por Savimbi são conhecidas em Luanda, ficaria assim com os custos políticos da viagem a Portugal que vai fazer o chefe da Unita.

As informações militares colhidas pelo «DL» indicam que as FAPLA dominam Mavinga e outros pontos de importância estratégica para os rebeldes. É significativa a onda de especulações que corre em Luanda, onde se mantem, a nível dos órgãos de Comunicação Social, o mais completo silêncio sobre as batalhas que se travam em vastas regiões da província do Cuando-Cubango, desde há anos em poder da Unita.

Nos meios governamentais, admite-se que as forças do MPLA não tomariam nunca a Jamba pela força mesmo se isto fosse possível, possibilidade esta que neste momento não se pode, aliás, determinar.

A questão de fundo

Entre os jornalistas angolanos há, por outro lado, a convicção de que a estratégia do Presidente Eduardo dos Santos é a de fazer pressão militar sobre Savimbi, evitando, no entanto, operações



Soldados das FAPLA. Depois de 14 anos de guerra civil, quando se calará a voz das armas?

que a opinião pública internacional reprovaria por certo.

A televisão angolana deu, a noite passada, a gravação integral da entrevista que o Chefe de Estado de Angola concedeu, antontem, à televisão portuguesa. Embora não haja ainda sinais de abertura dos mecanismos de informação pública interna, a retransmissão da entrevista, pela TPA, é vista como um indicador seguro de que o conflito entre a Unita e o MPLA conheceu um virar de página ou seja que, sem ingerências externas, o MPLA poderá colocar os seus opositores numa situação com poucas saídas.

A questão de fundo, ad-

mitem fontes oficiais, é levar os Estados Unidos a cessar o apoio militar à Unita. Refere-se, a esse nível, que não faz sentido continuar a permitir os voos de reabastecimento à Unita, a partir da base de Kamina, no Zaire, quando a própria África do Sul está «a afastar-se militarmente do processo».

Entre jornalistas e entre as autoridades comenta-se que Angola e a África do Sul «ainda não casaram». Diz-se também que a África do Sul deixou ficar muito material bélico à Unita antes do processo de fiscalização internacional que acompanhou a aplicação da Resolução 435, da ONU, para a inde-

pendência da Namíbia. As mesmas fontes fazem notar que, até ao momento, Pretória se mantém alheia aos combates. Presentemente, o apoio sul-africano à Unita é sobretudo diplomático, afirma-se nos mesmos sectores.

Todo este quadro leva a que a deslocação de Cavaco Silva aos EUA seja vista com muita expectativa em Luanda. Ele é, neste momento, o político internacional privilegiado de Angola junto da Administração Bush, cujo primeiro acto «importante» em matéria de política externa foi, na opinião de Luanda, a reafirmação do apoio à Unita e a Savimbi.

Pereira de Almeida

Noriega desencadeia batalha judicial

A guerra do Panamá mudou definitivamente de cenário. Enquanto os Estados Unidos retiram hoje o seu primeiro contingente importante do país que invadiram a 20 de Dezembro passado, em Miami, começam a esclarecer-se os termos em que se vai travar a batalha entre os advogados de defesa do general Noriega e os tribunais norte-americanos. Às 12 acusações levantadas contra Noriega, que implicam em 146 anos de prisão em caso de condenação, os defensores do ex-líder panamiano pretendem responder com o relacionamento do réu com a CIA entre 1970 e 1983, insistindo no carácter «político» da questão.

Ninguém tem ilusões que o processo vai ser demorado, com a defesa, a discutir cada pormenor jurídico, pro-

curando estabelecer um paralelo com o caso de Oliver North, protagonista no escândalo Irão - Contras. Alegando que estava a cumprir ordens superiores, este ex-membro do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca exigiu que o Governo tornasse públicos documentos secretos onde constavam tais ordens. O Governo recusou-se e as acusações tiveram que ser retiradas.

Servindo-se do exemplo de North, a defesa de Noriega vai argumentar que os crimes que lhe são imputados foram acções decorrentes do trabalho que fizera para a CIA durante o período em que o general foi chefe dos serviços secretos militares panamianos, quando o Presidente do Panamá era Omar Torrijos, morto em 1983 vítima de um desastre de

avição.

Segundo consta, essa colaboração com a CIA incluía o fornecimento de informações militares sobre Cuba, a criação de um «bom ambiente de trabalho» para agentes secretos norte-americanos no Panamá, a repatriação de traficantes de droga procurados pelos Estados Unidos, facilitar o exílio na Panamá, do Xá Reza Pahlavi do Irão e auxiliá-lo os «contras» da Nicarágua.

Para Francis McNeil, um alto funcionário do Departamento da Justiça durante a administração Reagan, as ligações ao tráfico de drogas que Noriega foi desenvolvendo em paralelo à sua «cooperação» com os EUA foram «ignoradas» porque precisavam dele para ajudar os «contras». «Ele pensava que se nós estivessemos contentes com a sua ajuda na

Nicarágua podia fazer o que quisesse», diz McNeil.

Fontes do Departamento da Justiça dizem por seu lado que «uma coisa é ignorar as actividades de Noriega outra é ordená-las. Pode ser embaraçoso saber-se que os serviços secretos norte-americanos não sabiam do seu envolvimento no tráfico de drogas, mas em tribunal isso não prova nada».

Já funcionários da Agência norte-americana de Combate ao Tráfico de Narcóticos (DEA), afirmaram que as actividades «criminosas» de Noriega não foram «ignoradas ou toleradas» mas não tinham provas suficientes para o levar a tribunal. As provas agora existentes foram fornecidas por confissões de antigos associados de Noriega.

Redacção «DL»/Lusa

Navios dos EUA ao largo da Colômbia

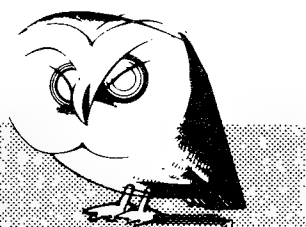
Dois navios de guerra norte-americanos iniciaram ontem manobras militares ao largo da Colômbia destinadas a bloquear as rotas de passagem de droga para os EUA. Estas operações coincidem com o aumento da violência naquele país latino-americano, com o Cartel de Medellín a multiplicar as suas acções nos últimos dias, assassinando um dos conselheiros do Presidente Virgílio Barco e raptando o filho de um outro.

Mesmo assim, quer o Governo colombiano, quer a oposição, já rejeitaram a proposta norte-americana para que tropas do país participem nas manobras, enquanto a imprensa local tem criticado a iniciativa, classificando-a como «agressão continental» e «bloqueio da costa da Colômbia».

A embaixada norte-americana em Bogotá emitiu um comunicado em que pretende afastar o fantasma da intervenção, três semanas depois da invasão do Panamá. Segundo a representação diplomática o porta-aviões «USS John F. Kennedy», transportando aviões de observação «Awacs», e o cruzador de energia nuclear «USS Virginia», conduzirão operações «em águas internacionais distantes da costa colombiana». Os contactos com barcos e aviões seguirão «as normas ditadas pelas leis e práticas internacionais», assegura o comunicado.

Redacção «DL»/Lusa

CULTURA



olhar de mocho

Complexos coloniais

Fomos maus senhores coloniais, piores descolonizadores mas, agora, para compensar traumas de personalidade colectiva, desforramo-nos, exagerando desmesuradamente um complexo de paternalismo em relação às antigas colónias. Ainda não temos uma Televisão que seja nitidamente «Televisão não-terceiromundista», ainda não temos canais privados (o Governo ainda não olhou para a vizinha Espanha já com Televisão privada e faz de nós, neste aspecto dos media, uma Jamba da península), mas sabemos ir de malas aviadas até Luanda, entrevistar, via satélite, o presidente da República Popular de Angola.

Esse Jornal de Sábado do Dia de Reis pareceu uma sessão de psicanalista em que no divã está estendido um velho senhor colonialista disfarçado de Napoleão de aldeia, aguardando libertação da culpa. Mas que coisa mais triste vemos o senhor José Eduardo Moniz ser ensinado a distinguir entre a Namíbia e Angola - um entrevistador a ser encostado à parede (nas boas entrevistas é o entrevistado que joga à defesa para evitar sofrer golos).

Que coisa mais triste: ver, depois, os dois comentadores analistas a jogar ao tiro ao alvo - cada um atirava ao «mau da fita» da cena internacional, o cubano, o sul-africano, o americano, o soviético.

Todos sabemos que em relação a Angola, Portugal é como a Gália que Júlio César considerava dividida em três partes: os que defendem a Jamba, os que são adeptos da Luanda do MPLA e, finalmente, os que não foram afectados pelo «vírus» paternalista que faz a ponte entre a antiga colónia e o ex-senhor colonialista que tem saudades do macaco e da banana a preço da chuva.

Não se entende bem esta tendência de querer ser mediador nos conflitos de Angola, já que se trata de um país soberano. Ainda por cima, agora, quando na cena internacional a guerra fria dá a impressão de ter terminado para dar lugar ao clima de descompreensão. Angola é um país independente, e nós - os que têm complexos colonialistas - não poderemos ressuscitar um neocolonialismo disfarçado de conselhos paternais para defender a camisola a que cada um tem amor. Se tivéssemos sabido explorar o petróleo de Cabinda, ainda se compreendia um certo neocolonialismo, mas como nem isso fizemos, teremos de ser consequentes: à fealdade da nossa colonização terá de corresponder a inépcia da nossa descolonização. É uma palavra da Bíblia: se um ceguinho quiser ajudar outro ceguinho, ambos cairão no abismo. Por isso, só quando nos curarmos dos nossos complexos paternalistas gerados no colonialismo é que poderemos ser parceiros de diálogo na trágica encruzilhada angolana.



José S. Monteiro

Encontros de Nova Música Portuguesa: um fim-de-semana em alto contraste

Zíngaro foi rei



Levarão os breves Encontros de Nova Música Portuguesa do fim-de-semana a alguma mudança nos entendimentos que até agora vigoravam, fazendo-nos aceitar à partida que a novidade é uma categoria definidora? Não é certo, já que simplificações destas não convêm muito à verdade da criação dita alternativa, e este evento do serviço Acarte da Gulbenkian serviu sem dúvida para constatar a quantidade de equívocos que ainda subsistem na área e a ausência de critérios mais lúcidos para peneirar nomes e agrupamentos.

Quer isso dizer que os Encontros falharam as suas intenções? De modo algum: percebeu-se, apenas, que a iniciativa não visou outra lógica que não o resumo, perigoso, de tanta diversidade. É fácil perguntar porque se escolheram estes (ou alguns destes) músicos e não outros - uma resposta suficientemente explicativa é que presumimos difícil. Intuítos representativos por sectores ou subsectores, desvios ou rupturas, foi óbvio que não houve no calendário que até ontem animou - e desanimou - a sala polivalente do Centro de Arte Moderna. O critério é correcto, mas podia-se ter evitado o seu contrário: a escolha ao acaso.

Como explicar a substantivação como «novo» do projecto que foi apresentado por Rui Azul, que é tão só a reposição daquilo que Charlie Mariano fazia há vinte anos, para pior? Como entender a inclusão no lote de um duo que alinhou muito evidentemente pela música erudita contemporânea e já tem a ver com outras guerras que não estas - o Miso Ensemble? Ou como aceitar pacificamente o pseudo-experimentalismo aleatório, hesitante entre o rock e o free jazz, de Luís

Desirat e Rodrigo Amado mais convidados, incapazes de entenderem um factor básico - que não têm competência suficiente para tais exercícios?

Deslumbre e reparos

Primeiros reparos que quase nos faziam esquecer a elementar justiça de apontar nestas linhas algo bem mais importante: os Encontros de Nova Música Portuguesa foram também, ou foram sobretudo, a grata oportunidade de finalmente se ouvir em Lisboa, ao vivo e a solo, a música de Carlos Zíngaro. Ainda que não encontrássemos outras razões, valerem a pena por isso. Depois do deslumbre a que os presentes assistiram, quase não valeria a pena referir que o Acarte, mais uma vez contrariando os seus propósitos de «educação pela arte», não se preocupou minimamente em contextualizar este ponto da sua programação anual, no sentido de que seria esclarecedor, e imprescindível, que uma brochura ou um debate paralelo situasse o que é isso de «novas músicas» e equacionasse o cenário musical português paralelo aos circuitos das grandes editoras discográficas e das rádios comerciais.

Sim, pode ser que daqui por diante nos sintamos solitados a pensar que melhor sorte esperará as práticas musicais que estes Encontros procuraram abarcar. No caso de Carlos Zíngaro seria até de toda a conveniência, ele que é ovacionado e congratulado na Europa e nos Estados Unidos, contrastando com o alheamento que encontra em terra própria. Os ventos mudam, no entanto, e as palmas dirigidas ao violinista por uma assistência que se levantou dos seus lugares para o homenagear é disso, já, um sério sinal.

Zíngaro foi hábil, concretamente, a elaborar os seus ilusionismos ao nível do tempo musical, com a utilização de sequenciadores e efeitos «delay» para reelaboração e arquitectura de dados sonoros momentos antes retirados ao seu instrumento, assim forjando a percepção de que eram vários os intérpretes actuando no palco. Mostrou também como a programação electrónica, prévia à actuação real, permite a manipulação recriadora e reactiva exigida pela espontaneidade que em tudo caracteriza a sua maneira de estar. Um espanto, igualmente, a forma como Carlos Zíngaro conectou em cada tema as referências ecléticas da sua formação, sem nunca incorrer em híbridos inconsequentes, qualidade que só distingue os maiores.

Já o Miso Ensemble, muito bem cotado nos meios académicos, não teve a mesma força, não só por preferir uma música mais intimista mas essencialmente porque a presença do dueto constituído por Paula e Miguel Azguime estava um tanto deslocada, se não naquele lugar, no momento sem dúvida. Os orientalismos de Miguel, as influências que recebeu da escola improvisacional e percussiva do jazz, diluíram-se perante formalismos que hoje conotam o projecto, definitivamente, no campo da erudição convencional.

Portugal no Mundo

O Rui Azul Trio, pelo seu lado, foi deprimente: na atitude frente ao público, na filiação numa New Wave confundida com a chatice, e

mediante uma electrónica incipiente e um saxofonismo feito de clichés. Como se não bastasse, dois percussionistas em dia não, surpreendendo mesmo a falta de jeito de alguém que reputávamos de outro modo, Rui Júnior. Foi a repetição de coisas já muito ouvidas e que só por engano podem ser intituladas como «novas», aqui e ali salpicadas por algum pretenciosismo ecuménico, tipo «Portugal no Mundo».

Mas a tarde de ontem estava fadada para a mediocridade e o que se seguiu foi tão mau ou mais ainda. Luís Desirat assumiu até ao fundo o pior que um baterista típico do rock pode dar de si. Rodrigo Amado, seu parceiro na fraude, está longe de conseguir dominar o seu alto mas ontem fingiu, com imperícia q. b., que o faz, agravando a sua situação. Juntos pretendem glosar os feitos da escola aleatória de improvisadores europeus (à la Derek Bailey) sem terem a organização mental e a sensibilidade, para não dizer o virtuosismo, exigidos. José Pedro Lorena, clarinetista baixo nos Mler Ife Dada, ainda foi, de entre os convidados, o que se mostrou mais equilibrado. João Oliveira e Silva, na segunda guitarra, quase não se fez notado, e os espalhafatos estereis de Paulo Feliciano na guitarra solista, se pretenderam ser «terroristas», satirizando o vanguardismo equivocado dos seus companheiros, contribuíram afinal para encorpar o ridículo de um espectáculo que não teve ponta por onde se pegasse.

Rui Eduardo Paes

Morreu o pintor Thomaz de Mello

Morreu ontem, aos 83 anos de idade, o pintor Thomaz de Mello, vulgarmente conhecido por Tom. Dedicado desde muito jovem às artes plásticas, colaborou desde os catorze anos na elaboração de carros carnavalescos e realizou a sua primeira exposição em 1928, iniciando, assim, uma longa carreira repartida pelas áreas da pintura, do desenho, da caricatura, do «design» e da tapeçaria.

Em 1933, contando com a colaboração de António Pedro, funda a «UP», uma das primeiras galerias de arte de que há memória na cidade de Lisboa, galeria essa que meses depois inicia a edição de um boletim consagrado à divulgação artística. A atento ao que de mais avançado se fazia no estrangeiro, Tom

não deixaria de frequentar as exposições universais de Paris, Nova Iorque, São Francisco e já depois da Segunda Guerra Mundial voltaria a este tipo de certames nas cidades de Bruxelas, Texas, Osaka e Londres.

Em 1960 ascende à direcção do serviço de exposições da FIL, onde três anos depois iniciaria as grandes mostras de antiguidades. De destacar ainda os oito álbuns artísticos subscritos por Tom, o último dos quais, intitulado «Bahia Saudade» foi editado em 1987.

O corpo do pintor que esteve em câmara ardente na Basílica da Estrela, sai às 14 horas deste templo para o cemitério do Alto de São João.

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Albert Camus morreu há 30 anos

A lâmina, o sol, o homem

Quando, em «O Estrangeiro», Mersault, personagem em que se centra a atenção do leitor, dispara sobre um árabe, e o mata, por este o ter afectado com o reflexo do sol na lâmina que ociosamente empunhava, encontramos-nos perante o absurdo da existência humana. Albert Camus (pois o romance é dele) admitia o absurdo como ocasional componente do homem - e de tal maneira, tão peremptoriamente, que, não raro, tinha por costume afirmar (e ficou escrito): «Para o homem absurdo, uma morte prematura é irreparável - e nada poderá compensar a soma de caras e de séculos que ele teria percorrido se isso não tivesse acontecido...»

Prematura, como é sabido, foi a morte do romancista: no dia 4 de Janeiro de 1960, com apenas quarenta e seis anos, Camus foi vítima de um acidente de viação, numa aldeia próxima de Yonne, no centro de França, quando o automóvel em que seguia se despistou e se foi esmagar numa árvore. Dir-se-ia que essa árvore, ao "ver" o automóvel, se sentira afectada tal como Mersault "insultado" se sentira quando o sol reflectido pela lâmina do árabe o ferira nos olhos. Efectivamente, o absurdo surge aqui à semelhança de uma camisa de forças que veste o homem dos pés à cabeça.

O homem e a pedra

Esta maneira de ser do homem no mundo, exemplarmente exposta há séculos por Sófocles em «Édipo Rei», é uma das tonalidades mais fortes de toda a obra de Camus. Quem dela se não aperceber, ficará, quando muito, pela intriga, mas nunca se inteirará das razões que, fora da Razão, determinam, na verdade, a acção e a sorte dos seres humanos.

Aliás, em «O Mito de Sísifo», de Camus, vemos o homem sob um peso de que nunca se consegue libertar: o da pedra que é obrigado a transportar até ao topo da montanha, sempre e sempre, dado que a pedra, em repouso momentaneamente nas alturas, continuamente descai, rindo-se a inércia irracional do esforço racional do homem...

Semelhante irracionalidade não assenta numa escolha arbitrária de Albert Camus: o escritor, convém não esquecermos, foi testemunha da II Grande Guerra, isto é, assistiu à ocupação da França pelos nazis, e, como todos na época, soube dos campos de concentração, das câmaras de gás, dos fornos crematórios, etc. Por conseguinte, a racionalidade fora substituída por uma irracionalidade cega, tal uma peste (palavra que é o título de um dos seus romances) que se propagasse à doida, euforicamente, numa cavalcada sem fim...

Uma esperança remota

Uma inércia, pois, que não medita, que não reflecte, exactamente como a pedra de Sísifo: o homem, enfim, sempre castigado, sempre envergando a tal



Albert Camus

camisa de forças, exibindo o absurdo que, segundo Camus, aparentemente o veste da cabeça aos pés.

E aparentemente porquê...?

Por, pura e simplesmente, existir uma esperança remota de o homem se redimir (e neste passo camusiano surge, escondido em sombras, a ideia longínqua de um qualquer pecado original...) através do perdão mútuo. Palavras daquele que obteve o Prémio Nobel de Literatura em 1957 (neste momento citadas de cor): «Quando todos nós nos perdoarmos uns aos outros, então, sim, então talvez todos venhamos a ser democratas...» Entenda-se aqui, por "democratas", não inteiramente uma intenção política, e sim uma maneira nova de ser homem, que o dispa do absurdo, e o leve a compreender que o sol reflectido por uma lâmina de maneira nenhuma é um insulto aos seus olhos. (Que nos lembremos, já agora, que a acção de «O

Estrangeiro» decorre na Argélia, que Camus ali nascera e que em França acompanhou a guerra de libertação daquela colónia gaulesa).

O que impõe Albert Camus no âmbito da Filosofia é a essência que se pode extrair, existencialmente ou não, de obras como «A Peste», «Calígula», «O Mito de Sísifo» e (é óbvio) «O Estrangeiro»: o absurdo é um divórcio, não existindo nem no homem, nem no mundo, e antes nascendo do seu confronto. É a partir daqui (por muito simplista que tal conclusão possa parecer) que teremos de admitir o sol na lâmina (mundo) e o mesmo sol reflectido nos olhos (homem). Só assim é que não seremos "estrangeiros" na terra dos homens, nem "pestíferos", nem sofrendo desejos imperiais - e também não suportando o arbitrário peso das pedras rolantes entre o cimo e o sopé da montanha...

Pedro Alvim

B R E V E S

Retrospectiva de Serguei Paradzhanov

Uma retrospectiva dedicada ao cineasta russo Serguei Paradzhanov vai estar patente no Fantasporto/90, que decorre entre 9 e 11 de Fevereiro, no Porto.

Trata-se, de acordo com «Cinema Novo», da segunda retrospectiva levada a efeito em todo o mundo. A primeira ocorreu em 1989 no Centro Pompidou, em Paris.

«Andriech», «Dumka», «As Mãos de Ouro», «Le Premier Gars» e a longa metragem intitulada «Rapsódia Ucrainiana» são as obras cinematográficas presentes na décima segunda edição do Festival.

A organização admite que o autor possa estar presente no Fantasporto para apresentar a sua mais recente longa metragem - «Ashik Kerib».

Prolongamento da exposição de Manuel Amorim

O bom acolhimento do público terá pesado na decisão da Galeria Fluxus, em prolongar a exposição de Manuel Amorim, até dia 15.

Praticamente desconhecido em Portugal, Amorim vive e trabalha em Paris desde 1969, o seu discurso pictórico está a constituir uma das grandes revelações herdada do final da década de 80.

Fátima Gil, directora-adjunta da galeria, diz que as telas e pinturas sobre papel, de Manuel Amorim, "revelam uma expressão onde o gesto emotivo se transmite dentro da contenção a que o rigor obriga, deixando a um tempo perceber a espontaneidade do espírito e a firmeza austera da execução que o revela".

Fique a saber que a Galeria Fluxus (numa alusão directa a este movimento internacional), fica na Rua do Rosário, 125, Porto.

José Sasportes director do Acarte

José Sasportes é o novo director do serviço Acarte da Fundação Calouste Gulbenkian, em substituição de Madalena Perdigão, falecida em Dezembro.

O novo director do serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte, foi nomeado na passada quinta-feira pelo Conselho de Administração da Gulbenkian.

José Estevão Sasportes, de 52 anos, é actualmente o conselheiro de Imprensa da Embaixada portuguesa junto das Nações Unidas.

O novo director do Acarte foi jornalista, tendo passado pelo «Diário de Lisboa» na década de 50, e, mais tarde, chefiado a Redacção do «Jornal Novo». Desempenhou também o cargo de professor do Conservatório Nacional, onde participou na respectiva comissão de reorganização.

É autor de vários livros sobre Arte, como, por exemplo, «História do Teatro e da Dança em Portugal», e, mais recentemente, «Pensar a Dança».

Refira-se ainda que viveu em Itália, onde dirigiu a revista «La Danza Italiana».

cambridge school

CURSOS
INTENSIVOS

INGLÊS
FRANCÊS
ALEMÃO
PORTUGUÊS PARA
ESTRANGEIROS

INÍCIO
15 DE JANEIRO DE 1990



LISBOA: Av. da Liberdade, 173 - 1200 LISBOA - Tel. 554780/554789/521352
Av. Guerra Junqueiro, 8-1º DI - 1000 LISBOA - Tel. 848454/899801
Av. Urzulei, 6-1º - 1500 LISBOA - Tel. 7141824/7143170
ALMADA: Pr. do MFA, 12-1º - 2800 ALMADA - Tel. 2760234/2753218
PORTO: R. Duque da Terceira, 381-1º - 4000 PORTO - Tel. 560300/551130
COIMBRA: Pr. da República, 15 - 3000 COIMBRA - Tel. 34969/29285
FUNCHAL: R. da Carreira, 240-1º - 9000 FUNCHAL - Tel. 43716/41057

Inquérito - Sondagem «Diário de Lisboa» - Euroteste

Acha que as pessoas declaram o que ganham para efeitos de impostos ou acha que há pessoas que fogem tanto quanto podem ao pagamento de impostos?

	REGIÕES					
	TOTAL	Grande Lisboa	Grande Porto	Litoral	Int. Norte	Int. Sul
Declaram	21,5	15,3	18,1	16,9	38,4	28,4
Fogem	70,6	84,7	77,3	72,5	50,3	57,9
NR	7,9		4,6	10,5	11,2	13,7

	CLASSES				
	Total	A/B	C1	C2	D
Declaram	21,5	20,0	14,8	23,5	29,6
Fogem Imp.	70,6	76,3	81,2	69,6	49,5
NR	7,9	3,6	4,0	6,9	20,9

Quem considera que foge mais aos impostos?

	REGIÕES					
	TOTAL	Grande Lisboa	Grande Porto	Litoral	Int. Norte	Int. Sul
Os ricos	22,2	21,8	27,4	21,9	13,8	30,0
Os políticos	17,2	17,5	13,4	24,8	8,7	7,9
Os empresár.	10,3	8,1	15,4	13,8	8,0	2,4
Os comerc.	13,4	11,6	2,0	21,2	7,7	10,8
Os industriais	3,0	1,3	6,1	4,5	1,6	0,9
Prof. liberais	9,2	20,1	11,8	4,8	4,1	5,6
Trab. c/prop.	0,4	0,8	0,2		0,8	0,7
Jogad. futebol	3,5	4,5	7,0	3,0	2,6	1,5
A empresas	1,2	1,2	0,8	0,2	1,7	3,6
Os patrões	2,4	3,2	5,6	2,0	1,2	1,4
Os que podem	2,0	5,3	1,6	0,5	0,2	2,7
Todos	1,6	2,7	1,6	1,4	0,8	1,2
Func. públicos	1,2	0,3	3,3	1,1	1,8	1,0
Operários	0,1	0,3				
Quem tem men.	1,4	4,0	1,2	0,1	0,6	1,3
Outros	1,9	3,1	1,6	1,3	1,5	2,3
NS/NR	29,3	16,0	23,4	26,6	52,6	38,2

	CLASSES				
	Total	A/B	C1	C2	D
Os ricos	22,2	18,9	21,6	28,7	11,3
Os políticos	17,2	15,6	20,8	17,1	12,5
Os empresár.	10,3	12,6	13,3	9,2	5,6
Os comerc.	13,4	11,7	14,4	15,5	8,5
Os industriais	3,0	3,5	5,0	2,7	
Prof. liberais	9,2	20,5	11,0	6,6	1,8
Trab. c/prop.	0,4	0,8	0,3	0,5	
Jogad. futebol	3,5	8,7	4,9	2,0	
A empresas	1,2	0,9	1,9	0,6	2,7
Os patrões	2,4	2,4	5,9	1,0	
Os que podem	2,0	4,0	1,2	2,2	0,8
Todos		1,6	5,9	1,7	0,7
Func. públicos	1,2	2,1	1,5	1,3	
Operários	0,1	0,4			
Quem tem men.	1,4	1,1	0,9	2,4	
Outros	1,9	0,4	2,7	1,1	3,9
NS/NR	29,3	19,4	18,1	28,0	60,0

Fugir ao pagamento da totalidade dos impostos é, para si, um acto muito grave, grave, pouco ou nada grave?

	CLASSES				
	Total	A/B	C1	C2	D
Muito grave	21,0	24,5	20,6	26,3	6,5
Grave	55,0	52,0	51,7	52,1	70,1
Pouco grave	11,4	14,3	13,9	10,4	6,8
Nada grave	5,3	6,0	8,2	3,3	4,2
NR	7,2	3,1	5,6	7,8	12,4

Se tivesse conhecimento de alguém que tivesse cometido uma infracção fiscal, que atitude tomaria? Denunciaria a pessoa ou calar-se-ia?

	CLASSES				
	Total	A/B	C1	C2	D
Denunciaria	5,5	6,3	5,6	5,1	5,7
Calar-se-ia	63,8	57,7	67,9	67,1	54,4
Depende grau	15,5	24,0	16,2	14,0	10,3
Não sabe	11,3	7,2	7,9	10,2	22,8
NR	3,9	4,9	2,4	3,4	6,8

Os portugueses

O fisco desconhece os ricos

De portugueses vai ficar o céu cheio, segundo o preceito bíblico de que é mais fácil um camelo entrar por um buraco da agulha do que um rico transitar para o território celestial. Porque em Portugal só há nove ricos, segundo os cardápios do cobrador nacional de impostos.

A última estatística disponível (1987) diz, de facto, que só nove contribuintes declararam ter rendimentos anuais superiores a 50 mil contos. Outras estatísticas indicam que rendosíssimas profissões liberais auferem, para efeitos fiscais, remunerações ridículamente inverosímeis.

Não admira, por isso, que esta sondagem revele que 70 por cento dos portugueses acredite na fuga aos impostos de todos os outros portugueses, não obstante a maioria, 76 por cento, considerar que tal fuga assume um carácter grave. Mas a consciência cívica desta gravidade não os leva a participar no combate ao crime (descrença no sistema?), pois 63,8 por cento se recusariam a denunciá-lo.

Da ineficiência administrativa fiscal, fonte de tanta injustiça, desta incapacidade de bem cobrar para melhor distribuir, nasce esta desconfiança dos contribuintes que

atiram a esmo no alvo da prevaricação. E os prevaricadores, para o vulgo, são os ricos (22,2%); empresários, comerciantes e industriais (26,7%); os políticos (17,2%), e as profissões liberais (9,2%). A classe alta e os mais jovens pensam ser os profission-

ais liberais quem mais foge; a classe média superior, os ricos e os políticos, a que a classe média inferior acrescenta os comerciantes.

A classe baixa tem uma manifesta desconfiança dos políticos o que, no caso dos impostos revela pouco es-



Oliveira Costa

«Montámos uma máquina poderosa de investigação»

Oliveira Costa, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, responsável pela aplicação da Re-

forma Fiscal. Fomos ouvi-lo acerca dos resultados da nossa sondagem.

Diário de Lisboa - Os resultados da sondagem revelaram que 70 por cento dos inquiridos sente que se foge aos impostos em Portugal. Como entende esta sensação generalizada?

Oliveira Costa - À custa de tanto se repetir que há fuga, a ideia generalizou-se na comunidade. Nenhum país se pode vangloriar de ter erradicado o fenómeno. Nem na Suécia, onde são publicados os rendimentos e os impostos pagos pelos cidadãos, se conseguiu tal proeza. A fuga existiu e existe.

DL - Não comunga totalmente, então, da percepção de 70 por cento dos portugueses?

O.C. - Cem por cento das pessoas podiam dizer que há fuga fiscal, porque ela é uma verdade à la palice. Como eu costumava dizer, os principais adversários da Reforma Fiscal são os meus orfãos, os militantes da fuga ao fisco. Obviamente porque esses foram os que melhor se aperceberam da montagem da máquina de acção fiscal, com a criação de bases de dados. Para eles as possibilidades de evasão vão ficando espartilhadas.

DL - Tem uma ideia do actual volume da fuga fiscal?

O.C. - Qualquer número que se atire para a mesa é altamente falacioso. Não existem estudos que nos dêem garantias de saber qual o montante da fuga fiscal. Mas temos uma sensibilidade, que é medida pela evolução das receitas e o nível das taxas de incidência fiscal desde 1985 para cá. A verdade é que a receita aumentou sistematicamente desde essa altura e de maneira significativa, enquanto as taxas de incidência fiscal baixaram drasticamente.

DL - No princípio dos anos 80, o Imposto Complementar abrangia exclusivamente 10 por cento do rendimento nacional. Em 1981, os contribuintes que declaravam mais de

mil contos de rendimento eram apenas 2.093. Em 1986, apenas 0,31 por cento dos contribuintes declaravam ter rendimentos superiores a 5 mil contos. Onde estão, afinal, os ricos neste País. Estes números indicam ou não um pesado volume de fuga das classes mais ricas?

O.C. - Obviamente que indicam. Mas se lhe dermos números do IRS verificasse que o número de pessoas com rendimentos para 5 mil contos deve ter sido multiplicado, pelo menos, por dez. Hoje aparecem já, com frequência, ordenados de mil contos por mês. Há uma evolução notável, sobretudo a partir de 1988, nos rendimentos declarados e estou certo que em 1990 o salto ainda vai ser maior.

DL - Porém, continuamos a ter um sistema em que são os detentores de rendimentos do trabalho os mais incapacitados de fugir ao fisco. As empresas ainda têm imensas possibilidades de o fazer através, por exemplo, da não distribuição de dividendos.

O.C. - Também tem havido melhorias significativas no controlo dessas situações. Mas para ver a evolução neste domínio basta dizer que a contribuição industrial das empresas do grupo A, em 1985, foi de cerca de 22 milhões de contos e, em 1989, referentes a rendimentos de 88, foi de 190 milhões de contos. Existe um muito maior rigor na matéria colectável.

DL - Não é também indiciador de alguma fuga que cerca de 90 e tal por cento do imposto de rendimento pago por sociedades diga apenas respeito a duas mil e tal e as

restantes pagam oito e tal por cento do total dos impostos?

O.C. - As empresas dos grupos B e C apresentaram sempre resultados ridículos. Efectuamos um controlo mais apertado sobre as empresas do grupo A. Esses dados que me referiu podem indiciar, mas há outros factores a ter em conta. As grandes empresas têm uma boa organização e índices de rentabilidade necessariamente superiores às pequenas e médias empresas, que muitas vezes estão mal organizadas.

DL - Afinal quem foge aos impostos?

O.C. - Os industriais e os comerciantes fogem, mas há áreas onde isso é mais visível do que noutras. Há ramos que propiciam mais a fuga como seja a construção civil. As profissões liberais são em todo o mundo a área de actividade onde a fuga fiscal é mais expressiva e mais difícil de controlar.

DL - As pessoas sentem que é grave fugir aos impostos, mas dizem-se incapazes de denunciar uma fraude. Como explica a contradição?

O.C. - Os portugueses são muito avessos à denúncia clara. Tenho recebido inúmeras cartas com denúncias anónimas e na sua maioria provenientes de pessoas que se zangaram com o patrão. O que os leva a denunciar é um sentimento de vingança, fazem-no egoisticamente. Era bem mais interessante que o fizessem por por dever cívico. Se formos ajudados pela comunidade poderemos diminuir a carga fiscal sobre os contribuintes.

A.C.

Um tostãozinho para o

Julgava o cidadão comum que era o único a ganhar mal e a ser explorado? Desengane-se. Os nossos médicos, engenheiros, advogados, economistas, arquitectos, desenhadores e desportistas são uns pobretanas. Mal ganham para comer. Segundo dados do Imposto Profissional referentes a um período de três anos - de 85 a 87 - estas profissões liberais auferiram rendimentos diminutos e pouco condignos com o seu estatuto social.

Os médicos declaram ao fisco, no período referido, rendimentos médios na ordem dos seiscentos contos por ano. Isto correspondeu a um Imposto Profissional de 51 contos, em 1985, 57 contos, em 1986, e 63 contos, em 1987. Os advogados pouco mais foram bafejados pela sorte. Pagaram nos mesmos anos, respectivamente, 60 contos, 71 contos e 79 contos. Fazendo as contas, grosso modo, estas duas classes

não teriam conseguido mensais para se go-

Os economistas ultrapassaram a 1 imposto, à excepção desembolsaram verdadeiramente pela declaração de nos anos de 1985 e incluindo os jogad. Em 1988, só 50 de ordem dos 16 contos de 30 contos mensais

es e o dinheiro (5)



clarecimento e uma animosidade pouco saudável em regime democrático.

É também um menor esclarecimento da classe baixa e dos mais idosos que os leva a ser mais contemporizadores com a fuga fiscal. As classes mais elevadas, alta (76%),

média alta (81%), e média superior (69%) são as que pensam ser substancialmente elevada a fuga aos impostos, até talvez por conhecimento de causa e confissão espontânea do pecado.

Já quanto à gravidade da infracção é uniforme a con-

denação. Se é geral este sentimento de elevada dignidade cívica, ele levar-nos-ia a admitir que o combate à fuga teria boa aceitação social, tanto maior quanto nos convencessemos de que, como nos afirmou o secretário de Estado Oliveira Costa, a eficácia

de tal combate permitiria diminuir as taxas da fiscalidade.

O imposto será tanto mais bem aceite quanto o Estado for mais capaz de aplicar o tributo com equidade (que não sejam só os trabalhadores a pagar a crise); com justiça (os que mais têm, mais têm de pagar, em progressividade); quanto mais o Estado for parcimonioso e rigoroso nos gastos improdutivos e nos desperdícios, e generoso nas despesas sociais e desenvolvimentistas.

A pedagogia como a luz deve vir do alto.

Adelino Cardoso

COMENTÁRIO

Os cobradores sem rosto e sem justiça

Muitas revoltas se levantaram na história medieval contra as violências dos tributos senhoriais. Quantos colectores de impostos reais não foram soados ou mortos pela fúria dos espoliados!

Hoje, os colectores não têm rosto. A injustiça do Estado é anónima. A indignação já não é popular e vem das classes médias. A revolta chama-se fuga fiscal. Um Estado moderno mostra hoje a sua face de justiça social, quanto mais equitativo conseguir ser na cobrança e na aplicação dos impostos.

O Estado português não é justo. Pode afirmar-se que a democratização do pós-25 de Abril não chegou ao campo da fiscalidade. As desigualdades têm vindo a acentuar-se e somos hoje menos iguais uns aos outros do que ontem. A responsabilidade política não cabe a este ou àquele Governo. Cabe a todos. Todos deitaram a mão pesada sobre os rendimentos dos assalariados e levantaram a mão dos rendimentos do capital.

As investigações que fomos realizar ao mundo do fisco confirmaram amplamente o acerto da desconfiança dos portugueses perante o sistema fiscal perante a face injusticeira do Estado, revelada por esta sondagem.

Para o fisco só há nove ricos em Portugal. As centenas de abastados portugueses que compraram automóveis de preço superior a 20 mil contos, vivendas ou andares de dezenas de milhares de contos, iates de cruzeiro, aviões privados, que dão festas principescas e exportam capitais para o estrangeiro, não existem nas listas das nossas repartições de finanças.

São uma pura ficção fantástica da literatura cor-de-rosa que, dantes, faziam a delícia das costureirinhas, que já não há, e hoje ilustram o álbum das vaidades de revistas mundanas.

Cirurgiões milionários, médicos de luxo, advogados de grandes negócios, economistas de gabarito internacional, ganham pouco mais do que o salário mínimo nacional... As nossas investigações levaram ao conhecimento de que, para efeito de pagamento de impostos, eles não ganham mais do que 50 a 90 contos por mês, coisa que envergonhará um qualquer contínuo de bom banco comercial.

As empresas, essas, dão quase todas prejuízo.

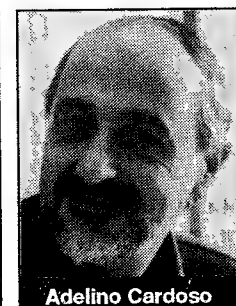
A pagar imposto que se veja não há mais do que duas mil e tal. Em termos fiscais, dir-se-ia que a economia deste País vive nas catacumbas de uma clandestinidade, a que é uso chamar-se subterrânea.

Sem rosto, sem moral, pouco justiceiro a cobrar e a distribuir, que a autoridade tem o Estado para nos convencer a cumprir o dever cívico de contribuir pelo tributo fiscal para um bem pouco comum?

O Governo em exercício deitou mãos a uma Reforma Fiscal. Garante que muita coisa vai mudar. Disso damos testemunho pela voz do seu representante qualificado na matéria.

Outros dizem que o imposto único não é único e mantém situações desiguais para diversos rendimentos. Disso também damos testemunho.

Vamos esperar para ver.



Adelino Cardoso

Medina Carreira

«O Estado é incapaz de travar a fuga fiscal»



A fuga aos impostos em Portugal é um fenómeno generalizado. Os portugueses são, porém, uns infrac-

tores conscientes. «O sentimento nacional da fuga é muito forte», diz Medina Carreira, antigo ministro das Finanças. Os dados da sondagem confirmam a sua tese.

A Reforma Fiscal é o cavalo de batalha para aquele advogado socialista. Vê nela uma fonte inesgotável de distorções e de injustiças. Considera-a um labirinto com várias saídas para escapar ao Minotauro (neste caso encarnado pelo odiado fisco). «A mais grave, e mais hipócrita de todas as formas para fugir aos impostos é a dos próprios regimes legais que possibilitam essa conduta», frisa Medina Carreira. Cita a título de exemplo a nova modalidade do imposto sucessório - percentagem que se paga ao Estado sobre a transmissão de bens, entre os quais se insere o caso das heranças - e demonstra como a lei permite escapar àquela obrigação fiscal.

Imagine-se um indivíduo detentor de vários títulos, imóveis e acções. Colocados numa sociedade, configurada numa empresa. A lei permite-lhe pagar, em vida, cinco por cento sobre o seu capital para abater o tal imposto sucessório, que pela anterior legislação era liquidado pelos herdeiros. Só que a sua empresa, mascarada de sociedade

anónima, sustenta tudo aos empregados: o telefone, o automóvel, as viagens ao estrangeiro, os colégios dos filhos, os almoços e jantares de marisco aos fins-de-semana com a família na costa de Cascais, entre outras coisas. Os dividendos acabam por ser nulos aos olhos das Finanças.

Montado este esquema viciado a fuga aos impostos vai longe. A sociedade pelo facto de existir e trabalhar deveria pagar o IRC, o sócio recebendo os lucros deveria pagar o IRS, e o patrão o tal imposto sucessório. Mas como os dividendos não chegam a aparecer, uma sequência de impostos de 40 por cento (IRC), mais 25 por cento (IRS) e mais 5 por cento (sucessão) transformam-se em zero, zero, zero. O tal indivíduo morre em dupla paz... Nada pagou nem fez pagar aos seus sócios e seus herdeiros.

«Os rendimentos de capital, em Portugal, fogem muito à tributação precisamente porque há maneiras legais de contornar a distribuição de dividendos», frisa Medina Carreira. O fiscalista, num tom irónico, lança o repto ao primeiro-ministro: «Com 15 minutos de televisão arranjava a Cavaco Silva uma valente dor de cabeça». Para tanto, refere, bastava demonstrar aos portugueses a situação de um pobre diabo que recebe uma pequena courela e paga bem pago o respectivo imposto e a de um senhor herdeiro de uma dourada fortuna que nada tem a declarar.

Falsas as ilusões de que a evasão fiscal apenas se processa a este nível. Ela atinge todos os estratos da sociedade. A sua incidência varia consoante os malabarismos possíveis às diferentes classes sociais. O dedo dos contribuintes vira-se acusador para as profissões liberais, mas elas apenas representam, na óptica do nosso interlocutor, uma pequena fatia das profissões autónomas. Para Medina Carreira, «toda a actividade por conta própria presta-se a um grau mais acentuado de fuga aos impostos».

No trabalho por conta doutrém, ou seja o assalariado, é preciso distinguir as categorias superiores, onde também há possibilidade de oferecer o carro, as viagens, as refeições e a escola aos filhos à custa da empresa, e as categorias inferiores, que pouco ou nada conseguem fugir, pois os seus descontos são feitos à

partida e sem concessões de outra natureza.

Uma escapadela mais dissimulada é praticada pelo próprio Estado enquanto instituição, tal como afirma aquele advogado. «Quando o Estado põe ao serviço de determinadas categorias de funcionários o automóvel e a gasolina, bens anteriormente apenas facultados a membros do Governo, também está a fugir aos impostos», acentua Medina Carreira.

Então como estancar esta sangria? Será suficiente diminuir a carga fiscal? E como promover a educação cívica para demonstrar que os impostos servem a comunidade? Medina Carreira prefere voltar à sondagem. A solução para o problema está contida nas respostas dos inquiridos. «Três quartos dos sondados dizem claramente que se foge aos impostos. Isto é grave porque confirma o fenómeno e, ao mesmo tempo, revela a consciência cívica de que o Estado é incapaz de o travar, as pessoas não acreditam na máquina de fiscalização», diz.

Por outro lado, afirma, prevalece um sentimento de injustiça, mesmo quando as pessoas não sabem muito bem do que estão a falar. Sintomático deste sentimento é o facto de os inquiridos terem referido os ricos como as pessoas que mais fogem aos impostos.

Os contribuintes sentem ainda o seu dinheiro a sair dos bolsos para o Estado o aplicar de uma forma errada. «Os carrões e o fausto do Governo e do Presidente da República dão ao público uma sensação pavorosa de dinheiro mal gasto», comenta o antigo ministro. Acrescenta que «é por esse motivo que a roubalheira fiscal, considerada formalmente grave pelos contribuintes, também é perdoada em larga escala».

A fuga aos impostos será mesmo possível de travar, perante tantas condicionantes? Medina Carreira julga possível o «milagre». Uma menor carga de impostos, uma máquina de fiscalização eficaz, mais e melhores tribunais capazes de julgarem em curto espaço de tempo os casos de evasão fiscal, uma contenção de despesas públicas e, sobretudo, um atenuar do sentimento de injustiça nos contribuintes são os ingredientes que aponta para minimizar o problema.

Paula Sá

a os liberais

em conseguido, em média, mais do que 50 contos para se governarem...

conomistas, engenheiros e arquitectos nunca amaram a marca dos 60 contos ano do respectivo à excepção dos economistas que, no ano de 1987, lsaram para as Finanças cerca de 86 contos. Situação ramente paupérrima apresentaram os desenhadores, aração de rendimentos resultou em 10 contos de IP, de 1963 e 86, e em 12 contos, no de 87. Os desportistas, os jogadores de futebol, coitados, são uns «tesos». só 50 deles pagaram a mesma obrigação fiscal nos 16 contos, o que equivale a um rendimento médio ntos mensais.

P.S.

QUOTIDIANO

Nova lei regulamenta segurança nas barragens

A segurança nas barragens durante as fases de projecto, construção, primeiro enchimento da albufera, exposição e abandono são disposições contempladas num decreto-lei publicado sábado, no «Diário da República».

O artigo 33º refere que «o controlo da segurança estrutural será realizado de acordo com o específico no plano de observação, de exploração do sistema de observação e de análise do comportamento e avaliação das condições de segurança das obras».

Os «sistemas de avisos e alerta» estão dispostos no artigo 45º que diz que «os encargos com os sistemas de aviso e alerta pertencem ao dono da obra, a quem compete também a sua manutenção, por forma a estarem permanentemente operacionais».

«Na fase de detecção de perigo, este deve ser imediatamente comunicado ao centro operacional de protecção civil distrital por linha telefónica ponto a ponto, para que este determine prontamente a preparação das forças de socorro para eventual mobilização».

São estabelecidas ainda normas relativas a demolição, com especial incidência em matéria da observação das barragens e medidas de protecção civil com elas relacionadas.

O documento aplica-se a todas as barragens de altura superior a 15 metros, medida desde a parte mais baixa da superfície geral das fundações até ao coroamento, e também às barragens de altura inferior a 15 metros, cuja albufera tenha uma capacidade superior a 100 mil metros cúbicos.

Poderão ainda ser sujeitas às disposições do regulamento outras barragens, desde que, no acto da aprovação de projectos de aproveitamento de águas públicas ou particulares, a entidade competente verifique a existência de risco potencial elevado ou significativo.

Pavilhão da Escola de Carnide pode explodir

O perigo de explosão de um dos pavilhões da Escola Secundária de Carnide levou, por determinação do corpo docente deste estabelecimento de ensino, ao encerramento, esta manhã, do bloco de salas F, em virtude das infiltrações de água que se verificam no quadro geral de electricidade.

A decisão de deixar várias centenas de alunos sem aulas, por tempo indeterminado, foi tomada de acordo com um parecer técnico, após, segundo afirmou ao «DL» um membro do conselho directivo da escola, se ter já verificado uma explosão no quadro eléctrico, ocorrida no passado dia 19 de Dezembro.

De acordo com a docente Eugénia Carvalho, o Ministério da Educação tinha já sido alertado para a situação de perigosidade da escola Secundária de Carnide, antes mesmo das férias de Natal, «quando o caso foi exposto à Direcção Geral do Equipamento Escolar».

Crude em águas nacionais vai desaparecer em breve

O Comando Naval da Madeira vigia os resíduos largados pelo Kharg 5

A mancha de crude deixada pelo petroleiro iraniano Kharg 5 na Zona Económica Exclusiva (ZEE) da Madeira vai dissolver-se brevemente, pois «é pouco espessa», disse hoje o comandante naval da Madeira, Janes Semedo.

Janes Semedo precisou que a quantidade de crude derramado pelo petroleiro é «bastante inferior» às duas toneladas por hora que têm sido referidas.

Embora «seja difícil» estimar o valor do crude derramado, as informações dadas pelo comandante do navio «indicam apenas a perda de resíduos misturados com as águas», acrescentou aquele oficial. O superpetroleiro iraniano Kharg 5, que derramou cerca de 70 toneladas de crude na costa marroquina deixou sábado, às 10 horas, a ZEE da Madeira, depois de ter sido ordenada a sua saída

na quinta-feira, e entrou na zona das Canárias.

O patrulha Cacine, da Marinha de Guerra Portuguesa manteve, no entanto, a vigilância do navio mais algum tempo. O Kharg 5 demorou a sair da ZEE da Madeira, porque se partiu o cabo de um dos três rebocadores que o acompanhavam.

A proibição da trasfega dentro da ZEE da Madeira foi ordenada atendendo ao facto de se continuar a verificar o derrame de pequenas quantidades de crude e ainda por a operação ser arriscada e atrasar a saída da ZEE.

As autoridades portuguesas avisaram Cabo Verde que o petroleiro Kharg 5 poderá caminhar em direcção às suas águas territoriais derramando crude.

A Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais enviou a Marrocos uma

técnica da Direcção Geral da Qualidade do Ambiente (DGQA) para integrar a comissão de acompanhamento da evolução da mancha de crude libertada a 19 de Dezembro pelo petroleiro iraniano.

«A nossa experiência recente no combate a este tipo de acidente com poucos meios e menos sofisticados, pode ser útil para as autoridades marroquinas, no caso do crude atingir a costa», referiu Ascenso Pires, director da DGQA.

Para o responsável da DGQA este tipo de acidente com superpetroleiros «começa a ser preocupante e torna-se necessário accionar maquinismos de cooperação entre os países com grande tráfego marítimo nas suas costas».

Ascenso Pires considera ainda que o envelhecimento

das frotas e o aumento do tráfego são algumas das razões para o crescente número de acidentes com petroleiros que «devem ter um estatuto particular».

O superpetroleiro iraniano «Kharg 5» sofreu uma explosão seguida de incêndio a 19 de Dezembro numa área entre o sul do Algarve, as ilhas Canárias e a costa marroquina.

Transportava na altura cerca de 270 mil toneladas de crude para a Holanda, proveniente do Golfo Pérsico.

O barco foi abandonado pela tripulação, a qual foi recolhida por um navio mercante soviético.

Pequenas manchas da maré negra atingiram a costa a 200 quilómetros a sul de Rabat. A ameaça de poluição lançou o pânico na frota pesqueira marroquina, que na zona emprega mais de 50 mil pescadores.

Selos portugueses são fonte de exportação

Em 1989, as receitas das vendas da filatelia tradicional e do coleccionismo nacional renderam 950 mil contos aos CTT

O volume de vendas de filatelia e de coleccionismo dos CTT ascendeu, em 1989, a 950 mil contos, valor que, segundo a direcção de relações internacionais e de filatelia dos correios portugueses, representa 72 por cento do total das receitas das vendas.

A forte implantação internacional da direcção de filatelia dos CTT, através de uma rede de agentes que cobre a maioria da Europa, Estados Unidos, Canadá e Extremo Oriente, faz com que esta seja uma das mais importantes exportadoras portuguesas, onde a componente de exportação atinge valores da ordem dos 34 por cento das vendas efectuadas.

Nos últimos anos, este organismo desenvolveu um vasto trabalho junto do público mais jovem promovendo a sua entrada no mundo do coleccionismo, através de uma grande diversificação de incentivos a fim de ser assegurada a continuação do mercado, demasiado envelhecido em Portugal.

Neste sentido, os responsáveis pela direcção de filatelia dos CTT decidiram privilegiar as novas áreas do coleccionismo, acompanhando as modas e substi-

tuindo progressivamente os produtos que já se encontravam na sua fase de maturidade ou mesmo de declínio.

Para além dos produtos

filatélicos tradicionais, a direcção de relações internacionais e de filatelia dos CTT passou a dedicar as suas atenções à edição de livros

temáticos que propõem itinerários culturais sobre os mais diversos assuntos, à introdução de peças na área da filo-numismática e à serigrafia de autores consagrados, acções que têm trazido, segundo os responsáveis dos CTT, valiosos ganhos para o desenvolvimento dos negócios da empresa.

Com as emissões filatélicas para o corrente ano, a direcção de relações internacionais e de filatelia pretendeu «constituir um acontecimento cultural intimamente ligado à realidade do país».

Assim, desde a faiança portuguesa à comemoração dos 100 anos da estação do Rossio, passando pelos navegadores portugueses, pela protecção da natureza, pelos vultos das Letras em Portugal, pelas profissões típicas açorianas ou os barcos característicos da Madeira, a pintura portuguesa do sec. XX, os navios dos descobrimentos, os 150 anos do 1º selo postal ou os palácios nacionais, muitos serão os temas consagrados na filatelia tradicional portuguesa a editar no ano que agora se inicia.



As novas áreas de coleccionismo foram privilegiadas pelos CTT, acompanhando as modas

Vitorino
CABELEIREIRO

Cursos de:
Cabeleireiro
depilação c/ cera
e definitiva
manicura/pedicura

Abertas as inscrições:
Av. da República, 12 - 1.º
Telef.: 66 22 77 Lisboa

QUOTIDIANO

Brandão faz ultimato a Torres Couto

O SITRA passou a «bola» à UGT. A central que veja se tem capacidade para responder aos anseios das suas estruturas

Se as exigências que o SITRA apresentar ao Conselho Geral da UGT no fim do mês - mais difíceis de satisfazer do que as que tiveram na base do conflito entre as duas estruturas - não forem satisfeitas, um congresso extraordinário do sindicato votará a alteração dos seus estatutos e a respectiva saída da central. Esta a principal conclusão do Conselho Geral dos rodoviários que decorreu sábado, em Leiria, e que esteve longe de ser pacífico.

Cerca de meia centena de conselheiros do SITRA estiveram reunidos durante todo

o dia de sábado, num encontro que tinha como objectivo decidir a sua participação - ou não - no Conselho Geral da UGT dos próximos dias 27 e 28, aceitando assim o convite endereçado pelo próprio secretário-geral da central quando, juntamente com mais cinco elementos do Secretariado Executivo, se deslocou a Leiria em Dezembro passado, numa tentativa de esclarecer o diferendo entre o sindicato dos rodoviários, a FETESE, o SIMA e o SINDHAT, aquando das negociações colectivas na Carris.

Nessa altura, e apesar das promessas feitas pelos dirigentes da central e das explicações dadas por Vítor Hugo Sequeira - visto como o principal responsável por toda a situação ao assinar o acordo daquela empresa (considerado prejudicial para dos trabalhadores), o SITRA suspendeu as suas relações com a UGT, situação que mantém até à reunião do fim do mês.

Para o Conselho Geral da central sindical (onde exige estar representado por uma delegação igual em número à da UGT que se deslocou a Leiria), o SITRA leva várias reivindicações que, segundo afirmou ao «DL» José Brandão, «a central nesta altura não tem grandes hipóteses de lhes dar resposta».

Afastar as cabeças que estorvam

O SITRA exige que a UGT, através de Torres Couto, imponha uma postura que dê um novo cariz ao Conselho Permanente de Concertação Social. Pretende igualmente que os elementos da UGT que são deputados apresentem na Assembleia da República uma proposta de lei sindical que preveja o direito dos representantes dos trabalhadores a terem tempo para se dedicarem aos problemas de quem representam.

Reivindica ainda que se estudem novos moldes para a contratação colectiva e que o conceito de verticalização ou horizontalidade sindical seja bem definido - pontos em que quer ver englobada a discussão do que se passou na contratação colectiva da Carris. Nesse sentido, pretende que «o sindicato mais representativo tenha sempre que ser ouvido para a assinatura final de qualquer acordo e que tal nunca aconteça sem o seu consentimento».

A revisão pela UGT da filosofia dos seus tempos de antena referentes aos sindicatos é mais um dos pontos que o sindicato apresentará à discussão. Sem uma resposta favorável a estes problemas, a UGT deixará de contar com o SITRA entre os sindicatos nela filiados.

Os dirigentes da delegação de Lisboa foram muito claros: «A UGT não responde aos anseios dos trabalhadores. Nós não queremos deixar a central, queremos é que



José Brandão: «A UGT não tem grandes hipóteses de nos dar respostas»

mudem as cabeças dirigentes que estorvam o trabalho dos sindicatos».

Fazer «rolar cabeças» no órgão dirigente da UGT é uma situação quase impossível, como José Brandão reconheceu. E se assim for, o SITRA encetará desde já esforços para promover um congresso extraordinário, único meio de alterar os seus estatutos, de forma a poder abandonar a central.

A possibilidade de cisão no SITRA derivada da saída da central não preocupa os seus dirigentes, que expressam total confiança na coesão da estrutura e no apoio dos seus filiados.

Para José Brandão, se o sindicato que dirige abandonar a central, só esta fica a perder: «já existimos desde 1936, ainda nem se ouvia falar da UGT. Sindicatos independentes há muitos, centrais sem sindicatos é que não».

Este último cenário desenha-se como o mais

plausível, uma vez que a UGT em nenhum dos cinco pontos de ordem de trabalho que agendou para o Conselho Geral refere o caso do SITRA, tendo uma fonte da central admitido a hipótese de num deles se referirem ao caso.

No entanto, os conselheiros ainda não receberam a convocatória da central, onde deverá estar explícita a ordem de trabalhos. Mas se se confirmar o que já está a circular não oficialmente, o SITRA considera-se enganado.

E segundo afirmou ao «DL» Domingos Paulino, dirigente da delegação de Lisboa, «se o Conselho Geral da UGT não discutir o caso do SITRA e o que se passou nas negociações da Carris, Torres Couto é um mentiroso, porque não cumpre o que veio aqui prometer perante 50 conselheiros, na reunião de Dezembro».

Elsa Andrade

Advogado do diabo

Apesar de se ter chegado a consenso no Conselho Geral do SITRA, que terminou com a aprovação de uma moção sem nenhum voto contra, a reunião esteve longe de ser pacífica.

A «guerra» foi acesa entre os conselheiros das várias delegações distritais, sobretudo entre os representantes de Lisboa (José Brandão e Domingos Paulino) e Setúbal, e Casimiro Gomes, secretário-geral do sindicato (Leiria).

Num diferendo que os próprios fazem questão de afirmar que «não é uma questão interna de um sindicato, mas da própria UGT e do sindicalismo em geral», Casimiro Gomes esteve, mais uma vez, no papel de «advogado do diabo». Sendo o responsável máximo do sindicato e ao mesmo tempo membro do Conselho Nacional da UGT, encontrou-se na situação de conciliar o inconciliável.

Na reunião ficaram explícitas as «guerras» entre delegações ou, como afirmaram os elementos de Lisboa, o «ciúme» veio ao cimo.

Em declarações ao «DL», Casimiro Gomes admitiu que foi «o último a saber» do diferendo entre os vários sindicatos da UGT durante as negociações contratuais na Carris, bem como do conflito que estalou entre o seu sindicato e alguns dos dirigentes máximos da central.

O secretário-geral do SITRA recordou que o sindicato não representa apenas a Carris e o Metro (empresas de Lisboa), mas também a Rodoviária Nacional (e não só a que circula nos arredores da capital), os trabalhadores dos STCP do Porto e de todas as transportadoras privadas, de passageiros e mercadorias, sediadas no Norte e sobretudo na região de Leiria. «E não representamos só o pessoal do tráfego, mas também o oficial», frisou.

Segundo Casimiro Gomes, a sua postura, como membro das duas estruturas em confronto, é a de tentar encontrar consenso, defendendo que os diferendos devem ser solucionados internamente, sem declarações públicas na Comunicação Social, comentário indirecto aos seus colegas da delegação de Lisboa.

No entanto o consenso foi possível, as vozes exaltadas na sala de reuniões foram baixando de tom, e a moção final teve o apoio de todos os conselheiros - incluindo o do próprio Casimiro Gomes.

E. A.

Carris abriu guerra na UGT

A possibilidade do SITRA abandonar a UGT, neste momento dependente da forma como decorrer o Conselho Geral da central sindical, iniciou-se com as negociações contratuais na Carris, em Dezembro passado.

Pela primeira vez na história da empresa, os vários sindicatos com representatividade, afectos tantos à UGT como à CGTP, assinaram um acordo e apresentaram à administração da Carris uma proposta conjunta de tabela salarial.

Tudo parecia correr bem, com uma união sindical sem paralelo. No entanto, três das estruturas da UGT - SITESE (Vítor Hugo Sequeira), SIMA (José Simões) e SINDHAT - sem que ninguém esperasse, assinam um acordo salarial com a gerência da Carris de 12,3 por cento (valor inferior ao previamente estabelecido entre os sindicatos) e sem conhecimento dos restantes.

Tal acordo levou ao final das negociações e serviu (serve) de base aos acordos nas restantes empresas do sector empresarial do Estado, e sobretudo no dos transportes.

Para o SITRA e FESTRU (CGTP) tratou-se de uma traição, que tomou maiores proporções no caso do primeiro sindicato, por pertencerem à mesma central.

Segundo o SITRA, qualquer daquelas estruturas pouco peso tem dentro da empresa, uma vez que apenas representam cerca de 10 por cento dos seus trabalhadores o que, em sua opinião, lhes retira credibilidade negocial.

A situação agravou-se com o facto de Vítor Hugo Sequeira e José Simões serem membros do Secretariado Executivo da UGT, acrescentando-se o facto de o primeiro ser também o responsável da central pelo pelouro da contratação colectiva.

O «caso Carris» levou o SITRA a Conselho Geral em Dezembro, com a UGT a tentar pacificar ânimos fazendo deslocar a Leiria o seu secretário-geral e mais cinco elementos do Executivo. Vítor Hugo Sequeira retratou-se publicamente, Torres Couto fez promessas, mas o sindicato dos rodoviários manteve-se firme e suspendeu as suas relações com a central, marcando para o passado sábado a continuação do encontro. Às exigências de Dezembro - novo funcionamento do pelouro da contratação colectiva (aceite por Torres Couto) e afastamento do seu responsável (que já está na CEE) - o SITRA juntou-lhe mais algumas este sábado. O desfecho aguarda-se no fim do mês.

E. A.

A M A

Auto Monumental do Arquivo

Audi



CONCESSIONÁRIOS

AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 JMACAR — 1000 LISBOA

B R E V E S

Queijo da ilha do Pico quer reconhecimento

A associação agrícola da ilha do Pico pretende que o Governo Regional promova a criação de uma região demarcada para o queijo de S. João. Este queijo, de pasta mole, é dos poucos fabricados na Europa a partir do leite de vaca cru e constitui importante fonte de receita para os agricultores do Pico.

Limpeza do Trancão concluída em 1992

A despoluição da bacia hidrográfica do Trancão, concelho de Loures, vai custar mais de um milhão de contos, implicando a realização de obras no domínio do tratamento de águas residuais urbanas e industriais e de drenagem.

O processo de saneamento do Trancão deverá estar concluído em 1992, estando prevista a construção de três interceptores, duas estações elevatórias, um emissário submarino e uma estação de tratamento de águas residuais.

Civis das Forças Armadas querem direitos sindicais

Representantes sindicais dos trabalhadores civis das Forças Armadas deliberaram, em Coimbra, fazer de 1990 o «ano do exercício pleno dos direitos sindicais», revelou a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

Na reunião foi ainda decidido solicitar uma audiência ao novo ministro da Defesa, promover reuniões de trabalhadores nos locais de trabalho e proceder à eleição de delegados sindicais.

Informática a bordo de autocarros

Mais de 50 mil contos estão a ser investidos pela Rodoviária Nacional na introdução de mini-computadores em autocarros que circulam nos distritos de Castelo Branco e Guarda.

Os computadores destinam-se a emitir bilhetes para todos os destinos do Centro de Exploração de Passageiros 3 (CEP3), sendo o equipamento totalmente fabricado em Espanha.

Este novo sistema permite contabilizar todos os factos relacionados com a viagem do utente e processar automaticamente o trabalho feito pelo cobrador.

Excedentes da CEE para pobres

A Cruz Vermelha vai distribuir por cerca de 2 500 pobres da ilha de S. Miguel artigos alimentares excedentários do Mercado Comum. Entre os produtos a distribuir à população mais carenciada figuram a carne enlatada, massas alimentícias e azeite.

Na mais populosa e maior ilha açoriana existem diversos focos de pobreza localizados principalmente na periferia de Ponta Delgada e na freguesia de Rabo de Peixe.

Reforma antecipada agrada a estivadores

A eliminação de cerca de 2 000 postos de trabalho nos portos de Lisboa, Douro e Leixões é «uma prenda de Natal e de Reis» para os trabalhadores visados, considerou o secretário geral da federação sindical do sector.

Alexandre Gonçalves adiantou que a medida veio «culminar um processo negocial iniciado há quatro anos por iniciativa da federação, provocada pela introdução de novas tecnologias nos portos».

A decisão agora aprovada em Conselho de Ministros conta com o «acordo total» da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores Portuários, do Sindicato dos Portuários de Lisboa e Leixões e da Associação dos Operários

Portuários.

«Estamos os três de parabéns» comentou o sindicalista, referindo-se ao Governo, aos representantes dos trabalhadores e do patronato que participaram nas negociações.

Os trabalhadores envolvidos - cerca de 1 200 em Lisboa e 450 em Leixões e no Douro - aceitaram voluntariamente a reforma antecipada mediante o pagamento de compensações superiores às indemnizações legais por despedimento.

Apenas 50 dos estivadores, conferentes, lingadores e operadores de tráfego que se desvincularam no último dia do ano passado não serão abrangidos por este processo, segundo afirmou o dirigente sindical do sector.

Intersindical reinventa política do salário mínimo

Os pequenos aumentos passaram à história. Agora é a sério

A CGTP-IN anunciou uma nova política de salário mínimo que obedece aos critérios de constituir «uma protecção eficaz contra baixos salários» e de garantir, a todos os trabalhadores, «condições de vida socialmente aceitáveis».

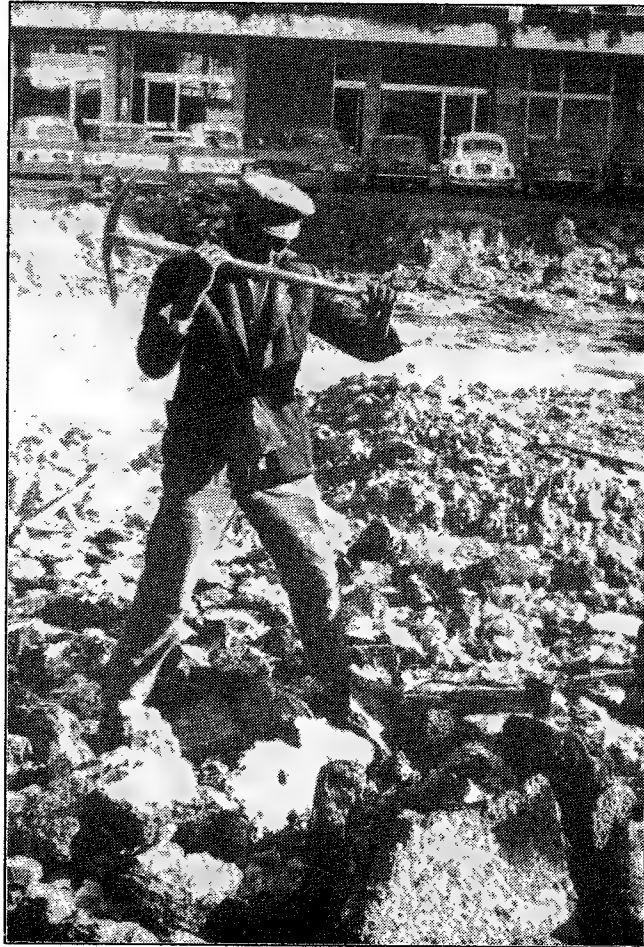
Esta nova perspectiva foi apresentada por Carvalho da Silva, dirigente da CGTP, que, em conferência realizada sexta-feira, criticou o facto de os valores afixados para o salário mínimo nos últimos anos se situarem, em média, aquém dos mínimos contratuais.

O líder sindical avançou o montante de 37 mil escudos, como reivindicação da central para os sectores da indústria, comércio e serviços, o que representa um acréscimo de 20 por cento em relação ao valor do salário mínimo actual.

«É inaceitável que, apesar das condições económicas altamente favoráveis que o país tem disfrutado nos últimos tempos, o poder de compra do salário mínimo tenha baixado em 1988 e não tenha aumentado em 1989», disse Carvalho da Silva.

Segundo a CGTP, o nível de vida dos trabalhadores portugueses está a afastar-se do nível médio dos trabalhadores da CEE, uma vez que o crescimento dos salários reais tem vindo a ser inferior em Portugal.

Esta central sindical considera a situação «insustentável» e nas propostas reivindicativas para 1990 que anunciou, defende «uma efectiva mudança política,



O salário mínimo de 31 mil e 500 escudos é socialmente injusto

capaz de atacar e resolver os problemas do desenvolvimento económico e do progresso social».

Carvalho da Silva salientou que «a década de 90 não pode continuar as tendências dos anos 80 de perda continuada dos salários na distribuição do rendimento. A CGTP propõe aumentos salariais de 16 a 18 por cento, que

têm em conta a evolução do custo de vida, o aumento dos ganhos de produtividade, a recuperação das perdas de poder de compra ocorridas em 1989 e a ponderação da situação económico-financeira das empresas e dos sectores», acrescentou.

Quanto à duração semanal do horário de trabalho, a CGTP reclama uma redução

para 40 horas. «Portugal é o único país da CEE com uma duração semanal de trabalho de 42 horas, em termos médios, existindo ainda, em vários sectores, horários de 45 horas e mesmo mais. A central sindical considera que a redução do horário é um factor fundamental para a melhoria do nível e da qualidade de vida dos portugueses».

Um outro aspecto considerado pela CGTP como de primordial importância diz respeito à «urgente actualização das pensões de reforma, cujo mínimo do regime geral foi fixado em 17 mil escudos, valor de tal forma exíguo, que condena à pobreza milhões de reformados».

Para Carvalho da Silva, o Governo continua a remorar os mais pobres. «A remodelação ministerial não traduz um propósito de inversão da política governamental, nem dá garantias de alterações sociais e económicas. Em 1990 a segurança social tem de produzir uma alteração significativa do nível de vida dos reformados».

Neste sentido, a CGTP estabelece 20 mil e 500 escudos para a pensão mínima do regime geral e propõe um aumento do abono de família para dois mil e quinhentos escudos.

O ano agora iniciado apresenta-se para a CGTP como um período de mudança. «Ou se verifica uma inversão completa nas tendências adoptadas, ou 1990 será um ano de grandes conflitos sociais», concluiu Carvalho da Silva.

Mera actualização tem fraco impacto

O número de trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo tem diminuído nos últimos anos, o que significa, segundo um trabalho realizado pela CGTP-IN, que o mínimo nacional «não tem tido um papel de protecção contra baixos salários». Nesse estudo acrescenta-se que, por causa daquela particularidade, «a actualização como a CGTP-IN defende tem um fraco impacto económico».

O relatório do tipo de trabalho sobre o salário mínimo elaborado pela central sindical estima em 9,3 por cento o número de trabalhadores portugueses abrangidos por aquele em 1987. A percentagem desceu para 8,3 por cento em 1988 e em 1989 calcula-se que tenha atingido o montante de 7,1 por cento.

Acrescenta que os salários mínimos têm geralmente crescido em ritmo inferior ao dos salários efectivos, dando o exemplo de 1988, em que os salários efectivos cresceram

entre 1,0 e 1,3 por cento e o salário mínimo desceu 1,6 por cento, em termos reais.

No que respeita ao poder de compra equivalente ao salário mínimo, o montante desde deveria ascender a 46 contos em 1989 para equivaler aos 3300 escudos de 1974, tendo em conta que os preços se multiplicaram pelo factor 13,94 nesses 15 anos.

O valor do salário mínimo é, actualmente, de 31 500 escudos.

No estudo afirma-se que, em relação ao valor de 1980, para repor o poder de compra, o salário mínimo deveria ascender, em 1989, a 34 mil 131 escudos, admitindo uma inflação de 13 por cento o ano passado.

Para a CGTP-IN, os actuais valores do salário mínimo nacional «não asseguram satisfação das necessidades dos trabalhadores» mas no que consideramos individualmente e não integrados no agregado familiar.

Admitindo um aumento

médio salarial de 11 por cento em 1989 e tomando como base os dados do quadro de pessoal de 1988, a CGTP-IN estima que em 1989 o salário-base médio nacional setenha situado em cerca de 50 mil e 100 escudos, variando entre 36 mil 654 escudos para os profissionais não qualificados e 137 mil escudos para os quadros superiores.

Aquela central sindical assinala que o salário médio dos trabalhadores não qualificados se aproximava já no ano passado dos 37 mil escudos propostos pela Intersindical Nacional para o salário mínimo nacional.

Reportando-se ao período dos governos de Cavaco Silva, a CGTP-IN afirma que o salário mínimo nacional perdeu poder de compra em 1987 e 1988 e em 1989 acompanhará a evolução dos preços no consumidor ou, quando muito, terá um ligeiro ganho, num período em que o produto nacional cresceu mais de 4 por cento ao

ano em termos reais. Para a central, isto significa que «o crescimento económico não se traduziu em progresso social».

Ainda no domínio do número de trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo, a Intersindical recorda que nos sectores em que houve recentemente actualização dos salários contratuais, os ordenados mais baixos previstos na contratação colectiva não estão longe do valor proposto pela CGTP para o salário mínimo nacional (indústria e serviços), salientando os 36 mil e 400 escudos fixados para os trabalhadores da limpeza.

Partindo dos 22 mil e 500 escudos do salário mínimo em 1986, a CGTP afirma que se o salário mínimo acompanhar a inflação, acrescida dos ganhos de produtividade desde 1987, deveria ascender, em 1990, a 37 mil 688 escudos, aceitando uma inflação de 10,5 por cento nesse ano.

DESPORTO

Nacional de futebol

Apenas dez golos: só Aldair bisou

Jogou-se a 15.^a ronda do Campeonato Nacional de Futebol da 1.^a Divisão. Resultados: Guimarães - Penafiel, 2-0 (1-0 ao intervalo); Vitória de Setúbal - Futebol Clube do Porto, 0-1 (0-0); Belenenses - Portimonense, 1-0 (0-0); Estrela da Amadora - Sporting, 0-0; União da Madeira - Benfica, 3-0 (3-0); Boavista - Marítimo, 1-1 (0-0); Tirsense - Braga, 0-0; Chaves - Feirense, 0-0; e Beira Mar - Nacional, 1-0 (0-0). Próxima jornada: Chaves - Nacional; Penafiel - Beira Mar; Futebol Clube do Porto - Guimarães; Portimonense - Setúbal; Sporting - Belenenses; Benfica - Estrela da Amadora; Marítimo - União da Madeira; Braga - Boavista; e Feirense - Tirsense.

Atiradores ao golo

O avançado sueco Mats Magnusson, ao marcar um go-

lo no encontro do Benfica contra o União da Madeira consolidou a sua vantagem na lista dos melhores marcadores do campeonato. Dos oito primeiros classificados na lista, o nórdico ao serviço do Benfica foi o único jogador a marcar nesta jornada.

Na ronda foram apontados dez golos, com o defesa benfiquista Aldair a bisar e tornar-se o único futebolista a marcar mais de um tento. A lista dos melhores marcadores está ordenada da seguinte forma: Magnusson (Benfica), 19 golos; Mladenov (Vitória de Setúbal), nove; Guetov (Portimonense), oito; Vata (Benfica), Rui Águas (Futebol Clube do Porto), Jorge Andrade (Boavista), Ricky (Estrela da Amadora), Chiquinho (Vitória de Guimarães) e Demol (Futebol Clube do Porto), todos com sete; e Monteiro (União da Madeira), 6.

Estão matando o futebol!

Decididamente, a esgrima futebolística de mais alta instância, cá pelas nossas bandas, continua enfiada ao pesadelo das contínuas «chicotadas psicológicas»: cada treinador arriscando o mínimo, especialmente fora do seu reduto, não vá surgir um desfecho nefasto que o atire bruscamente pela borda fora. Não para o desemprego, porque logo aparece um cliente pela porta; mas, normalmente, para uma descida de escalão na bolsa de valores, pois contam-se pelos dedos de uma só mão os técnicos que saltam em plena época para degrau mais apetecido.

Por isso, deixando de ressaltar os emblemas que (realmente) lutam pelo título ou pela Europa, todos os demais estandartes começam a intensificar dolorosa campanha pela sobrevivência, defendendo as redes a todo o custo, enfiando-se dentro da baliza mal logram um magro tento na meta da outra barricada.

Assim, já ninguém se pode espantar de, em nove espetáculos (treze horas e meia por dilatadas) se ter conseguido somente uma dezena de tentos. Infima e triste demonstração de como vai a ousadia pelo lusitano território do futebol, espelho autêntico do perfil da maioria dos homens que marcham à frente das 18 turmas e, em dose cada vez mais ampliada, vão arrefecendo os ânimos e o entusiasmo da clientela, qualquer dia destes apenas seduzida pelos duelos clássicos, aqui e além talvez levemente interessada nas esgrimas das rondas finais e deixando para essa altura o regresso a uma réstea da banca. Até lá (e será fácil consultar os mapas das receitas) prossegue metodicamente em subida o retraimento das plateias, conhecedoras de somente duas ou três turmas produtivas futebol bonito e produtivo, todas as demais tombando no lugar comum de entra-

rem em palco procurando a todo o transe defender a paritária divisão de pontos que transportam do balneário.

Logo, ninguém se deve espantar que a inoperância atacante tivesse sido a nota marcante deste degrau 15 da de galos ou pintos: não fora o Benfica vergar por três vezes a capacidade do unionista Valente e o Vitória de Guimarães provar defronte do «team» de José Augusto a razão porque não cede deste Agosto do ano falecido e teríamos somente cinco golos em sete «shows» o que, convenhamos, é pobreza demasiada para conseguir cativar quem seja minimamente apaixonado pelo joguinho da bola aos pulos.

Começa a criar vulto uma hipótese bem negra: por este andar, o futebol terá os dias contados. E, a menos que os viveiros de rede sejam ampliados para o dobro, que se proibam o passe de fora da grande área para os guardiões, se contabilize cada dupla de pontapés de canto cedidos como um golito, se modifiquem os recomenços das conversas pela lateral (com chutos e não em arremessos manuais), se altere radicalmente a lei do *fora de jogo*, se estude e coloque em prática uma série de medidas que possam auxiliar a novamente catapultar multidões para a mesa do rei, adeus nossas encomendas.

O futebol a zero, vivido insensivelmente com as mãos nas algibeiras ou entre bocejos (sem uma única vez explodir na ovação ao golo que é a maior alegria do Povo) o joguinho apenas de características defensivas, lento e entorpecente, sem outras alternâncias que não sejam uns lancezitos a meio-campo e o olhar dos 22 permanentemente fixo no relógio, começa a ser chão que não dá uvas. E, se os próprios torneios particulares que en-



Santo Tirso: bailado perante o olhar do árbitro Pinto Correia

volem formações de nomeada (inclusive vindas da estranha com intérpretes de fina água) já não aquecem nem arrefecem, se a maioria da rapaziada nem sequer está a ser motivada pelas facilidades do «cartão jovem», o melhor é a malta começar emalando a trouxa e preferir ficar em casa todos os fins-de-semana, discretamente espreitando alguma coisita de razoável que salte da caixinha dos movimentos, lendo ou ouvindo música, jogando ao monopólio com a família, admirando como os filhos crescem e as notinhas que vão arrancando nos trabalhos escolares.

Tudo isto vem perfeitamente a propósito dos nove diálogos que contavam para o antigo campeonato português, sucessivamente e cada dia mais transformado em *multinacional* com a desvairada contratação, arregimentação ou portaria franqueada a estrangeiros que, não raras vezes, apenas aqui desaguardam para nos chupar o tutano, pois podem reunir-se numa só prateleira os valores que vieram transmitir algo de apreciável ou servem como ímanes de bilheteira, pela hipótese de nos deliciar (ainda que apenas em dose ínfima) com a beleza de uma classe artística trivialmente ávida em fascículos para não cansar muito a multi-millionária vedeta.

Impunemente (perante a apatia dos legisladores, defronte do olhar semicerrado dos que moram nos tronos do futebol), sucedem-se em crescendo os atentados contra a pureza que criou aquele que, em tempos bem recentes, era o jogo belo que apaixonava os mais exigentes quadrantes do mundo. Pela nossa parte, pelo lado verde-rubro, tem sido uma rebeldia: corrupções arbitrais, desmandos de linguagem e atitudes altamente censuráveis de múltiplos dirigentes, afirmações perfeitamente ridículas ou destituídas da menor veracidade proferidas (alto e em bom som) por treinadores e jogadores que tentam mascarar as suas deficientes actuações, as exorbitantes exigências de dinheiro

aos associados das colectividades que, ciclicamente, vêem ampliados os custos da sua quotização e a progressividade dos cifrões que têm de desembolsar nos famigerados «dias de clube», o tom negativo (insípido e inodoro) da maioria dos espetáculos, as fortunas incriveis que se pagam a «craques» e subprodutos com os contrastes vergonhosos com os ordenados do mortal comum), tudo isto está reduzindo a estilhaços o entusiasmo com que, nos saudosos tempos em que também se jogava para títulos, nenhuma equipa entrava tritonha em campo, com cinco «backs», um «libero» e um «trinco», mais dois médios que não arriscam uma progressão para além do risco central do tapete verde, apenas soltando como passarinho atirado às feras um qualquer sujeito incumbido de atrapalhar a defensiva da outra área, resumindo toda a virtude em nada ganhar, mas também nada perder.

Hoje (vide o cartaz de desfechos da rodada) só se joga para travar o contrário. Acabaram as belas iniciativas, os raides arrebatedores dos Travaços e dos Hernânis, os golos de qualquer distância rubricados pelos Matateus e pelos Eusébios. Hoje, amigos, é o que se vê: cumprida dezena e meia de jogos, há oito equipas que não conseguiram a pobre média de um tento por hora e a fama de um Sporting e um Belenenses viajam nas colchas. E, tirando o óptimo tom de agressividade para a rede contrária que marca o itinerário do Benfica, a valência atacante do Porto, do Vitória de Guimarães e do Boavista, mesmo tendo em linha de conta alguns marcos opáparos na carreiras do Vitória de Setúbal, todos os demais símbolos é aquilo que se pode ver pela amostra junta.

Quando 11 equipas ficam a zero e cinco outras se quedam por um magro tentito, que se poderá dizer como reflexo? Apenas isto: estão matando o futebol!

Neves de Sousa



Amadora: Carlos Xavier em corte

RENAULT

FERNANDO DE OLIVEIRA & FILHOS, LDA
Vendas: Rua Miguel Bombarda, 26
Sete Portais - Telha
Assistência - Peças: Sete Portais - Telha
2830 BARREIRO

	J	V	E	D	G	P
1.º F.C. PORTO.....	15	12	2	1	32-4	26
2.º Guimarães.....	15	11	3	1	24-9	25
3.º Benfica.....	15	10	4	1	44-7	24
4.º Sporting.....	15	9	4	2	17-7	22
5.º V. Setúbal.....	15	7	3	5	20-14	17
6.º Belenenses.....	14	7	2	5	16-16	16
7.º Braga.....	15	5	5	5	15-18	15
8.º Amadora.....	15	5	4	6	19-14	14
9.º Boavista.....	15	5	4	6	24-18	14
10.º Tirsense.....	15	3	8	4	8-14	14
11.º Chaves.....	15	4	6	5	16-21	14
12.º Beira Mar.....	15	4	4	7	8-19	12
13.º Marítimo.....	15	1	8	6	12-21	10
14.º União.....	15	3	4	8	12-23	10
15.º Penafiel.....	15	4	2	9	12-26	10
16.º Portimon.....	15	3	3	9	13-30	9
17.º Feirense.....	15	3	3	9	9-23	9
18.º Nacional.....	14	0	7	7	6-23	7

TOTOBOLA

A chave

Setúbal - Porto	2
U. Madeira - Benfica	2
E. Amadora - Sporting	X
Guimarães - Penafiel	1
Belenenses - Portimon.	1
Boavista - Marítimo	X
Tirsense - Braga	X
Chaves - Feirense	X
Rio Ave - Varzim	1
Vianense - Famalicão	2
Estoril - Farense	X
Silves - Alverca	2
Lusitano - Barreir.	2

Nosso palpite n.º 2/90 14 de Janeiro de 1990

Porto - Guimarães	1
Benfica - E. Amadora	1
Sporting - Belenenses	1
Chaves - Nacional	1
Penafiel - Beira Mar	1
Portimon. - Setúbal	X
Marítimo - U. Madeira	1
Braga - Boavista	X
Feirense - Tirsense	1
Varzim - Freamunde	X
Oliveirense - Académica ...	2
Mangualde - Espinho	2
Barreirense - Louletano	1

TOTOLOTO

1, 6, 15, 18, 24 e 26 x 14

DESPORTO

Campeonatos nacionais de futebol

Para o Campeonato de Futebol da 2.ª Divisão, jogou-se a 15.ª ronda.

Zona Norte

Resultados: Gil Vicente - Desportivo das Aves, 1-0; Infesta - Marco, 4-1; Joane - Trofense, 0-0; Freamunde - Leixões, 1-1; Rio Ave - Varzim, 2-0; Maia - Paços de Ferreira, 1-0; Vianense - Famalicão, 1-2; Vizela - Felgueiras, 0-1; e Bragança - Fafe, 1-0.

Zona Centro

Resultados: Académico de Viseu - União de Lamas, 1-0; Guarda - Oliveira do Bairro, 2-1; Académica - Benfica de Castelo Branco, 1-0; Mirense - Oliveirense, 2-0; Caldas - Peniche, 3-0; Salgueiros - União de Leiria, 1-1; Sporting da Covilhã - Lousanense, 3-1; Sporting de Espinho - Marialvas, 3-0; e Águeda - Mangualde, 3-0.

Zona Sul

Portalegrense - Juventude de Évora, 1-1; Sintrense - Torreense, 0-5; Olivais e Moscavide - Lusitano de Vila Real, 1-4; Estoril - Farense, 1-1; Silves - Alverca, 3-5; Olhanense - Seixal, 3-0; Louletano - Atlético, 2-1; Lusitano de Évora - Barreirense, 1-2; e Elvas - Samora, 3-0.

J V E D G P

FAMALICÃO	13	9	4	0	23	8	22
Paços Ferreira	13	8	1	4	25	16	17
Freamunde	13	6	5	2	20	12	17
Gil Vicente	12	7	2	3	18	13	16
Varzim	13	6	3	4	19	11	15
Rio Ave	13	6	3	4	20	17	15
Maia	12	4	6	2	15	11	14
Aves	13	6	2	5	14	11	14
Leixões	13	6	2	5	17	18	14
Infesta	13	4	4	5	17	17	12
Bragança	13	5	2	6	16	12	11
Fafe	13	3	5	5	8	10	11
Vianense	13	4	3	6	15	20	11
Trofense	13	3	5	5	13	17	11
Felgueiras	13	4	2	7	9	19	10
Joane	13	3	3	7	8	16	9
Vizela	13	2	2	9	7	19	6
Marco	13	1	4	8	9	24	6

Próxima jornada: Desportivo das Aves - Bragança; Marco - Gil Vicente; Trofense - Infesta; Leixões - Joane; Varzim - Freamunde; Paços de Ferreira - Rio Ave; Famalicão - Maia; Felgueiras - Vianense; e Fafe - Vizela.

J V E D G P

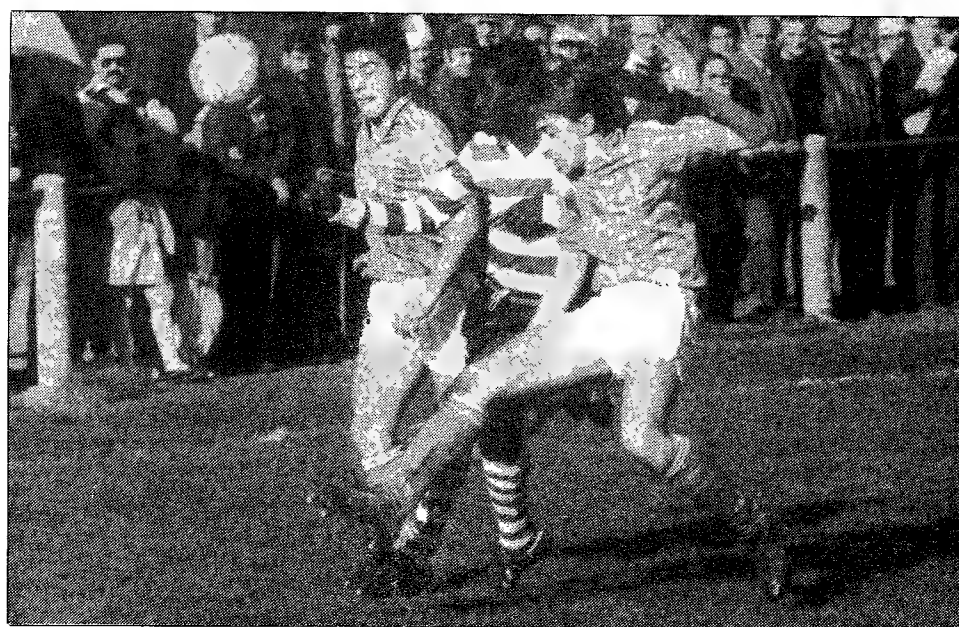
ESPINHO	12	11	1	0	31	5	23
Salgueiros	13	9	3	1	34	10	21
Académica	13	8	3	2	26	16	19
U. Leiria	13	6	5	2	23	9	17
Águeda	13	6	3	4	17	12	15
Caldas	13	7	1	5	16	20	15
Ac. Viseu	13	6	3	4	19	16	15
Covilhã	13	6	1	6	17	19	13
Mangualde	13	6	0	7	21	22	12
B.C. Branco	13	4	3	6	11	15	11
Mirense	12	3	4	5	16	17	10
Guarda	12	4	1	8	12	19	9
Oliveirense	13	4	1	7	13	21	9
Lousan.	13	3	3	7	13	24	9
Marialvas	13	2	5	6	8	16	9
U. Lamas	12	4	0	8	16	21	8
Ol. Bairro	11	2	1	8	7	22	8
Peniche	11	2	1	8	7	22	5

Próxima jornada: União de Lamas - Águeda; Oliveira do Bairro - Académico de Viseu; Benfica de Castelo Branco - Guarda; Oliveirense - Académica; Peniche - Mirense; União de Leiria - Caldas; Lousanense - Sporting da Covilhã; e Mangualde - Espinho.

J V E D G P

FARENSE	13	10	3	0	32	8	23
Louletano	13	9	2	2	24	9	20
Estoril	13	5	6	2	15	10	16
Elvas	12	6	4	2	17	8	16
Barreirense	12	7	2	3	18	9	16
L.V. Real	13	6	4	3	16	9	16
juventude	13	6	3	4	15	18	15
Alverca	13	6	3	4	18	15	15
Olhanense	12	6	2	4	19	17	14
Torreense	12	6	1	5	18	13	13
Seixal	12	4	3	5	9	19	11
Lusitano	13	3	5	5	20	20	11
Silves	13	3	5	5	13	15	11
O. Moscov.	13	2	4	7	10	19	8
Atlético	13	3	1	9	19	24	7
Portalegr.	12	2	3	7	12	30	7
Sintrense	13	2	1	10	8	24	5
S. Correia	13	1	2	10	7	25	4

Próxima jornada: Juventude de Évora - Elvas; Torreense - Portalegrense; Lusitano de Vila Real - Sintrense; Farense - Olivais e Moscavide; Alverca - Estoril; Seixal - Silves; Atlético - Olhanense; Barreirense - Louletano; e Samora - Lusitano de Évora.



Leãozinho travado por juvenis do Restelo

Juniore: 10.ª jornada

Série A — Vizela-Merelinense, 2-1; Gil Vicente-Braga, 0-1; Vianense-Famalicão, 3-0; Vila Real-Chaves, 1-4; Mãe d'Água-Guimarães, 1-8; Ponte da Barca-Taipas, 2-1. O Guimarães é o guia.

Série B — Porto-Águeda, 7-0; Salgueiros-Varzim, 6-6; Beira-Mar-Espinho 0-3; Boavista-Rio Ave, 2-1; Leixões-Viseu e Benfica, 6-0. O Porto é o primeiro.

Série C — Marrazes-U. Leiria, 0-0; Ac. Viseu-Guarda, 11-0; U. Coimbra-Mangualde, 3-0; Naval-U. Tomar, 5-1; Nazarenos-Académica, 0-0; Gouveia-Estação, 0-1. A Académica é quem comanda.

Série D — O. Moscovide-U. Santarém, 6-2; Pescadores-Sporting, 0-4; Amadora-Benfica, 0-0; Estoril-U. Alentejo, 0-0; Caldas-Belenenses, 2-2. Lidera o Benfica.

Série E — Portimonense-Farense, 0-0; Zona Azul-Amora, 1-0; Olhanense-Vendas Novas, 3-0; L. Évora-Setúbal, 1-8; Quimigal-Elvas,

3-1; Barreirense-Seixal, 4-2. O Farense é o comandante.

Juvenis: 14.ª jornada

Série A — Chaves-Rio Ave, 1-0; Guimarães-Freamunde, 2-0; Braga-Leixões, 1-0; Varzim-Vianense, 2-0; P. Ferreira-T. Mocarvo, 5-0; Salgueiros-Vizela, 5-2. Os guias são o Braga e o Guimarães.

Série B — Almeida-Académica, 0-5; Mangualde-Estação, 5-0; Boavista-Feirense, 3-0; Águeda-Porto, 0-2; Lusitânia-Beira-Mar, 0-0; Ac. Viseu-Tabuense, 3-1. O Porto é o primeiro.

Série C — Benfica-Damaiense, adiado; Sporting-Belenenses, 2-0; U. Leiria-B. Castelo Branco, 2-0; U. Santarém-Estoril, 1-2; Casa Pia-Amadora, 0-0; U. Coimbra-Torreense, 4-0. Lidera o Sporting.

Série D — Almodôvar-Louletano, 0-3; Vendas Novas-Portimonense, 2-0; Est. Portalegre-Barreirense, 0-2; Farense-Pescadores, 2-1; Oriental-Setúbal, 0-4. O guia é o Setúbal.

Para o Nacional da 3.ª Divisão, efectuaram-se os encontros correspondentes à 15.ª jornada:

Série A: Prado - Vieira, 0-0; Amares - Valpaços, 1-0; Maria da Fonte - Macedo de Cavaleiros, 1-2; Ribeirão - Vila Pouca, 1-5; Ponte da Barca - Valdevez, 0-0; Lanhães - Delães, 0-0; Mirandela - Espouze, 3-3; Caminha - Moreirense, 2-0 e Celoricense - Santa Maria, 1-2.

Série B: Sanjoanense - Vila Real, 1-4; Rio Tinto - Santa Marta, 1-0; Lixa - Ermesinde, 1-0; Amarante - Valadares, 2-0; Cinfaes - Paivense, 1-0; Sandinenses - Lousada, 2-1; Leça - Lourosa, 2-2; Paredes - Valonguense, 1-1; e Régua - Pedrouços, 1-0.

Série C: Argus - Valonguense, 2-0; Santacombadense - Oliveira do Hospital, 2-1; Tabuense - Ovarense, 0-1; Anadia - Seia, 3-1; Mealhada - Luso, 0-0; Gouveia - União de Coimbra, 0-0; Valecambrense - Sabugal, 2-0; Alba - Mortágua, 0-0 e Estarreja - Oliveirinha, 1-2.

Série D: Alcobaça - Naval, 0-0; Castelo de Vide - Sertanense, 0-2; Torres Novas - Bombarralense, 2-3; Mirandense - Alfeizerense, 1-1; Marrazes - Fátima, 0-0; Ferrel - Alcanenense, 0-2; Marinhense - União de Tomar, 1-2; Alcains - Estrela de Portalegre, 0-0; e União de Santarém - Nazarenos, 1-0.

Série E: Oriental - Borbense, 2-1; Lusitano dos Açores - União de Almeirim, 1-1; Cartaxo - Campomaiorense, 1-2; Odiveias - Fronteirense, 3-0; Futebol Benfica - Santa Clara, 1-0; Vilafranquense - Câmara de Lobos, 0-0; Sacavenense - Cacém, 0-0; Fanhões - Praiense, 0-1; e Loures - Portosantense, 1-0.

Série F: Vasco da Gama - Trafaria, 1-0; Beja - Almancilense, 0-2; Quimigal - Quarteirense, 2-0; Estrela de Portalegre - Sesimbra, 2-0; Amora - Montijo, 2-2; Imortal - União de Montemor, 2-0; Esperança de Lagos - Palmelense, 2-1; Leões de Távira - Moura, 1-1; e Caparica - União de Santiago do Cacém, 2-1.

J V E D F-C P

ESPOSENDE	15	7	7	1	20	9	21
Moreirense	15	6	7	2	19	12	19
S. Maria	15	8	3	4	18	15	18
Mirandela	14	7	4	3	32	19	18
Delães	15	7	3	5	22	19	17
Amares	15	7	3	5	14	11	17
Valpaços	15	6	4	5	17	16	16
Caminha	15	6	4	5	19	12	16
M. Fonte	15	3	9	2	11	15	15
Celoricense	15	5	5	5	18	17	15
P. Barca	15	5	4	6	12	13	14
Vieira	15	4	6	5	10	13	14
M. Cavaleiros	15	6	2	7	20	23	14
Valdevez	15	2	9	4	13	14	13
Lanhães	15	4	5	6	13	14	13
Prado	15	4	5	8	7	14	11
Ribeirão	15	2	6	7	9	29	10
Vila Pouca	14	2	2	10	10	23	6

Próxima jornada: Celoricense - Vieira; Valpaços - Prado; Macedo de Cavaleiros - Amares; Vila Pouca - Maria da Fonte; Valdevez - Ribeirão; Delães - Ponte da Barca; Espouze - Lanhães; Moreirense - Mirandela e Santa Maria - Caminha.

J V E D F-C P

LOUSADA	15	9	3	3	24	12	21
Paredes	15	9	3	3	19	13	21
Valonguense	15	8	4	3	21	14	20
Amarante	15	7	6	2	20	9	20
Leça	15	6	6	3	19	14	18
Lousada	15	6	5	4	16	11	17
Pedrouços	15	6	4	5	25	24	16
Sandinense	15	6	4	5	15	20	16
Ermesinde	15	5	5	5	14	13	15
Sanjoanenses	15	6	3	6	18	20	15
Lixa	15	5	5	5	17	14	15
Régua	15	6	3	6	14	17	15
V. Real	15	4	6	5	21	16	14
Cinfaes	15	5	3	7	16	25	13
Rio Tinto	15	4	3	8	15	25	11
Valadares	15	1	7	7	12	24	9
Penaguião	15	2	4	9	12	22	8
Paivense	15	1	4	10	12	28	6

Próxima jornada: Régua - Vila Real; Santa Marta - Sanjoanense; Ermesinde - Rio Tinto; Valadares - Lixa; Paivense - Amarante; Lousada - Cinfaes; Lourosa - Sandinenses; Valonguense - Leça e Pedrouços - Paredes.

J V E D F-C P

SANTACOMB.	14	11	2	1	15	5	25
Anadia	15	10	7	3	23	10	22
U. Coimbra	15	6	6	3	30	12	18
Luso	15	8	2	1	11	8	18
Ovarense	15	6	6	3	19	11	18
Estarreja	15	6	4	4	18	10	17
Gouveia	15	5	7	3	13	1	17
Valonguense	15	5	6	4	16	15	16
Mealhada	14	6	2	1	9	10	16
O. Hospital	14	4	4	1	12	16	13
Argus	15	5	6	1	17	23	13
Tabuense	15	4	7	1	12	12	12
Alba	15	4	6	6	12	14	12
Mortágua	14	4	6	1	8	15	11
Oliveirinha	15	4	6	1	13	9	11
Seia	15	4	6	1	24	25	10
Valecamb.	15	4	6	1	10	30	9
Sabugal	14	4	6	1	12	37	8

Próxima jornada: Estarreja - Valonguense; Oliveira do Hospital - Argus; Ovarense - Santacombadense; Seia - Tabuense; Luso - Anadia; União de Coimbra - Mealhada; Sabugal - Gouveia; Mortágua - Valecambrense; Oliveirinha - Alba.

J V E D F-C P

U. TOMAR	15	10	5	0	23	7	25
Mirandense	15	9	4	2	27	5	22
Fátima	15	7	6	2	27	9	19
Naval	15	7	6	2	25	11	19
Alcobaça	15	6	6	3	19	12	18
U. Santarém	15	8	2	5	18	9	18
T. Novas	15	5	5	5	18	18	15
Sertanense	15	3	9	3	15	16	15
Marinhense	15	3	7	5	13	18	15
E. Port.	15	3	7	5	10	22	13
Alcains	15	4	5	6	19	19	13
Alcanen.	15	3	7	5	12	14	13
Nazarenos	15	4	4	7	14	20	12
Marrazes	15	3	6	6	11	18	12
Alfeiz.	15	2	7	6	13	23	11
Bombarr.	14	1	9	4	10	16	11
C. Vide	15	4	2	9	12	24	10
Ferrel	14	3	1	10	10	35	7

Próxima Jornada: União de Santarém - Naval 1.º de Maio; Sertanense - Alcobaça; Bombarralense - Castelo de Vide; Alfeizerense - Torres Novas; Desportivo de Fátima - Mirandense; Alcanenense - Marrazes; União de Tomar - Ferrel; Estrela de Portalegre - Marinhense; e Nazarenos - Alcains.

J V E D F-C P

F. BENF.	15	8	5	2	23	15	21
S. Clara	14	8	3	3	25	16	19
U. Almeirim	15	7	4	4	22	15	18
Campomaior	14	7	3	4	19	12	17
Portosant.	15	6	4	5	19	14	16
Oriental	14	6	4	4	19	9	16
Odivelas	15	6	4	5	20	14	16
C. Lobos	15	4	7	4	10	10	15
Vilafranq.	15	5	5	5	14	12	15

DESPORTO

Sete jogos em síntese

Estrelas não brilham na Amadora

Com o Futebol Clube do Porto e o Benfica a tornarem-se os únicos vencedores fora de casa e adiado o duelo Nacional-Belenenses (marcado para 24 do corrente), o campeonato de futebol erradamente denominado de «nacional» (melhor seria, face à tremenda inflação de estrangeiros, chamar-lhe «internacional») andou mais uma rodada, com a particularidade de, para além do bom êxito rubro na Madeira e da vantagem expressiva dos vimarenenses na recepção a penafidenses, o Marítimo ter conseguido um empate no Bessa, restelanos e aveirenses marcaram solitários tentos que serviram para sucesso e, nos demais três espectáculos, o marcador ficou sem qualquer movimentação. Síntese dos embates:

Estrela, 0-Sporting, 0

No estádio «José Gomes», sob direcção de Carlos Valente (Setúbal) que esteve acompanhado por Jorge Garcia e Carlos Cortiço, alinharam:

SPORTING DA AMADORA: Melo; Rui Neves, Duílio, Barnay e Caetano; Rebelo, Basaúla, Bobó, Nelson Borges (Ricky aos 58 minutos) e Rui Jorge (Paulo Jorge, 89); Pedro Xavier.

SPORTING: Vital; João Luís, Luisinho, Venâncio e Oceano; Douglas, Carlos Xavier (Cadete, 65), Silas e Valtinho; Marlon Brandão e Paulinho Cascavel (Gomes, 74).

Fumos e fogos provocados por jovens adeptos leoninos no início do jogo e algumas questões no termo da partida levaram a intervenção policial, num espectáculo marcado por várias falhas do fiscal de linha colocado perante a bancada de Imprensa ao assinalar diversos foras de jogo inexistentes, perturbando a arbitragem de Carlos Valente, que apresentou o cartão «ictérica» a João Luís e Valtinho.

Nun terreno em péssimas condições para qualquer razoável espectáculo com bons futebolistas (áreas carecas, zonas que apreciavam lavradas e muito visíveis charcos com água) os artistas movimentaram-se como foi

possível, atingindo uma bitola mais razoável Silas, Venâncio, Douglas, Luizinho, Marlon Brandão, Duílio e Rui Jorge, com as notas maiores para Rui Neves e Basaúla, ao mesmo tempo que Oceano e Valtinho se tornavam unidades leoninas apenas calibradas para o desbaste contrário. Curiosidade: Raul Águas tomou uma medida inédita, remetendo Carlos Manuel para o banco lateral, de onde também apenas a 16 minutos do termo do duelo o técnico fez apelo a Fernando Gomes.

Chaves, 0 — Feirense, 0

Aceitável actuação do árbitro José Guimaro, de Coimbra, ainda que talvez tenha exagerado na mostragem da cartolina. Cremos que no domínio disciplinar cometeu abuso do poder. As equipas:

CHAVES: Jesus; Rui Manuel (Erasmão, 73m), Figueira, Jorginho e Rogério; Manuel Correia, David (Emanuel, 59m) e Diamantino; Rudi, Miranda e Tanev.

FEIRENSE: Ricardo; Costa, Pinto, Miguel, Marcelino e Couto; Rendeiro, Resende (Valido, 70m) e Quitó; João Luís (Morgado, 66m) e Ribeiro.

Acção disciplinar: cartões amarelos para Costa (10m), Marcelino (24m), Figueira (55m), Pinto (68m), Quitó (79m) e Ricardo (80m).

Péssima demonstração da arte futebolística por parte de profissionais a quem se deverá exigir uma superior produção. A emoção não passou dos portões do estádio flaviense, a inspiração não saiu das cabanas, o talento ficou na dobra dos calções e o público saiu com natural frustração. A jogar assim, o futebol dificilmente conseguirá ver aumentado o número de adeptos. Quem terá ficado satisfeito, foram Jesus e Ricardo já que foi uma tarde sem trabalho para os guarda-redes devido à «greve» dos avançados.

Boavista, 1 - Marítimo, 1

Jorge Coroado arbitrou o encontro com pleno acerto decidindo bem os lances e julgando com clarividência as faltas disciplinares. A «ficha» do jogo: **BOAVISTA:** Alfere-

do; Casaca, Garrido, Valério e Marcos António; C. Carioca (Armando, 73m); Walker, Agatão (Jaime, 69m), Forbs, Isaías e Jorge Andrade.

MARÍTIMO: Everton, Rui Vieira, Carlos Jorge, Oliveira, Teixeira, Tozé (Paulo Ricardo, 71m), Esquerdinha, Wawa, Marquinhos, Vando e Maki (Artur Semedo, 61m).

Marcadores: Wawa (75m) e Forbs (78m).

Acção disciplinar: cartão amarelo para Garrido (16m), Marquinhos (24m), Vando (35m), Isaías (54m), Vermelho para Marquinhos (54m).

Alfredo ia provocando escândalo ao brindar a plateia com um frango que mais parecia um gigantesco galináceo. Wawa agradeceu e, não fora uma soberba jogada protagonizada por Valério e Forbs, três minutos decorridos, o «afilhado» do major galopante dificilmente escaparia do pelourinho, Jogou mal o Boavista e menos mal o Marítimo, pelo que o «nulo» averbado no «placard» é castigo para os boavisteiros e prémio para os madeirenses.

Tirsense, 0 - Braga, 0

Pinto Correia foi o árbitro e os intérpretes do confronto os seguintes:

TIRSENSE: Lúcio; Sérgio, Vlamecir, Louro e Jorge; José Maria, Eusébio, Quim e Kipulu (César, na 2.ª parte); Tueba (Vieira, 77m) e Dreifus.

BRAGA: Luís Manuel; Chico Silva, Vítor Duarte, Quim I e Laureta; Serrinha (Santos, 50m), Quim II e Rui Manuel; Marcão, Fernando Pires e Vermelhinho (Eskilson, 73m).

Acção disciplinar: cartões amarelos para Chico Silva (69m), Sérgio (83m) e Quim II (90m).

A figura central do jogo, foi o «juiz» Pinto Correia que por aí se diz ter sido «eleito» pelo anterior presidente do Conselho de Arbitragem para suceder a Alder Dante no quadro de «internacionais». A avaliar pelas actuações que este árbitro lisboeta tem vindo a fazer, bom será que o dr. Lourenço Pinto não dê sequência às intenções de Pinto de Sousa. Há



Santo Tirso: momento de vibração

por aí outros com superior aptidão e ontem, em Santo Tirso, as insuficiências do «candidato» foram bem evidenciadas. Quanto ao resultado do jogo está correcto. Foi um encontro sob o signo do zero.

União, 0-Benfica, 3

Excelente actuação do árbitro português Miranda de Sousa que teve em Cerejo Moutinho e Alfredo Manuel dois competentes auxiliares. As formações: **UNIÃO:** Valente; Júlio Sérgio, Perduv, Mota e Casimiro; Monteiro, Markovic, Jairo e Jorge Costa; Renato (nelinho aos 87m) e Rogério (Edilson, aos 66m). **BENFICA:** Silvino; José Carlos, Samuel, Aldair e Veloso; Diamantino, Thern, Valdo e Pacheco (Chalana, 70m); Magnusson e César Brito (Lima aos 70m). **Golos** de Aldair (21 e 40m) e Magnusson (26m). **Acção disciplinar:** cartão amarelo exibido a Veloso.

O resultado explica a diferença dos valores em confronto. Um jogo em que esteve patente a superior craveira técnica dos futebolistas da turma lisboeta e a crise que por aí se ia apregoando talvez não tenha passado de leve fumaça. Os madeirenses lutaram com bravura, criaram oportunidades para que Silvino exibisse os seus notáveis dotes de «keeper» de alta bitola e souberam valorizar o espectáculo. Quanto aos comandados de Eriksson produziram exibição de razoável nível e materializaram as oportunidades construídas, com uma exclusiva falha cometida por Chalana, nos momentos finais do encontro, rematando de cabeça para local bem difícil de atingir.

Guimarães, 2-Penafiel, 0

Arbitrou (com acerto) o algarvio José Filipe — que vimos, na passada semana, demonstrar as suas excelentes aptidões no encontro Atlético - Lusitano de Évora — e os quadros tiveram a seguinte

formação:

V. GUIMARÃES: Neno; Nando, Bené, Williams e Germano; N'Dinga (Carvalho, 78), René, Soeiro (João Batista, aos 45) e Roldão; Chiquinho e Silvino.

PENAFIEL: Cerqueira; Carlos Alberto, Niquita, Vasco e Artur; Martins, Secretário, Amâncio e Germano (Rui Manuel, aos 45); Coelho e Rebelo.

Marcadores: René (31) e João Batista (66).

Acção disciplinar: cartão amarelo para Neno (30) e Carlos Alberto (32).

Tratou-se de um confronto de bom nível técnico e espectacular, com o Penafiel (excepcionamente orientado por José Augusto) a oferecer boa réplica aos minhotos mas, em todo o caso, sem possuir craveira para arrecadar qualquer ponto. O Guimarães continua no topo da escala e está garantida a enchente nas Antas, quando, no próximo domingo, os comandados de Autuori ali se apresentarem para medir forças com os «dragões».

Belenenses, 1 - Portimonense, 0

Com péssima actuação do árbitro portista Manuel No-

gueira, as equipas alinharam:

BELENENSES: Mihaylov; Galo, José António, Edmundo e José Mário (Grosso, 74 m); Juanico, Jaime, Macaé e Adão; Chiquinho e Jorge Silva (Chico Faria, 78 m).

PORTIMONENSE: Figueiredo; Chico Zé, Floris, Aurélio e Justiniano; Bezinski (José Pedro, 77 m), Major, Guetov e Skoda; Luciano e Demirev.

Marcador: José Mário (33 minutos).

Acção disciplinar: Cartão amarelo para Demirev (52 m), Juanico (68 m), Major (80 m) e Palecas (jogador suplente do Portimonense, 81 m).

Vai sendo hábito jogadores, dirigentes e treinadores, atribuírem ao estado do terreno as culpas para as tocas exibições produzidas pelos artistas. Poderá ser atenuante para o bailarino o facto da sala estar torta mas não justifica o total desacerdo do compasso.

Ontem, no Restelo, o espectáculo foi degradante e não há notas positivas para nenhum dos intérpretes. Vá lá uma excepção: por José Mário, pelo solitário golo da partida e pelo empenhamento demonstrado. Nada mais.



Amadora: pausa para protestos



Restelo: Figueiredo mostra a sua elasticidade

DESPORTO

Andebol

«Dragões» continuam de «mão-cheia»

O Sporting vingou-se da derrota que a Académica de Coimbra lhe inflingiu aquando do encontro da 1ª volta, disputado na cidade do Mondego. Oito golos de diferença tinham separado as duas equipas em 21 de Outubro, respondendo os «leões» com nada menos de nove na partida de anteontem à noite, na Nave de Alvalade. Os «leões» comandaram de princípio a fim, apostaram no contra-ataque, contaram com Nuno Silva e o jugoslavo Dragan em noite de grande inspiração e, resumindo, não deram qualquer chance aos seus opositores. A formação comandada por António Mota viu-se completamente manietada, não conseguindo ultrapassar os problemas que os donos do recinto lhe colocou. 12-9 era o resultado quando se foi para o descanso, fazendo já adivinhar a 6.ª derrota dos coimbrões que lhes valeu serem ultrapassados na tabela classificativa (embora com os mesmos pontos) pelos sportinguistas.

Outra partida aguardada com grande expectativa disputou-se no Pavilhão da Ajuda (por interdição do Restelo) e opôs Belenenses ao FC Porto. Necessidade imperiosa de vencer das duas equipas, por motivos diferentes. Assim, enquanto os portistas não queriam perder o comando, os azuis do Restelo arriscavam-se a perderem o 8.º lugar «milagroso», em caso de derrota. Apesar de perderem o encontro, ainda não foi desta que os comandados de Luís Hernâni e Armando Espadinha se viram alcançados, se bem que a concorrência esteja por perto. Reportando-nos à partida propriamente dita, viu-se um FC Porto mais adulto, menos nervoso, que soube controlar, o marcador durante os 60 minutos, mantendo-se praticamente

sempre no comando. Quanto ao Belenenses, possui jovens de grande valor, um jugoslavo (Maksimovic) terrivelmente produtivo, denunciando grande nervosismo em alturas fundamentais e não podendo contar com o poderoso Sopalovic.

Nos restantes quatro jogos, alguns resultados menos esperados, excepção feita ao disputado no Borges Coutinho, entre Benfica e Clube TAP. Aos «aviadores» pedia-se-lhe uma tarefa quase impossível, a de vencer no ninho das águias. E, como se previa, tal não foi concretizado, dado o poderio encarnado ser manifestamente superior ao apresentado pelo «sete» de José Manuel. Resta a José Janeiro e Companhia aguardar por melhor oportunidade de tentar o assalto à 8.ª posição do Belenenses, não se descuidando, contudo, com os detráis que, ao contrário do que parecia, parecem ganhar novo fôlego.

RESULTADOS: Sporting, 26 — Académica, 17; F. Holanda, 18 — ABC, 19; Belenenses, 21 — FC Porto, 23; Benfica, 21 — Clube TAP, 15; Fafe, 30 — Boavista, 29 e S. Mamede, 22 — V. Setúbal, 20.

Classificação: 1.º FC Porto, 52 pontos; 2.º Benfica, 49; 3.º ABC, 42; 4.º Sporting e Académica, 41; 6.º V. Setúbal, 40; 7.º Boavista, 33; 8.º Belenenses, 30; 9.º TAP, 28; 10.º S. Mamede, 26; 11.ºs Fafe e F. Holanda, 25.

A próxima ronda (19.ª) engloba os seguintes jogos: Fafe - F. Holanda, (22-20 na 1.ª volta); Académica - ABC (15-23); Boavista - S. Mamede (22-22); TAP - Sporting (20-26); V. Setúbal - Belenenses (17-17) e FC Porto - Benfica (16-18).

Jorge Marques

Jogo da rodada: Setúbal, 0-Porto, 1

Tiro azul deu queda para KO



Jaime Pacheco, Semedo e Lufemba discutem com o olhar: quem vai a bola escolher?

Antes: bastidores animadíssimos, gente importante falando (obviamente) de futebol, em todos os ângulos e incidências. Durante o espectáculo: a plateia alternando emoções, tanto Vítor Baía (evitando um auto-golo a Demol) como Jorge Martins (em soberbo golpe de rins a evitar «chapelada» de Madjer) conquistando os legítimos favores de ovações de luxo. Ao cair do pano, Artur Jorge naturalmente satisfeito e Manuel Fernandes abismado em relação à brusca quebra de forma de unidades vitais do «team» presidido por Fernando Oliveira.

Fazia-se tempo para a função: Lúcio Barbosa e Chumbita, Nunes falando de disciplina, Ribeiro de Magalhães comentando atitude imprevisível de chefe da gerência federativa (ultrapassagem de Pais do Amaral, colisão com Adriano Pinto e convite a Carlos Queirós para se tornar seleccionador de «esperanças», quando isso fora anteriormente contrariado por votação do executivo da Praça da Alegria), Jorge Nuno Pinto da Costa em palestra amena com Fernando Oliveira, Pôncio Monteiro e Reinaldo Teles, Henrique Go-

mes e Rui Nabeiro, Alexandre Pinto da Costa e Luciano d'Onofrio, Domingos Gomes e António Garrido, Eduardo Saraiva e Tavares da Silva, vasto conclave atraído pelo «duelo da jornada», os dois exércitos aquecendo as munhões.

Bento Marques faz subir o pano; em hora e meia foram surgindo ocasiões para muito aplauso a Bandeirinha e Jorge Ferreira, Jaime Magalhães e Quim, Branco e Jaime Pacheco, Semedo e Hélio, André e Makukula, evidentemente que todos perto da boa craveira dos guarda-metas, mas deixando na sombra artistas que (como Madjer e Crisanto, Demol e Flávio) estavam certamente viajando em outra galáxia ou tinham, saído até nova sessão do filme.

Por isso, quando já se lavavam os cestos e a vindima fora contabilizada, com ganhos e perdas, Hernâni Gonçalves estava todo radiante com os moços que prepara fisicamente («olha que o Branco, para recuperar o bom peso, teve de fazer três treinos diários!», mas Manuel Fernandes, pensativo e de rosto fechado, contava para o Ribeiro Cristóvão:

— Acho que tinha tudo bem

pensado: os três «centrais» ficavam tomando conta da sua área e tanto o Crisanto como o Flávio evitariam as entradas pelos flancos, tomando especial cuidado no Jaime Magalhães e no Semedo, com o Bandeirinha a cargo do Lufemba ou do Hélio, o «team» jogando muito para o Aparício, que costuma sempre fazer golos ao Porto. Afinal, o esquema ruíu, porque (não posso negá-lo) quatro dos jogadores fundamentais estão em notória quebra de ritmo. Não sei o que se passa com eles: a verdade é que vamos ter uma conversa muito séria entre todos já amanhã (hoje, 2.ª feira) e depois se verá. Talvez tenha que mexer bastante no «team»: os jogadores é que me darão a resposta...

Todos de acordo: os «dragões» justificaram plenamente o êxito, porque souberam administrar sabiamente a sua ca-

pacidade técnica e atlética, dominaram o cento nevrálgico das operações e tiveram muito mais largo volume de progressões até ao muito atento Jorge Martins. Baqueou o Vitória em termos irrefutáveis: passes transviados foram pão nosso de toda a santa irmandade, aplicação e genica foi coisa que entrou pelo cano mal aconteceu o belo golo portista.

E, porque Vítor Baía, foi elástico e precioso na defesa da sua bandeirinha, o «dragão» segue incólume a viagem até esperar os rijíssimos vimaranenses, enquanto o oitavo exército setubalense se interroga sobre real possibilidade de voltar a trepar sobre o muro e ir por aí fora na demanda rápida da bela Europa.

Neves de Sousa

Boa arbitragem de Bento Marques (Évora) que foi auxiliado por António Trigo e António Manuel, em duelo onde o cartão «icterícia» foi exibido a Crisanto, Dito e Lufemba. Um único tento (por Bandeirinha, aos 51 minutos) deu triunfo aos «dragões». As turmas:

VITÓRIA DE SETÚBAL: Jorge Martins; Crisanto (Serra, 67), Quim, Dito, Jorge Ferreira e Flávio (Mladenov, 57); Hélio, Jaime Pacheco e Lufemba; Aparício e Makukula.

FUTEBOL CLUBE DO PORTO: Vítor Baía; João Pinto, Demol, Geraldão e Branco; André; Jaime Magalhães, Bandeirinha e Semedo; Rui Águas e Madjer (Marito aos 65, depois Paulo Pereira aos 87).



Jaime Pacheco, André e Dito: antigos colegas em reencontro



Jorge Martins estupefacto com o corte de Lufemba

UNICAR

Comércio de Automóveis, Lda.

VIATURAS NOVAS E USADAS

Peças de origem



VIATURAS USADAS

Renault 5 GL.....	1985
Renault 21 GLS.....	1988
Renault 9 GLS.....	1988
Renault 11 TSE.....	1986
Toyota Corolla DX.....	1986
Opel Kadett 1.3 S.....	1985

Para peças de origem
consulte-nos na R. do Telhal

SEDE: R. dos Condes, 37 Tel.: 32 75 23 • 32 75 27 • 32 85 44
Stand Novos: Pr. dos Restauradores, 46 (ABERTO AOS SÁBADOS)
Stand Usados e Loja Peças: R. do Telhal, 4-A - Tel. 32 78 21
Loja de Peças 2 • Pr. S. João Bosco, 21-B • Tel.: 60 46 50 / 2
Oficinas: R. Possidónio da Silva, 104 • Tel.: 60 73 06

RENAULT

DESPORTO

Rali Paris-Dakar

Vatanen domina a concorrência

O finlandês Ari Vatanen, a correr num Peugeot 405 T16, corrou o dia de descanso do Rali Paris-Dakar com uma segura liderança, enquanto alguns favoritos à vitória na classificação das motos sofreram com a dureza da prova.

Enquanto o Mitsubishi do japonês Kenjiro Shinozuka foi, no sábado o mais rápido, a «raposa do deserto» terminou na sétima posição a etapa mais longa da edição deste ano do Paris-Dakar, com 780 quilómetros de extensão, disputada no Níger entre as localidades de N'Guimi e Agadez.

Shinozuka ganhou a tirada com três horas, 26 minutos e 52 segundos, menos 34 minutos que Vatanen, mas o finlandês dispõe de quase duas horas de avanço sobre o segundo da classificação geral, o Peugeot 205 T16 do francês Philippe Wamborgue.

O sueco Bjorn Waldegaard, que como Vatanen alinha num Peugeot 405 T16, completa o domínio da marca do «leão», na prova africana, mas «caiu» da segunda para a terceira posição da classificação geral, embora a menos de dois minutos de Wamborgue.

Enquanto Vatanen lidera a classificação dos automóveis desde que o rali entrou em África, o italiano Edi Orioli, que pilota uma Cagiva, passou a comandar mais à vontade nas motos, depois de a nona etapa ter ditado o abandono de dois dos seus principais rivais.

Há apenas três dias, Orioli era terceiro classificado atrás das Yamaha dos franceses Stéphane Peterhansel e Cyril Neveu, mas, depois de o italiano os ter ultrapassado, os dois pilotos da marca japonesa concluíram sábado a sua participação neste Paris-Dakar.

Apesar de na mesma etapa, os dois franceses desistirem por diferentes razões: Peterhansel abandonou a sua moto em pleno deserto por falta de gasolina, enquanto Neveu



«Raposa do deserto» recusa cedência

voltou para trás pouco depois do início da etapa, devido a uma avaria na caixa de velocidades. Orioli lidera agora com mais de uma hora de avanço sobre o espanhol Carlos Mas Samora, da Yamaha, enquanto o italiano Franco Picco, também numa Yamaha, é terceiro a quase duas horas e meia.

O Rali Paris-Dakar regressa hoje às pistas do deserto, disputando a 10.ª etapa que liga os 483 quilómetros entre as localidades de Agadez e Tahoussa, no Níger.

Classificação após a nona etapa: **Automóveis:** 1.º, Ari Vatanen, Finlândia (Peugeot) — 15.51.55 horas; 2.º, Philippe Wamborgue, França (Peugeot) — a 1.19.55; 3.º, Bjorn Waldegaard, Suécia (Peugeot) — a 1.56.09; 4.º, Alain Ambrosino, França (Peugeot) — a 4.23.15; 5.º, Andrew Cowan, Inglaterra (Mitsubishi) — a 4.48.13; 6.º, Salvador Servia, Espanha (Range Rover) — a 5.41.55; 7.º, Kenjiro Shinozuka, Japão (Mitsubishi)

hi) — a 5.51.24; 8.º, Miguel Prieto, Espanha (Nissan) — a 5.54.28; 9.º, Hubert Auriol, França (Buggy) — a 6.22.46; 10.º, Henri Pescarolo, França (Range Rover) — a 7.27.33.

Motos: 1.º, Edi Orioli, Itália (Cagiva) — 48.26.16; 2.º, Carlos Mas Samora, Espanha (Yamaha) — a 1.09.46; 3.º, Franco Picco, Itália (Yamaha) — a 2.23.21; 4.º, Thierry Magnaldi, França (Yamaha) — a 3.30.10; 5.º, Alessandro de Petri, Itália (Cagiva) — a 2.39.36; 6.º, Gilles Picard, França (Yamaha) — a 2.43.43; 7.º, Gilles Lalay, França (Suzuki) — a 3.09.56; 8.º, Jorge Arcarons, Espanha (Cagiva) — a 3.10.25; 9.º, Gaston Rahier, França (Suzuki) — a 4.46.43; 10.º, Luigi Medardo, Itália (Gilera) — a 5.22.04.

Motociclismo: Auditoria concluída

A Direcção-Geral dos Desportos esteve ausente na entrega da auditoria, por si

mandada efectuar, às contas da Federação Portuguesa de Motociclismo.

No acto de entrega, compareceram Vítor Calado, presidente da Federação Portuguesa de Motociclismo, e José Lagos, dirigente do mesmo organismo.

«A partir de agora vou poder dormir descansado, sem medo de ameaças nem de telefonemas anónimos», acrescentou o auditor Luz Rodrigues recordando a agressão de que a sua mulher foi vítima, e que relaciona com a auditoria agora concluída.

Recusando-se a divulgar aspectos relacionados com os resultados da auditoria, Luz Rodrigues sublinha: «penso que seria de todo o interesse a divulgação das conclusões deste processo. Só que não é a mim que compete essa missão, mas sim às entidades que pediram a auditoria, ou seja, a DGD e a Federação Portuguesa de Motociclismo.»

Lusa/«DL»

B R E V E S

Rosa e Domingos: o costume

Rosa Mota e Domingos Castro venceram a terceira edição do corta-mato de Fuensalida, em Espanha, conseguindo triunfos folgados em provas dominadas pelos atletas portugueses. Domingos Castro, quarto classificado nos Jogos Olímpicos de Seul, ganhou o crosse masculino com o tempo de 34,25 minutos, batendo o seu irmão gêmeo Dionísio, que gastou mais 39 segundos.

Desilusão foi a corrida do mexicano Arturo Barrios, recordista mundial dos 10 000 metros e recente vencedor da S. Silvestre de Madrid, que terminou na oitava posição.

Nas senhoras, Rosa Mota, campeã olímpica da maratona, impôs-se com o tempo de 16,43 minutos, batendo por 22 segundos a belga Lieve Slegers, enquanto Fernanda Marques foi terceira com 17,12 minutos.

• O Belga Eddy Hellebuyck, superando o português João Campos nos últimos metros da corrida, venceu o XX Grande Prémio dos Reis em Faro, ao percorrer os sete mil metros da prova em 21 minutos e 53 segundos. Na segunda posição ficou o benfiquista João Campos que cortou a meta com mais um segundo que o vencedor. O belga Gino Van Geyte foi terceiro, com mais quatro segundos que Hellebuyck, tendo nos lugares imediatos ficado o finlandês Jukka Tammisuo e o português Carlos Calado, do Imortal.

Em femininos, as atletas italianas dominaram por completo, com Orietta Mancia, Agata Balsamo e Stefania Colombo colocadas nos três primeiros lugares da geral. Rita Borralho foi a melhor portuguesa ao ficar em quinto lugar, logo a seguir à brasileira Janette Mayal, percorrendo os 4500 metros da prova em 16.05 minutos, mais 24 segundos que a vencedora.

• Ezequiel Canário, do Imortal de Albufeira, ficou em segundo lugar no corta-mato internacional de Campaccio, na distância de 12 quilómetros, e ganhou pelo italiano Francesco Panetta, que se vingou assim da derrota que Canário lhe havia imposto na S. Silvestre de Bolzano.

Panetta gastou o tempo de 34,42 minutos e Canário foi segundo com 35,05 minutos, classificando-se em terceiro lugar Mntawuikura, do Ruanda, com 35,27 minutos.

O italiano Alberto Cova, antigo campeão da Europa, do Mundo e olímpico, classificou-se em sexto lugar com 35,55 minutos.

• Avelino Frias classificou-se na quarta posição do segundo crosse internacional «Punta de Parayas», disputado no norte de Espanha, gastando 30 minutos e 22 segundos para percorrer a distância de 10 quilómetros e 740 metros, mais dois segundos que o primeiro classificado, Francisco Guerra, de Espanha.

Imortal «encesta» nas Antas

O resultado mais sensacional da ronda n.º 10 registou-se nas Antas, onde o Imortal de Albufeira foi averbar um excelente triunfo frente aos «dragões», com a curiosidade de a turma algarvia ser, presentemente, orientada por Jorge Araújo, o qual, durante vários anos, se encontrou no comando da turma portista e com resultados ajustados à sua reconhecida e bem vindada craveira de «expert» da modalidade.

Em Ovar, reinava enorme expectativa já que o Benfica era o visitante. Bastou a inspiração do genial Carlos Lisboa, que produziu 44 pontos à sua conta, para desnivelar os quadros em presença. Os benfiquistas venceram pela clara marca de 84-74, não ficando qualquer dúvida sobre a supremacia exercida pelos artistas do clube da Luz.

A equipa do Estrelas da Avenida (General Roçadas) deslocou-se ao Barreiro e triunfou por 77-71 perante a turma local. Tudo indica que a recente deslocação dos basquetebolistas do Estrelas aos EUA terá servido para recolha de alguns ensinamentos.

Em Alvalade, estiveram presentes duas de valor semelhante, sendo natural o triunfo dos visitados (Sporting), ainda que o Illiabum tenha oferecido réplica dignificante.

Na Figueira da Foz, subiram ao palco os últimos classificados (Ginásio Figuerense e Guifões) cabendo a vitória aos ginastas por marca (93-89) que explica o equilíbrio no encontro.

Finalmente, em Aveiro, o Beira Mar recebeu o Esqueira e venceu pela marca tangencial de 84-83.

Para além de Carlos Lisboa, com os 44 pontos conseguidos, os que estiveram com a mão mais certa foram: McKenzie (37) e Wedfter (34) (ambos do Imortal), os ginastas Morgan (31) e Harris (24), o portista Steve (28), o vareiro Donald (26) e o sportinguista Chris, com 22 pontos.

A. Nobre

Futebol lá fora

João Pinto: estreia em Madrid

O futebolista português João Pinto estreou-se ontem pelo Atlético Madrilenho, com uma vitória (1-0) frente ao Castilla, em jogo do campeonato espanhol de futebol da segunda divisão, disputado no Estádio Vicente Calderón.

O ex-jogador Boavisteiro, sem rubricar uma actuação brilhante, demonstrou todavia toda a sua categoria em alguns lances, tendo participado na jogada que deu origem ao penalti, através do qual o Atlético Madrilenho obteve o seu golo.

João Pinto alinhou como ti-

tular, tendo-se estreado juntamente com o argentino Percudani, outro dos reforços do Atlético Madrilenho, clube satélite do Atlético de Madrid, onde milita Paulo Futre. Aos 23 minutos de jogo, João Pinto foi substituído, tendo recebido uma grande ovação por parte dos adeptos locais.

Para o campeonato da I Divisão, o «derby» da capital espanhola terminou com o triunfo do Real Madrid por 3-1 mantendo os 5 pontos de avanço que tinha sobre o Valência (2.º classificado). O Barcelona é 3.º com os mes-

mos pontos (23) que o Atlético (de Paulo Futre). Os resultados da 18.ª jornada foram os seguintes: Real Madrid - Atlético Madrid, 3-1; Sporting Gijón - Logroñes, 5-1; Valência - Celta, 2-0; Cadiz - Tenerife, 1-0; Málaga - Real Sociedad, 0-2; Sevilha - Rayo Vallecano, 4-0; Atlético Bilbao - Barcelona, 1-2; Real Saragoça - Real Maiorca, 1-0; Real Valladolid - Castellón, 0-0; Osasuna - Real Oviedo, 4-0.

• **ITÁLIA:** o Nápoles venceu (em casa) o Ascoli por 1-0 e

continua no topo da escala com 27 pontos, seguindo-se o Inter de Milão com 25, na 3.ª posição estão a Sampdoria e o Roma com 24. O Milão é 5.º com 23 e a Juventus (de Rui Barros) ocupa o 6.º lugar, juntamente com o Atalanta, somando 21 pontos, nas 18 rondas já disputadas. Os resultados: Bolonha - Juventus, 1-1; Cremonese - Inter Milão, 0-1; Fiorentina - Bari, 2-2; Lecce - Génova, 2-1; Ac. Milão - Cesena, 3-0; Nápoles - Ascoli, 1-0; Roma - Udinese, 3-1; Sampdoria - Lazio, 2-0; Verona - Atalanta, 1-1.

AGENDA

HOJE CONTINENTE

Regiões do Norte e Centro: - céu pouco nublado. Vento fraco ou moderado de Nordeste.

Regiões do Sul: - céu pouco nublado ou limpo. Vento fraco ou moderado de Nordeste.

Mar de pequena vaga a cavado com ondulação Noroeste de 2 metros na Costa Ocidental e ondulação Sudoeste de 1 metro na Costa Sul.

AÇORES

Grupo Ocidental: - céu muito nublado. Vento forte do Sul, rodando para Sudoeste e diminuindo de intensidade. Períodos de chuva fraca. Subida da temperatura mínima.

Grupo Central: - céu geralmente muito nublado. Vento moderado de Sul soprando por vezes forte durante a madrugada e manhã. Subida da temperatura mínima.

Grupo Oriental: - céu com períodos de muito nublado. Vento moderado de Sueste. Subida da temperatura mínima.

Mar de pequena vaga a cavado com ondulação Noroeste de 2 a 3 metros.

MADEIRA

Céu com períodos de muito nublado. Vento moderado de Nordeste, soprando por vezes forte. Possibilidades de aguaceiros nas vertentes viradas ao Norte.

Mar cavado a grosso com ondulação Norte de 2 a 3 metros, na Costa Norte e de pequena vaga a cavado com ondulação Sueste de 1 metro na Costa Sul.

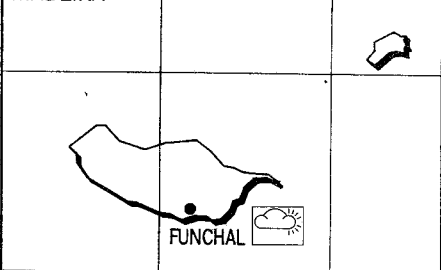
AMANHÃ

No Continente, céu pouco nublado ou limpo, Vento fraco soprando moderado do quadrante Leste nas regiões do Sul. Formação de geada pela madrugada, em especial nas regiões do interior.

Depois
No Continente: céu pouco nublado ou limpo. Vento fraco, soprando moderado de Leste nas regiões do Sul. Formação de geada.

* Previsões do Instituto de Meteorologia e Geofísica

MADEIRA

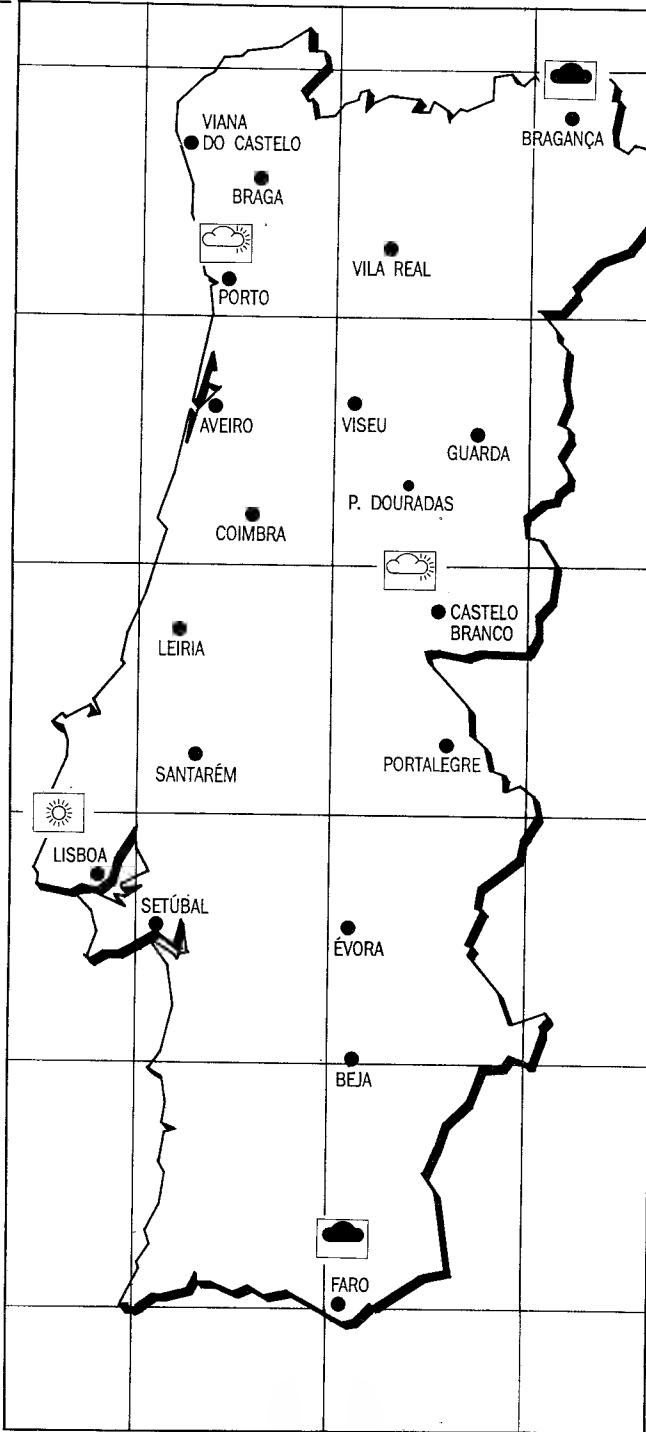


	Céu limpo
	Céu pouco nublado
	Céu muito nublado
	Chuva
	Trovoada
	Neve
	Vento
	Mar calmo
	Mar encrespado

MARÉS

Hoje	PREIA-MAR	BAIXA-MAR
00.15	3,4m	06.12 1,1m
12.48	3,4m	18.34 1,1m
Amanhã		
01.16	3,6m	07.11 0,9m
13.48	3,5m	19.26 0,9m

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica



PORTUGAL

	Min.	T. 6 h Às 18 h
Bragança.....	0	1 M. nub.
V. Castelo.....	3	4 P. nub.
Vila Real.....	2	2 Limpo
Porto.....	2	6 P. nub.
P. Douradas.....	-	-
Coimbra.....	6	6 P. nub.
C. Carvoeiro.....	9	11 Limpo
C. Branco.....	4	5 P. nub.
Portalegre.....	6	7 Limpo
Lisboa.....	8	8 Limpo
Évora.....	4	6 Limpo
Beja.....	4	6 Limpo
Faro.....	8	8 M. nub.
Sagres.....	7	8 P. nub.
P. Delgada.....	13	14 M. nub.
Horta.....	14	15 M. nub.
Funchal.....	13	14 P. nub.
Sines.....	-	-

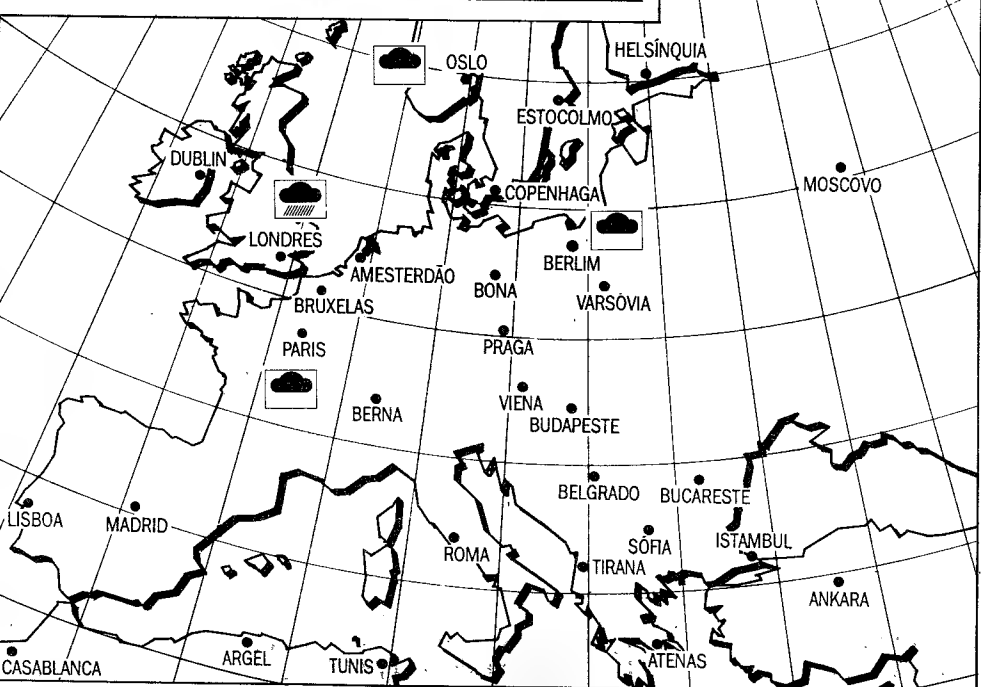
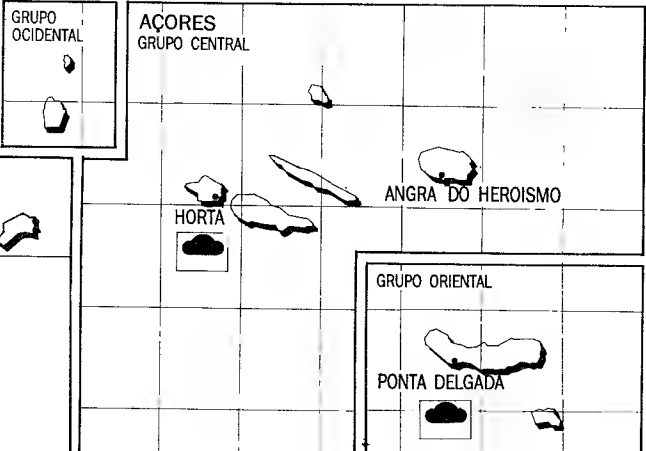
Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 14; Porto, 13; Faro, 18; P. Delgada, 16; Funchal, 20.

EUROPA

	Min.	T. 6 h Às 18 h
Madrid.....	1	2 P. nub.
Londres.....	6	10 Chuva
Paris.....	3	3 Nevoeiro
Bruxelas.....	4	4 Encoberto
Amsterdão.....	5	6 Chuva
Genebra.....	0	1 Nebliana
Roma.....	-	7 Encoberto
Oslo.....	0	1 M. nub.
Copenhaga.....	3	4 Nebliana
Estocolmo.....	1	2 Chuva
Berlim.....	-4	-3 Nebliana
Viena.....	-9	-9 Nebliana
Varsóvia.....	-10	-6 Nebliana
Atenas.....	3	3 P. nub.
Moscovo.....	-6	-3 Nebliana

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h
Chicago.....	-3	6	P. nub.
Houston.....	3	17	Nevoeiro
Los Angeles.....	8	22	Nevoeiro
Montreal.....	-14	-5	Aguaceiros
Nova Iorque.....	2	5	Chuva
S. Francisco.....	9	14	Chuva
Toronto.....	-5	2	Limpo
Vancouver.....	5	9	Chuva
Washington.....	3	6	Aguaceiros
Hong Kong.....	10	14	Aguaceiros
Melbourne.....	14	25	Limpo
Pequim.....	-10	2	Limpo
Perth.....	15	28	Limpo
Singapura.....	24	30	Aguaceiros
Sydney.....	20	29	Limpo
Tóquio.....	0	8	Aguaceiros
Wellington.....	10	17	Aguaceiros



HÁ 20 ANOS



Pirata do ar entrega-se...

Um espanhol, de 18 anos, entregou-se à Polícia em Saragoça às primeiras horas de hoje, após assaltar no ar um avião comercial e aterrarizar durante quatro horas com uma pistola de plástico, de brinquedo, e uma faca, 41 passageiros e quatro tripulantes. O jovem "pirata do ar", Mariano Ventura Rodriguez, ameaçou uma hospedeira e, depois, entrou na cabine do piloto quando o bimotoir Convair da Ibéria seguia para Saragoça num voo da carreira de Madrid. O assaltante queria seguir para Cuba...

Lua: nenhum sinal de vida

Cientistas da Nasa comunicaram não terem encontrado qualquer sinal de vida na Lua, acrescentando que é pouco provável que ali venham a existir quaisquer seres vivos. Com excepção - disseram - daqueles que o homem para lá levar...

Mais um filme de Hitchcock

O realizador Alfred Hitchcock anunciou que o seu próximo filme, o 52º, vai ser rodado na Finlândia, a partir do mês de Junho. O título da película, «Uma Noite Curta», refere-se à extensão dos dias nas zonas circumpolares.

EFEMÉRIDES

- 1642
Morre em Pisa, Itália, o astrónomo e cientista italiano Galileu Galilei
- 1836
É fundada, em Lisboa, a Cervejaria Trindade
- 1902
Mouzinho de Albuquerque suicida-se em Lisboa
- 1933
É inaugurado no Campo Grande, em Lisboa, o monumento aos heróis da Guerra Peninsular
- 1959
O general Charles de Gaulle é proclamado presidente da V República Francesa
- Fidel Castro, líder da revolução cubana entra vitorioso em Havana à frente das suas forças
- 1976
Morre, em Pequim, o primeiro-ministro chinês Chou-en-Lai, 78 anos
- 1978
Richard Turner, destacado oposicionista do «apartheid» na África do Sul, é morto a tiro em sua casa em Durban

AGENDA

FARMÁCIAS
LISBOA
PERMANENTE

Ajuda: Moura, Travessa da Memória, 55, Tel. 3630944; Alcântara: Vieira Rosa, Rua Prior do Crato, 72, Tel. 660187; Areeiro: Vera Cruz, Praça Afrânio Peixoto, 2-B, Tel. 884941; Benfca - Estação - Uruguai: Santa Cruz, Av. Gomes Pereira, 34-B, Tel. 704828; Camões: Sanitas, Praça Luís Camões, 22-24, Tel. 322798; Campo Grande: Nova Iorque, Av. Estados Unidos América, 140-B, Tel. 732009; Campolide: Oliveira, Rua de Campolide, 54-A, Tel. 684424; Encarnação: Ascenso, Praça do Norte, 11-A, Tel. 311216; Estefânia: Estefânia, Rua Pascoal Melo, 90, Tel. 544438; Gomes Freire: Salutar, Rua Conde Redondo, 9-B, Tel. 533411; Graça: Monte, Rua Senhora do Monte, 30 A-B, Tel. 867842; Lumiar - Quinta do Lambert: Reis, Rua Pedro Bandeira, 2-A, Tel. 7597432; Picheleira: Marluiz, Calçada da Picheleira, 140 B-C, Rua Prof. Mira Fernandes, MAF, Tel. 880703; São Sebastião: Novais, Av. Luís Bivar, 11-13, Tel. 544324; Brandoa - Amadora: Brito, Rua 25 de Abril, Lote 32-B, Tel. 995338; Carnaxide: H. Amaral, Praceta António Boto, 11-A, Tel. 4104556; Odivelas - Patameiras: Amaral, Rua Antero Quental, 8, 8-A, Tel.

9325455; Pontinha: Leitão Ribeiro, Rua A do Falcão, 3-A, Tel. 993912.

REFORÇO

Alto São João: Nova Luz, Rua D. Domingos Jardo, 28-A, Tel. 8143439; Alvalade: Alentejo, Av. da Igreja, 28-B, Tel. 892682; Anjos - Chile: Antolin, Av. Almirante Reis, 88 B-C, Tel. 821773; Av. República: Cardote, Av. Visconde Valmor, 28 A-B-C, Tel. 772291; Baixa - Coliseu: Frazão, Rua Portas Santo Antão, 70-72, Tel. 8147019; Beneficência - Sete Rios: Laranjeiras, Rua Filipe da Mata, 160-162, Tel. 7261035; Cemitério Ingleses: Urbano Freitas, Rua Silva Carvalho, 1-5, Tel. 662838; Chelas - Liceu D. Diniz: Lopes Cortez, Rua Rui Sousa, Lote 65-A - Loja B, Tel. 8596565; Lapa - Santos: Eduardo A. César, Rua das Trinas, 102-A, Tel. 662631; Santo Amaro - Calvário: Lisbonense, Rua Leão de Oliveira, 2-B, Tel. 3637020; Xabregas - Madre Deus: Conceição, Calçada D. Gastão, 30-32, Tel. 381279; Buraca - Amadora: Gaspar

Pote, Rua das Gaias, Lote 16 (Bairro Zambujal), Tel. 902221; Olival Basto: Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA
DE SINTRA

Amadora: Carmele, R. Elias Garcia, Lote 28, Tel. 4933303. Permanente; Brito. Permanente; Dias e Brito, Av. Marques Pombal, 45-A, Tel. 4940118. Até às 22 h; Damaia: Confiança, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A, Tel. 4938149. Até às 22 h; Queluz: André, Av. Elias Garcia, 151, Tel. 4350043; Albergaria, L. Prof. Dr. Jorge Mineiro, 42, Queluz de Baixo, Tel. 4356487. Até às 22 h; Cacém: Araújo e Sá: Estrada de Paço de Arcos, Lote 1-B, Tel. 9240781. Permanente; Mem Martins: Miranda Garcia, Est. Mem Martins, 173, Tel. 9214103; Mercês: Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; Rio de Mouro: Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres, 6, Tel. 9260194; Sintra: Marrazes, Largo Afonso Albuquerque, 24, Tel. 9230058; Colares: Abreja,

Tel. 9290088.

LINHA
DE CASCAIS

Algés: Dias & Saraiva, Av. Afonso Palla, 17/9, Tel. 2114487. Permanente; Linda-a-Velha: Melo Almeida, R. D. Diogo Couto, Lote 182, Tel. 4191697. Permanente; Tires: Guimarães, L. Duarte, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; Alcabideche: Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690263. Até às 22 h; Porto Salvo: Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; Carcavelos: Central, R. 5 de Outubro, 25, Tel. 2470037. Permanente; S. Dom. Rana: Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; Malveira da Serra: Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; Oeiras: Central, Lg. Henrique Paiva Couceiro, Tel. 4430485. Permanente; Parede: Artur Brandão, Av. da República, 77-C, Tel. 2471054. Permanente; Sassoeiros: Amaral, Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; Birre: Imani, Lote 7-B, Hera, Tel. 2852121; Modorra: Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; Amoreira: Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; Cascais: Marginal, Av. Marginal, Tel. 280078. Permanente.

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											

PROBLEMA N.º 17831

HORIZONTAIS:

1 Deus ou génio do fogo, filho do Titã Japeto e irmão de Atlas. Vossa Senhoria.
2 Freguesia do concelho de Barcelos. Alegria.
3 Recusa. Doce de péra.
4 Obscuridade. Hesiste.
5 Antepassado. Cidade de Itália.
6 Aqui. Vagueia.
7 Afasta! Letra grega. Preposição e artigo (pl).
8 Crómio (s.q. e inv.). Agrupadas.
9 Espanco. Pequeno sítio do Brasil.
10 Janota. Cabo da costa de Portugal.
11 Arquipelago da Oceania pertencente aos EUA. Mamíferos desdentados.

VERTICAIS:

1 Mamífero carnívoro do Himalaia. Artigo.
2 Esteiro. Maçadora (fig).
3 Planta também chamada ervilha-de-pombo. Preposição.
4 Moderato. Dinheiro (pop.).
5 Mamífero carnívoro afim do leão. Segueia.
6 Sinal ortográfico. Instrumento para fiar à roca.
7 Freguesia do concelho de Coimbra. Ilha do Estado da Baía.
8 Empregasse. Palmeira da Amazônia.
9 Compaixão (inv.). Cidade da Roménia. Porco (inv).
10 Interjeição que exprime admiração. Rate. Cobre (s.q.).
11 Isolado. Esmoncas.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											

PROBLEMA N.º 16641

HORIZONTAIS:

1 Porto e cidade de França. Venero.
2 Conciliar. Língua vernácula indiana.
3 Grande quantidade. Brisa. Tempo do verbo ir.
4 Ópera de Verdi. Elemento que entra em algumas palavras com o significado de ar.
5 Trapos.
6 Indignar. Serra de Portugal
7 Equipais. Aves pernaltas.
8 Frota.
9 Acrescentei. Sufixo que designa abundância. Zombar.
10 Roubo (pop.). Descarnada.
11 Lavar. Um dos Estados do Brasil.

VERTICAIS:

1 Espécie de palmeira, que fornece fibras muito sólidas. fedor.
2 Para barlavento. desviar de um lugar.
3 Voltaram. Cólera.
4 Rádio (s.q.). Apre! Doutor.
5 Freguesia do concelho da Covilhã. O sono das crianças.
6 Bebedeiras (pop).
7 Preposição e artigo. Ósmio (s.q.). Cidade de Itália.
8 Educassem. Aparência.
9 Serra de Portugal. Sente desgosto.
10 Mamífero carnívoro da América do Sul. Acrescentar.
11 Preposição e artigo. Guarneceras de asas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 17830

HORIZONTAIS: 1-QUEM. TEM. Ra. 2-Uno. Balofo. 3-Egofonia. Ms. 4-Ja. Ocas. Tão. 5-Crás. Dá. 6-Coma. Monda. 7-Cava. MCCI. 8-Eladas. Ir. 9-Doia. Neia. 10-Anás. Klado. 11-SS. Al. Roas. VERTICAIS: 1-Queimadela. 2-Unga. NS. 3-Eoo. Cocadas. 4-Forcados. 5-BOCA. VAI. A. 6-Tanas. Asaki. 7-Elis. 8-Moa. Dominar. 9-Tancredo. 10-ROMA. DC. Ina. 11-Assomai. Aos.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16640

HORIZONTAIS: 1-Vatel. Falam. 2-Aval. Uapi. 3-Rio. Tua. Rea. 4-Rá. Coser. II. 5-Adio. pregas. 6-Ará. IE. As. 7-Ara. 8-Amarra. Se. 9-Ro. Montar. 10-Eca. Dó. Sais. 11-Sáb. Asma. Sa. VERTICAIS: 1-Varra. Marés. 2-Aviada. Moca. 3-Tão. Iria. Ao. 4-El. Coa. Ri. 5-To. Ar. Dá. 6-Suspiramos. 7-Aérea. 8-Au. Re. Ansa. 9-Lar. Gas. Ta. 10-Apeias. Sais. 11-Miais. Persa.

PROVÉRBIO: QUEM TEM BOCA, VAI A ROMA



MÉDICO
DE
URGÊNCIA



766171
766178
766179

RÁDIO

ANTENA 1

Desdobramento em Onda Média - Emissoras do Litoral - e 99.4 em FM Zona de Lisboa

14.00: O Linho e a Seda; 15.00: Contraste; 17.00: Antena 1 - Regiões; 17.15: Porto d'Abriço

Onda Média e FM Estéreo

14.00: Gerações por Minuto - Carlos Dias da Silva e Jorge A. Lopes; 17.00: Sete Mares Sílvia Alves; 19.00: Música; 20.00: No Estúdio e no Estádio; 20.15: Musical; 20.30: O Som dos Negócios; 21.30: Imaginário - Luís Garlito, Cardoso Pinto e Graça Vasconcelos. Noticiários de hora a hora.

PROGRAMA 2

Rede Nacional F.M. 2 - Estéreo

17.00: Duas cenas do «Lohengrin» de Richard Wagner; 17.30: O timbre do dia: o violoncelo; 18.00: S.H.: -Noticiário; 18.15: Ângulos e Reflexos; 19.00: Integrais - Os 23 quartetos de corda de Mozart, pelo Quarteto Italiano; 19.45: Álbum

Musical. - Obras de Verdi, Grieg, Mendelssohn, Massenet, Waldteufel, Hummel, Delibes, Debussy, Elgar e Gounod; 20.40: Esta Madrugada no Dois; 21.00: Sinfonia n.º 9, em ré maior, de Gustav Mahler, pela Orq. do Concertgebouw de Amsterdão. Maestro Bernard Haitink; 22.22: Cinco Sonatas para cravo de Domenico Scarlatti, por Zuzana Ruzicková; 22.43: Música de Haydn; 23.00: o canto e os seus intérpretes; 00.00: 2ª parte da Oratória de Natal, BWV 248, de Johann Sebastian Bach, por solistas, Côro Monteverdi, Solistas Barrocos Ingleses. Maestro John Elliot Gardiner; 01.10: Solos de Piano - Gaspar de La Nuit, de Maurice Ravel, por Martha Argerich; 01.33: Música de Câmara de Wolfgang Amadeus Mozart; 02.00: Música na Madrugada Noticiários de hora a hora.

RÁDIO

COMERCIAL

Onda Média 283,290 e 397 m

17.00: Contactos; 19.00: Peça que a Gente Passa; 21.00: Pela Estrada Fora; 22.00: Portugal e a CEE; 22.15: Religiosos; 22.30: Tempo de Desporto;

23.00: 24.ª Hora.; 01.00: Fantástico. Noticiários de hora a hora.

RC-FM - Estéreo 97,4 MHz

16.00: Rock em Stock; 18.00: Círculo em FM; 19.00: Ao Fim e ao Cabo; 20.00: Pessoal e Transmissível; 00.00: Morrison Hotel; 01.00: Som da Frente; 03.00: Serviço Nocturno. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO

RENASCENÇA

Canal 1 - Rede Nacional de OM-FM

16.00: Banda da Amizade; 18.00: Bola Branca; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: A Viagem Continua; 20.00: Boa Nova; 20.30: Conversa de Amigos; 21.00: Sequência; 22.00: Revista; 22.30: Bola Branca; 23.30: Suplemento Especial da BBC; 23.55: Meditando. Noticiários de hora a hora.

RFM

Nacional de FM Estéreo

16.00: Fórmula Três; 19.00: Atlântida; 20.00: Serra de Estrelas; 22.00: Oceano

Pacífico. Noticiários de hora a hora.

VOZ DO ALENTEJO

15.00: Boa Tarde, Alentejo; 18.00: Jornal da Tarde - Bola Branca; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: Alentejo em Notícia.

VOZ DO ALTO TÂMEGA

15.00: Tardes do Tâmega; 18.00: Jornal da Tarde - Bola Branca; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: Nordeste Magazine.

VOZ DE LISBOA

15.00: Equipa da Tarde; 18.00: Jornal da Tarde - Bola Branca; 18.30: Sete Colinas; 20.00: Diálogo; 20.30: Transmissão do Terço; 21.00: Lisboa à Noite.

VOZ DE LEIRIA

18.00: Jornal da Tarde - Bola Branca; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: Leiria 89.

VOZ DO MINHO

18.00: Jornal da Tarde - Bola Branca; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: Hora Regional; 20.00: Boa Nova; 20.30: Conversa de Amigos; 21.00: Noites do Minho

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA CLUB

Avenida Almirante Gago Coutinho Tel.806496
ENTRE PRIMOS

Filme de Joel Schumacher c/
 Ted Danson e Isabella Rossellini.

Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00,
 21.30 e 24.00 horas.

ALFA 1

REGRESSO AO FUTURO PARTE II

Filme de Robert Zemeckis com Michael J. Fox e Christopher Lloyd.

Maiores de 6 anos.
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00,
 21.30 e 24.00.

ALFA 2

OS CAÇA FANTASMAS PARTE II

Filme de Ivan Reitman com Bill Murray e Den Aykroyd.
 Maiores de 12 anos.
 Sessões às 14, 15, 16.45, 19.15,
 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 3

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II

Um filme de Jamie Uys com Nixau e Lena Farugia.
 Maiores de 6 anos
 Sessões às 13.45, 15.45, 17.45,
 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 4

COMO O CÉU SE ENGANOU

Filme de Emile Ardolino c/
 Cybill Shepperd e Robert Downey.

Maiores de 12 anos.
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.15,
 21.45, 00.15

AMOREIRAS 1

Shopping Center de Lisboa
 Telef. 691275

REGRESSO AO FUTURO PARTE II

Um filme de Robert Zemeckis.
 Maiores de 12 anos.
 Sessões às 13.30, 15.30, 16.30,
 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 2

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II

Maiores de 6 anos.
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00,
 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 3

PERIGOSA SEDUÇÃO

Um filme de Harold Becker com Al Pacino e Ellen Barkin.

Maiores de 16 anos.
 Sessões às 14, 16.30, 19, 21.30 e 24 horas

AMOREIRAS 4

O MEU AMIGO MAC

Maiores de 6 anos
 Sessões às 13.30, 15.30, 17.30,
 19.30, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 5

SEXO, MENTIRAS E VIDEO

Filme de Steven Soderbergh c/James Spader e Andie MacDowell

Maiores de 16 anos.
 Sessões às 13.30, 17.30, 19.30,
 21.30 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 6

ENTRE PRIMOS

Maiores de 12 anos.
 Sessões às 13.45, 15.45, 17.45,
 19.45, 21.45 e 00.15 horas

AMOREIRAS 7

OS CAÇA FANTASMAS PARTE II

Maiores de 12 anos.
 Sessões às 15.30, 17.30, 19.30,
 21.30 E 00.15 horas.

AMOREIRAS 8

ABISMO

Maiores de 12 anos.
 Sessões às 14, 16.30, 19, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 9

A SENHORA

Maiores de 16 anos.
 Sessões às 13.45, 15.45, 17.45,



Regresso a Viena.

Em exibição na sala 3 Quarteto

Filme qualidade

M/12 anos

10.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 10
COMO O CÉU SE ENGANOU

Maiores de 12 anos.
 Sessões às 13.45, 15.45, 17.45,
 19.45, 21.45 e 00.15 horas..

APOLO 70

Av. Júlio Dinis, 10-A
 Telef. 763319

REGRESSO AO FUTURO PARTE II

Maiores de 6 anos.
 Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

BERNA

Av. Marquês de Tomar, 10
 Telef. 776098

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II

Um filme de Jamie Uys com Nixau e Lena Farugia.
 Maiores de 6 anos
 Sessões às 15.15, 18, 21.30

CINE CAMÕES

R. do Loreto, 15
 Telef. 324194

O PELOTÃO DA MORTE

Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.15, 16.30 e 21.30 horas

CAPITÓLIO
 Parque Mayer

O BAR DA BORGA
 Hard-core-1º escalão (porno)
 Maiores de 18 anos
 Sessões às 15, 17, 19, 21 e 23 horas.

CINEBOLSO

R. Actor Taborda, 27
 Telef. 573407
A TURMA DO SEXO
 Hard-core-1º escalão (porno)
 Maiores de 18 anos.
 Sessões às 12.30, 14.3, 16.45,
 19, 21.30 e 23.30.

CINE 222

Av. Praia da Vitória, 37
 Telef. 533253

ABISMO
 Maiores de 12 anos.
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

LIGAÇÕES PERIGOSAS
 Maiores de 18 anos
 Às 24.00 horas

CINE PORTELA

ESTÚDIO ANUSHA
 Telef. 9434762
GOLPE DE VINGANÇA
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CINE PORTELA

ESTÚDIO SHEZA
ABISMO
 Maiores de 12 anos.
 Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

CITY CINE

R. Tomás Ribeiro, 34

Telef. 549999
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
 Maires de 12 anos.
 Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

CONDES

Av. da Liberdade, 2
 Telef. 322523

ABISMO
 Filme de qualidade de James Cameron.

Maiores de 12 anos.
 Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas

ESTÚDIO

Alameda D. Afonso Henriques, 35
 Telef. 555134

OS CAÇA FANTASMAS II
 Filme Ivan Reitman com Bill Murray e Den Aykroyd.
 Maiores de 12 anos.
 Sessões às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 horas.

ESTÚDIO ACS

Av. da Igreja, 17-F
 Telef. 8487255

O APELO DO AMOR
 Com Brian Keith e Alexandra Paul
 Maiores de 6 anos.
 Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

FONTE NOVA 1

Estrada de Benfica 503
 Tel 7145088

REGRESSO AO FUTURO PARTE II
 Maiores de 6 anos.
 Sessões às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 horas

FONTE NOVA 2

OS CAÇA FANTASMAS II

Filme de Ivan Reitman
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II

Um filme de Jaime Uys com Nixau e Lena Farugia.
 Maiores de 6 anos.
 Sessões às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15.

FORUM PICOAS

Av. Fontes Pereira de Melo
 Telef. 541037

AUDITÓRIO 1
RECORDAÇÕES DA CASA AMARELA

Filme de qualidade de João César Monteiro.
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.15 e 22 horas.

FORUM PICOAS

AUDITÓRIO 2
A BELA DE DIA

Filme de qualidade de Luis Buñuel com Catherine Deneuve e Jean Sorel.
 Maiores de 16 anos.
 Sessões às 14.00, 16.00, 19.00, 20.00 e 22.00 horas.

IMPÉRIO

Alameda D. Afonso Henriques

Telef. 555134
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
 Filme de Jamie Uys.
 Maiores de 6 anos
 Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI

R. Sousa Lopes
 Telef. 8480808
ESTRANHA ATRACÇÃO
 Maiores de 16 anos.
 Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 1

Rua Bulhão Pato, 1-C
 Telef. 8480808
OS CAÇA FANTASMAS II
 Filme de Ivan Reitman com Bill Marray e Dan Aykroyd.
 Maiores de 12 anos.
 Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 2

O VELHO GRINGO
 Maiores de 12 anos.
 Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.30 horas.

LONDRES

Av. de Roma, 7-A
 Telef. 801313
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
 Maiores de 6 anos.
 Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 1

R. Martens Ferrão
 Telef. 538743
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
 Maiores de 6 anos.
 Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II

GRUPO TEATRO HOJE

NO TEATRO DA TRINDADE
 Curta série de representações

Verão de
 Edward Bond

com:
 • Fernanda Alves (em colaboração com o T. Nac. D. Maria II)
 • Isabel de Castro
 • José Wallenstein
 • Maria José Pascoal
 • Ruy Furtado

De 3.ª a sáb. às 21.30
 Domingos: às 16 h.
 Marcação pelo telefone: 32 00 00

Patrocínio
 Círculo de Leitores.

Encenação:
 Carlos Fernando

Cenografia:
 José Manuel Castanheira

Figurinos:
 Mariana Sá Nogueira

Lançado: Louis Vuitton, Paris em Lisboa, Pinhot, Pollux, Antena 1, Rádio Comercial, Rádio Minuto, Diário Lisboa, VE, Voz do Operário, Ytong Ibérica.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Serviço de Música

CONCERTO EXTRATEMPORADA

Quarta-feira, 10 de Janeiro, 18.30/Grande Auditório

Rosalind Plowright, soprano
 Geoffrey Parsons, piano

OBRAS DE: STRADELLA, SCARLATTI, CALDARA, PAISIELLO, PERGOLESI, BELLINI, DONIZETTI, ROSSINI, VERDI, PUCCINI, E PONCHIELLI.

Serão válidos os bilhetes referentes ao concerto anunciado para 18/12/89, cancelado por motivo de doença do soprano Rosalind Plowright.

CARTAZ

Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

MUNDIAL 3**ENTRE PRIMOS**

Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

Av. 5 de Outubro, 42-B

Telef. 574362

TAP-A DANÇA DE DUAS VIDAS

Filme de Dick Castle

Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

ODEON

R. dos Condes, 4

Telef. 326283

BRAÇO DE VINGANÇA

Maiores de 18 anos.

Sessões às 14.15, 16.45, 19 e 21.30 horas.

OLIMPIA

R. dos Condes, 13

Telef. 325309

ACADEMIA**DE DEVASSAS**

Filme porno

Maiores de 18 anos

Sessões continuas a partir das 14 horas.

PLAZA 1

Centro Com. Alvalade

ABISMO

Maiores de 12 anos

Sessões às 14.00, 16.30, 18.45 e 21.30 e 23.45 horas.

PLAZA 2**OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II**

Maiores de 6 anos.

Sessões às 14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 24.00 horas.

POLITEAMA

R. Portas de Stº Antão

Telef. 326305

ENTRE PRIMOS

Maiores de 12 anos.

Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

QUARTETO 1

R. Flores de Lima, 16

Telef. 771378

SEXO, MENTIRAS E VIDEO

Maiores de 16 anos.

Sessões às 14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00 e 24.00 horas.

QUARTETO 2**TAP-A DANÇA DE DUAS VIDAS**

Filme de Nick Castle.

Maiores de 12 anos.

Sessões às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00 e 24.00 horas.

QUARTETO 3**REGRESSO A VIENA**

Filme de Alex Corti

Maiores de 12 anos

Sessões às 15.00, 17.15, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 4**SKINDEEP - O AMOR É UMA GRANDE AVENTURA**

De Blake Edwards.

Maiores de 12 anos.

Às 14.30, 16.30, 18.15, 20, 22 e 24 horas.

SÃO JORGE 1

Avenida da Liberdade, 175

Telef. 579144

REGRESSO AO FUTURO PARTE II

Maiores de 6 anos

Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

SÃO JORGE 2**OS CAÇA FANTASMAS II**

Maiores de 12 anos.

Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.15 horas.

SÃO JORGE 3**OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II**

Maiores de 6 anos

Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

7ª ARTE

Av. da República

Telef. 730715

OS CAÇA FANTASMAS II

Maiores de 12 anos.

Sessões às 14.45, 17, 19 e 21.30

STAR

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Telef. 804210

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II

Maiores de 6 anos.

Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30.

TERMINAL

Estação do Rossio

Telef. 371573

OS CAÇA FANTASMAS II

Maiores de 12 anos.

Sessões às 13, 15, 17, 19 e 21.30

TURIM

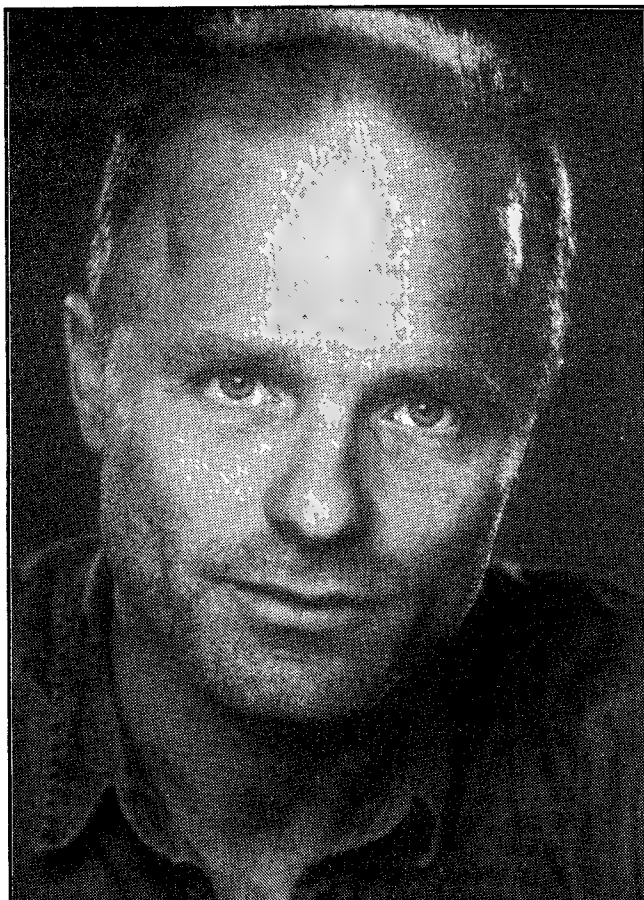
Estrada de Benfica, 723-A

Telef. 706666

PERIGOSA SEDUÇÃO

Maiores de 12 anos.

Sessões às 15, 17.30 e 21.30 horas.

XENON

«O Abismo» de James Cameron, com Ed Harris e Mary Elisabeth Mastrantonio, em exibição no Condes

**SINTRA**

Av. da Liberdade, 9

Telef. 368446

O ÁS E O JOKER

Maiores de 16 anos.

Sessões às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 horas

A MOSCA II

Maiores de 18 anos. Às 23.30 horas.

BABILÓNIA

Centro Comercial Babilónia

Telef. 4934871

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS PARTE II

Maiores de 6 anos.

Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

CACÉM- ESTÚDIO**FLORES**

Telef. 9247570

STALONE**O PRISIONEIRO**

Maiores de 18 anos

Sessões às 15.00 e 21.30 horas

QUELUZ - KING D. PEDRO III

Telef. 4364845

SALA 1**OS CAÇA FANTASMAS II**

Maiores de 12 anos

Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.15 horas

SALA 2**CYBORG**

Maiores de 16 anos

Sessões às 14.15 e 16.45 horas.

SALA 3**SEXO, MENTIRAS E VIDEO**

Maiores de 16 anos

Sessões às 14.30, 17, 19.30 e 21.45 horas

CASCAIS**ALTO DA BARRA 1**

Telef. 4439759

REGRESSO AO RIO KWAI

Maiores de 12 anos.

Sessões às 15.15 e 21.30 horas

ALTO DA BARRA 2**AS VOZES DA IRA**

Maiores de 12 anos.

Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

NOVA OEIRAS - CINE**PALMEIRAS 1**

Telef. 2479144

CAÇA FANTASMAS**PARTE II**

Maiores de 12 anos.

Sessões às 15.15 e 21.30 horas

CINE PALMEIRAS 2**REGRESSO AO FUTURO****PARTE II**

Maiores de 12 anos

Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

CARCAVELOS**ATLÂNTIDA CINE**

Telef. 2465653

OS CAÇA FANTASMAS II

Maiores de 12 anos.

Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CASCAIS - MIRAMAR 1

Telef. 2841744

REGRESSO AO FUTURO PARTE II

Maiores de 12 anos.

Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

MIRAMAR 2**O ABISMO**

Maiores de 12 anos.

Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

ACADEMIA ALMADENSE

Telef. 2752127

REGRESSO AO FUTURO PARTE II

Maiores de 12 anos.

Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

COSTA DA CAPARICA**CINEMA PESCADOR**

Telf. 2905350

SEXO, MENTIRAS E VIDEO

Maiores de 16 anos

Sessões às 15.30, 21.45

EXPOSIÇÕES**LISBOA**

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (Jeróni-

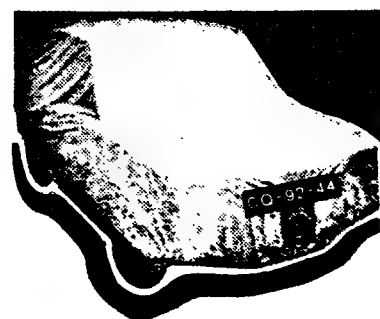
mos): de terça a domingo, das 10 às 12.30 e das 14 às 17, uma exposição permanente que integra centenas de milhares de peças, entre as quais um conjunto pré-histórico de 300 peças de ouro.

MUSEU NACIONAL DO TEATRO: até 27 de Março (Dia Mundial do Teatro), "Amália, 50 Anos" com entrada gratuita aos domingos de manhã.

MUSEU NACIONAL DO TRAJE: até Abril de 1990, "Tramas e Sortilégios" de Teresa Segurado Pavão; PALÁCIO NACIONAL DOS COCHES: até 17 de Janeiro, a exposição "Falcoaria Real".

BIBLIOTECA NACIONAL: a exposição "Portugal no Século XVIII: de D. João V à Revolução Francesa

PALÁCIO FOZ: por ocasião dos 150 anos de Fotografia no Mundo e 25 de Agência em Portugal, a Lusa apresenta uma exposição comemorativa. PALÁCIO GALVEIAS (Campo Pequeno): integrada nas comemorações do 125º aniversário do Diário de Notícias, uma exposição subordinada ao tema "A Vida dos Imagens", reunindo um



COBERTURAS IMPERMEÁVEIS
PARA AUTOMÓVEIS
TODAS AS MARCAS E MODELOS

ENTREGA IMEDIATA

Joaquim Ezequiel, Lda.

☎ 2080613 (Rede de Lisboa) Vila Nogueira - 2925 AZEITÃO



COMUNA - TEATRO DE PESQUISA

2.ª FEIRA A SÁBADO - 21.30

★ DOMINGO, 17H ★ FOLGA - 4.ª FEIRA

TEXTO NATÁLIA CORREIA

ENCENAÇÃO JOÃO MOTA

MÚSICA

JOSE MARIO BRANCO

A PECORA

«AUTO DA PAIXÃO DE SANTA MELÂNIA»

APÓIOS - PUBLICAÇÕES D. NUNO - FRAC - GABELEIRO CITY - RÁDIO COMERCIAL - ANTENA 90

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Subsidios - Secretaria de Estado da Cultura e Fundação Calouste Gulbenkian

PRACA DE ESPANHA T. 726 0818

CARTAZ

importante conjunto de documentos fotográficos recuperados nos arquivos do "DN".

CLUBE CINQUENTA (R. de S. Mamede ao Caldas, 9-1º): até 10 de Janeiro, "Coco Frois David".

ALFAMA-GALERIA DE ARTE (R. das Flores, 109): Pintura e Escultura Espanhola Contemporânea.

GALERIA EMI-VALENTIM DE CARVALHO (R. da Cruz dos Poiais, 111): até 31 de Janeiro, de segunda a sexta das 11 às 13 e das 15 às 19, sábados das 15 às 19, uma exposição de escultura e desenho de José Barrias intitulada "Vestígios".

GALERIA ARTELA (R. Prof. João Barreira, loja 15-Telheiras): até 14 de Janeiro, "Ideias Soltas", pintura de Rui de Azevedo.

GALERIA JOÃO HOGAN (R. Voz do Operário, 13): até 27 de Janeiro, de segunda a sexta das 14 às 20 e sábados das 15 às 19, Pintura de Ormond Fannon

GALERIA 111 (Campo Grande, 113): até 12 de Janeiro, de segunda a sexta das 10 às 13 e das 15 às 19 e sábados das 10 às 13, Pintura de Eduardo Batarda.

GALERIA RESTAURAÇÃO (Av. Guerra Junqueiro, 18-C): até 13 de Janeiro, de segunda a sábado das 9,30 às 13 e das 15 às 19, colectiva de Pintura com obras de Alfredo Luz, Artur Bual, Cruzeiro Seixas, Fernando Ançã, Helena San-Payo, Ribeiro Farinha, Rogério Amaral e Silva Palmeira.

GALERIA EUROARTE (R. Rodrigo da Fonseca, 107-C): até 22 de Janeiro, de segunda a sexta das 10,30 às 13 e das 15,30 às 19, sábados das 10,30 às 13 e das 16 às 19 horas, Pintura de Margarida Vigoço.

GALERIA MULTIFACE (C. Comercial Gemini, loja 65-R. Sousa Lopes): até 15 de Janeiro, Pintura de Bual.

GALERIA NÁRTICE (R. Augusto Rosa, 18): até 18 de Janeiro, Pintura de Inácio Matsinhe.

GALERIA NOVO SÉCULO (R. do Século, 23): até 20 de Janeiro, de terça a sábado das 14 às 20, «Arremessos», Pintura-Video-Instalação de Miguel Telles da Gama e Paulo Cancela d'Abreu.

HOTEL ALFA LISBOA (Av. Colum-

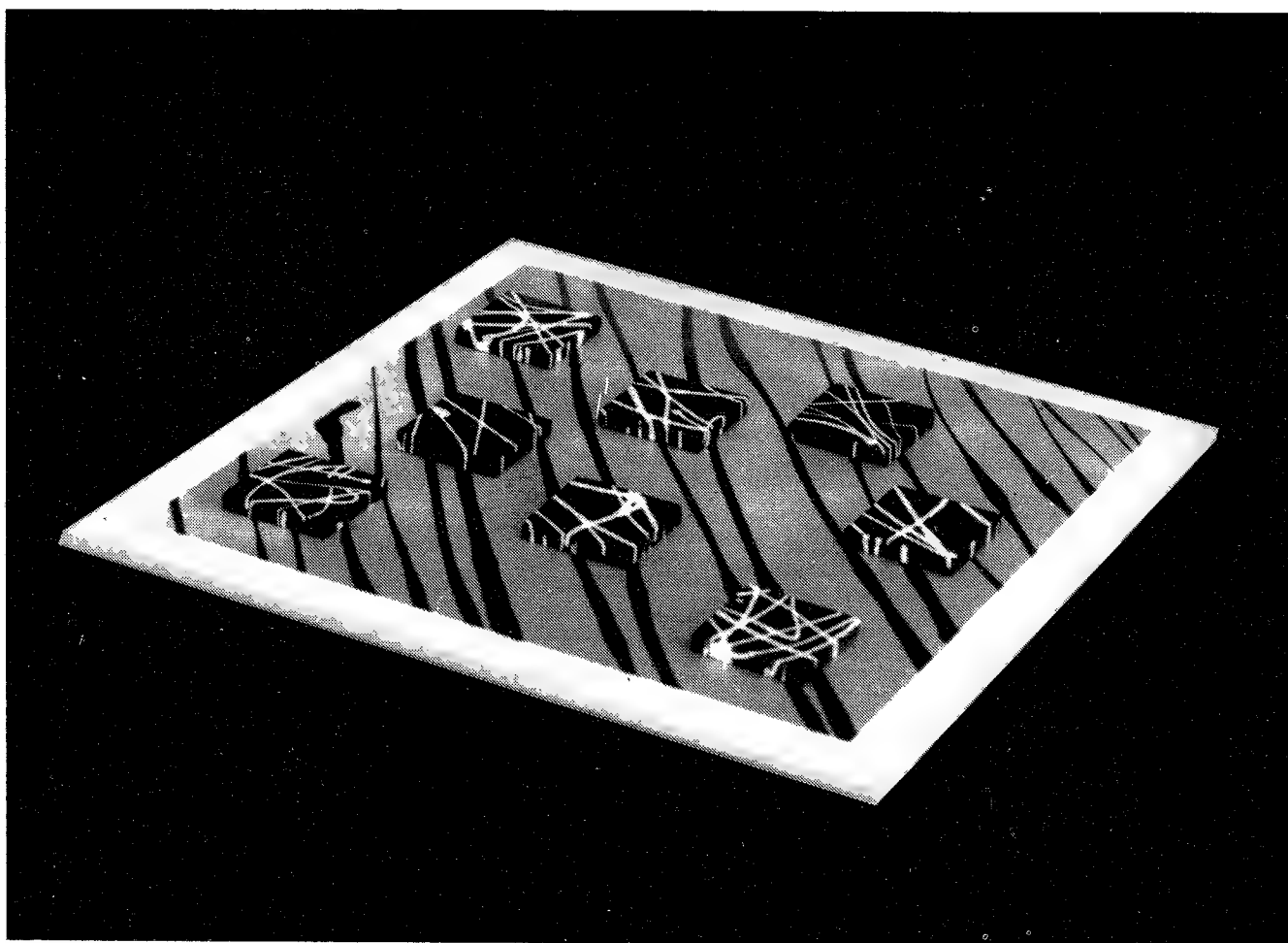
bano Bordalo Pinheiro): até 15 de Janeiro, de segunda a sábado das 16 às 20,30, Pintura de Sérgio Ribeiro.

HOTEL MERIDIEN LISBOA (R. Castilho, 149): até 22 de Janeiro, diariamente das 9 às 23,30, a exposição de Pintura e Escultura do «GAP - Grupo de Artistas Portugueses».

AAPACO (Ex-Atelier 15-R. Freitas Gazul, 24D): a "Colectiva Fim de Ano", de terça a sexta das 18 às 21, sábados das 15 às 19 horas.

ALFA MIXTA-ESPAÇO D'ARTE (R. Escolas Gerais, 34): até 13 de Janeiro, Pintura de José Mouga.

RATTON-CERÂMICAS (R. Academia das Ciências, 2-C): Exposição de obras de



«Multiple» de Ormond Fannon na Galeria João Hogan (Voz do Operário)

Graça Morais, Jorge Martins, Luisa Correia Pereira, Mafalda Reis Moore e Júlio Pomar. **GALERIA PRÍNCIPE REAL** (Pº Príncipe Real, 32 r/C): até 13 de Janeiro, «Paisagens» de Olivero Masi.

GALERIA MIRON (R. do Mirante, 14 r/c): até 10 de Janeiro, de segunda a sábado das 15 às 20 horas, desenhos de Maria Soares. **GALERIA MOIRA** (R. Nova da Piedade, 33): até 19 de Janeiro, de segunda a sexta das 14 às 19,30 (excepto feriados), escultura em grés de Jorge

Mealha. **GALERIA DE SÃO BENTO** (R. do Machadinho, 1 - ao Quelhas): até 16 de Janeiro, uma colectiva de Pintura e Escultura. **SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS ARTES** (R. Barata Salgueiro, 36): a exposição "Salão Convívio" com obras de artistas sócios da SNBA. **GALERIA S. MAMEDE** (R. da Escola Politécnica, 167): até 24 de Janeiro, Pintura e Escultura de Francisco Simões.

CASA DO HUMOR (Museu Raphael Bordalo Pinheiro-Campo Grande, 382): Encontro Luso-Brasileiro de Humor - caricaturas e portugueses. **GALERIA GRAÇA FONSECA** (R. da Emenda, 26 c/v): de terça a sábado das 15 às 20, Pintura de Graça Pereira Coutinho. **GALERIA DIVERSA** (R. dos Sapadores-à Graça- nº 85): até 13 de Janeiro,

pintura de Glória Elena e escultura de Silvia Westphalen.

LIVRARIA BARATA (Av. de Roma, 11-A): a exposição "Suportes e Contentores" de Cristina Ataíde.

POLIGRUPO/RENASCENÇA (R. Ivens, 14): a exposição "O Algarve e os Descobrimentos" da autoria de Maria Carolina Alho.

GALERIA 601 (Centro Comercial S. João de Deus): pintura e escultura de Lívio Morais.

ARREDORES

CASA MUSEU DE VERDADES FARIA (Av. Saboia-Monte Estoril): "Um Olhar sobre Cascais através do seu património", uma iniciativa da Câmara Municipal e da Associação Cultural de Cascais.

DO PARQUE (Estoril): até 8 de Janeiro, Pintura de

Maria Filomena. **GALERIA O PATAMAR** (R. da Ferraria, 13-Sintra): até 12 de Janeiro, pintura e escultura de Hélio Xavier, João Mário, Maria Fernanda Amado, Vítor Vieira e Tina Passos.

HOTEL TIVOLI SINTRA: até 12 de Janeiro, uma colectiva com óleos de Artur Bual, Cohen Fusé e Pinheiro de Santa Maria e aquarelas de Paulo Ossião.

PALÁCIO NACIONAL DE QUELUZ: até Junho de 1990, com entrada livre, em exposição uma colecção de Pintura Portuguesa de 1842 a 1979.

GALERIA DE SANT'AGO (Centro M. Bica, loja 63 - Almada): Pintura de Maria José Camões.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO BARREIRO: até 15 de Janeiro, uma exposição sobre "O Distrito de setúbal e a Leitura Pública".

NINGUÉM TROCA 5 POR 4 ★ A MENOS QUE...

Seja um Hotel de 4* que disponha em todos os quartos: ar condicionado, mini bar, telefone directo ao exterior, janelas duplas, rádio AM/FM, secador, TV a cores via satélite (para sua maior comodidade c/ controlo à distância).

E ainda... oferta de pequeno almoço buffet Americano, 24 horas room service, centro de negócios com apoio de secretariado, serviço de telex, telefax, fotocopiadora e micro computador.

A grande diferença para o Hotel de 5* está no preço...

Quarto individual ou duplo 7.950\$
(A 2.ª pessoa é nossa convidada).

Preço de Promoção válido para Nacionais e Empresas até 28 de Fevereiro de 1990.
Consulte a sua Agência de Viagens ou o nosso serviço de Reservas.

**HOTEL
LISBOA PLAZA**
★★★★

JUNTO À AV. DA LIBERDADE UM NOVO CONCEITO DE HOTEL

Av. Liberdade / Tv. Salitre - 1200 LISBOA - PORTUGAL
Tel. 346 39 22 / 347 41 51 - Telex 16402 P - Fax: 371630

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOURES ANÚNCIO

O DOUTOR HENRIQUE ATAÍDE ROSA ANTUNES; JUIZ DE DIREITO DO TRIBUNAL JUDICIAL DE LOURES, 3.º JUÍZO 1.ª SEC.

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Processo Acção Ordinária, registados sob o n.º 539/86, que Olívio Alcobia de Oliveira e mulher movem contra ANTÓNIO MANUEL LOPES BRANCO CANHÃO com última morada conhecida na Rua Combatentes do Ultramar, Botica, Loures e a outros, ficando este, por este meio citado, para, no prazo de vinte dias, finda que for a dilação de trinta, prazo que se começará a contar da data da publicação do último anúncio, contestar, querendo, a presente acção, pelos motivos constantes da petição inicial, articulados pelos A.A. que se encontram ao seu dispor nesta Secretaria, que a falta da contestação importa a confissão dos factos.

Para constar se lavrou o presente anúncio que vai ser devidamente publicitado.

Loures, 15 de Dezembro de 1989

O Juiz de Direito
Henrique Ataíde Rosa Antunes

O Escrivão Adj.
Fernando Pedrosa Simões

«DL» - 1.ª Pub. - 8/1

CABELEIRAS DINABEL



BRIGITTE



MODELO GENY



Modelo Godiva

Para a beleza feminina a moda das cabeleiras é um meio fascinante de mudar a cor dos cabelos e ter sempre ao dispor um lindo penteado.

Perucas, tranças e postigos para senhoras e próteses capilares para homens, em cabelo natural garantido.

Comparticipação: ADSE, Comp.ª de Seguros e Caixa de Previdência.

Visite a exposição na Casa Dinabel

Rua Morais Soares, 82-2.º F - 1900 LISBOA ou Telef.: 83 44 34

SNOOPY POR SCHULZ



CARTAZ / TELEVISÃO

HOJE

RTP-1

16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
Depois de mais uma tropelia de «Virgul», «Decimal, a Baleia» continua a sua ajuda aos dois pequenos pin-guins. Os mais novos terão ainda oportunidade de assistir a outros episódios de «O Urso Bolke», «Os Amigos de Ovide» e aventuras de «Os Três Mosqueteiros».

18.35- RUA SÉSAMO

46º episódio: o Poupas vai dar-nos a conhecer o conceito de "grande" e "pequeno". Depois de um espaço dedicado aos carros de lata, a atenção aos mais pequenos irá para o número 10.

19.00 - JOGO DE CARTAS

Concurso

19.30 - TELEDIÁRIO

20.00 - BOLSA DIA A DIA

20.05 - O TEMPO

20.08 - DESCOBRIR OS DESCOBRI-MENTOS

20.10 - BOLETIM AGRÁRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

20.15 - VALE TUDO

21.10 - O CLUBE DOS SUBSCRITORES

21.35 - OS OPPERMANN

I Parte: no final de 1932 e na altura em que Hitler assume a liderança do mais forte partido da Alemanha, Martin Oppermanns, membro de uma abastada família judia, decide encontrar um alemão não judeu que dê a cara no negócio da família. Entretanto, Edgar, outro familiar de Martin e ilustre cientista, é alvo, tal como um jovem sobrinho, das primeiras perseguições e ataques a judeus.

23.35 - 24 HORAS

00.05 - REMATE

RTP-2

16.55 - OS CINCO

17º episódio: nesta primeira parte de



«Vale Tudo» a partir das 20.15: é a telenovela brasileira do 1º Canal



No 2º Canal às 16.55, o 17º episódio da série «Os Cinco»

mais uma aventura de David, Júlio, Ana, Zé e Timmy, o cenário situa-se na casa do Professor Hayling, onde os cinco amigos estão a passar uns tempos. O mistério desenrola-se à volta do desaparecimento de alguns documentos secretos do gabinete do Professor.

17.20 - UM BILHETE PARA O MUNDO

17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA

13º episódio: com o dinheiro que recebeu do amigo, Zezé compra um maço de cigarros para o pai, embulhando-o como um presente. Ao recebê-lo, Paulo emociona-se e faz uma festa carinhosa ao filho. Zezé vai visitar

Caetano e, dizendo-lhe que tem uma coisa muito importante a contar-lhe sobre Jandira, rodeia tudo do maior mistério.
18.30 - O SABOR DA VINGANÇA
19.30 - CLÁSSICOS DA TV
«O Homem da Carabina» e «O Homem Invisível»
20.20 - ELOGIO DA LEITURA
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - TEATRO PORTUGUÊS
«Por um Fio»: Comédia sobre os usos e costumes dos anos 50, esta peça é da autoria de António Costa Ferreira e a

adaptação, encenação e direcção de actores estão a cargo de Francisco Nicholson. Filmada no Teatro Maria Vitória, é interpretada por Francisco Nicholson, Vera Mónica, Jorge Nery, Eva Cristina, Fernando Mendes, Maria Tavares e Manuela Cassola.

AMANHÃ

RTP-1

09.01 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ, COM RUA SÉSAMO
12.00 - FERA RADICAL
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA DIA A DIA
13.30 - DALLAS
14.15 - PALAVRAS CRUZADAS
15.10 - ARCO-IRIS AFRICANO
15.45 - PONTO POR PONTO
16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.30 - RUA SÉSAMO
19.00 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEDIÁRIO
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.08 - DESCOBRIR OS DESCOBRI-MENTOS
20.11 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
21.10 - EUROPA CONTRA O CANCRO
23.20 - CRÓNICA DO CRIME
00.10 - 24 HORAS
00.25 - REMATE

ALBA

ANTENAS PARABÓLICAS
ACESSÍVEIS A TODOS

INFORME-SE NA

AUDIMAX

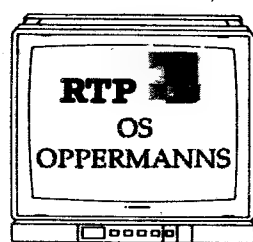
TEL. 410 62 75

ALGÉS

RTP-2

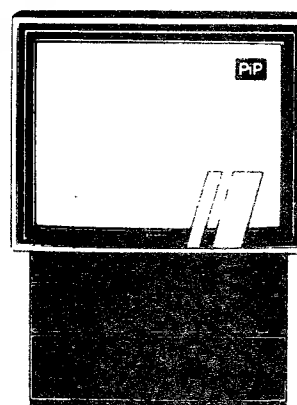
15.25 - AGORA, ESCOLHA!
16.55 - OS CAÇA FANTASMAS
17.20 - UM BILHETE PARA O MUNDO
17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
18.30 - MUSIC BOX
19.30 - CLÁSSICOS DA TV
20.15 - CINE MAGAZINE
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - CINEMADOIS
«O Menino Selvagem»
22.55 - ESPECIAL DESPORTO
Futebol: Torneio Internacional de Lisboa

BLAUPUNKT
Seleccionou para si...



BLAUPUNKT
Grupo BOSCH

Um pequeno ponto faz a diferença



HÁ UM CINTO



QUE OS PRENDE
À VIDA

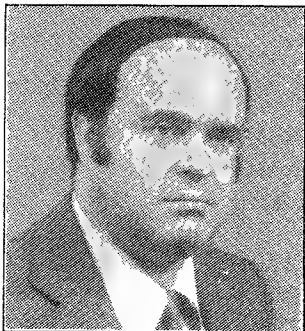
VAMOS
& VIVOS



«Cavaco não fez a remodelação necessária.
Fez a remodelação em estado de necessidade.»

Paulo Portas, «O Independente», 05.01.90

A PERGUNTA DO DIA



Alexandre Gonçalves
presidente da Federação
Nacional dos Sindicatos
de Trabalhadores
Portuários

Considera positivo o facto de o Governo ter decidido licenciar cerca de 1600 trabalhadores portuários, tidos como excedentários?

«Considero positivo que o Governo tenha tomado a decisão de licenciar. Essa decisão foi tomada agora por proposta apresentada pela FNSTP, em finais de Dezembro de 1985. Este processo durou portanto quatro anos de negociações entre o Governo, sindicatos e associações de operadores portuários. Saliento que todo este longo processo foi concluído sem um só minuto de greve e tão pouco a apresentação de qualquer pré-aviso. Afirmando que era a única solução possível para os portos de Lisboa e Douro e Leixões onde se registavam elevados excedentes de mão-de-obra em resultado da constante evolução tecnológica, tanto na navegação como nas instalações portuárias e nos métodos de trabalho. Salientaria ainda que as medidas adoptadas tiveram a plena concordância dos três parceiros sociais, sendo de notar que todos os trabalhadores agora licenciados são voluntários, independentemente de terem optado pela reforma antecipada ou pela cessação do contrato com indemnização.»

Terça-feira no

**Diário
de Lisboa**

A crónica
de Umberto Eco

O auto-retrato
de João de Melo

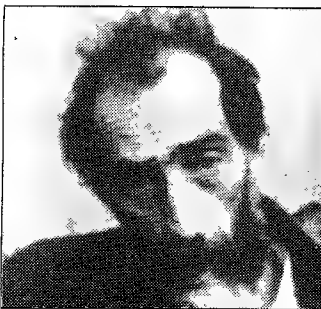
Entrevista
a Eugénia Melo
e Castro

A engenharia
municipal
no Suplemento
de Economia

A PLAU S O S A . . .



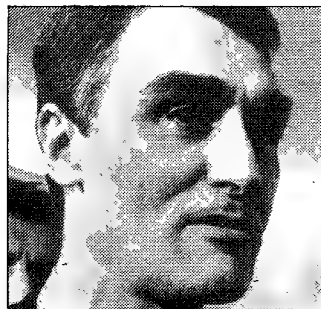
DPZ - PORTUGAL, a agência de publicidade responsável pela excelente campanha publicitária do Banco Português do Atlântico. Na rua está já uma nova logomarca para este banco que tem 70 anos e que está à beira de ser privatizado. Algumas revistas inserem uma sequência de doze páginas com um *design* colorido e arrojado. Uma campanha gigante para implantar uma imagem de marca: um A de Atlântico representado por um triângulo azul com três ondas.



JOÃO CÉSAR MONTEIRO, pelo filme «Recordações da Casa Amarela». Está em exibição há quase três meses, o que é de assinalar para qualquer película, tanto mais tratando-se de uma produção portuguesa. É o filme da sua vida em que se envolveu inteiramente. Comédia e drama protagonizadas por um autor surpreendente, mesmo na ironia da interpretação. Foi o que aconteceu também quando comparou, no *DL*, a troca de Teresa Gouveia por Santana Lopes à substituição da Mona Lisa por um «mono luso».

& PATEADAS A . . .

CAVACO SILVA, pelo autoritarismo revelado na remodelação do Governo. Sempre se negou a fazê-la, fossem quais fossem as opiniões. Decidiu-se finalmente porque Eurico de Melo se demitiu. O «príncipe», como já se atrevem a chamá-lo no seu partido, não gostou. Demitiu, substituiu, sem que os visados, o PSD e os portugueses conhecessem as justificações. Ele que tanto gosta das comunicações ao País, preferiu agora o silêncio. Talvez porque a remodelação ainda não acabou. Amanhã é capaz de haver mais.



EXPRESSO, um semanário de referência que, por vezes, prefere o plágio à citação das fontes. Á sombra do prestígio conquistado, não raro o jornal opta por, abusivamente, transcrever depoimentos alheios recolhidos por outros órgãos de informação sem identificar a origem. Foi o caso da citação na secção «Gente» do «Expresso» da declaração de João César Monteiro ao *DL*, a propósito da substituição de Teresa Gouveia na Secretaria de Estado da Cultura. É uma prática que se condena e que é tanto mais grave quando se insere num jornal que faz questão de exaltar o seu jornalismo de investigação. Por isso é que o expresso nem sempre é do EXPRESSO.

Expresso

VAI ACONTECER

Jornal falado

Quarta-feira, pelas 21 e 30, o serviço ACARTE da Fundação Gulbenkian vai promover mais uma edição do «Jornal falado da actualidade literária» no Centro de Arte Moderna, em Lisboa. «Duas Águas, Um Rio», de António Ramos Rosa e Casimiro de Brito, «Eugénia e Silvina», de Agustina Bessa Luís e «Dicionário de Camilo», de Alexandre Cabral, são as obras em foco. O debate será moderado pelo jornalista Miguel Sousa Tavares e terá a participação dos críticos Abel Baptista, Fernando Martinho e Paula Mourão.

TV privada na Assembleia da República

Quinta-feira, vai ser debatido no Parlamento um projecto de lei do Partido Socialista sobre o exercício da actividade de radiotelevisão. É a primeira iniciativa legislativa que visa abrir a televisão a operadores privados, possibilidade que decorre da última revisão constitucional. O Governo entregou já, também na Assembleia, uma proposta de lei sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social, entidade responsável pelo futuro licenciamento de estações de televisão.

Conselhos Nacionais social-democratas

Nos dias 13 e 14 do corrente vai reunir o Conselho Nacional da JSD. A análise da situação política nacional e partidária é o tema em debate. O mesmo tema vai ser discutido no dia 20, no Conselho Nacional do PSD. Nesta reunião será marcada também a data do congresso dos social-democratas (7 de Abril, ao que tudo indica) e aprovado o seu regulamento. Estas reuniões são aguardadas com bastante expectativa, dadas as movimentações internas que o PSD atravessa.



Adeus, Teresa

Mal me quer. Bem me quer. Muito. Pouco. Nada. Cavaco desfolhou a flor e despediu Teresa Gouveia. «Nunca senti vontade de me demitir», dizia ela ainda no número de Natal da ELLE portuguesa. Foi então demitida.

Não me ocupo, sobremaneira, com todo o respeito devido, com o que pensa o primeiro-ministro, mais me interessa, com a modéstia do uso, como vejo eu a ex-secretária de Estado da Cultura. Sim e não. Sim, por tudo o que faz e onde transparece o bom gosto, a discrição, a teimosia sensível. Não pelo tudo em que desvenda falta de um projecto, de uma visão global, de um conceito. Sim, pelo encanto que dela irradia, uma pureza, diria uma beleza (") que também é cultura. Não, pela tendência a ver na cultura um ornamento, um embelezamento, não uma necessidade.

Como vejo o modelo da pessoa encarregada da cultura: tenho, aliás, dois, entre os quais o meu coração balança — ou um gestor, administrativamente capaz e empenhado na sua acção, sabendo escolher os especialistas como conselheiros públicos, isto é, não privados; ou alguém profundamente comprometido, eventualmente parcial, criativo sempre. Teresa Gouveia tinha de ambos algo, ou, dizendo de modo diferente, oscilava entre ambos, segundo o seu modo de ser.

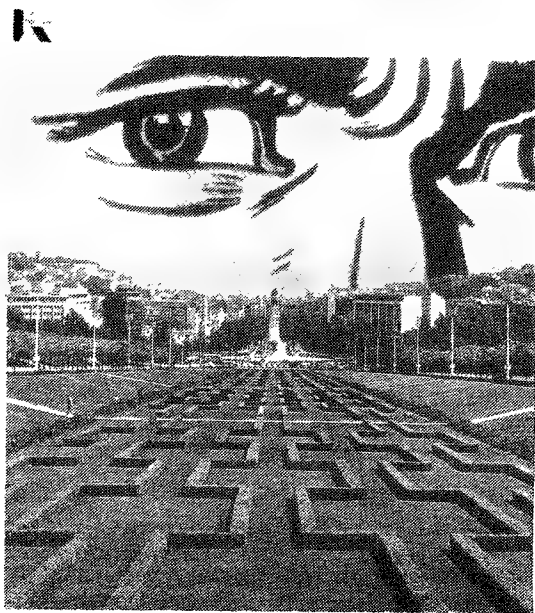
Sem saudades dilacerantes, mas com pena, despeço-me dela, admirador e crítico, esperando poder agora voltar a reencontrar a amiga antiga, de outra época, talvez, certamente, mais poética. A poesia ao poder. Abaixo o outro poder.

Jorge Listopad

(*) Ainda recentemente me apresentaram em Praga a nova ministra da Justiça, linda mulher, observando os amigos que se tratava com certeza da mais bela ministra da Europa. Perguntei-lhes: não conhecem Teresa Gouveia? E porque não conheciam, prometi tentar apresentá-la ao vivo o mais cedo possível. Com este recado e convite, e não, certamente, por causa desse estulto concurso de beleza, cheguei tarde. Ficará para a próxima remodelação.

PENSAR LISBOA

J. P. Martins Barata



Pedidos
No seu livreiro ou directamente a
Livros Horizonte, Lda — Rua das Chagas, 17 - 1.º Dt.º 1200 LISBOA

queiram enviar-me ☐ à cobrança ☐ junto cheque/vale postal

Preço de capa: 800\$00

Nome _____ Morada _____ Código Postal _____ Telef. _____

Edição Livros Horizonte Tel. 36 69 17/36 85 05 Distribuição DIGLIVRO - Lisboa tel. 99 22 00/01/02 MOVILIVRO - Porto tel. 57 89 37/57 85 94

A.M.A. Auto Monumental do Acervo

CONCESSIONÁRIOS



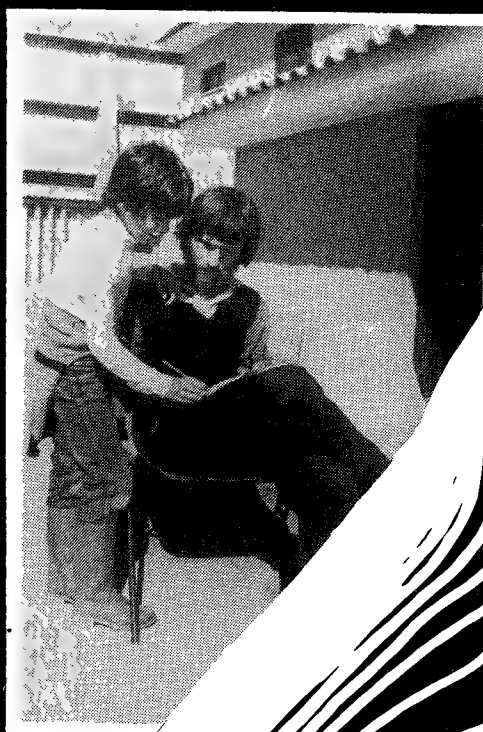
AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telef. 894185/6/7/8

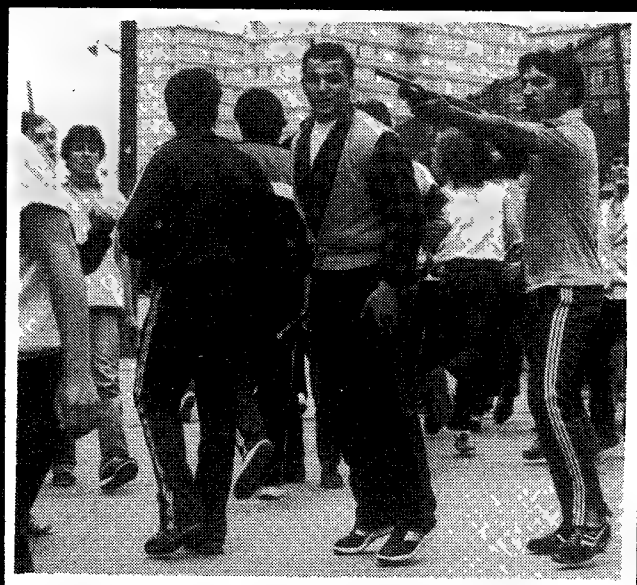
1000 LISBOA

Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

ESPECIAL ANOS NOVENTA 3.



Sociologia da mudança



As sociedades da viragem do século

Tendências para o individualismo em associação com o segmentarismo

Nos últimos tempos ganharam crescente expressão duas maneiras, aparentemente contrapostas, de caracterizar tendências centrais das sociedades contemporâneas, no plano dos valores e das relações sociais.

Pode chamar-se a uma a tese da sociedade individualista e a outra a tese da sociedade segmentar.

Que diz cada uma delas?

A tese da sociedade individualista, em termos gerais, afirma muito simplesmente que o traço essencial das sociedades contemporâneas — pelo menos nas «civilizações europeias» — é o individualismo. E isto no que se refere a comportamentos, relacionamentos, quadros mentais e valores culturais prevaletentes, de forma cada vez mais acentuada, nestas sociedades.

Os exemplos são numerosos e os argumentos parecem irrefutáveis.

Individualismo ou individualismos?

O individualismo é referido por alguns como caracterizando, por excelência, um modo de existência social muito recente, «pós-moderno», marcando uma viragem social profunda e significando *sensibilidade narcisista*, sincretismo de referências, desinvestimento relacional e ideológico. Para outros, no entanto, o individualismo remonta ao «homem unidimensional» e ao *atomismo* que caracteriza as sociedades do capitalismo avançado e do consumo de massas publicitariamente inculcado.

Em algumas análises, a referência ao individualismo das sociedades contemporâneas chama a atenção para a emergência e afirmação da *ética da realização pessoal*, em substituição das éticas do trabalho ou do dever. Noutras, tem a ver com a passagem secular do «status» ao «contrato», isto é, com a modernidade no que ela conota com divisão do trabalho, diferenciação social, reconfiguração dos sistemas culturais em torno do indivíduo como valor central. Noutras ainda, o individualismo é considerado um traço civilizacional inscrito já nos primórdios do cristianismo.

Nuns casos o individualismo é entendido como *universalismo*: a igualdade em dignidade e direitos contrapondo-se aos privilégios especiais, particularmente os decorrentes do nascimento, da pertença apriorística. Noutros casos é tomado precisamente em sentido inverso, como sinónimo de *particularismo*, de aplicação de critérios diferentes e preferenciais aos que são do mesmo grupo de pertença. Noutros ainda é utilizado para designar a *recusa de solidariedade e de ac-*

ção colectiva e os modos res- tritamente autocentrados de procurar satisfazer interesses e aspirações.



António Costa e Dores Guerreiro (*)



ção colectiva e os modos res- tritamente autocentrados de procurar satisfazer interesses e aspirações.

As lógicas da segmentação

A par da luz que inegavelmente lança sobre aspectos decisivos das sociedades contemporâneas e das tendências pesadas que nelas se podem observar, a tese da sociedade individualista fica um tanto abalada pelo facto de os seus diferentes proponentes se reportarem a entendimentos de «individualismo» os mais diversos, e até mesmo, como se viu, de sentidos opostos. Mas o que verdadeiramente a questiona é o facto de a tese rival, a da sociedade segmentar, aparecer, por sua vez, bem apoiada em evidência empírica e fundamentação analítica.

As ilustrações são incontáveis. Vão desde a *valorização das identidades culturais* (de base regional ou local, linguística ou étnica, profissional ou lúdica) à *multiplicação*

do associativismo a propósito dos mais variados aspectos da vida social: trabalho a consumo, ambiente e património, estilos de vida e relações interpessoais, defesa de causas e iniciativas económicas, culturais ou sociais, entre muitos outros. Incluem reivindicações de tratamento específico ou de discriminação positiva por parte de grupos de interesse segmentares de todo o tipo — fenómeno a que se tem chamado «política de status» ou «corporativismo social». Abarcam o florescimento de grupos de *afinidade electiva*, nomeadamente entre os jovens, dando origem ao que alguns têm designado por «novo tribalismo» — embora a expressão talvez não seja particularmente adequada dada, exactamente, a componente de electividade destes grupos e redes.

Seria possível multiplicar os exemplos até à exaustão. Mas não é necessário fazê-lo para se verificar que também a tese da sociedade segmentar remete para um conjunto diversificado e extremamente significativo de aspectos característicos das sociedades em que vivemos.

Tal como acima, só o bem fundado da tese contrária parece pôr problema à sua aceitação.

As sociedades da viragem do século

Mas, por que razão se deixariam as sociedades contemporâneas descrever com um só traço? O que é que impede de reconhecer que *as duas lógicas «trabalham», em simultâneo, o tecido social?* Não tenderão estas sociedades, precisamente, a articular individualismo e segmentação, em modalidades diversas?

É claro que não se podem excluir completamente cenários futuros de fundamentalismo dogmático ou de auto-centramento redutor.

No entanto, com as limitações inerentes ao exercício prospectivo — cujo estatuto é tão-somente o de examinar quadros de possibilidades e analisar alguns dos seus elementos estruturantes — parece desenharse como mais provável a tendência para um *contratualismo social* combinando, no plano dos valores e das relações sociais, ingredientes básicos diagnosticados, uns, pelas abordagens da sociedade individualista e, outros, pelas da sociedade segmentar. Combinações, nomeadamente, dos valores de autonomia e realização pessoal com os valores de pertença e identidade cultural, das práticas sociais de participação com as práticas sociais de privacidade, das redes de relacionamentos socialmente herdadas ou prescritas com os laços interpessoais de sociabilidade electiva.

Que ênfase selectiva darão aos diversos componentes constitutivos, que morfologias específicas ou que dinâmicas de mudanças terão estas sociedades contratuais da viragem do século — são temas para outras análises.

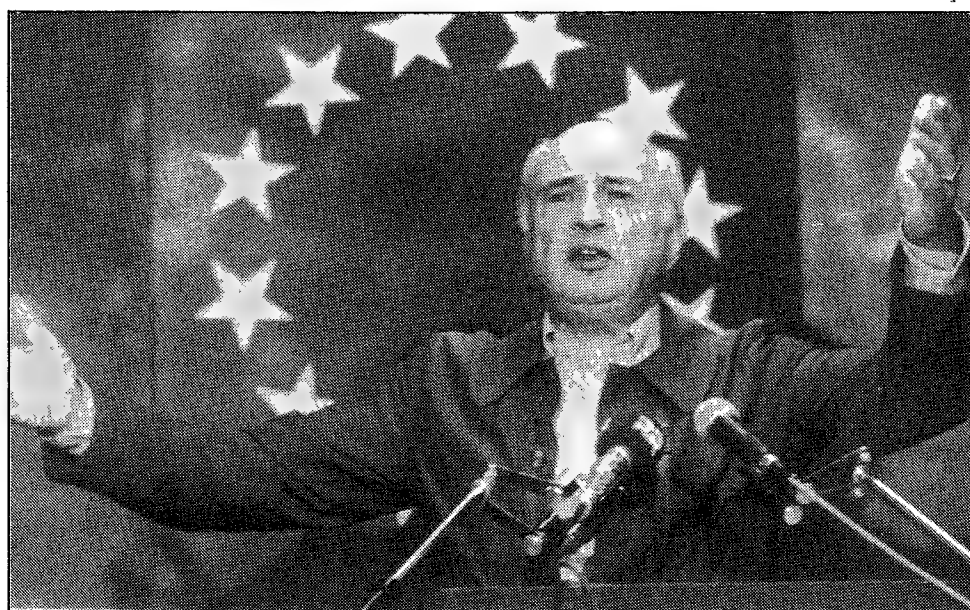
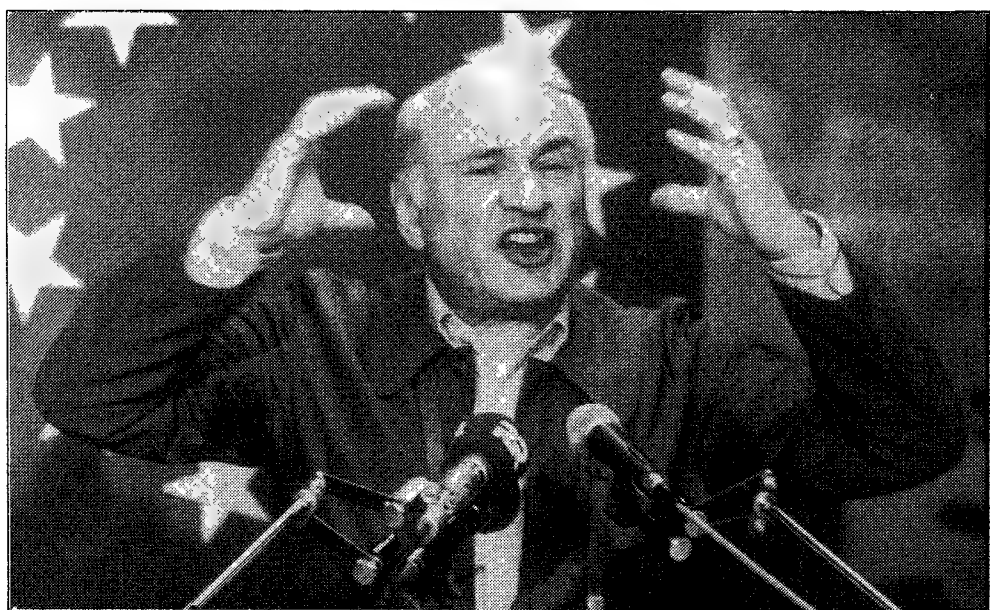
(*) Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresas



A imagem publicitária do Homem Novo. Afirmação da ética da realização profissional?



O desemprego e a fome, aspectos negativos de uma sociedade cada vez mais individualista.



Devemos estar vigilantes quanto ao progresso da ciência. O problema é não haver debate público onde os conhecimentos científicos sejam partilhados.

O mundo sem destino

«O futuro não é teleguiado, não está prometido: Podemos defrontar-nos com regressões e desastres».

A ciência mexe com a vida. Os conceitos de «Bem» e de «Mal» são-lhe in-

trínsecos. Tudo depende do uso que o homem dela faz. Egar Morin contesta a actual, a isotérica, fechadano reino dos cientistas, desligada dos cidadãos. Defende, por isso, o debate público em torno das grandes questões científicas, que extravasam para os domínios político e ético. «Só assim se atingirá a verdadeira democracia», frisa. O sociólogo também fala da crise do futuro: «Sabe é que demos-nos conta que o futuro não é teleguiado, não está prometido, que podemos defrontar-nos com regressões e desastres»

«DL» - A ciência extravasa, cada vez mais, para os domínios culturais e éticos das sociedades contemporâneas. Basta ver o problema da manipulação genética. Como encara esta evolução?

E.M. - Trata-se de uma questão gigantesca. O desenvolvimento da ciência é muito ambivalente, porque ela é, simultaneamente, um poder de elucidação e de manipulação dos corpos. Primeiro começou com a manipulação dos corpos físicos, passou à dos seres vivos e hoje são apenas razões de ordem moral que impedem a ciência de manipular os seres humanos. O problema da manipulação genética começa, neste sentido, a ganhar proporções enormes.

Sabemos que uma certa manipulação pode ser benéfica, quando elimina defeitos genéticos, como o

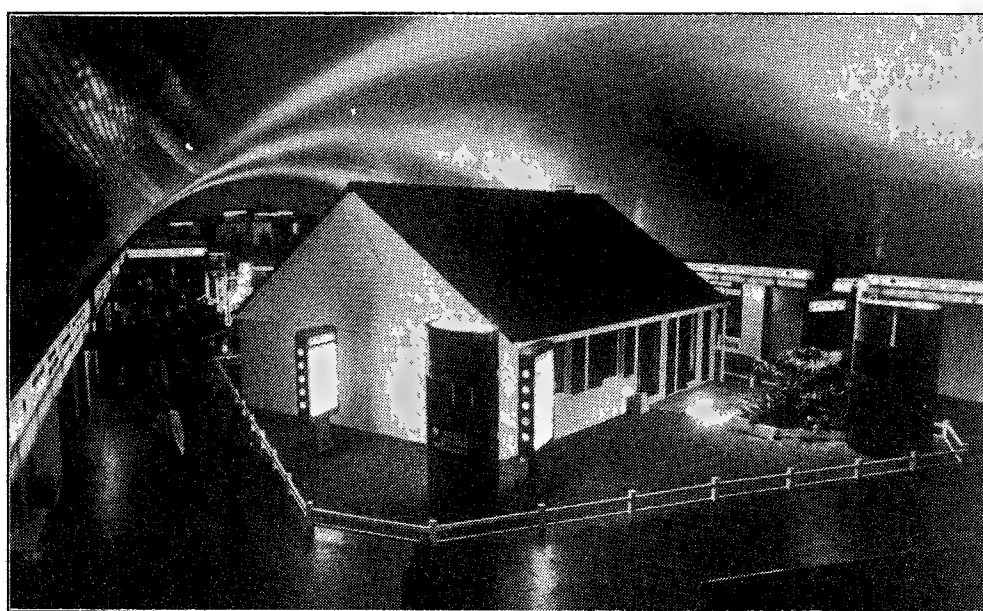
mongolismo, mas sabemos também que ela é uma porta aberta para a selecção do que se chama uma «raça pura». Dentro de pouco tempo teremos a manipulação química sobre o cérebro. Será maravilhoso que cada um possa utilizar o seu próprio cérebro como um pianista para lhe retirar os melhores acordes e desenvolver a sua imaginação, a sua inteligência. Mas também se pode esperar que um Estado dê uma molécula às suas gentes para se tornarem obedientes. De resto, podemos ver que o hospital psiquiátrico pode ser utilizado para fins políticos. Devemos, por isso, estar muito vigilantes.

«DL» - Vigilantes, em que sentido?

E.M. - Não só se trata de tomar consciência da realidade ambivalente da ciência, da sua sede de discurso eufórico que reside na ideia que «a ciência conduz ao progresso». O verdadeiro problema é o de compreender que não há democracia quando a ciência se ganha um foro político, inacessível aos cidadãos porque os exclui do debate.

Hoje a questão de uma mãe portadora parece um problema privado, mas este problema passa a ser político quando temos que contar que essa mãe se ligue ao seu bebé. É o próprio conceito de mãe que se torna incerto, tal como o de pai, com os bancos de esperma anónimos. É o fundamento da família que começa a ficar perturbado. Estas questões devem ser colocadas aos cidadãos que as vivem.

A escolha do sexo também é teoricamente possível. Se se deixar a escolha do sexo



Casas inteligentes: as maravilhas da tecnologia de um «século em crise».

se operar teremos, provavelmente, numa primeira fase, 80 por cento de rapazes e 20 por cento de raparigas. O equilíbrio demográfico seria posto em causa.

O nascimento é um problema político, a morte é um problema político. Tere-mos o direito de matar alguém que sofre? Ou pelo contrário, o direito à vida é algo imperativo? Ou teremos o direito de doar órgãos de alguém para satisfazer as necessidades de outra pessoa. Temos um conflito de dever. Não podemos deixar estes problemas exclusivamente nas mãos dos comités de especialistas, embora sejam úteis, esquecendo-nos dos cidadãos.

A ciência tornou-se isotérica, os especialistas fecharam-se na sua especialidade, não comunicam aos espectadores, ao público através dos meios próprios, e não os introduzem no debate. É preciso uma democracia cognitiva, onde os conhecimentos científicos sejam

partilhados pelos que são atingidos por eles e não apenas pelos que os dominam.

Por outro lado, a ciência está numa fase de metamorfose, está em crise e transforma-se. Temos uma ciência que descobre arbitrariamente os seus objectos, é a especialidade das coisas abstractas. Hoje, apareceram novas ciências que reconstituem os objectos sintéticos, como a ecologia, que estuda os sistemas espontâneos que nascem no cruzamento entre animais, vegetais, meios celulares, meios físicos, etc. A ciência da Terra coordena-se, compreendendo que a terra é um sistema. A astrofísica tornou-se cosmológica, situando todos os seus dados na história do mundo, que ela reconstitui no cosmos.

Quando temos estas novas ciências, há um diálogo possível entre nós, indivíduos, seres humanos, cidadãos, e a ciência. É preciso que a ciência entre em metamorfose, porque os conhecimentos científicos estão nas mãos

de especialistas isotéricos, como esteve o saber na altura dos impérios teocráticos dos egípcios e babilónios nas dos padres. Tal situação é contrária à ética democrática, pela que devemos levar a cabo uma dura e longa campanha. Devemos agir no plano interior da tomada de consciência pelos cientistas e de uma reforma do pensamento científico e sobre o plano do debate público.

A crise do futuro e a ética da incerteza

«DL» - E depois da ciência surge a fé? Temos um Khomeny, integralistas em Portugal, em França e na Polónia...

E.M. - Estamos numa crise do futuro, do devir. Todas as filosofias do Mundo Ocidental, que eram filosofias viradas para o futuro, mesmo o cristianismo e o judaísmo, com a ideia do Messias e da ressurreição dos mortos, etc, estão em crise. O mundo laico encontra-se na mesma situação quando conceitos fundamentais, que passam

pelo «progresso automático e garantido» e pelas as «leis da história», são postos em causa. Damos-nos conta que o futuro não é teleguiado, não está prometido, que podemos defrontar-nos com regressões e desastres. Daí o estado de crise do futuro.

Quando surge esta crise, o que se passa? Viramo-nos de novo para o passado. Vejamos o fundamentalismo: trata-se de pessoas que pensam «como já não podemos ter confiança no futuro, ao menos tenhamos essa confiança nos princípios sagrados do passado». Khomeny destrói o ponto de vista do passado ao utilizar os meios actuais para o defender. Utiliza o Estado nacional, a guerra, a propaganda e os media. Não existe um verdadeiro fundamentalismo, ele não é possível no plano concreto.

Outra resposta para a crise é o niilismo, o não acreditar em nada, um sair de tudo.

Hoje confrontamo-nos com dois inimigos, na altura em que passamos pela crise da história, pela crise da modernidade. Na minha opinião, devemos saber viver num mundo arriscado, onde nenhum progresso está assegurado, onde é preciso regenerar todas as coisas que existem. Cada momento de vida é uma regeneração, é um momento de renascimento. Devemos viver segundo este princípio, sem certezas no futuro. É uma ética com a qual poderemos viver.

«DL» - Será este o sentido dos anos 90?

E.M. - Não só dos anos 90, a meu ver, é o sentido da crise do nosso século.

Paula Sá

Boaventura Sousa Santos : "Não penso que o princípio da liberdade possa florescer e afirmar-se nas novas sociedades, se o princípio da igualdade não tiver também alguma realização."

Direitos menos reais em estados mais autoritários

Na década de 90, o Estado poderá vir a encontrar novas formas de autoritarismo na sua tentativa de legitimação perante as diferentes classes sociais. O sociólogo Boaventura Sousa Santos, da Faculdade de Economia, em Coimbra, justifica esta tese afirmando que o princípio da liberdade a Leste/Oeste, que está a ser resolvido, não pode afirmar-se plenamente se o princípio da igualdade a Norte/Sul não estiver concretizado. A polarização de ricos e pobres vai originar maiores pressões sociais a que o Estado tenderá a responder com medidas repressivas, sendo o fosso entre país legal e país real cada vez maior.

Diário de Lisboa-Quais as principais mudanças políticas e sociais na década de 90?

Boaventura Sousa Santos- Penso que um dos parâmetros fundamentais de mudança na década tem a ver exactamente com as transformações que estão neste momento a decorrer nos países de Leste. Nós portugueses temos uma responsabilidade especial em analisar esses processos porque eles vêm, de alguma maneira, repôr questões que foram postas em Portugal em 1974. E não é por acaso que os países de Leste estão com grande interesse em conhecer as soluções políticas, constitucionais e jurídicas que Portugal veio a adoptar depois do 25 de Abril. Estamos em ambas as situações numa transição de sistemas autoritários para sistemas democráticos iniciadas em ambos os casos dentro dos próprios aparelhos do Estado. No caso português deu-se nas Forças Armadas, nos países de Leste, pelo menos em alguns deles, aconteceu dentro dos próprios partidos comunistas. Naturalmente devido a muita, ou alguma, pressão popular e dos movimentos oposicionistas.

Essas mudanças são ainda significativas por outra razão. Depois da segunda guerra tornou-se muito claro que o mundo está dividido entre duas dicotomias, a Leste/Oeste e a Norte/sul. A dicotomia Leste/Oeste foi sempre considerada a mais difícil porque era aquela que opunha regimes ideológicos completamente distintos. Ao passo que a distinção Norte/Sul era uma dicotomia entre países amigos, interdependentes, apenas com níveis de desenvolvimento diferentes. A ironia é que no final desta década está a ser mais fácil eliminar a contradição Leste/Oeste do que a contradição Norte/Sul porque esta última assenta em processos económicos e sociais que se revelam de maior difícil transformação.

DL- Que problemas é que isso vai pôr a nível da sociedade?

BSS- A contradição Leste/Oeste está a ser resolvida sob a égide do princípio da liberdade, a contradição Norte/Sul assenta no princípio da igualdade, na desigualdade que

há entre esses países. Não penso que o princípio da liberdade possa florescer e afirmar-se nas nossas sociedades se o princípio da igualdade não tiver, também, alguma realização e acredito que uma vez concretizado com mais amplitude o princípio da liberdade, a grande pressão sob os regimes sociais e políticos vai ser no sentido da abolição das desigualdades.

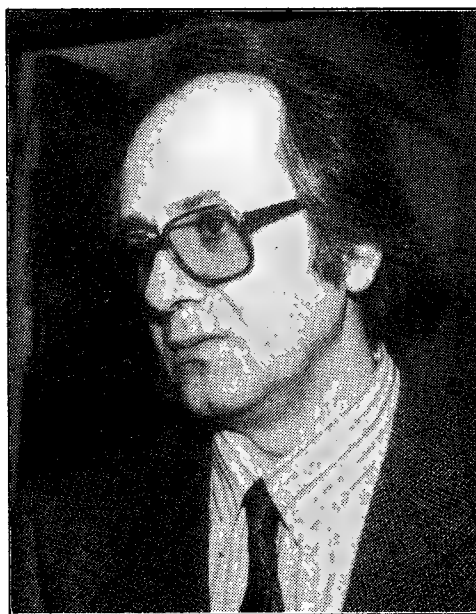
Esta contradição Norte/Sul existe no seio dos próprios países. Isto é, nós estamos a assistir, e em Portugal é também um caso nesse sentido, a um aumento das clivagens e desigualdades sociais. Os EUA é talvez a sociedade que melhor simboliza este processo, em que a polarização de ricos e pobres nunca foi tão grande.

DL- Sendo assim, esta situação tenderá a criar imensos problemas aos regimes políticos e jurídicos. Quais são as consequências?

BSS- Uma delas vai ser uma velha questão, a legitimação do Estado, mas que se vai pôr de modos diferentes. A permanência das desigualdades sociais em sociedades onde o princípio da liberdade tem uma grande realização, ou uma realização razoável, vai certamente criar uma pressão enorme junto dos governos no sentido de promover a igualdade e a justiça social.

Como é que os governos vão responder a isto? Na década de 60 e 70 eles responderam fundamentalmente com a criação de uma nova forma política que foi o *Estado Providência*, isto é, o Estado perante as pressões sociais veio a conceder uma série de direitos sociais e económicos que, de alguma maneira, eliminaram as desigualdades mais gritantes e as situações de miséria mais flagrantemente.

DL- Na década de 90 vai o Estado recorrer aos mesmos meios para tentar legitimar-se perante as diferentes classes sociais?



BSS- Duvido por duas razões. Por um lado, porque o Estado tem-se vindo a debater, na Europa e nos Estados Unidos, com uma crise muito grande, sendo-lhe impossível aumentar significativamente as despesas sociais. Em segundo lugar, há hoje um discurso dominante de anti-Estado, ou seja da ideia de

que o Estado é incompetente e ineficiente e, portanto, compete à sociedade civil realizar muitas das tarefas que, anteriormente tinham sido acometidas ao Estado.

Nesta situação, penso que o Estado vai ter uma crise de legitimação aprofundada. A resposta a esta situação pode ser eventualmente o aumento do autoritarismo e eu temo que a década de 90 venha a encontrar novas formas de autoritarismo que convivem perfeitamente com a democracia representativa.

DL- Agora que se está a assistir a uma maior abertura política dos regimes totalitários? Parece uma contradição.

BSS- Precisamente e isso é que é interessante. Isto é, se por um lado nós vemos uma grande afirmação do princípio da liberdade com a destruição de regimes autoritários, como é que nós podemos temer na década de 90 um maior autoritarismo? É que este é de tipo diferente. É um autoritarismo que se instala nas malhas da democracia e que tem a ver com o fechamento da classe política, com a mercantilização dos votos dos parlamentares. Ou seja, o aumento, cada vez mais significativo, do poder dos grupos de pressão organizados e que vai introduzir distorções nos mecanismos de representação.

Em segundo lugar, os mecanismos de participação e de mobilização social podem vir também a ser afectados e, portanto, criar-se o fechamento da classe política que pode ter como contrapartida a apatia política das massas e isso, no meu entender, é perigoso.

Julgo que o autoritarismo será tanto maior quanto maiores forem as clivagens sociais e económicas. Ele será tanto maior quando essas desigualdades sociais e económicas forem, também, desigualdades culturais. Nós caminhamos para uma situação em que o económico é uma cultura.

O económico é uma cultura de consumo. É todo um estilo de vida, é toda uma forma de organização do quotidiano que, em meu entender, começa hoje a preocupar a todos nós sociólogos, cientistas sociais em geral.

DL- A nível da economia há um outro problema que se prende com o crescente aumento das multinacionais e que poderá levar à alteração das políticas nacionais. Qual deverá ser o papel do Estado?

BSS- Ainda bem que me faz essa pergunta porque a outra questão que me parece importante é saber em que medida é que o Estado continua a ser a unidade de análise privilegiada da ciência política.

Nós estamos a assistir que, por muitas vias, o Estado está a ser superado por dois processos: os processos que nós poderíamos designar de tipo supraestatal e os processos de tipo infraestatal.

Os primeiros têm a ver, exactamente, com a internacionalização do processo produtivo e com as dinâmicas económicas que se estabelecem à margem do Estado, sobretudo





Falta a concretização do princípio da Igualdade.

dos estados de desenvolvimento intermédio como é o caso de Portugal. A integração na CEE significa que em muitos sectores a autonomia jurídica e política do Estado desaparece. Portanto o Estado nacional corre o risco de se transformar em algo que não é tão importante e crucial quanto era na década de 60/70.

Os mecanismos infraestatais são a reemergência de um localismo e de um neocomunitarismo. Assiste-se a uma reemergência da comunidade, que tem por vezes ressonâncias nesse mesmo "slogan" do regresso à sociedade civil, às tarefas que podem ser feitas pela sociedade civil e que anteriormente tinham sido monopolizadas pelo Estado.

Há, por outro lado, o surgimento de novas identidades locais que em Portugal, por exemplo, vieram no seguimento da grande renovação do poder local depois do 25 de Abril.

Esse poder local veio permitir a emergência de novas classes políticas e de organizações de interesses que se movem a um nível que é infraestatal, ou seja, a um nível de análise muito pequeno, e que são extremamente mobilizadoras.

Por estas duas razões eu penso que talvez essa tal terceira característica da década de 90 será o Estado, enquanto unidade de análise, ser superado por mecanismos quer supraestatais, quer infraestatais.

DL-Tudo o que acaba de dizer situa-se na esfera política. Quais serão as principais questões do ponto de vista jurídico, atendendo não só a todas estas transformações,

mas, também, às constantes inovações tecnológicas?

BSS- A primeira questão é que os direitos sociais e económicos que foram criados nas décadas anteriores vão ser sujeitos a uma grande pressão no sentido de lhes retirar muita da sua eficácia social e económica.

Vai haver uma tendência para aumentar em algumas áreas de índole social a discrepância entre o que diz a lei e o que se faz na realidade. Ou seja direitos avançados, mas depois desrespeitados na prática. Pode vir a aprofundar-se a clivagem entre país legal e país real.

Em segundo lugar, esta clivagem pode vir a conduzir a um aumento de litigiosidade, ao aparecimento de conflitos sociais assentes nos direitos e que podem, naturalmente, vir a exercer uma pressão menor na saúde dos tribunais. Os tribunais não estão preparados para responder a este problema e nós vamos assistir à institucionalização de formas de administração da justiça não profissionalizadas: juízes sociais, juízes de bairro, tribunais de vizinhos, tribunais de habitação, tribunais de consumidores, ou seja, toda uma nova gama de processos que não correspondem ao figurino tradicional da administração da justiça.

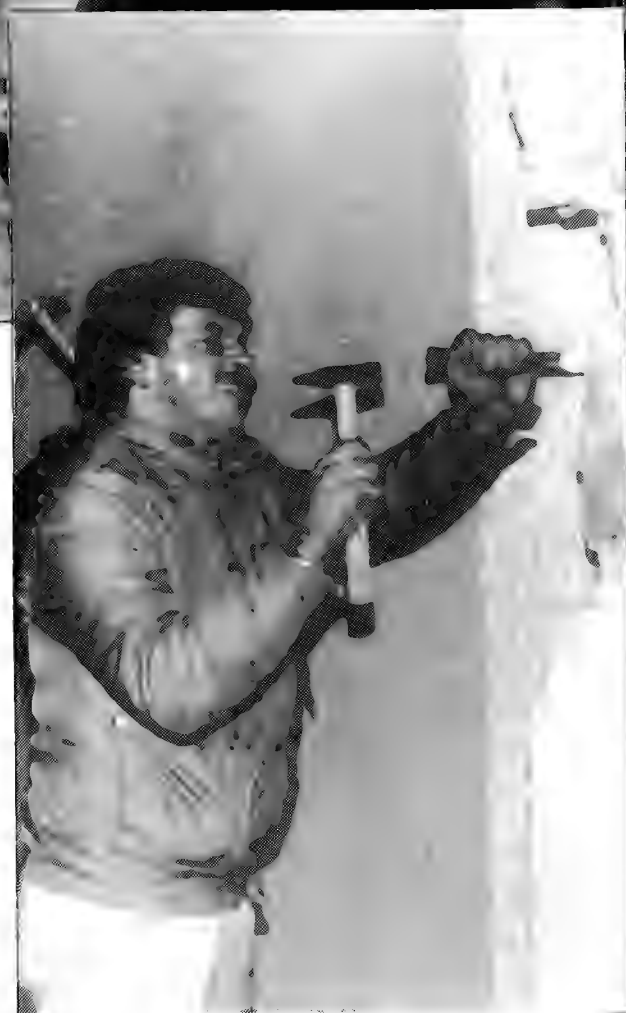
A terceira grande transformação a nível jurídico vai ser exactamente na emergência dos novos direitos humanos. Nós atravessámos três gerações de direitos humanos, os direitos civis e políticos na primeira fase, a segunda que corresponde ao Estado de Providência, que são os direitos sociais e económicos e a terceira são os direitos culturais.

A quarta geração de direitos humanos tem a ver com o respeito da privacidade, ou seja, o indivíduo reduzido à sua mais íntima individualidade transformada num direito. Precisamente porque essa intimidade e essa privacidade começa ser objecto privilegiado quer da engenharia genética, quer de muitas tecnologias de informação.

DL-Como é que os estados lhes vão dar resposta?

BSS-Uma das questões que vamos ter de resolver é anterior ao direito. É um problema ético. Acho que as nossas concepções não estão preparadas para enfrentar os desafios éticos do ano dois mil porque a nossa ética é individualista. Normalmente gostamos de atribuir culpas e responsabilidades a indivíduos determinados. Mas muito dos problemas, catástrofes por exemplo, não são facilmente atribuíveis a indivíduos.

Não há um indivíduo responsável pelo desastre de Chernobyl. Ou seja, há hoje assuntos éticos que são transindividuais e ainda não estamos preparados para atribuir culpas transindividualmente.



Queda do Muro de Berlim, um passo importante para a resolução do princípio de liberdade.

A segunda impreparação tem a ver com a separação entre natureza e sociedade. As nossas concepções éticas e jurídicas não nos habilitaram a defender eficazmente a natureza e com o perigo ecológico cada vez mais eminente eu suspeito que ou vamos alterar profundamente as nossas posições, ou então vamos entrar numa degradação irreversível do meio ambiente.

Céu Neves

Manter-se-á numa faixa etária baixa a expressão mais sensível da criminalidade

É necessário ganhar a batalha da segurança

Espera-se dos tribunais, nos próximos dez anos, uma maior aplicação das medidas alternativas à pena de prisão e o alargamento do poder de negociação entre delinquente e vítima, sobretudo, em relação à delinquência juvenil. A comunidade terá um papel importante na resposta à criminalidade, por exemplo, a nível da reinserção social do indivíduo.

1. Se é certo que as tintas fortes que marcam os últimos mais sérios acontecimentos deste final de década se deixam definir, desde logo, pela matriz da sua própria imprevisibilidade, então o exercício da previsão readquire, em parte, o seu originário sentido de jogo onde o risco é a regra e a segurança a utopia, variando aquele na razão directa e esta na inversa do tempo porque se estende a tentativa de prospecção. Como irá, portanto, caracterizar-se, durante os anos noventa, o fenómeno da criminalidade; e com que instrumentos vai a sociedade apetrechar-se para responder às ameaças que ele comporta, são questões que interessa antecipar, para prevenir, mas que se mostram insusceptíveis de resposta certa que disponha de energia suficiente para percorrer, sem reelaboração, toda a última década do século.

Que o crime não constitui uma realidade de explicação linear, centrada apenas na pessoa do delinquente e indagada aí, a partir de uma especial conformação morfológica ou psicológica deste, é verdade há muito adquirida e apta a perdurar, a despeito de recentes empenhamentos no plano da investigação biológica que tendem a introduzir novos dados no problema. Haverá assim que procurar, na previsão dirigida à expressão quantitativa da criminalidade, elementos a extrair de outra previsão, mais vasta, que tenha como objecto vários dos já de si diversos factores capazes de conduzir ao crime. Aqui se perfilam então, como dados a entrecruzar, os que resultam de questões também fundamentais como sejam as da estabilidade económica, do emprego, da qualidade das condições materiais e psicológicas de vida articuladas com o equilíbrio relacional, individual e colectivo, tudo elementos causais típi-

cos daquilo que poderíamos designar por criminalidade tradicional.

Por outro lado, no terreno ainda cismico do relançamento económico, quando novas estratégias são propostas e, por isso, novas concorrências se desenham, não será pessimista admitir que, a par do respeito pelas regras do jogo que se anseia como modelo, prolifere toda a gama de artifícios que dão corpo agora à criminalidade económica que o desafio de noventa e dois, qual figura de Jango, a um tempo vai reprimir e tornar inevitável.

Entretanto, no quadro perversamente aliciante da frieza estatística permanecerá, por certo, a indicação que atrai para uma faixa etária baixa a expressão mais sensível da criminalidade em termos quantitativos, o que recoloca, agora para o jovem, o problema da resposta a questões que sempre se renovam e que se conjugam em termos de primeiro emprego, de insucesso escolar, de droga, de segurança familiar, de identidade pessoal.

Sabendo-se, entretanto, não ser possível, em circunstância alguma, irradicar a criminalidade ou desembaraçar, de pleno, a sociedade do conjunto dos factores que concorrem para a sua geração, interessante será meditar sobre as interações que, a propósito, não de estabelecer-se entre o indivíduo, a Comunidade e o Estado.

2. Para enfrentar o desafio, está o nosso sistema hoje servido de um conjunto de instrumentos legislativos que, a despeito de reparos pontuais a justificar reflexão e revisão apropriada, permite encarar o problema de uma forma confiante. Na verdade, pode agora a justiça Penal Portuguesa conciliar, sem que para tanto haja que forçar a lei, interesses e valores tão diversos como são a liberdade e a segurança, a justiça e a paz social, por vezes antagónicos entre

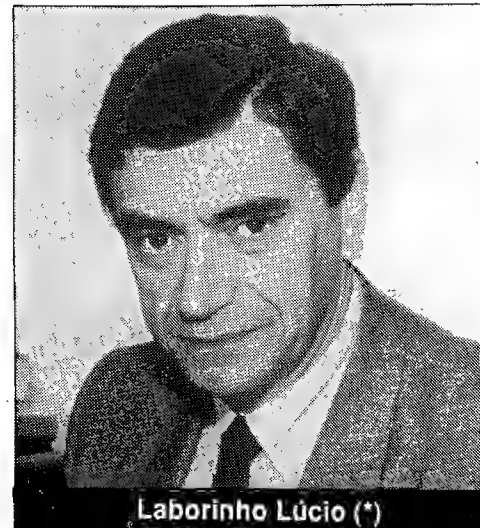
si, mas todos necessariamente conciliáveis à luz dos princípios que regem e suportam o edifício do Estado de Direito Democrático e Social. Pode, por isso, prever-se ser justamente a década de noventa a que melhores condições oferece à plena entrada em acção das opções já tomadas pelo legislador, primeiro em 1982 com a publicação do novo Código Penal e da sua vasta legislação complementar e, depois, em 1987, ao concluir o actual Código de Processo Penal.

Para uma criminalidade de violência a exigir severidade na punição, e para uma criminalidade económica onde pouco sentido fazem propósitos de reinserção social, dispõe o sistema de medidas adequadas, sendo de esperar uma capacidade de

resposta mais célere, que venha a introduzir um elemento de diferença em relação à década anterior, fazendo sentir ao cidadão em geral que, perante a criminalidade grave, aquele não só actua adequadamente, como se mostra apto a fazê-lo em tempo oportuno. Então, ganha aqui a batalha da segurança e, restabelecida com ela a confiança no sistema, é legítimo esperar que se parta, definitivamente, no que respeita à pequena e média criminalidade, para formas de actuação menos centradas em torno de uma rígida estrutura de conflito, e mais voltadas para a procura de soluções de natureza consensual. De um lado, haverá que respeitar inequivocamente todo o conjunto de direitos próprios da pessoa vítima de crimes. Do outro

lado, importa olhar o delinquente como detentor, também ele, de direitos próprios a que cumpre atender, sem que isso impeça a sua punição pelo crime que praticou, e o esforço da sua ressocialização.

Para tanto, é de esperar por parte dos tribunais uma maior aplicação de medidas alternativas à pena de prisão, sejam as tradicionais pena de multa e suspensão de pena, sejam as mais recentes reacções criminais, com particular destaque para o regime de prova e para a prestação de trabalho a favor da comunidade. Do mesmo passo é de crer vir a alargar-se o espaço de acordo entre delinquente e vítima, permitindo-se, assim, sem o recurso formal à judicialização do conflito, reparar os prejuízos



Laborinho Lúcio (*)

sofridos por esta, responsabilizar o primeiro e garantir a coesão e a estabilidade do sistema de leis. Muito particularmente no que toca à delinquência do jovem, este é o cami-

nho que se antevê desejável e, por isso, se deseja antever como futuro concretizável, já aí, nesses dez anos que se avizinham.

Por último, na linha, aliás, do que vem acontecendo em várias outras latitudes e sistemas, bem pode ser a década de noventa aquela em que, também entre nós, a comunidade, organizando-se, formal ou informalmente, ora em torno da autarquia, ora em associações privadas, toma nas suas próprias mãos a parte da iniciativa que há-de caber-lhe na resposta ao fenómeno da criminalidade. E aí vasto campo se abre, por certo, à sua acção, quer no domínio da prevenção, quer no que respeita ao apoio à vítima, quer ainda no que se prende com a própria reinserção concreta do delinquente na sociedade.

Constituindo a criminalidade um fenómeno complexo tanto nas suas causas, como na escolha e execução das soluções propostas, importante é que sobre ele se não abata um discurso irreflexivo tantas vezes simplista, mas antes se procure uma apreciação crítica e esclarecedora capaz de rasgar no todo social caminhos de solidariedade responsável onde coexistam a firmeza quando a justiça manda que se puna, e a tolerância onde a vida impõe que se compreenda.

Se prever é também imaginar, e na previsão se mistura o voto, que seja então previsível, para a década de noventa, a marca cultural do nosso discurso sobre o fenómeno da criminalidade.

(*) Centro de Estudos Judiciais



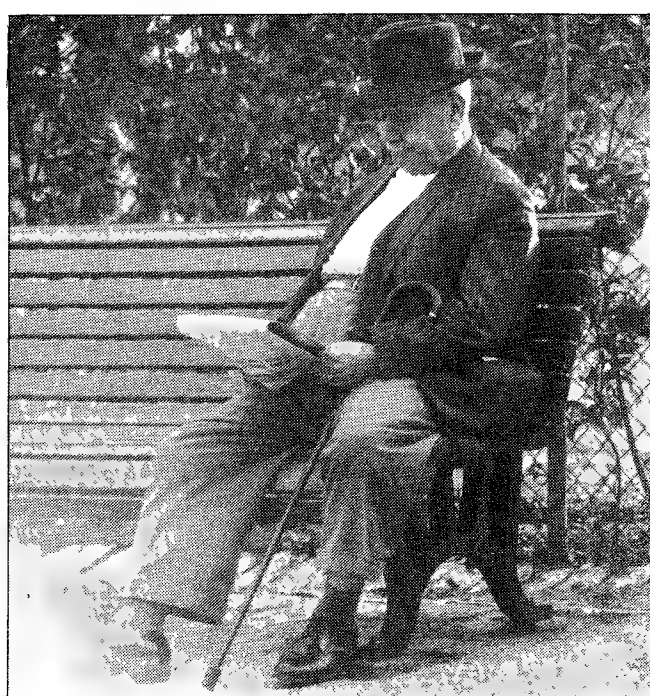
Há toda uma série de factores sociais capazes de conduzir ao crime



A delinquência juvenil necessita de uma atenção especial



Na Europa, 20 por cento das pessoas terão mais de 60 anos



Uma «revolução de cabelos brancos»

A população, cada vez mais envelhecida, tenderá a concentrar-se ainda mais nas cidades.

O primeiro elemento fundamental a considerar na análise da problemática mundial é a diversidade e a relativa unidade das diversidades. Num mundo, necessariamente limitado em recursos e em ambiente, e onde cada vez mais os modernos meios de comunicação apelam a uma visão planetária, as estratégias e as prioridades de actuação têm que necessariamente ser diversificadas. Na maior parte dos países africanos e do Médio Oriente a primeira prioridade é gerir um processo em que os frutos do crescimento económico são totalmente absorvidos pelo crescimento demográfico. Nos países desenvolvidos a primeira prioridade é gerir as consequências de um crescimento praticamente igual a zero. No primeiro caso temos a multiplicação da pobreza, no segundo caso, temos a multiplicação da consequência mais importante da estabilidade do crescimento — a multiplicação dos idosos.

O segundo elemento fundamental a considerar é as alterações geostratégicas dos blocos com base no peso das populações.

A Ásia continuará com a importância relativa que sempre teve, ou seja, representar mais de metade da população mundial (3 579 milhões de habitantes no ano 2000 e 5 479 no final do próximo século), sendo o grande aumento observado na Ásia Meridional.

A América Latina está actualmente na sua fase máxima de expansão. Em 1986, a sua população representa 8,5% da população mundial. Até ao final do século, apesar de aumentar, em termos absolutos, 144 milhões de habitantes, em termos relativos crescerá apenas 1,2%. Espera-se que a sua população estabilize à volta dos 915 milhões de habitantes, o que significa uma ligeira redução na sua importância relativa.

A África será o continente com maior expansão no próximo século, o que não quer dizer que nos próximos anos o seu crescimento não seja igualmente importante. Depois de representar apenas 6,6% da população mundial no início deste século, os actuais 583 milhões de habitantes existentes nesta importante região do mundo (11,8% da população mun-

dial) irão continuar a aumentar até ao ano 2000. No final deste século espera-se um total de 872 milhões. Na altura da estabilização, este continente ficará com um total de 2 477 milhões de habitantes, ou seja, 23,7% da população mundial.

A URSS, com 280 milhões de habitantes em 1986, crescerá ligeiramente até ao final do século (311 milhões de habitantes) e pensa-se que tenderá a estabilizar a sua população com cerca de 376 milhões de habitantes.

Os dois países da América do Norte terão uma evolução semelhante: crescerão de 267 milhões em 1986 para 296 milhões no ano 2000 e estabilização a sua população com 341 milhões.

A evolução descrita nestas últimas duas importantes re-

giões do mundo faz com que no fim do presente século cada uma delas ainda represente cerca de 5% da população mundial.

Finalmente temos a Europa com os seus 493 milhões de habitantes em 1986. As projecções apontam para um ligeiro aumento da sua população até ao ano 2000 (no máximo a Europa terá 513 milhões de habitantes), para uma estabilização no crescimento por volta do ano 2020 (com 525 milhões de habitantes), seguido de um processo de declínio. A Europa, na qual nos inserimos, depois de ter representado no início do século XX cerca de 26% da população mundial, não será mais do que 8% no início do próximo século e apenas 5% no final do século XXI, se conseguir estabilizar a sua população.

O terceiro elemento fundamental é o continuar do processo de urbanização.

No interior dos países em desenvolvimento continuará a verificar-se o aumento da percentagem de pessoas a viver em áreas urbanas, a um ritmo cada vez maior. Nos próximos anos, assistiremos ao aparecimento de centros urbanos impossíveis de imaginar há uns anos atrás. Em finais deste século, a Cidade do México terá 31 milhões de habitantes, tendo ultrapassado as cidades de Nova Iorque (23 milhões) e Tóquio (24 milhões) como principais centros urbanos do mundo.

A cidade de S. Paulo, que no início do século nem sequer figurava entre as dez cidades mais populosas do mundo, aparece-nos no final deste século como a segunda cidade com mais população. Por outro lado, se no início do século as dez cidades mais populosas do mundo pertenciam ao que hoje chamamos o mundo desenvolvido — onde mais de metade das cidades eram europeias —, no fim do século apenas as cidades de Tóquio e Nova Iorque pertencerão ao mundo desenvolvido, não se en-

contrando nenhuma das cidades europeias nas primeiras dez posições. No terceiro decénio do próximo século, prevê-se que apenas a cidade de Tóquio ocupe o último lugar dos primeiros dez grandes centros urbanos, com uma população estimada em cerca de 19 milhões de habitantes.

Numa outra perspectiva, estima-se que os 70% da população dos países desenvolvidos a viver em áreas urbanas não só não irão aumentar como tenderão a diminuir.

O movimento que recentemente se começou a desenvolver nestes países, no sentido de as populações reocuparem as regiões menos densamente povoadas, tenderá a

aumentar. Este ponto de vista não tem a unanimidade das opiniões, na medida em que muitos pensam que uma sociedade de serviços, em plena maturidade de terceira revolução industrial, tenderá a concentrar ainda mais a população.

Pelo contrário, os 29% de pessoas que actualmente vivem em áreas urbanas nos países em desenvolvimento, tenderão a aumentar numa forma explosiva. Neste momento, na América Central, são precisos, por ano, cerca de 90 000 novos empregos nas áreas metropolitanas, apenas para manter as taxas de desemprego nos níveis actuais. No ano 2000, estima-se que nesta região serão necessários, por ano,

pelo menos 200 000 novos empregos.

Finalmente, o último aspecto a salientar é o progressivo envelhecimento da população mundial. A nível global, a importância dos jovens diminuirá de 35% em 1986 para 30% no ano 2000 e será apenas de 25% no ano 2020. Os idosos, que em 1986 representavam 6% do total da população, no final do século terão uma importância de 10% e vinte anos depois 13%.

Este duplo envelhecimento será particularmente importante nos países em desenvolvimento. As estimativas apontam para uma evolução de 41% de jovens e 4% de idosos (situação observada nos dias de hoje) para 32% de jovens e 8% de idosos no final deste século.

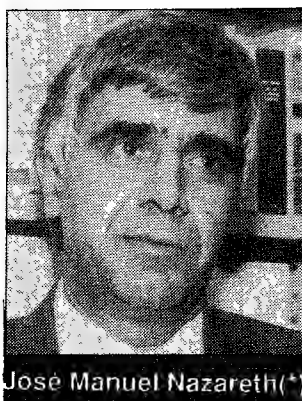
É verdade que, nos países já envelhecidos do mundo ocidental, o ritmo de envelhecimento será menor, mas os valores que irão ser atingidos nos próximos catorze anos deixam antever que novos tipos de sociedades e de relações sociais irão aparecer.

A Europa terá no final deste século apenas 19% de jovens com menos de catorze anos e 20% de pessoas com mais de 60 anos. Está, pois, iminente a situação inimaginável no princípio deste século: o número de idosos ultrapassar o número de jovens. O envelhecimento, tanto na base como no topo, estará generalizado a todos os países com excepção da Albânia, que começará a envelhecer em termos significativos alguns anos mais tarde.

O mundo desenvolvido em geral, e a Europa em particular, terá que se preparar para uma autêntica revolução de cabelos brancos, onde a idade mediana da maior parte dos países se aproximará dos 50 anos.



Aumento da concentração urbana. Os transportes públicos são um dos principais problemas



José Manuel Nazareth(*)

(*) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Novas formas de viver em família

A nível da vivência familiar, os padrões de paternidade tradicionais são postos em causa. A família é, hoje, um local de discussão e diálogo permanentes.

São cada vez mais frequentes as crianças que vivem com um dos progenitores ou com pais diferentes, fruto de uma união entre divorciados. Por outro lado, viver sózinho deixa de ser caso raro e a taxa de natalidade está a baixar. Estas situações que ilustram a evolução contínua da estrutura familiar apresentam no futuro e, segundo o psiquiatra Daniel Sampaio, problemas a nível "legislativo, da estabilidade da criança, do reforço das redes sociais e da cultura da família".

A família monoparental, núcleos familiares conduzidas apenas por um membro do casal, e a família reconstruída, casais em segundas nupcias, vivem lado a lado com a família tradicional. Estimativas de Napp-Peters indicam que na maioria dos países industrializados uma em cada nove crianças habita com apenas um dos pais. Por exemplo, na Alemanha Federal, as famílias monoparentais duplicaram, de seis por cento, em 1971, passaram para 12,8%, em 1982 (1).

Apesar da maioria da população europeia continuar a optar pelo matrimónio, há um ligeiro decréscimo de casamentos e um aumento acentuado de divórcios. Como refere Daniel Sampaio, "entra-se mais tarde no casamento e sai-se mais cedo".

Hoje, poderemos falar numa nova cultura da família, onde a criança, furto de um desejo do casal e não de um acaso, aparece como um elemento fundamental no agregado familiar. Em torno dos filhos estabelecem-se novos laços sociais para ultrapassar as consequências negativas de uma alteração familiar. Assiste-se a um reforço das redes de parentesco baseadas na entre-ajuda (amigos, escola, empresa). Segundo Daniel Sampaio, "a família não deve ser entendida numa dimensão económica, mas sim emocional". Devem ajudar-se as pessoas a definirem o seu próprio projecto familiar para que se acabem situações como o "pai-fim-de-semana".

A justiça tem um papel importante na adequação da lei às novas realidades. Não são apenas as questões ligadas ao progresso tecnológico e à genética a ter um relevo importante na legislação. As leis relativas à família têm de ser suficientemente flexíveis para uma melhor aplicação dos direitos do cidadão.

"Novas mulheres"

Um dos primeiros factores que contribuiu para a alteração da estrutura familiar foi o acesso da

mulher ao trabalho. Um dos últimos factores foi o crescente apelo da sociedade ao individualismo, o "direito à diferença". O número de adultos que vivem "para si" tem aumentado na Europa. Na França, no espaço de 20 anos, este número duplicou para 4,8 milhões, ou seja, nove por cento da população vive só. Na Alemanha Federal, 15 por cento dos indivíduos são celibatários.

É importante realçar que a "nova família" não resulta de uma ruptura da estrutura familiar, mas sim de uma alteração contínua dos comportamentos e práticas sociais. "As novas dinâmicas sociais", para a socióloga Anália Torres, correspondem à "laicização crescente da vida social e à passagem de uma relação rígida para uma relação negociável". Quer isto dizer que as pessoas vivem a religião como algo pertencente à esfera privada e não como uma série de comportamentos normativos a seguir. O objectivo do casamento não é a procriação. A fertilidade não obedece a princípios religiosos, é um assunto de controlo individual. A nível da vivência familiar, os padrões de paternidade tradicionais são postos em causa. A família é, hoje, um local de discussão e diálogo permanentes. Estudos realizados na Europa revelam que 94 por cento dos inquiridos, entre os 18 e os 24 anos, concordam com as relações pré-matrimoniais e apenas 13 por cento afirma ter uma educação severa.

Mas, se a opinião das pessoas é no

sentido de uma transformação dos comportamentos sociais, a prática revela atitudes mais conservadoras. Por exemplo, 66 por cento dos europeus concordam que a mulher deve ter o seu emprego, mas ao compararmos dados de há 10 anos com os actuais verifica-se que o tempo gasto pelo homem na actividade doméstica teve um aumento insignificante de cinco para 10 minutos. Em Portugal 98 por cento das pessoas responde que é a mulher quem se ocupa das tarefas do lar.

O papel do homem na família é apresentado como um aspecto importante na transformação familiar. Pergunta-se inclusive se estamos perante "um novo pai" e apela-se ao fim do "pai-fim-de-semana". A realidade, mais uma vez, aponta para um panorama algo diferente. Em países europeus onde se pode requerer férias de paternidade pelo nascimento de um filho são poucos os homens que fazem uso desses direitos. Os países nórdicos, os mais avançados nesta matéria, apresentam taxas de 27 por cento na Suécia, 14 por cento na Dinamarca e um por cento na Noruega (1). Daí a pertinência da pergunta do psiquiatra Philippe Lecorps nas jornadas recentemente organizadas pela Associação para o Planeamento Familiar (AFP): "Finalmente, é ainda possível falar sem rir dos homens excluídos do que se joga em redor da fecundidade das suas esposas e companheiras. Aonde estão eles? Em que lhes diz respeito as questões do desejo da criança?"

Para Elke Toss, directora da AFP da Alemanha Federal, não se trata de "um novo modo de ser pai" ou de "um novo modo de ser mãe", é mais "correcto falar de "novas mulheres", ou de mulheres com um modo de vida diferente do tradicional".

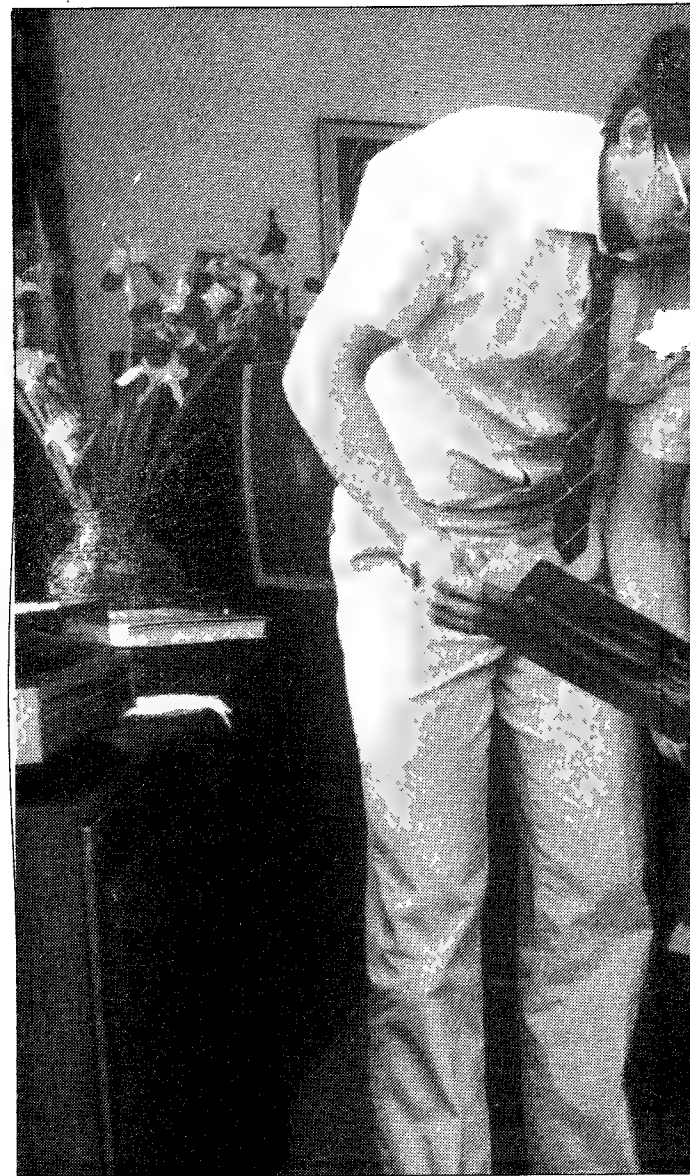
Mulheres para quem o matrimónio e a natalidade não são as únicas opções de vida. O número médio de filhos na Europa é de 1,7, registando-se os valores mais elevados na Turquia (3,6) e Albânia (3,5), pertencendo os índices mais baixos à Áustria, Itália, Luxemburgo e Alemanha Federal (entre 1,3 e 1,4). No futuro 15 por cento da população feminina europeia não terá filhos, 20 por cento optará por uma criança e apenas quatro por cento ficará com quatro ou mais filhos. Um outro dado importante a registar é o aumento de mulheres que têm o primeiro filho com idade superior a 30 anos.

(1) in, Planeamento Familiar na Europa: Novas perspectivas?, comunicação de Elke Toss, nas Quintas Jornadas de Planeamento Familiar (AFP) 24 e 25 de Novembro de 1989 Lisboa.

Céu Neves



A taxa de natalidade vai continuar a baixar. Actualmente, o número médio de filhos na Europa é 1,7 por casal.



O pai assume um papel

Família mas não c

A permanência mais duradoura dos factores de mudança.

A família está a mudar, o que não quer dizer que os seus dias estejam contados. Os sinais de mudança são a taxa de natalidade e fecundidade cada vez mais baixas, o aumento dos divórcios e diminuição dos casamentos religiosos e uma permanência mais duradoura da mulher no mercado de trabalho.

Era uma vez...

José Manuel Esteves, um torneiro mecânico reformado, nasce em 1919 num Bairro Operário da Companhia União Fabril, uma grande empresa industrial do ramo químico, no Barreiro da margem Sul do Tejo. É o único filho de um casal de operários. A mãe, Maria Cristina, barreirense, nascida numa família de corticeiros alentejanos, era analfabeta, como aliás os seus 4 irmãos, e tecedeira nas oficinas têxteis da companhia. O pai, António, nascera numa família de pequenos agricultores de Santa Comba Dão; é o mais novo de 6 irmãos e, à procura de melhores condições de vida, deixa a terra e vem fixar-se no Barreiro no princípio do século. É a primeira pessoa da sua família a deixar o trabalho nos campos e a ganhar a vida na

indústria, a troco de um salário. Não sabe ler nem escrever mas consegue empregar-se como trabalhador dos adubos na mesma Companhia, onde virá a conhecer aliás a sua futura mulher. Casam no ano de 1918, pelo Registo Civil.

Cerca de um ano depois, nasce José Manuel. Com 7 anos, este entra na escola primária local e faz o exame da 4.ª classe. Começa a trabalhar com 13 anos, a fazer de moço de recados numa mercearia de um tio. Aos 18 anos, entra na CUF para a Oficina de Construções Mecânicas, onde aprende o ofício de torneiro. Casa aos 24 anos, numa cerimónia civil, com Luísa, uma operária corticeira, filha de alentejanos. Luísa deixa o seu emprego na fábrica pouco antes de nascer o 1.º filho do casal, um rapaz, João. Dois



um papel cada vez mais importante na estrutura familiar

As diferentes o fim da família

duradoura da mulher no mercado de trabalho é um
ça.

quer
conta-
a taxa
a vez
rcios
eligió-
adou-

um sa-
em es-
segue
abalha-
mesma
á a ex-
ra mu-
e 1918,

depois,
Com 7
escola
exame
a a tra-
a fazer
numa
Aos 18
para a
es Me-
e o ofi-
aos 24
a civil,
perária
enteja-
eu em-
do antes
do ca-
o. Dois

anos depois, nasce a rapariga, Ana Isabel. Ambos prosseguem os seus estudos para além da Primária. Depois de tirar o 2.º ano do liceu, João emprega-se como operário químico na mesma fábrica do pai. Divorciado, sem filhos, está prestes a casar pela segunda vez com uma barcelonesa, empregada de escritório. Ana, por seu lado, deixa o liceu depois do exame do 5.º ano para se empregar como dactilógrafa numa firma comercial de Lisboa. Casa aos 23 anos, na Igreja, com um técnico de contas de uma companhia de seguros da capital. O casal tem uma única filha, Isabel que, aos 19 anos, é hoje uma estudante do 2.º ano da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Os problemas

Escrita de forma muito abreviada, esta é a história verdadeira de três gerações de uma mesma família portuguesa. Todas elas passaram, em momentos diferentes, por experiências idênticas, por exemplo trabalhar, casar ou ter filhos. Relendo a história com um pouco

mais de atenção notamos, porém, importantes sinais de mudança. O tipo de ocupação profissional de marido e mulher, as habilitações escolares de pais e filhos, as formas de casamento, o número de filhos do casal, nomeadamente, sofrem enormes alterações entre a primeira e a última geração consideradas.

Essa mudança não tem só a ver com a história própria daquela família, embora seja importante contar, em cada geração, com o legado (por exemplo escolar ou profissional) que lhe é deixado pela geração anterior. Nem tão pouco acontece por acaso. Está relacionada com a história da sociedade portuguesa neste século e, no caso deste exemplo, até com a experiência industrial do Barreiro. É de resto importante sublinhar que a lógica da mudança não é igual em todas as partes de uma mesma sociedade. Basta cada um de nós reconstituir a história da sua própria família para perceber, ainda que muito intuitivamente, o alcance desta afirmação. Os padrões de mudança referem-se efectivamente a tempos, espaços e grupos sociais particulares.

O que acontece num meio pode não se reproduzir da mesma maneira em outro.

Além disso, pensar na mudança não é imaginar uma linha recta de um só sentido ao longo da qual se vão sucedendo modelos de família, únicos e previsíveis. Não há, por assim dizer, uma evolução única entre uma forma antiga e uma forma moderna de família. Os caminhos da mudança são diversos. E os processos de mudança nunca são processos simples de ruptura radical com situações anteriores. Fazem parte da mudança linhas de continuidade e de conservação transportadas do passado. Tendo em vista estas considerações gerais, reporto-me agora ao caso concreto de Portugal.

Os sinais de mudança

Alguns indicadores demográficos podem contribuir para caracterizar certos aspectos das mudanças por que passam as famílias portuguesas nas últimas décadas — sugerindo ao mesmo tempo tendências de evolução futura. Portugal não é, aliás, deste ponto de vista, um espaço homogêneo. Os

comportamentos familiares variam extraordinariamente entre o Norte e o Sul e do país, entre o Litoral e o Interior, e, mesmo ao longo da faixa atlântica, entre as duas regiões urbanas e industriais que englobam os distritos de Porto-Aveiro-Braga, por um lado, e Lisboa-Setúbal, por outro.

Gostaria de assinalar, em primeiro lugar, um sinal de mudança notável. As taxas de natalidade e de fecundidade não têm parado de baixar nas últimas décadas. Numa perspectiva macro, este fenómeno tem um efeito notável sobre o envelhecimento da população portuguesa, questão com que decerto se vai confrontar mais tarde ou mais cedo o poder político no nosso país. Não é para menos: numa sociedade demograficamente envelhecida a sobrevivência física e cultural da população pode estar em causa, bem como se

eficazes, que a medicina tem vindo a descobrir desde a década de 60 é porventura uma tendência irreversível. Prende-se aliás com um conjunto de factores, de ordem material e simbólica, entre os quais destacaria: a impressionante regressão da mortalidade infantil; o predomínio do salário na economia familiar, em detrimento das actividades de produção em casa (como acontece entre camponeses); importância da escolarização prolongada das crianças e o adiamento da sua entrada na vida activa; o ingresso e permanência contínua das mulheres casadas no mercado de trabalho; a distância maior que a vida familiar tomou relativamente à Igreja. Ter filhos não é pois mais uma fatalidade; pelo contrário, maternidade e casamento tendem a tornar-se, para as mulheres, duas noções relativamente independentes.

cente relaciona-se, obviamente, com a liberalização legislativa que acompanhou a Revolução de 74. Mas revela, também, novas atitudes e valores relativamente ao casamento, que se divulgam com alguma velocidade em certas camadas de população — urbanas, escolarizadas, na posse de alguns capitais profissionais. Surgem por isso com alguma frequência as famílias «monoparentais», isto é, aquelas em que os filhos vivem apenas com um dos seus progenitores, geralmente a mãe.

Há quem interprete estes dados como um sinal preocupante de uma crise ou do fim da família. No entanto, esta é apenas uma conclusão apressada: o facto da família mudar está longe de significar que os seus dias estejam contados. A comparação com outros contextos históricos permite-nos até relativizar esta atitude pessimista. Nas sociedades tradicionais, a vida familiar era constantemente abalada por sobressaltos dramáticos: a morte frequentíssima dos recém-nascidos, a morte prematura da mãe em acidentes de parto, por exemplo. Não é por acaso, aliás, que a figura da madrasta mantém uma presença de primeiro plano nos contos infantis. A fatalidade da perda da mãe, o segundo casamento do pai eram de facto experiências comuns a muitas dessas crianças, com efeito bem mais traumatizantes sobre a criança do que os de um divórcio. Tanto mais que este não raro desembocava num outro casamento e na reconstituição de outra família.

A entrada e permanência mais duradoura das mulheres no mercado de trabalho (mesmo aquelas que são casadas e mães), que se tem vindo a registar em Portugal desde a década de 70, constitui um último vector de mudança que gostaria de assinalar. De facto, são hoje mais numerosas as famílias de classes médias e urbanas em que homens e mulheres mantêm uma actividade profissional contínua, fora de casa, ao longo do ciclo de vida familiar. Nem por isso a divisão dos trabalhos domésticos entre marido e mulher se tem aproximado de um modelo «simétrico» que, como ideal de vida a dois, ganha alguma popularidade. Os valores de igualdade estão porém distantes da realidade. As mulheres empregadas continuam a ser as primeiras responsáveis pelos trabalhos duros da gestão e da lida da casa, num prolongamento extenuante do seu dia ou semana de trabalho. Há, apesar de tudo, um aspecto novo a assinalar: o pai, que ocupa um lugar demasiado discreto na realização das tarefas caseiras, tem vindo a assumir um papel crescente dos cuidados, ditos «maternais», das crianças pequenas.

Eis alguns pontos estratégicos de mudança da família no passado recente em Portugal. Que balizam, decerto, as próximas linhas de ruptura e continuidade.

Ana Nunes de Almeida, socióloga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

(*) Instituto de Ciências Sociais



Ana Nunes de Almeida (*)

torna problemática a sua capacidade de crescimento e inovação.

Relativamente à população residente ou ao número de mulheres em idade de procriar, podemos portanto dizer que nascem agora menos bebés por ano em Portugal do que há dez ou vinte anos atrás. As velocidades e os ritmos deste declínio não são idênticos em todo o País: são superiores e mais rápidos no Sul e, sobretudo, na área da Grande Lisboa. A queda das taxas de natalidade e fecundidade prende-se, obviamente, com a divulgação das práticas de limitação dos nascimentos entre os casais portugueses. O recurso cada vez mais generalizado às várias técnicas contraceptivas, femininas, seguras e

Esta é uma tendência que provavelmente não se vai inverter na próxima década.

Outro dado interessante tem a ver com nupcialidade. O número de casamentos que hoje em dia se realizam fora da Igreja, sobretudo nos centros urbanos do Sul do País, é maior do que há dez anos atrás. Quer isto dizer que a nupcialidade civil, embora esteja longe de ser maioritária, tem acusado um certo crescimento relativamente à religiosa. Por outro lado, e desde 1975, o número de divórcios tem também aumentado na população portuguesa. É cada vez maior o número de casamentos que acabam por vontade expressa de pelo menos um dos cônjuges. A incidência do divórcio no passado re-

Mais educação nos anos 90

A nova década verá reforçada a importância da Educação, do Ensino e da Formação. O poder local terá uma palavra a dizer.

Prolongamento da escolaridade obrigatória, diversidade de cursos profissionais, alargamento dos espaços escolares ao campo educativo e dos lazeres, desenvolvimento de pedagogias diferenciadas e interculturais, desenvolvimento de percursos alternativos, da Educação de Adultos à Educação Permanente, diversidade de excelência e criação de espaços culturais e educativos nas grandes cidades, são alguns dos temas que a literatura pedagógica internacional aponta como prioritários para a «Escola do Futuro», futuro afinal tão próximo.

Com efeito, o final do século representa um desafio para um balanço das muitas promessas, contradições, problemas e realizações que se têm formulado para o «ano 2000», data quase mágica.

Ora, apesar da imprevisibilidade que marca os acontecimentos políticos e sociais nas sociedades de hoje (quem poderia prever há alguns meses certas transformações ocorridas neste final de 1989?), O Sistema Escolar e Educativo dos anos 90 será aquele que hoje se constrói e se prefigura

necessária para a intervenção num mundo complexo, e a formação profissional que garante a entrada no mercado de trabalho;

- a contradição, finalmente, entre os valores afirmados nos discursos públicos democráticos, tais como a solidariedade, a participação e a

igualdade de direitos de todos os cidadãos e a vida económica e institucional quotidiana, feita de competição, de concorrência, de relações assimétricas de toda a ordem.

Mas as decisões políticas não têm lugar num vazio social; a participação dos que vivem o Sistema Educativo e as suas consequências (alunos, professores, pais, autarcas, empresários, etc., etc.) podem influenciar decisivamente essas políticas; a realidade tem-nos mostrado que a mudança social não é um processo unilateral que ocorre por simples medidas formais; construída no dia-a-dia por quem faz as instituições. Só um duplo movimento, entre medidas políticas inovadoras e novas práticas de todos, a todos os níveis da vida pessoal, profissional, social e política assegura essa mudança.

A situação dos Sistemas Educativos em relação a grandes objectivos consensuais de modernização, flexibilidade, democratização e pluralidade é muito diferente segundo os países de que se fala.

Portugal, que vive actualmente uma Reforma do Sistema Educativo, estaria em boa posição para avançar, apesar dos atrasos, numa modernização que procurasse uma Escola de qualidade para todos. No entanto, alguns as-

pectos da actual Reforma em curso e de outras medidas políticas que condicionam de modo decisivo o seu desenvolvimento, deixam-me bastante pessimista. Por exemplo, os professores não foram, apesar das promessas iniciais, sujeitos activos desta Reforma. Pelo contrário, batem-se contra um estatuto que traz o pior da Europa e esquece as vantagens que uma tal aproximação poderia assegurar, a começar pelos níveis salariais. Por outro lado, a transformação pedagógica das escolas, que exige uma formação para a mudança e a inovação, é dominada por cursos em que se investem elevadíssimos fundos, sem que se avance decididamente em formas descentralizadas e diversificadas de formação, articuladas com os contextos profissionais.

Nunca a distância foi tão grande entre os discursos e as opções e medidas concretas no domínio educativo em Portugal.

No entanto, e apesar desta conjuntura que nos interroga, os tempos são de mudanças e de rupturas profundas; naturalmente, pode-se pensar que as aberturas, a resolução de tensões, os sopros de diálogo e de negociação que se vivem por toda a Europa favorecem uma Educação participada que possa aproximar-se da



Ana Benavente (*)

realização de grandes finalidades inquestionáveis:

- a **simplicidade** ou seja, saber-se situar num mundo complexo e distinguir o fundamental do acessório, saber tratar a informação que hoje banaliza os acontecimentos e invade todas as esferas da vida pessoal e colectiva;

- a **identidade**, que permita a cada um construir o seu projecto profissional e o seu projecto pessoal num meio em que a confusão e multiplicidade de apelos leva muitos a «perder-se»;

- a **participação social**, entendida como aprendizagem constante de responsabi-

lidade individual e colectiva;

- a **ecologia**, tema que já hoje mobiliza muitos jovens e os leva a intervir nas «coisas públicas».

Na base do «mal-estar» de muitos desses jovens está a dificuldade em ser feliz, em encontrar espaços de realização pessoal, está o anonimato das grandes cidades, está o vazio dos tempos livres e a falta de qualidade humana da vida escolar, está a ausência de projectos e de participação social.

Os anos 90 vão ver reforçada a importância da Educação, do Ensino e da Formação, na vida das sociedades e dos cidadãos. Poderão as dinâmicas locais, as alternativas, assim como novas formas de organização da participação, potencializar as promessas do desenvolvimento e da cooperação europeia em matéria de educação?

Segundo as respostas que forem dadas às grandes contradições actuais, segundo as opções políticas, segundo as modalidades de participação social que se forem construindo, assim se pode ser optimista (e o contexto internacional permite sê-lo) ou pessimista (aquele pessimismo que nos invade muitas vezes no quotidiano português).

(*) Faculdade de Ciências



Os jovens têm dificuldade em encontrar espaços de realização pessoal. A falta de instalações é um dos principais problemas

ra nas decisões políticas e profissionais, nas decisões governamentais e nas micro-decisões dos quotidianos sociais e escolares.

Os anos 90 serão diferentes conforme as respostas que as políticas educativas encontrarem e promoverem para ultrapassar as grandes contradições que marcam os actuais Sistemas de Ensino, em graus diversos, na generalidade dos países europeus, nomeadamente:

- a contradição entre a igualdade de oportunidades, a escola para todos, afirmada como objectivo a atingir e a selecção de elites necessária ao funcionamento do sistema político e produtivo;

- a contradição entre a educação, com necessidades colectivas e individuais a serem asseguradas, envolvendo todas as esferas da vida de cada um, e a instrução cumprimento de programas para o êxito no sistema escolar;

- a contradição entre a formação cultural da pessoa, reconhecida como cada vez mais



É importante a criação de espaços educativos e culturais nas grandes cidades. O gosto pela leitura deve ser inculcado desde muito cedo

Relações sociais
no emprego

Local de trabalho tende a ser principal centro de convívio

Numa época em que a mudança percebida é vertiginosa, as certezas falham e quem decide tem de ser capaz de se guiar num plano intuitivo, de tal modo que as transformações provocadas pelas dinâmicas imprevisíveis sejam geridas através do constante equilíbrio do instável.

A velha perspectiva estruturalista da análise social, extremamente útil em momentos históricos cuja reprodução social se operava em contínuo, perde terreno em relação as soluções «ad hoc» e às vivências do quotidiano enquanto o carácter dominante do provisório substitui a estabilidade e a rotina de outrora.

Os excessos de planeamento funcional estão a dar lugar a um planeamento estratégico, cuja flexibilidade permite enquadrar problemas concretos, que colocam as questões ideológicas numa perspectiva de eixo de orientação, sem o peso excessivo dos debates do passado, e onde a problematização começa a ser menos importante que a resposta.

Tais tendências caminham paralelamente com o surgimento de novas relações sociais de trabalho. Ainda não há muito tempo as sociabilidades manifestavam-se prioritariamente na família e ao nível da freguesia; hoje em dia as sociabilidades revelam-se cada vez menos na família e mais nos grupos sociais diversificados, principalmente no local de trabalho.

Com a mudança de valores o indivíduo passou a sujeitar-se a um «statu» flutuante no meio de grupos sociais diferenciados que compõem a estrutura social envolvente.

A comunicação nos grandes espaços caracteriza-se pelo isolamento. O desenvolvimento dos meios de comunicação assim como a aproximação das pessoas não superaram o isolamento social, tendo-o até desenvolvido.

Os contactos são intensos mas vazios, as relações face a face são frias, as relações sociais utilitárias, a solidão impera, o homem sente-se só na multidão sob a pressão do tempo e da tecnologia, as tensões nervosas invadem



António Mão-Ferro (*)

no, fala-se então em «stress» e noutras doenças da civilização. O indivíduo torna-se instável e inseguro e uma tendência niveladora tende a inseri-lo na «massa» como a gota no mar.

Perderam-se os locais de convívio tradicionais e a casa passou a ser dominada pelos audiovisuais. O indivíduo começa a virar-se para os locais de trabalho onde procura encontrar o espaço de comunicação que não consegue encontrar noutras espaços.

Os operários que privilegiavam a defesa dos seus interesses em oposição ao patronato, e que viam na empresa o terreno por excelência das oposições, manifestas em nome de uma sociedade dominada pelos conflitos de classe, passam a ver nela o local aliciente para o tal es-

paço de comunicação.

Assim, as fronteiras mundo do trabalho/mundo familiar começam a esbater-se tendencialmente a favor de um processo de harmonização social do indivíduo em todas as dimensões da sua acção, sendo natural que ainda existam algumas incompreensões e dúvidas no acerto entre os diversos comportamentos expressos.

Há no entanto uma maior interacção empresa sociedade; e porque se torna necessário seguir com qualidade os interesses de consumidores cada vez mais exigentes, a empresa tende a deixar de ser dominada pelo tradicional conflito entre trabalhadores e empresários caminhando-se para negociações consensuais entre ambos, de tal modo que sejam satisfeitas as novas aspirações dos trabalhadores e se aprecie o que reclama a sociedade e os dirigentes, de modo a poder optimizar-se o atingimento dos objectivos. Nesta perspectiva os agentes institucionais (sindicatos, confederações...) deixam de poder manter os seus papéis imutáveis e rígidos pelos quais debitam uma cartilha aprendida numa determinada conjuntura histórica.

Embora exista uma continuidade nos aspectos de massificação as respostas são cada vez mais individualizadas e o que se passa em termos de produtos passa-se também em termos de formas de vida. A dimensão tempo ocupa um papel fundamental e o contexto e a situação tendem a moldar os

comportamentos dos grupos sociais dos agentes e actores envolvidos. A mobilidade (social e geográfica) acarreta uma muito menor estabilidade nas relações sociais e os esforços de adaptação deixam de ser ritos de passagem para se exercerem de modo contínuo.

A lógica das posições sociais cristalizadas é substituída pela das dinâmicas e movimentos sociais. Enquanto na dimensão de classe social «era-se» na nova lógica «está-se».

Tudo isto fará com que:

— Os aspectos conflituais não se limitem à dicotomia trabalhador/patrão ou gestor/acionista que eram as oposições típicas da sociedade industrial. A partir do momento em que a lógica da consciência é substituída pela lógica do interesse, novas alianças e novos conceitos são necessários.

— Os esforços de convivência interiorizam-se ao mesmo tempo que as solidariedades tradicionais se esbatem com maior ou menor clareza.

— As novas lógicas das relações sociais alimentam as sobrecargas nos circuitos; a informação e o acesso a ela assumem foros de imperativo. As redes de contactos interconhecimento alargam-se mas a intensidade de cada relacionamento diminui.

Observa-se uma subdivisão dos dias em termos de contactos e relações sociais. A questão da intensidade e da gama das relações assume um valor preponderante.

— Os padrões esperados nas relações sociais são de tal modo vastos que corremos o risco de etiquetar grande parte com o rótulo da patologia.

— Os conflitos serão considerados importantes para o processo da decisão e do desenvolvimento pessoal.

— As pessoas serão incitadas a dizer o que pensam e a desejar que os outros façam o mesmo, assim a organização ver-se-á obrigada a proceder a uma auscultação interna sobre os comportamentos, sobre a racionalidade das decisões, a coerência do sistema.

O projecto da organização torna-se indissociável de fazer participar, implicar, unir, favorecendo a responsabilidade individual a todos os níveis e provocando uma variedade de respostas e de soluções face à complexidade.

A década de 90 trará a consciência de que qualquer tecnocrata por mais brilhante que seja é insuficiente para conseguir eficácia e êxito, pelo que somente o aproveitamento de todos os membros que compõem a empresa conduzirá à obtenção de resultados sociais e económicos. As novas tecnologias embarcaram num comboio que aumenta gradualmente a sua velocidade e para que a organização o acompanhe, é necessário implicar-se numa pesquisa e aplicação a todos os níveis de uma dinâmica de inovação permanente, de modo a optimizar os meios de produção. Os aspectos humanos assumem um pa-

pel extremamente importante porque se eles não viajarem nesse comboio, de nada valerá a organização apetrechar-se tecnologicamente. Quem pode conduzir esse comboio é a tão falada Formação Profissional, que por enquanto ainda não demonstrou claramente os seus resultados mais parecendo correr a pé atrás dele a tentar apanhá-lo.

A década de 90 vai desafiar as barreiras departamentais do passado, e o papel que a Formação Profissional tem a desempenhar é de extrema importância porquanto, poderá transmitir às pessoas uma perspectiva que integra os sistemas técnicos, sociais, culturais e económicos da organização, tornando-os mais compreensíveis e com um sentido real do local onde estão inseridos e onde elas passam a maior parte da sua vida. Para isso é necessário que apareçam formadores capazes de se integrar na revolução formando-cêntrica. É ainda necessário articular os subsistemas de informação e orientação profissionais (abarcando os vários estratos da população, jovens, adultos) em processos de reestruturação.

Se assim for, poderá ser que a Formação Profissional aumente a inovação, a qualidade, a produção, o espaço para comunicar e contribua para maximizar os efeitos das novas relações sociais no trabalho na década de 90.

(*) Instituto de Emprego e Formação Profissional



Pausa para uma conversa num cenário dominado pelas tecnologias

Portugal será um imenso subúrbio

Somos uma cultura ruralista. No próximo milénio haverá uma dezena de novas «cidades» e umas cem aldeias «promovidas a vilas».

Somos uma cultura ruralista. No próximo milénio haverá uma dezena de novas «cidades» e umas cem aldeias «promovidas a vilas». Estamos a falar da realidade portuguesa ainda muito distante do que acontece nos países da CEE.

A previsão em Sociologia é possível, para um futuro próximo, desde que se parta das tendências presentes iniludíveis e que as mesmas se inscrevam na lógica da Cultura, isto é que as tendências sejam percebidas como uma condição para a continuidade e a reprodução da cultura. Refiro-me a «Cultura» na acepção socioantropológica, enquanto modo de ser, de pensar e de funcionar das sociedades.

Prever «o sentido geral» seria tarefa longa. Vou, apenas, referir um aspecto que é dos mais importantes porque diz respeito à identidade do País, ao seu rosto físico: a inter-relação campo-cidade.

Desde há duas décadas os portugueses têm vindo a proceder a uma verdadeira revolução silenciosa e clandestina por meio da qual vão mascarando a sua identidade rural tradicional: vão deixando de ser aldeãos se passarem a ser urbanos, vão destruindo os solos agrícolas, mas recusam os modelos industriais, vão sendo europeus nos consumos, mas não

na racionalidade económica. Eis a previsão no que concerne o seu espaço físico: dentro de 10/20 anos, o País ao norte do Tejo será um imenso subúrbio, um subúrbio ininterrupto, um subúrbio sem urbes, sem qualidade de vida urbana nem qualidade de vida rural como é próprio dos subúrbios. É um movimento que tem algo de semelhante com o que se passou nos séc. XVIII e XIX com a aristocracia e a

burguesia rurais: pretendendo apagar os traços da sua ruralidade, que consideravam como um estigma, esses estratos instalaram-se nas cidades, adoptaram os modelos da classe média e dissolveram-se na massa. A diferença está no facto de os rurais de hoje não se deslocarem para a cidade (que hoje recusam) mas para o espaço intermédio, entre a aldeia e a cidade.

O que os portugueses comerem virá de Espanha

Quem quiser ver no terre-

no o que vai ser esse Portugal do outro milénio percorra os actuais distritos de Porto, Aveiro e parte do de Leiria. Os lisboetas (que foram sempre pouco afeitos a julgar as províncias na sua verdadeira realidade) podem observar as periferias rurais dos concelhos de Amadora, Loures ou Vila Franca.

O desaparecimento dos solos agrícolas regadios e férteis processa-se, em todas regiões ao norte do Tejo, a um ritmo assustador em favor das construções individuais; para construir preferem-se, parasitariamente, os solos baixos e de aluvião; sob cada construção, com os seus acessos e complementos, desaparece quase um hectare (num país escassíssimo em solos aráveis). No próximo milénio, o que os lisboetas comerem virá de Espanha; nos interstícios das construções os solos poderão apenas produzir kiwis, morangos, algumas laranjas a maçãs e, claro está, couves para autoconsumo.

Esta dispersão anárquica e espontaneísta das habitações individuais pelo solo agrícola está também patente no número do INE, segundo os quais as freguesias rurais (sobretudo periurbanas) crescem 3, 4 ou 5 vezes mais do que as freguesias urbanas. Viver na grande cidade é um ideal que desapareceu na geração dos menos de



Moises Espirito Santo (*)

quarenta anos.

Haverá no futuro milénio umas dezenas (trinta, cinquenta?) novas «cidades» e talvez umas cem aldeias «promovidas a vilas»; prova suplementar de que os portugueses continuam a ser rurais. Como, se a povoação é uma «cidade»? A distinção, por parte do Estado, das povoações em «aldeia», «vila» e «cidade» é ruralista, medieval, pré-burguesa, pré-capitalista, de *ancien-régime*. Tais privilégios (que têm origem no conceito de *status* adquirido pelo local de nascimento ou de residência) foram abolidos na Europa pelas revoluções que puseram fim ao Feudalismo. Quereis saber como é que um vulgar burgo é «promovido a cidade»? Mais fácil do

que era ser-se barão no séc. XIX; partindo do critério da exigência de 10 000 habitantes, a própria câmara define um «perímetro urbano» para além do burgo, incluindo vinhas e florestas, todas as aldeias vizinhas, freguesias inteiras; o total perfaz 10 000 habitantes? O Parlamento reúne-se, eis uma nova «cidade», e a Imprensa local anuncia o «maior acontecimento da história» desta terra. Não custa um centavo, não traz encargos administrativos ou outros, dá votos.

A incapacidade confessa dos municípios

Condições para a Agricultura tecnológica do futuro não existirão... por falta de terra ou por ausência de largueza para as máquinas serem rentáveis. Não se falará mais de emparcelamento, esta panaceia messiânica dos sucessivos governos portugueses que, bloqueados pela espontaneísmo aldeão, fazem subentender que os males da Agricultura são imputáveis ao critério de justiça camponesa que faz com que as terras sejam justamente divididas entre os herdeiros; esses projectos passarão a ser palavras vãs porque ninguém irá emparcelar interstícios de solo entre «viveiras». Na prática, as intenções dos ministros da Agricultura são sabotadas pelo

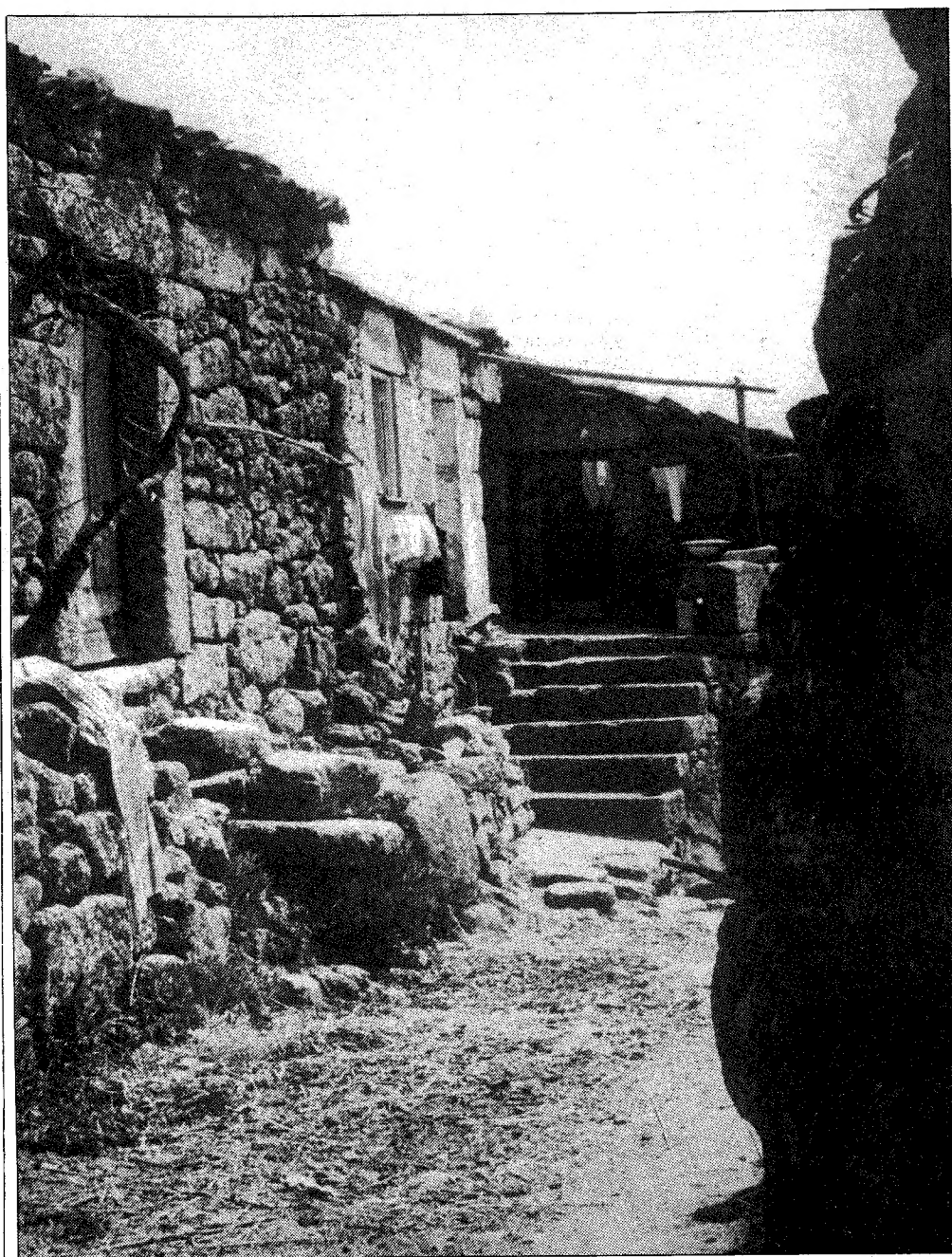
laissez-faire dos seus colegas da Administração Interna e pelo *laissez-passer* dos rurais, agricultores ou operários. Tendências irreversíveis sem uma rígida intervenção do Governo (mas qual? e em certos distritos é tarde de mais) tanto mais que as câmaras municipais — a quem incumbe o planeamento local — se declaram incapazes de se fazer respeitar quanto à ocupação e preservação dos solos agrícolas.

Dirão os leitores: «É uma tendência europeia e uma condição de progresso», *cliché* vulgar cuja função é camuflar as diferenças de culturas. É falso. A tendência é unicamente nossa. Na Europa, as populações sujeitas a rigorosos planos de ordenamento local, urbano ou aldeão, reagrupam-se em torno dos núcleos tradicionais ou em grandes urbes, algumas das quais albergam mais população do que tem Portugal inteiro enquanto os campos se mantêm livres para a Agricultura, porque a racionalidade económica assim o exige; também, nesses países, o orçamento municipal para as infra-estruturas desce proporcionalmente com a redução do espaço habitado.

A nossa tendência é tanto mais inelutável quanto ela se inscreve perfeitamente no contexto da Cultura uma vez que os dirigentes do Estado não se colocam acima, mas



No futuro vai acentuar-se o crescimento de cidades sem qualidade de vida urbana nem qualidade de vida rural



Trás-os-Montes: raízes da sociedade portuguesa profundamente ruralista

dentro dela, são seus eleitos. De facto, é próprio das culturas rurais e da portuguesa no seu conjunto (que não conheceu a revolução burguesa e industrial como as europeias) sobrevalorizar do apego ao solo (produtivo ou não), conceber a habitação unicamente em propriedade familiar, desvalorizar o poder do Estado (engendrando, por consequência, indiferença ou oposição do município ao Poder central) e, no espaço municipal, estabelecer conluios entre a Autarquia e as redes de compadrios locais, fonte de corrupção. Note-se que, bem integrados na cultura ruralista, os organismos de Planeamento promovem intenções ou projectos perfeitamente conformes às tendências previstas: por um lado não agem para a aplicação dos seus regulamentos quando estes contrariam a tendência; por outro, certas teorias oficiais sobre o Planeamento inscrevem-se integralmente no ruralismo tradicional, como sejam: 1.º distribuir as empresas fabris sobre todo o território de modo que o local de trabalho de cada um se encontre paredes meias com a habitação, como na aldeia, ou então, deixar que cada um construa a sua casa à porta da fábrica onde trabalha, donde o menosprezo da política dos transportes uma vez que (segundo a cultura rural) o autocarro é para os pobres sem viatura própria. 2.º «Regionalizar» como eles o entendem é um leit-motiv ruralista: regiona-

lizar um país tão pequeno como uma região administrativa espanhola ou francesa conduz *ipso facto* a um maior esboroamento da autoridade do Estado e à reinstauração do Estado-Município ou Cidade-Estado que era o regime vigente antes do Império Romano, continuado depois entre nós pela instituição dos Forais. De facto, as culturas são imorredouras.

A terra valerá só pela sua capacidade de construção

Somos uma cultura ruralista e tudo leva a crer que seremos no início do próximo milénio. O que é então o seu contrário, a cultura urbana? As culturas só se podem definir por comparação; sendo fenómenos sociais totais, distinguem-se por inúmeros aspectos. Sem confundir «urbano» com «citadino» modelo que concerne os tipos de consumo e de comportamento (todo o jovem português das províncias é hoje tão citadino como qualquer lisboeta), vejamos apenas um traço das culturas urbanas inexistentes, na portuguesa: a mobilidade social horizontal ou geográfica. A mobilidade horizontal ou geográfica é o pressuposto e a condição *sine qua non* do desenvolvimento harmonioso; vai de par com o sistema de habitação alugada e em altura. Vejamos: se se decide desenvolver as regiões desfavorecidas, se a

conjuntura económica obriga a procurar trabalho algures, quem está disposto a deslocar-se quando se tem casa própria ou quando se está a pagar a sua habitação? Os Estados europeus orientam todo o seu esforço na qualidade e na estabilidade da habitação alugada e em altura. Nesta incapacidade de imaginar a vida fora do sítio de nascimento, «morar naquilo ou na terra que é dos outros» como dizem os rurais, é que reside o problema que tenho vindo a expor. Por essa razão se subdividem as jeiras para autoconstrução. Num futuro muito próximo desta sociedade ruralista, e a tendência já se faz sentir muito fortemente, as jeiras agrícolas valerão unicamente pelas suas capacidades de construção. A Terra-Mãe que nos deu o ser será no início do próximo milénio, apenas, um solo para alicerces.

«Já estamos na Europa», «Já somos como eles» mas o hiato é abismal. Tanto a massa dos cidadãos como os sucessivos governos integram facilmente todos os elementos civilizacionais deste fim de milénio, amontoando trouxe-mouxe computadores, couves e galinhas na varanda de alumínio, mas entram unicamente os elementos civilizacionais que a cultura rural pode digerir.

(*) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

As novas tecnologias não chegam para mudar tudo

O futuro exige empresas mais flexíveis e maior participação dos trabalhadores. Certas práticas e valores tradicionais são obstáculos à modernização tecnológica

Podemos assistir hoje em dia a uma mudança significativa da filosofia e da prática quanto à organização do trabalho e quanto aos métodos de gestão. A crescente divulgação de novas concepções e práticas de gestão em detrimento das concepções e práticas tradicionais deve-se à mudança profunda do contexto socioeconómico, cultural tecnológico em que as empresas se movem. As formas organizacionais e métodos de gestão orientados para a procura da flexibilidade, envolvimento e empenhamento dos membros da organização estão a ganhar terreno precisamente porque se tornou vital a adaptação rápida às mudanças.

Promovem-se formas organizacionais que em menor ou maior grau rompem com a herança taylorista-fordista, inspirando em novos princípios, tais como polivalência, motivação, autonomia e criatividade, partindo do pressuposto de que o indivíduo qualificado, activo, autêntico e mais produtivo. Está subjacente a ideia que as formas organizacionais mais flexíveis e participativas vão ao encontro das exigências postas pelo meio ambiente em mudança, nomeadamente, pelos:

- novos valores face ao trabalho e emprego (responsabilidade, participação, autonomia, desenvolvimento pessoal e profissional, etc.) de uma mão-de-obra cada vez mais escolarizada,
- mercado instável e diferenciado (qualidade, flexibilidade) e aumento da competição,
- novas tecnologias com novas potencialidades (maior performance económica produzindo produtos diversificados, frequentemente renovados com a melhoria simultânea da produtividade e da qualidade).

Quanto à situação e perspectivas em Portugal há poucos estudos empíricos que podem fornecer informação sobre as mudanças tecnológicas e organizacionais.

Parece que as entidades que têm financiado actividades de investigação e Desenvolvimento — de modo diferente de outros países da CEE — não se apercebem da importância que estes estudos têm sobre organização do trabalho, sobre os processos de mudança tecnológica e sobre as próprias implicações sociais da automação industrial. Apesar de tudo, podemos referir um trabalho realizado em 1986, de modo que se consegue apresentar agora alguns resultados empíricos.

Um grupo significativo de empresas que tem informatizado os seus serviços de produção e de administração é o que já está utilizando máquinas-ferramentas de controlo numérico (máquinas-transfer, controlo numérico computadorizado-CNC ou mesmo sistemas de controlo numérico directo-CND) e, nalguns casos, sistemas robotizados e sistemas de projecto/concepção assistida por computador (CAD). Isso acontece em mais de 20% dos casos analisados.

Pode-se concluir que, tendo em consideração as alterações efectuadas pelos processos de inovação tecnológica, os industriais verificaram apenas consequências de carácter técnico e económico (nomeadamente, ao nível da produtividade, da qualidade de produtos, dos níveis de produção, da energia, ou do material). No entanto, perante as alterações que esses empresários pensam efectuar



Liana Kovacs (*)



Antonio Brandão Moniz(*)

as consequências esperadas são sobretudo de carácter social (em particular, o aumento, recrutamento ou reconversão de pessoal). São os objectivos associados à competitividade (como, por exemplo, o aumento de produtividade e a melhoria do nível tecnológico) os que preocupam a maioria das empresas portuguesas.

Tem-se confirmado ainda que não há uma única tendência de evolução de organização do trabalho. Nalguns casos verifica-se a tendência para a especialização. Noutros casos verifica-se uma tendência para a flexibilidade tecnológica e organizacional.

Conclusão

Há um conjunto de obstácu-

los à modernização tecnológica e organizacional na sociedade portuguesa contemporânea cuja superação tem que ser considerada como prioritária. Assim, por exemplo:

- falta uma estratégia de desenvolvimento industrial, e principalmente um projecto de mudança minimamente consensual, isto é, definido nos seus aspectos essenciais em comum pelas diversas partes (governo, patronato, sindicatos) que podia servir como orientador para cada uma;
- predominância de filosofia e prática organizacionais enraizadas no modelo tradicional e clássico da empresa e, por conseguinte, persistência de uma mentalidade que ignora os factores sócio-organizacionais como factores de competitividade;
- redução do processo de inovação à aplicação de novas tecnologias;
- ausência de um programa de reforma da organização empresarial nos programas políticos;
- falta de pessoal técnico qualificado;
- inadequação da formação às necessidades de sistemas flexíveis de produção;
- deficiente formação e actualização dos quadros das empresas;
- persistência de formas tradicionais de relações laborais e de estratégias clássicas dos parceiros sociais que se caracterizam pelos interesses conflituais, dificuldades de diálogo e não uma plataforma comum de modernização;
- falta de investigação interdisciplinar orientada para o desenvolvimento de novos sistemas produtivos;
- ausência de experiências inovadoras e divulgação dos seus resultados, entre outros.

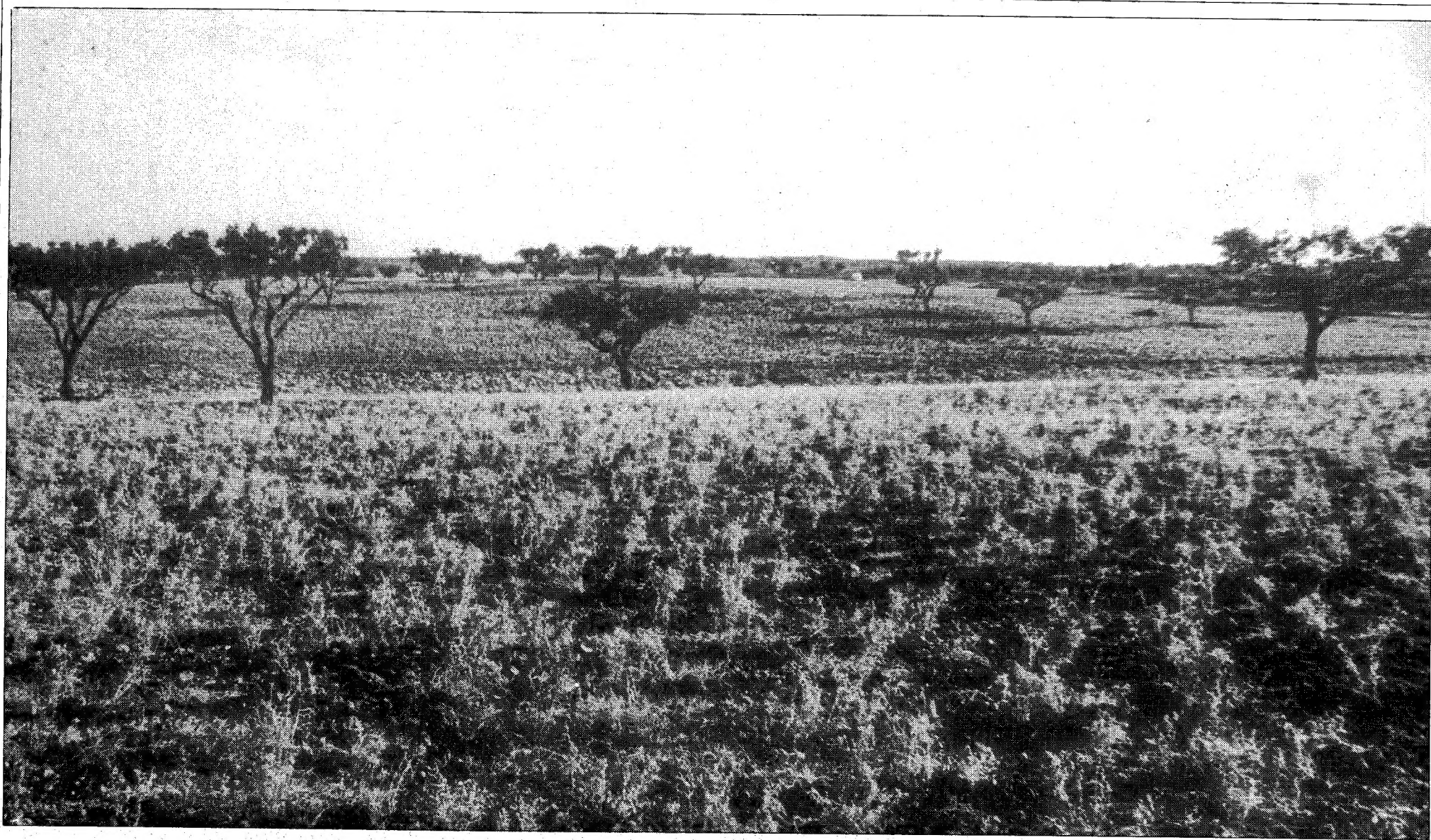
Porém a criação de contextos organizacionais flexíveis requer investimentos no factor humano, principalmente na formação que por sua vez também não se esgota na mera adaptação à mudança tecnológica. A formação em vez de constituir um meio de ajustamento dos trabalhadores ao universo técnico em rápida transformação, deve capacitá-los para serem agentes activos da produção.

Tudo isto pressupõe a mudança radical de mentalidades (quer sindicais, quer empresariais, e governamentais), e a ruptura com certas práticas tradicionais, tais como, a especialização baseada na mão-de-obra barata ou as estratégias de flexibilização pela via da precarização do emprego.

(*) Professores da Faculdade da Economia de UNL

¹ cf. KOVÁCS, I.: «Tendências de transformação tecnológica e organizacional empresarial: a emergência de novos sistemas produtivos», *Economia e Sociedade*, N.º 1, Lisboa, CESO, 1989.

² cf. MONIZ, A.B.: «Modernização da indústria portuguesa. Análise de um inquérito sociológico», *Economia e Sociedade*, N.º 1, Lisboa, CESO, 1989.



A industrialização da agricultura em Portugal está atrasada

Revalorização do mundo rural

Melhor especialização e maior diversificação na actividade agrícola

No início dos anos 80, e para os principais países da Europa, observam-se alterações significativas ao nível das transformações em curso, quer nos espaços rurais quer no relacionamento destes espaços com os espaços urbanos.

As principais transformações ocorridas apontam para um duplo processo — especialização do espaço agrícola e diversificação do espaço rural. Ao primeiro destes processos associam-se os seguintes aspectos: diminuição da superfície agrícola utilizada, forte redução da mão-de-obra, modernização e intensificação dos processos de produção. Apesar de tudo isto, subsiste, todavia, um número elevado de pequenas explorações com forte heterogeneidade económica e social entre si, das quais se destacam, pela sua importância numérica crescente, as explorações agrícolas a tempo parcial. A diversificação do espaço rural, traduz, por seu turno, a emergência de novas actividades em relação directa com a agricultura (as indústrias a montante e a jusante do processo produtivo agrícola) ou independentes desta.

Uma das consequências deste duplo movimento de mudança dos espaços rurais, reflecte-se, por outro lado, em fortes alterações no relacionamento entre o rural e o urbano. O êxodo rural, expresso mais acabadamente de um determinado tipo de relacionamento entre espaços rurais e espaços urbanos, que fora, em períodos anteriores, mais ou menos forte, consoante os países, entrou num processo de amortecimento ou, mesmo, de trava-

gem.

A este processo tem correspondido, embora com diferenças de país para país e de região para região no interior do mesmo país, uma estabilização da população ou, ainda, um aumento da população das designadas regiões rurais.

EM) São múltiplas as resultantes destes factos, desde as que se reportam mais directamente a novas práticas agrícolas, como as que estão subjacentes à agricultura a

tempo parcial, às que se traduzem em mudanças na composição social da população. De facto, após o período de êxodo rural para as grandes cidades e zonas industriais assiste-se, hoje, em consequência da relativa inversão desta tendência, a um rejuvenescimento e diversificação social em muitas zonas rurais, designadamente dos países do centro europeu ou, em alternativa, a movimentos migratórios para os pequenos centros urbanos, que se tornam pólos de actividade económica, enquanto o campo se despovoava — é o caso, designadamente, de numerosas regiões rurais da periferia europeia.

As novas e complexas configurações espaciais resultantes das transformações sociais ocorridas nos últimos 15 a 20 anos vêm pôr em causa as duas grandes dicotomias agricultura/indústria, rural/urbano sobre que assentavam os modelos de análise das transformações do espaço rural e da sua articulação com o espaço urbano. Estas recentes transformações da agricultura e do espaço rural não corroboram, no entanto, a imagem do «fim do rural», imagem construída em torno da perda de população e mão-de-obra e da especificidade eco-



Aida Valadas (*)

nómica dos espaços rurais; o surgimento nesses espaços de novas funções (recreativas e de lazer, entre outras) e o recuo da actividade agrícola, conduzem a uma ruralidade transformada mais do que a uma dissolução da ruralidade. Nalguns países assiste-se, mesmo, a uma revalorização do rural.

Tomando como ponto de partida estas, forçosamente breves, referências aos principais eixos da mudança operada na última década, e tendo como realidade empírica de referência a realidade portuguesa, procuraremos, ainda, recensar algumas questões que, cremos, são essenciais, na medida em que permitem vislumbrar as principais tendências que se

anunciam.

Em Portugal, a integração da agricultura e do espaço rural na economia e na sociedade englobante tem-se feito, até data recente, sobretudo através do mercado de trabalho, e não tanto através do mercado de produtos. A industrialização da agricultura encontra-se, assim, numa fase de «atraso» relativamente a outros países. Esta é uma das razões que explicam a significativa expressão numérica da agricultura a tempo parcial: é o sector maioritário em número de exploração, representando cerca de 48% do total das explorações agrícolas e cerca de 32% da área total. Trata-se de sector marcado por forte heterogeneidade económica e social, registando-se, todavia, um número importante de situações em que a agricultura funciona como retaguarda de outras fontes de rendimento, designadamente do salário industrial, e, por esta via, a agricultura participa de uma estruturação das relações sociais não apenas numa base material, como aos níveis do simbólico e/ou ideológico. A ruralidade, em Portugal, em termos dominantes, prende-se, portanto, e ainda, com o exercício directo ou indirecto, por via das redes familiares, da actividade agrícola.

As representações concorrentes/alternativas da representação clássica do rural, de que a ecologia, a protecção da natureza, a preservação dos recursos não renováveis são, resumidamente, alguns dos seus aspectos, têm em Portugal pouca expressão, revelando-se, todavia, como tendência.

A reestruturação das explorações agrícolas implicará ter presente a evolução recente do sector agrícola a que, muito sumariamente, nos referimos, e nesse sentido apontar quer para uma discussão das potencialidades, nomeadamente em certas produções agrícolas, que algumas modalidades de agricultura a tempo parcial parecem apresentar, quer para as recentes iniciativas de rejuvenescimento da população agrícola que se têm vindo a concretizar através dos apoios à instalação de jovens agricultores.

Ao nível económico e social mais geral, a diversificação das economias rurais passará hoje, mais do que num passado recente, pela valorização dos recursos endógenos, numa base regional.

Aida Valadas de Lima
Socióloga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Futuro: que juízo estético?

O futuro da Estética é o próprio futuro. O que o futuro nos oferecer é indubitavelmente uma nova sensação. Pessoa, profético, ao morrer (a lápis e em inglês): «I know not what tomorrow will bring».

O adjetivo estético designa o que respeita ao Belo, e também, embora possivelmente com pouco rigor (dado o subjectivismo inerente a esta questão), o que apresenta um carácter de beleza. Para que não nos percamos em cerrados pormenores, digamos, de maneira simples, que, na acepção mais lata do termo, a Estética é o ramo de saber que se ocupa do belo e da análise do sentimento estético. Por sua vez, em sentido mais preciso, podemos avançar com a afirmação de que a Estética é a ciência que tem por objecto o juízo de apreciação na medida em que este se aplica à distinção do Belo e do Feio - opinião, de carácter pedagógico, com a qual nos permitimos não estar de acordo.

Que são, na verdade, o Belo e o Feio? Aqui levanta-se um problema que muitas palavras exigiria para a sua devida e correcta explicitação - e isso porque, como acima já dissemos, a componente subjectiva humana pode achar belo o que é feio e feio o que é belo. Em termos de futuro, então, quer-nos parecer que iremos apreender sensações que, em certa e larga medida, afectarão o código pelo qual nos temos até agora regido na apreciação do que nos é dado observar.

Antes, porém, de nos adiantarmos pelos caminhos do futuro, que tão estranhos e confusos são, recorramos à etimologia grega para boa compreensão da palavra estética. Na língua dos Helenos (e justifica-se a maiúscula por nos estarmos a situar em tempos clássicos), surge-nos aquela palavra grafada como *Aesthesis*, simultaneamente significando sensação e sentimento, e tão-só designando a Teoria da Sensibilidade. Mas foi nos tempos modernos que o termo alcançou o significado hoje corrente, quando o filósofo alemão A.-G. Baumgarten (1714-1762) intitulou de «Aesthetica» uma obra que se ocupava da análise e da formação do gosto. Com essa palavra, Baumgarten adjetivou a ciência que trata do conhecimento sensorial que chega à apreensão do belo e se expressa nas imagens da arte em contraposição à lógica como ciência do saber intelectual. Nesse sentido, aliás, a empregou Kant (1724-1804) ao intitular «Estética Transcendental» a parte da «Crítica da Razão Pura» que trata do Espaço e do Tempo como formas *a priori* da sensibilidade. Mas já aqui o futuro, localizado em 1905-1912, iria contradizer aquele juízo kantiano: Einstein, através da Teoria da Relatividade (restrita e generalizada), provar-nos-ia que Tempo e Espaço são componentes físicas do ser, não tendo um e outro nada a ver com a apreensão da nossa sensibilidade, antes se prendendo, isso sim, com a busca do nosso intelecto.

As impressões digitais do indizível

Já com esta primeira dissonância, entre Kant e Einstein, nos vamos encaminhando para uma particularidade inerente à noção de Estética, a qual podemos designar por indizível - indizível que se reveste de um "antes de tudo", isto é, de

coisas que o discurso da Ciência (ou Epistemologia) nunca teve em devida conta, uma vez que, contrariando a lógica, se teria de socorrer de símbolos.

Explicitando...

A recondução a um "antes de tudo" só se torna viável através de um símbolo não doutrinal, não imposto, não canónico - e antes emergindo livremente da individualidade de quem se projecta para além de si. A liberdade, portanto, é condição essencial para que um símbolo ganhe foros de existência. Só somos conduzidos para além de nós (logo: esteticamente) quando, no seguimento de um símbolo, vamos até algo que havíamos esquecido. Tentamos alcançar o significado, um certo sentido (estético na problemática que ora nos ocupa), com base no **significante**, mas acontece, como nos diz Gilbert Durand em «A Imaginação Simbólica» (tradução portuguesa da extinta Editora Arcádia), que «O símbolo é (...) a recondução do sensível, do figurado, ao significado, mas ele é além disso, pela própria natureza do seu significado inacessível, epifania, quer dizer, aparição do indizível no e pelo significante».

As considerações atrás expostas implicam que saibamos que «A consciência dispõe de duas maneiras de representar o mundo. Uma directa, segundo a qual a própria coisa parece estar presente ao espírito, como acontece na percepção ou na simples sensação. A outra indirecta quando, por qualquer razão, a coisa não pode apresentar-se "em carne e osso" à sensibilidade, como acontece, por exemplo, na recordação da nossa infância, no imaginar as paisagens do planeta Marte, na compreensão da órbita dos electrões em torno do núcleo atómico, ou na representação de um mundo para além da

morte. Em todos estes casos de consciência indirecta, o objecto ausente é re-a/presentado à consciência através de uma imagem, no sentido mais lato do termo» (Id., ibid.). É fácil de distinguir, pois, o pensamento directo (que leva à Epistemologia) do pensamento indirecto (que conduz à Estética): o primeiro é o retrato do que se vê, o segundo (passe a expressão, aliás carregado de simbolismo) é a respiração de algo que existe ou julga-se dever existir. Um adequa-se ao sensível, àquilo que é - e o outro a nada se adequa. Uma não adequação que é sinónimo de silêncio. Um silêncio que procuramos romper, a fim de que sejamos simbolicamente surpreendidos por um sentido secreto, por uma aparição, pela epifania de um mistério. Ousemos, estetas, a busca máxima: olhemos fundo a fundura do indizível até que as nossas pupilas se cubram de impressões digitais vindas de algures. Depois, em silêncio, toquemos os olhos com as pontas dos dedos - e deixemos as nossas impressões digitais nas impressões digitais que os olhos colheram. Sem medo, sem medos: será que a fundura indizível nos tocou os dedos, e nos disse enfim os seus segredos? Que esteticamente sentimos um arpejo de emoção...?

Um outro juízo sobre o Belo

Antes de nos pronunciarmos sobre o juízo estético futuro, enquadremos a questão dizendo que para aqueles que a consideram como ciência normativa, a Estética ocupa-se das normas gerais do belo. Em duas partes a podemos dividir (e vamos agora utilizar o esquema pedagógico de



Pedro Alvim

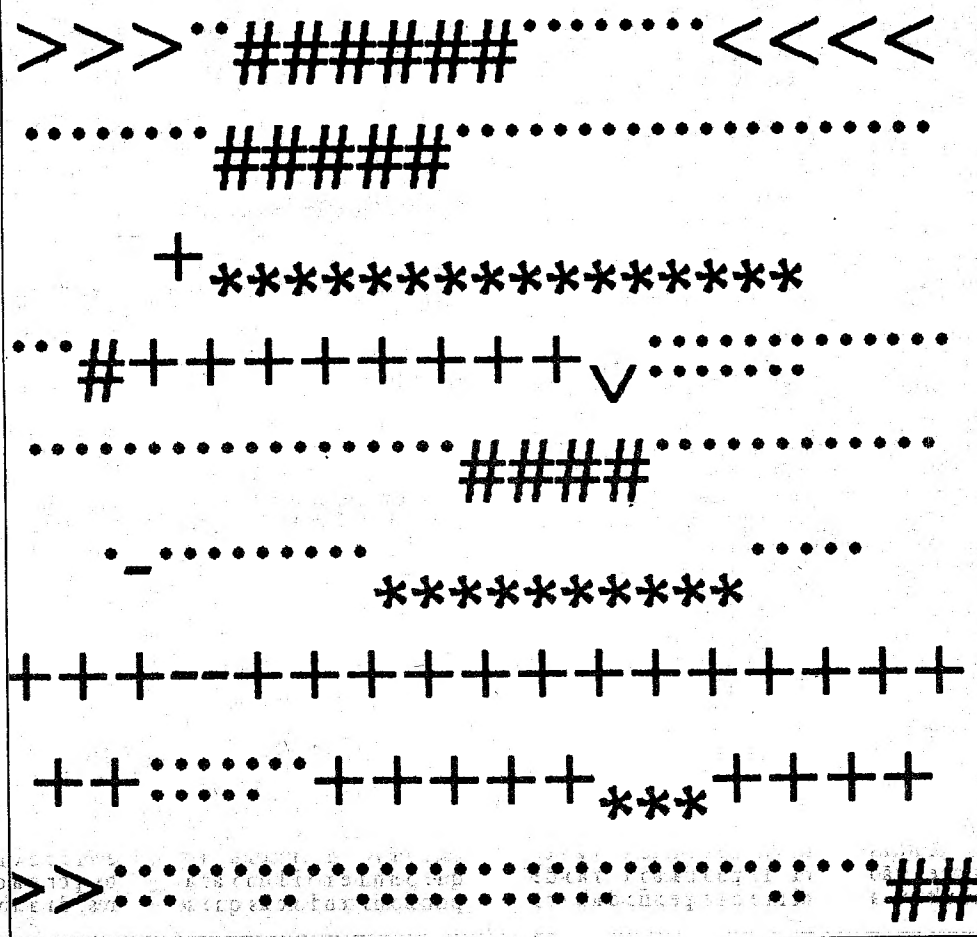
Magalhães-Vilhena): estética teórica ou geral (na medida em que se propõe determinar qual o carácter ou qual o conjunto de caracteres comuns que se encontram na percepção de todos os objectos que provocam a emoção estética, entendendo por emoção estética um certo estado *sui generis*, análogo ao prazer, ao agrado,

ao sentimento moral, mas que não se confunde com ele); e estética prática ou particular (na medida em que estuda as diferentes formas de arte).

Já prontos para um juízo estético futuro sobre o belo? Não. Antes convém, para já, que lembremos o que os Antigos, Medievais e Modernos pensavam sobre o belo. Breve seremos, pois que nos iremos limitar a alguns aspectos característicos de concepções estéticas dentre as mais representativas de diferentes momentos históricos:

Platão (427-347 a. C.): «Tem de se incluir a ciência entre as coisas mais belas...» - «O Banquete», 204b; S. Tomás de Aquino (1224-1274): «O belo é aquilo que agrada» (id quod visum placet) - «Summa Teológica», I, q. 5, a. 4, ad I; Diderot (1713-1784): «O sentimento do belo é o resultado de uma longa sequência de observações. Nada é belo sem unidade. O belo mais não é do que o verdadeiro realçado por circunstâncias possíveis, mas raras e maravilhosas» - «Essais sur la Peinture»; e Kant (1724-1804): «O juízo de gosto não é um juízo de conhecimento. Não é lógico, mas estético, quer dizer que o seu princípio determinante só pode ser subjectivo. (...) Quando se trata de saber se uma coisa é bela, não se pergunta se a existência da coisa tem - ou pode ter - qualquer interesse para nós ou para alguém, mas como a julgamos numa simples contemplação» - «Crítica da Faculdade de Julgar».

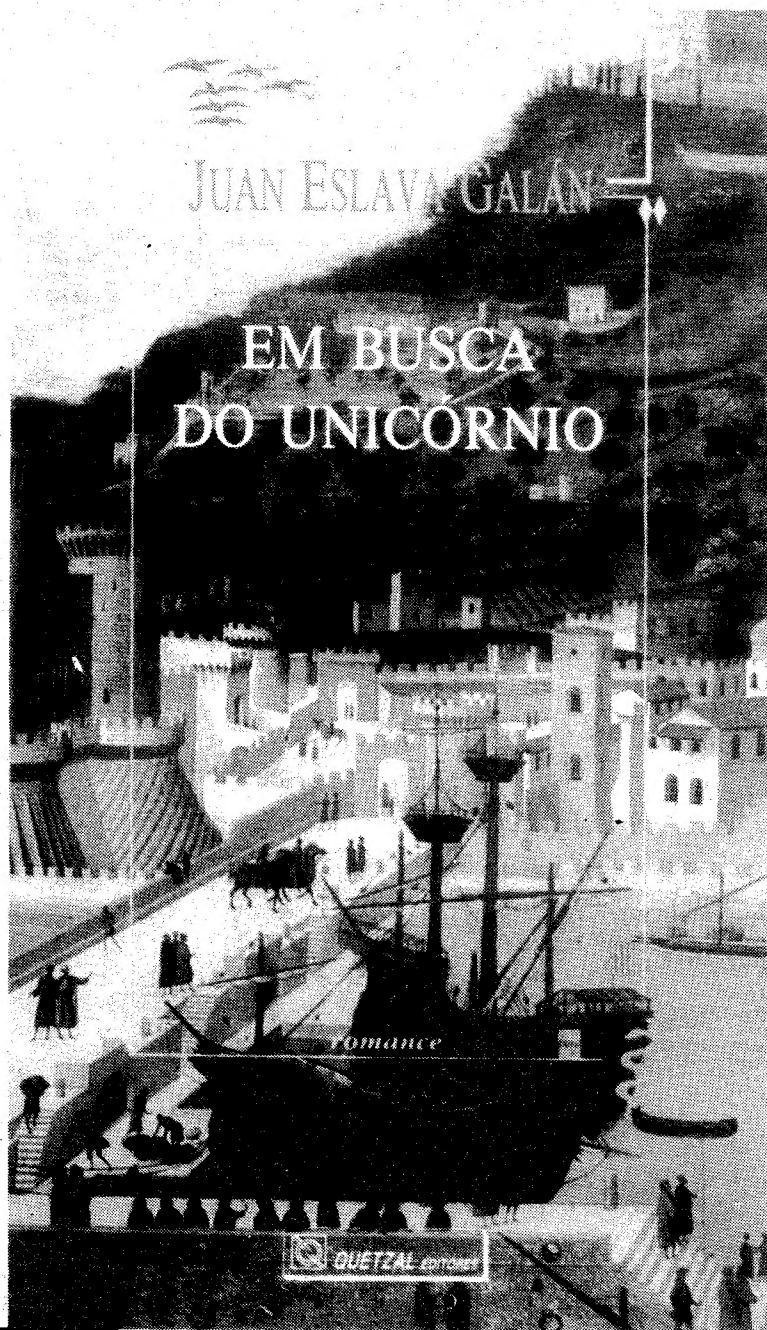
Agora, sim. Face a estas considerações do passado, talvez possamos agora emitir um juízo estético sobre o Belo que, porventura, o futuro nos possa trazer. Como? Tendo em mente (e escassa é a enumeração...) a Teoria da Relatividade, a Teoria dos Quanta, o mundo subatômico (em que a matéria, de tão difusa, é sopeçada em três sabores - "chocolate", "baunilha" e "morango"), os sensores fotográficos dos Satélites de Detecção Remota (cada fotografia tirada é constituída por 30 milhões de pontos, sendo um ponto igual a 30 mil quilómetros quadrados da superfície da Terra), os Direitos Humanos sempre em estado evolutivo, a luz acelerada, a vida "in vitro", até a Sida em progressão geométrica, o fim total da Guerra Fria através das vozes do Leste... Só com isto na mente (e o mais que se não disse) é que o homem poderá julgar esteticamente esta e aquela manifestação da Arte. Grandes pesos, sem dúvida, pois que outros são os pratos da balança que o futuro nos trará, embora Pessoa, profético, tenha escrito a lápis, e noutra língua, o seu último juízo: «I know not what tomorrow will bring».



O ROMANCE HISTÓRICO DESTE ANO

MAIS DE
 200 MIL EXEMPLARES
 VENDIDOS EM ESPANHA

PRÉMIO PLANETA



DISTRIBUIÇÃO DIGLIVRO — LISBOA (TEL. 4792200/1/2)
 MOVILIVRO — PORTO (TEL. 578937-578594)

EM BUSCA DO UNICÓRNIO

DE
 JUAN E SLAVA GALÁN

“E o animal que o senhor secretário me apontava era aquele cavalo. E o secretário voltou a perguntar-me: «Sabes que animal é este?» E eu, não querendo parecer rústico, não sabia o que havia de responder-lhe porque em toda a minha vida nunca tinha visto um cavalo assim guarnecido de um corno, e embora pensasse que era alguma adivinha ou uma brincadeira, respondi-lhe honestamente; «Parece-me, senhor, que é um cavalo se não fora esse corno que tem no meio da fronte.» E ele ficou a olhar para mim gravemente e mexeu um pouco a cabeça como se pesasse as palavras que iria dizer-me, e logo me disse: «Cavalo é, meu amigo, mas de uma espécie de cavalos como nunca se viu pelos nossos reinos nem creio que alguma vez se veja em terra de cristãos. O seu nome é unicórnio por esse corno que lhe vês na fronte e em que reside a sua maravilhosa virtude. Estes cavalos unicórnios pascem nos pastos de África, para lá da terra dos mouros, aonde nunca chegaram cristãos senão os mercadores do Preste João, se é que alguma vez os houve. El-Rei nosso senhor quer que tu e outros ides até lá e que lhe tragais um destes cornos.» «Um corno», disse eu no meu assombro, e o secretário perguntou-me: «É uma pergunta ou uma opinião?» E eu respondi-lhe: «É uma pergunta.» «Bem, — disse ele, — pois sim: é um corno. El-Rei necessita dele para que os seus boticários retirem certos pós de virtude que são muito salutíferos e necessários para o bom serviço de El-Rei nosso senhor. Mas disto importa muito que ninguém saiba nem uma palavra nem que embaixada levais, e por isso ireis sob o disfarce de outro negócio que vos será explicado.»

E foi assim que me vi embarcado em busca do unicórnio.



QUETZAL EDITORES

Rua Sanches Coelho, n.º 3 - 9.º Esq. 1600 LISBOA